

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

*ALINE FARDIN PANDOLFI*

**ENTRE O TRABALHO E O CAPITAL**  
**Políticas para Geração de Trabalho e Renda no Município de Vitória**

Vitória  
2010

*ALINE FARDIN PANDOLFI*

**ENTRE O TRABALHO E O CAPITAL**  
**Políticas para Geração de Trabalho e Renda no Município de Vitória**

Vitória  
2010

## Agradecimentos

Em tempos tão difíceis, do capital fetiche,  
de inseguranças, de angústias,  
de desamor, de rancor e competição;  
Em tempos de individualismo, de solidão, de descrença,  
de lutas vazias, solitárias, desconexas, desarmadas;  
Urge o amanhã incerto;  
Urge a necessidade,  
A plenitude, o amor, o afago, o companherismo,  
os dias melhores, a igualdade;  
A vida humana urge!  
Alguns fiéis companheiros, mais que afago,  
enchem os dias, os meus simples dias que urgem,  
de muita esperança, sem eles cairia eu também na descrença,  
na solidão, no vazio;  
Com eles divido aprendizado, sabedoria,  
força e muita esperança, a cada um  
deles dedico este trabalho:

ao grandioso Jeff, pelo amor pleno e verdadeiro,  
a Hilário, Madalena e Ádila, pela paciência e apoio fundamentais,  
a Juliana Melim, Fabiola Leal, Bruno Toledo e Charles Travezani  
pela renovação cotidiana da minha esperança na nossa luta,  
as recém chegadas e tão importantes, Andréa Dalton e Maria Helena Abreu  
pela partilha do tão precioso compromisso ético-político,  
a Camila Taquetti pelas leituras e discussões partilhadas nesse longo percurso,  
aos docentes Vânia Manfroi, Madalena Sartim,  
Reinaldo Carcanholo e Jorge Mendonça,  
pelas inúmeras reflexões e aprendizados.

## **Resumo**

A pesquisa aqui desenvolvida tem por objetivo analisar as contradições entre os pólos capital/ trabalho diante das políticas de trabalho e geração de renda do município de Vitória. Tem por intuito analisar as consequências dos programas realizados na área do trabalho, encampados pela Secretaria de Trabalho e Geração de Renda do município, para o mundo do trabalho, diante do contexto atual do capitalismo neoliberal e da tendência histórica das políticas sociais. Nessa medida, este trabalho nos permitirá perceber se a tendência das políticas de trabalho e renda é fortalecer a classe trabalhadora através da expansão de seus direitos, da regulação social do trabalho, ou legitimar a ordem capitalista. Para isso, iremos percorrer a histórica das políticas sociais e do avanço dos direitos, considerando o processo de luta de classes enquanto fundamental para este percurso. Relataremos as características do capitalismo atual, os dados na área do mundo do trabalho e, através da realização de entrevistas semi-estruturadas e da leitura de documentos, analisaremos, à luz da teoria crítica, de forma qualitativa, relacionando totalidade e particularidades em que perspectiva caminha as políticas de trabalho e renda do município de Vitória.

Palavras-chave: Política social. Luta de Classes. Trabalho. Capital. Políticas de Trabalho e Geração de Renda.

## **Abstract**

The research developed here to examine the contradictions Between the poles capital-labor policies on employment and income generation in the city of Victoria. Has meant to examine the consequences of programs conducted in the area of work, taken over by the Department of Work and Income Generation in the city to the world of work, given the current context of neoliberal capitalism and the historical trend of social policies. As such, this work will allow us to see if the trend of employment and income policies is to strengthen the working class through the expansion of their rights, the regulation of social work, or legitimize the capitalist order. Therefore, we'll go through the historical and social policies on the advancement of rights, considering the process of class struggle as central to this course. We report the characteristics of contemporary capitalism, the data in the area of the working world, and by conducting semi-structured interviews and reading of documents, we will examine in the light of critical theory, in a qualitative way, and all particulars relating to that perspective walks policies of employment and income in the city of Victoria.

Keywords: social policy. Class Struggle. Work. Capital. Policies of Labour and Income Generation.

## Lista de Siglas

AI – Ato Institucional;

ABI – Associação Brasileira de Imprensa;

CEB – Comunidades Eclesiais de Base;

CDS – Conselho de Desenvolvimento Social;

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho;

CUT – Central Única dos Trabalhadores;

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

CRAS – Centros de Referência da Assistência Social;

CRT – Centro de Referência do Trabalho;

CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador;

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos;

DRU – Desvinculação de Receitas da União;

EUA – Estados Unidos da América;

FAT – Fundo de Amparo as Trabalhador;

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

FHC – Fernando Henrique Cardoso;

FMI – Fundo Monetário Internacional;

IAP's – Institutos de Aposentadorias e Pensões;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves;

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social;

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;

IQU – Índice de Qualidade Urbana;

LBA – Legião Brasileira de Assistência;

LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social;

Lula – Luiz Ignácio Lula da Silva;

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego;

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil;

OIT – Organização Internacional do Trabalho;

ONG – Organização não Governamental;

ONU – Organização das Nações Unidas;

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo;  
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;  
PAC – Plano de Aceleração do Crescimento;  
PEA – População Economicamente Ativa;  
PIB – Produto Interno Bruto;  
Pice – Política Industrial e de Comércio Exterior;  
PIS – Programa de Integração Social;  
Planfor – Programa Nacional de Formação Profissional;  
PNMO – Programa Nacional do Microcrédito Orientado;  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento;  
PND – Programa Nacional de Desestatização;  
PNQ – Plano Nacional de Qualificação;  
PMV – Prefeitura Municipal de Vitória;  
Proemprego – Programa de Emprego;  
Proger – Programa de Geração de Emprego e Renda;  
PT – Partido dos Trabalhadores;  
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais;  
SALTE – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia;  
SETGER – Secretaria de trabalho e geração de renda;  
SETADES – Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social;  
SESI – Serviço Social da Indústria;  
SESC – Serviço Social do Comércio;  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;  
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;  
SINE – Sistema Nacional de Emprego;  
SPE – Sistema Público de Emprego;  
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste;  
SUAS – Sistema único de Assistência Social;  
SUS – Sistema único de Saúde;  
UNE – União Nacional dos Estudantes;

## Índice

<b>Introdução.....</b>	<b>11-18</b>
<b>Metodologia.....</b>	<b>19-26</b>
<b>Capítulo I: Questão Social, Política Social e Luta de Classes.....</b>	<b>27-73</b>
<b>1.1.) Questão Social: a exploração enquanto cerne do capitalismo .....</b>	<b>27-33</b>
<b>1.2.) Reafirmando a Luta de Classes.....</b>	<b>34-41</b>
1.2.1) A perspectiva pós-moderna.....	41-45
<b>1.3) Percurso histórico da Política Social .....</b>	<b>45-55</b>
1.3.1) Construindo a Política Social brasileira.....	55-73
<b>Capítulo II: A avalanche Neoliberal e o Mundo do Trabalho.....</b>	<b>74-115</b>
<b>2.1) Do keynesianismo ao Neoliberalismo.....</b>	<b>74-84</b>
2.1.1) Concepções teórico-ideológicas.....	74-76
2.1.2) Atuação do Estado.....	76-78
2.1.3) Alterações na Organização do Trabalho.....	79-84
<b>2.2) Neoliberalismo e o Mundo do Trabalho no Brasil.....</b>	<b>84-115</b>
2.2.1) A adesão ao Consenso pelos latino-americanos.....	84-86
2.2.2) O marco dos governos neoliberais no Brasil.....	86-94
2.2.3) Neoliberalismo contemporâneo: Governo Lula.....	94-102
2.2.4) O mundo do trabalho pós 1990.....	102-107
2.2.5) As Políticas para geração de Trabalho e Renda.....	107-115
<b>Capítulo III – Políticas para geração de trabalho e renda no Município de Vitória.....</b>	<b>116-175</b>
<b>3.1) O Estado do Espírito Santo e o município de Vitória.....</b>	<b>116-122</b>
3.1.1) Governo Paulo Hartung e suas prioridades.....	116-122
<b>3.2) As políticas para geração de trabalho e renda no Município de Vitória.....</b>	<b>122-175</b>



3.2.1) Conselho Municipal do Trabalho.....	129-137
3.2.2) Gerência de Qualificação do Trabalhador.....	137-150
3.2.3) Gerência de Encaminhamento ao Mercado.....	150-161
3.2.4) Gerência de Apoio ao Micro e pequeno empreendedor.....	162-165
3.2.3) Gerência de Acesso ao Crédito.....	165-169
3.2.6) Gerência de Promoção da Economia Solidária.....	169-173
3.2.7) Gerência de Inclusão Digital.....	173-175
<b>4) Considerações Finais.....</b>	<b>176-186</b>
<b>Referências.....</b>	<b>187-195</b>

# **Apêndices**

## **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

### **Dados de identificação**

Título do Trabalho: Políticas de Geração de Trabalho e Renda do Município de Vitória

Pesquisador Responsável: Aline Fardin Pandolfi

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

Telefones para contato: (27) 3314-0225 (27) 9276-5205

A participação nessa pesquisa contribuirá na realização da Dissertação de Mestrado em Política Social de responsabilidade da pesquisadora Aline Fardin Pandolfi, sob orientação do Professor Doutor Luis Jorge Pessoa de Mendonça.

A pesquisa em questão tem por objetivo identificar as estratégias de intervenção, mediante a implantação das políticas de geração de trabalho e renda, junto ao conflito capital/trabalho que ocorre no cerne do modo de produção capitalista. Justifica-se este trabalho pela relevância de se compreender os reais impactos desses programas junto às condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora no município de Vitória. Este trabalho possibilitará identificar os limites e potencialidades desses programas no município.

Por intermédio do termo são-lhes garantidos os seguintes direitos:

- 1- Solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre essa pesquisa;
- 2- Sigilo absoluto sobre os nomes bem como quaisquer outras informações que possam levar a identificação pessoal;
- 3- Ampla possibilidade de negar-se a responder quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social;
- 4- Desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

“ Declaro estar ciente das informações constantes neste “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” e entender que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa. Poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimento sobre esta pesquisa, recusar a dar informações que julgue

prejudiciais a minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da Pesquisa. Fico ciente também de que uma cópia deste Termo permanecerá arquivada pela acadêmica do Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, responsável por esta Pesquisa”.

Vitória, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

**Assinatura do participante:**

\_\_\_\_\_.

**Pesquisadora:**

Aline Fardin Pandolfi

\_\_\_\_\_

**Orientadora da Pesquisa:**

Luiz Jorge Pessoa de Mendonça

\_\_\_\_\_

## **Roteiros de Entrevista**

### **Entrevistas semi - estruturada aos gestores:**

- 1 – Quais as principais demandas para a gerência?
- 2 – Quais as estratégias implantadas para atendê-las?
- 3 – Como ocorre a interlocução com as outras gerências?
- 4 – Como avalia as atividades/ ações/ resultados da gerência?
- 5 – Quais os instrumentos que dispõem para avaliação das ações da gerência?
- 6 – Quais os limites que identifica na implantação das ações?
- 7 – Quais os princípios que norteiam a atuação?

Gerências a serem entrevistadas:

- Gerência de qualificação do trabalhador
- Gerência de encaminhamento ao mercado
- Gerência de apoio ao micro e pequeno empreendedor
- Gerência de acesso ao crédito

### **Entrevista semi-estruturada aos secretários:**

- 1 - Quais as demandas para a secretaria?
- 2 – Quais os objetivos principais da secretaria?
- 3 – Quais as atribuições que identifica ser do município e do Estado?
- 4 – Quais as diferenças entre as municipalidades?
- 5 – Como avalia o processo de descentralização político/ administrativa?
- 6 – Como avalia as ações/ atividades da secretaria?

Secretários a serem entrevistados:

- Secretário municipal do trabalho
- Secretário estadual do trabalho

**Entrevistas semi - estruturada aos representantes dos trabalhadores na Comissão Municipal do Trabalho:**

- 1 – Como avalia a participação/ representação dos trabalhadores na Comissão?
- 2 – Como avalia o processo decisório em relação às Políticas de Geração de Trabalho e Renda?
- 3 – Como avalia as Políticas de Geração de Trabalho e Renda?
- 4 – Como avalia o funcionamento da Comissão em relação a seu Regimento?
- 5 – Quais os limites que identifica na implantação das ações?
- 6 – Quais os princípios que norteiam a atuação?

**Entrevistas semi - estruturada aos representantes dos empregadores na Comissão Municipal do Trabalho:**

- 1 – Como avalia a participação/ representação dos empregadores na Comissão?
- 2 – Como avalia o processo decisório em relação às Políticas de Geração de Trabalho e Renda?
- 3 – Como avalia as Políticas de Geração de Trabalho e Renda?
- 4 – Como avalia o funcionamento da Comissão em relação a seu Regimento?
- 5 – Quais os limites que identifica na implantação das ações?
- 6 – Quais os princípios que norteiam a atuação?

## Introdução

O trabalho na sociedade capitalista pode ser percebido enquanto instrumento fundamental para inserção social, para sociabilidade dos indivíduos, para colocação dos mesmos em determinada posição social. Ele também é determinante do status social, é instrumento garantidor, antes de tudo, da sobrevivência humana nessa e em qualquer outra sociedade. Especificamente na sociedade capitalista, o trabalho significa exploração. No entanto, o trabalho não obteve essa mesma característica em outras sociedades, mas a obteve em todas as sociedades fundamentadas na exploração de classes. Em sociedades como as comunais e indígenas o trabalho se desenvolvia coletivamente em prol do atendimento às necessidades humanas de toda a população, e não havia apropriação privada, individual dos produtos do trabalho coletivo. Não havia, portanto, relações de dominação, de exploração de um grupo sobre outro. De acordo com Lukács (1979), o trabalho independente da forma de sociedade em vigor, é central para vida humana, é constituidor do ser social, é instrumento transformador da natureza para garantir o abastecimento das necessidades humanas, ao mesmo tempo em que, modifica e transforma também o homem. O trabalho, enquanto produtor de *valor-de-uso* esteve e estará presente em todas as formas de sociedade, o trabalho como trabalho social, é a fonte de riqueza e da cultura da sociedade (MARX, 1875).

De volta à sociedade capitalista, cabe diferenciar que nesse modo de produção o trabalho possui a configuração específica de produzir mercadorias que possuam *valor-de-troca*, as quais deverão ser vendidas no mercado de trabalho<sup>1</sup>. Aqueles que possuem os meios para produção dessas mercadorias terão o “privilégio”<sup>2</sup> de contratar, por algum preço, aqueles que nada possuem nessa sociedade a não ser sua força de trabalho, que também deverá ser vendida, como as outras mercadorias, nessa sociedade. Os detentores dos meios necessários para produção representam a menor parcela da sociedade, privilegiada diante da classe trabalhadora, que tem na venda da força de trabalho sua única fonte de sobrevivência. Já a classe capitalista ou burguesa garante sua

---

<sup>1</sup> Mediante as trocas de diferentes mercadorias no mercado, sendo um quantitativo de uma correspondente a determinada quantidade de outra, identifica-se a possibilidade de igualar trabalhos diferentes, abstraindo suas particularidades de ser trabalho de tecelão e de marceneiro, *trabalho útil*, considera-se para finalidade da troca apenas o que possuem em comum, dispêndio de força humana, denominado de *trabalho abstrato* Marx (2008).

<sup>2</sup> A intenção aqui é satirizar com o que é um direito. Direito este construído no capitalismo que legitima a propriedade privada, serve especialmente a burguesia, a exploração e aprofunda as desigualdades.

elevada condição de vida<sup>3</sup> através da exploração da maior parcela da sociedade, que se dá mediante o desgaste, o consumo da força de trabalho no processo produtivo<sup>4</sup>.

O trabalho nessa sociedade se depara com essa relação de exploração, base fundamental para compreender o funcionamento do modo de produção capitalista, em que os bens produzidos, a riqueza erguida socialmente não é apropriada por aqueles que a produzem, mas transferida para os detentores dos meios de produção. A classe trabalhadora possui um preço no mercado de trabalho denominado salário que, como o preço de qualquer mercadoria, sofre influência das oscilações do mercado, sendo normalmente um preço significativamente menor que o *valor*<sup>5</sup> de seu trabalho. De acordo com Marx (1986, p.169), a “[...] redução do salário abaixo desse valor [...] transforma o fundo de consumo indispensável para o sustento do trabalhador em fundo de acumulação do capital. Portanto, a tendência do capital é também reduzir os salários o mais possível [...]”.

Entretanto, mesmo se o trabalhador obtivesse uma remuneração, salário, correspondente ao *valor* do seu trabalho a exploração se manteria, pois o *valor* refere-se à remuneração pelo trabalho que equivalha à aquisição da *cesta de consumo dos trabalhadores*, que permita o acesso aos serviços e bens necessários ao reabastecimento e reprodução da força de trabalho<sup>6</sup>. O valor dessa cesta de consumo é sempre inferior ao que produz os trabalhadores em toda sua jornada de trabalho, se não o fosse, o capitalista não contrataria essa força de trabalho, já que o sentido da exploração está aqui, no fato da maior parte da produção, diária, semanal ou mensal, ser apropriada pela burguesia, mesmo se os salários forem correspondentes ao valor, o trabalhador é quem produzirá a parcela correspondente a sua remuneração e a parcela excedente, a *mais-valia* do capitalista.

---

<sup>3</sup> Diferente da cesta de consumo dos trabalhadores são os bens consumidos pela parcela detentora da riqueza na sociedade capitalista, os bens suntuários da burguesia (CARCANHOLO, 2007; MARX, 2008).

<sup>4</sup> A citada relação de exploração é explicada pelo conceito de mais-valia de Marx. Este será esmiuçado no decorrer do trabalho.

<sup>5</sup> O valor refere-se ao tempo de trabalho necessário a produção e a reprodução de determinada mercadoria, que pode estar equiparado ao salário ou não. Ao longo do capitalismo o valor tende a aparecer como um ser autônomo na sociedade, que transita pela forma dinheiro, mercadoria, e sobressai gradativamente em relação aos valores-de-uso das mercadorias – é o que Carcanholo (1982) irá explicar a partir do que denomina de *desmaterialização da riqueza* e o processo de *substantivação do valor*.

<sup>6</sup> A reprodução da força de trabalho significa também a reprodução dos dependentes desse trabalhador, sua mulher e filhos, o que garantirá a força de trabalho futura (CARCANHOLO, 2007; MARX, 2008).



Sobre a *mais-valia* no processo de acumulação do capital, cabe destacar ainda que, de acordo com Marx (1986, p.166), “[...] a mais valia é dividida [...] em compra de meios de produção e de força de trabalho [...] uma parte da mais-valia é consumida pelo capitalista, na forma de lucro, e a outra é acumulada como capital”. Portanto, a parte que o capitalista acumula, economiza e não consome é a que garante a ele o enriquecimento e o “mérito”<sup>7</sup> de ser capitalista, a outra parte ele reinveste no processo produtivo no intuito de incrementá-lo e de perpetuá-lo. Dessa forma, a *mais-valia* é esse excedente pertencente ao capitalista, que não será dividido com a classe trabalhadora.

No capitalismo, portanto, o trabalho está diretamente vinculado a exploração, o que o torna peculiarmente agressivo a vida humana, diante da impossibilidade da maioria usufruir da riqueza, do conforto gerado. Essa maioria permanece submetida a condições precárias e remotas de sobrevivência, quando há sobrevivência. De acordo com Marx (1986, p.188), “[...] a acumulação de riqueza corresponde à acumulação ao mesmo tempo de miséria, de trabalho tormentoso, de escravatura, de degradação física e moral, de ignorância, embrutecimento, justamente da classe que produz o capital, a riqueza”.

O fato de não sobreviver nesse modo de produção devido às próprias contradições inerentes a organização do capitalismo, resulta com frequência de não ter sido possível uma inserção por meio do trabalho. O desemprego, que resulta do modo de produção capitalista, não se caracteriza por mazela possível de ser superada, como se apresenta no âmbito da aparência, possui papel fundamental para regular os preços da força de trabalho, para mantê-los baixos. O grupo denominado por Marx de *superpopulação relativa*<sup>8</sup> e *exército industrial de reserva* é estratégico também para manter a dominação de classe, a opressão das reivindicações dos trabalhadores diante da ameaça do desemprego, e a submissão dos mesmos as condições colocadas pelo mercado.

No entanto, o aprofundamento do desemprego, e a sua constância na sociedade capitalista – estando aquele condicionado a existência desta – implica em ameaça no que se refere à harmonia dessa ordem social. Ao mesmo tempo que o desemprego funciona como estratégia para silenciar os que trabalham e suas reivindicações, o

---

<sup>7</sup> A intenção aqui é ironizar a idéia do mérito difundida no capitalismo para justificar o status social dos indivíduos, mero mérito pessoal.

<sup>8</sup> O grupo que Marx se refere enquanto superpopulação relativa engloba “[...] todo trabalhador [...] desempregado ou parcialmente empregado [...]” MARX (1986, p.185). A superpopulação relativa apresenta ainda três formas: a flutuante, a latente e a estagnada, sobre as quais falaremos adiante.

potencial de revolta dos desempregados e daqueles que se encontram em condições mais precárias no capitalismo é camuflado através da implantação das políticas sociais, as quais se apresentam enquanto mecanismo importante para apaziguar a percepção de exploração e de desigualdades produzidas por esse modo de produção.

Outro aspecto inerente ao capitalismo, assim como a existência de um vasto grupo de desempregados, é a ocorrência de crises cíclicas que normalmente se iniciam no âmbito da produção econômica e se alastram para todas as outras formas de relações sociais. Essas crises tendem a manifestar de forma mais incisiva as sequelas desse modo de produção, que abarcam nesse período grupos sociais antes não afetados pelos males desse sistema. No intuito de garantir a consonância da ordem social, e mantê-la hegemônica, nos períodos de crise o capitalismo se reorganiza, se reordena. É nesse contexto que se fortalecem e se reconfiguram as políticas sociais, enquanto mecanismo moderador das mazelas sociais inerentes ao sistema capitalista de produção (BRAZ; NETTO, 2006; BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Entendendo que políticas sociais são instrumentos utilizados para amenizar as mazelas oriundas da exploração do trabalho na sociedade capitalista, da *questão social*, é fundamental compreender no contexto atual como estão sendo tratadas essas mazelas, ou seja, as políticas sociais adotadas nessa conjuntura, centrando essa análise nas direcionadas para geração de trabalho e renda. Para isso, é de fundamental importância destacar que houve mudanças ao longo do processo de constituição e fortalecimento do capitalismo quanto à configuração das políticas sociais, a organização do processo produtivo, quanto aos aspectos ideológicos e sociais bem como em relação a organização do mundo do trabalho.

No intuito então de responder ao problema de pesquisa: Diante da contradição capital/trabalho, quais os princípios que norteiam e as consequências das políticas de geração de trabalho e renda do município de Vitória para o mundo do trabalho? Iremos desenvolver esse trabalho com o seguinte objetivo: Analisar a implantação das políticas de geração de trabalho e renda no município de Vitória e suas consequências para o mundo do trabalho, considerando os princípios que as norteiam, diante da contradição entre os pólos capital/trabalho. Para que este objetivo seja atingido, fragmentamos o mesmo nos seguintes objetivos específicos: Levantar os programas implementados pelo Município de Vitória; Analisar os interesses contraditórios na correlação de forças entre

o trabalho e o capital; e Identificar se a tendência é fortalecer os interesses do capital ou avançar na regulação social do trabalho.

Para isso, na primeira parte deste trabalho temos a intenção de demonstrar a relação de exploração inerente ao capitalismo, que funciona como seu “eixo condutor”. Uma análise que fica encoberta ao se tratar da *questão social* por grande parte de autores. A partir de uma abordagem marxista de análise, que busca descortinar o que se apresenta na aparência, demonstrar que o conflito capital/ trabalho, a relação de exploração do capitalismo é a causa de onde se originam todas as demais *expressões da questão social*. A partir daqui, faremos uma demarcação teórica sobre o processo de luta de classes, no intuito de reafirmar sua continuidade, mesmo que negada por alguns autores recentes que defendem a inviabilidade de uma luta de classes organizada politicamente, diante das transformações últimas do capital. A seguir, traçaremos o percurso histórico das políticas sociais, no intuito de explicar sua gênese e suas alterações em períodos de crise, visando atender aos interesses do capital. Trataremos dessas mudanças aonde ocorreram as primeiras experiências de política social e seu foco na proteção do trabalho. Posteriormente, trataremos da construção da política social brasileira, considerando as particularidades desse país no processo de regulação social do trabalho e sua submissão frente ao contexto internacional.

Após análise do percurso histórico e demarcação teórica das categorias fundamentais que irão iluminar a análise deste trabalho, é fundamental tratar do período atual do capitalismo, sua configuração contemporânea, a nova forma de organização do Estado, do processo produtivo e as consequências geradas para a vida dos trabalhadores. Este período registra enfraquecimento do processo de luta de classes, perda de direitos para a classe trabalhadora, maiores níveis de desemprego atrelados a investimentos prioritários na esfera financeira e a intensificação do trabalho.

No capítulo segundo iremos, portanto, contextualizar o período atual do capitalismo. Descreveremos sobre o neoliberalismo e sua direção ideológica, as mudanças ocorridas na organização produtiva, inicialmente nos países centrais e as consequências para o mundo do trabalho. A partir daqui falaremos do ingresso da ideologia neoliberal no Brasil, considerando suas particularidades históricas, sociais e econômicas, e as ações dos governos neoliberais. Posteriormente, trataremos do Governo Lula e de sua forma de condução do neoliberalismo atual, as políticas sociais e os investimentos desse

governo. Trataremos do desmonte do mercado de trabalho pós 1990, da perda de postos de trabalho, da desregulamentação do trabalho e da consequente redução dos direitos para a classe trabalhadora. Diante dessa conjuntura, abordaremos quais são as políticas voltadas para geração de trabalho e renda, implantadas no intuito de amenizar essas consequências que rebatem sobre trabalhadores.

No capítulo terceiro e último, onde será realizada a análise da pesquisa, falaremos das políticas para geração de trabalho e renda implantadas no município de Vitória. Contextualizaremos inicialmente o Estado do Espírito Santo e a Prefeitura de Vitória em relação aos seus governos, suas prioridades, considerando dados que retratam a realidade econômica e a consequente realidade social dessas regiões. Trataremos do mercado de trabalho local, dos índices de desemprego e da informalidade. Por último, analisaremos as políticas para geração de trabalho e renda do município, considerando a organização da recente Secretaria Municipal de Geração de Trabalho e Renda, que engloba ações no âmbito de duas Subsecretarias, uma é a Subsecretaria de Apoio ao Trabalhador, onde estão inseridas a Gerência de Qualificação Profissional e a Gerência de Encaminhamento ao Mercado, a atuação dessas gerências está voltada, especialmente, para inserção dos trabalhadores no mercado formal de trabalho. A outra, é a Subsecretaria de Apoio ao Empreendedor, que contempla as Gerências de Apoio ao Micro e Pequeno Empreendedor, a Gerência de Promoção da Economia Solidária, a Gerência de Acesso ao Crédito e a de Inclusão Digital. Esta Subsecretaria atua no âmbito do fomento as iniciativas autônomas, no campo do empreendedorismo e da informalidade.

A escolha deste município está atrelada a possibilidade de se analisar uma experiência de política social que tem se concretizado no campo das políticas de trabalho e renda, o que não é uma realidade para a maioria dos municípios do próprio país. Tratando-se dos programas instituídos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e sua configuração junto ao Município de Vitória, cabe apontar que este município, capital do estado do Espírito Santo, possui recursos além do total repassado pelo MTE, realidade comum a algumas capitais brasileiras, mas que destoa da maior parte dos municípios. Tal fato possibilita a implantação dos programas deste ministério, mas permite também que este município tenha relativa autonomia no sentido de planejar e construir outras estratégias para área do trabalho.

Esta proposta de trabalho tem por intuito considerar o conflito de classe inerente ao capitalismo, a partir de interesses divergentes entre capitalistas e trabalhadores, analisar a contradição presente nas políticas para geração de trabalho e renda do município de Vitória, que poderão estar voltadas prioritariamente para atender aos interesses dos trabalhadores ou dos capitalistas. Diante disso, identificar se essas políticas tendem a fortalecer os trabalhadores, caminhando para regulação social do trabalho, ou se tendem para legitimar os princípios do capital contemporâneo, moldado pela ideologia neoliberal.

Devido à abrangência das transformações ocorridas no mundo do trabalho, foco das políticas sociais voltadas para esse ramo, cabe delimitar esta análise. Ela estará situada no município de Vitória, no intuito de relacionar a perspectiva teórica apontada com a configuração e a forma que tem sido implantadas essas políticas de geração de trabalho e renda nesse município.

As políticas e programas ofertados a nível nacional, instituídos pelo Ministério do Trabalho, são incorporados pela Secretaria de trabalho e geração de renda do município de Vitória (SETGER), a qual possui características próprias no que se refere à política, à economia e ao desenvolvimento histórico. Essa incorporação apresentará nova formatação das mesmas políticas, peculiaridades latentes ao município de Vitória. A Secretaria foi inaugurada em janeiro de 2006 e desde então, tem instituído projetos voltados para inserção de cidadãos no mundo do trabalho.

A relevância dessa pesquisa está na possibilidade de analisar os programas voltados para geração de trabalho e renda estabelecidos hoje pelo Município de Vitória tendo em vista a organização do modo de produção capitalista e sua configuração contemporânea. A intenção aqui é relacionar a perspectiva mais ampla do capitalismo, a organização desse modo de produção e seu contexto atual às políticas voltadas para geração de trabalho e renda nesse município.

Teoricamente e politicamente este estudo permitirá uma reflexão sobre o que o Estado representado pelo Governo atual considera como Política Social e seus desdobramentos em termos de políticas de geração de trabalho e renda. Mais especificamente, o que considera trabalho e emprego e quais as condições de trabalho fomentadas por estes programas. A partir desta análise, será possível pensar o tipo de política social existente,

quais as alternativas e como podemos construí-la no intuito de fortalecer e favorecer a classe trabalhadora.

Desse modo, a proposta deste estudo está situada no Município de Vitória, mediante análise concreta dessa realidade particular. Tal aspecto possibilitará contribuir com os que atualmente trabalham junto a Secretaria de Geração de Trabalho e Renda, propiciando refletir sobre a implantação desses programas e sobre os impactos dessa política de geração de trabalho e renda no mundo do trabalho.

## Metodologia

Pesquisar implica em adentrar ao novo, ao desconhecido, no intuito de preencher uma lacuna existente em uma área de conhecimento específica. Dessa forma, com a desenvoltura de uma nova pesquisa busca-se atingir alguns objetivos específicos, questionar e responder algo novo (LUNA, 2002).

Após apontar no início deste trabalho a relevância do tema em questão, considerando os pressupostos teóricos que o nortearão, é importante reforçar, de acordo com Luna (2002, p.83) que, “[...] o problema tem origem num quadro teórico que lhe dá, supostamente, coerência, consistência e validade. Além disso, deve especificar condições determinantes do fenômeno e variáveis com alta probabilidade de afetá-lo”.

Cabe delimitar que a análise do terceiro capítulo será preponderantemente qualitativa de informações que tratem dos objetivos, da forma de condução e dos resultados alcançados com os programas, no intuito de confrontar com os referenciais teóricos apontados. A análise qualitativa, nessa forma de trabalho é primordial, já que irá envolver questões teóricas importantes, bem como, irá contextualizar com a inconstante conjuntura social contemporânea, por onde a análise irá fluir. Assim, de acordo com Mazzotti; Gewandszajder (2004, p.147), “[...] as investigações qualitativas, por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma gama de casos”.

Assim,

Nessa crítica, é necessário ter sempre em mente que as regras e padrões da metodologia científica são historicamente construídos e vinculados a valores sociais e a relações políticas específicas que, frequentemente, são escamoteados através dos rituais e discurso da ciência [...] [deverá dar] ênfase na análise das condições de regulação social, desigualdade e poder. Assim, os teóricos-críticos enfatizam o papel da ciência na transformação da sociedade [...] (MAZZOTTI; GEWANDSZAJDER, 2004, p.139).

Nessa perspectiva, é fundamental entender os sujeitos enquanto agentes políticos de transformação dessa sociedade, bem como olhá-la a partir de manifestações pontuais de acontecimentos, que estão sempre entrelaçados, e, jamais distanciados da totalidade de funcionamento da sociedade. É importante dizer que este trabalho está vinculado a uma ideologia de classe, a idéia de neutralidade em qualquer pesquisa é aqui recusada, por se entender que sempre há ideologia de classe, a defesa de interesses de uma classe,

mesmo por trás daqueles discursos pretensamente neutros. A ciência é sempre revestida de ideologia, é sempre junção de algumas hipóteses que ultrapassam o simples objeto, objetivo. É a classe que forma as visões sociais de mundo através de seus representantes políticos e literários, que irão disseminar ideologia relativa a uma classe. O que irá definir, contudo, uma ideologia, não são idéias soltas, um conteúdo doutrinário em si, mas uma “forma de pensar” (LOWY, 2007).

Há neste trabalho o direcionamento lúcido de classe, na perspectiva de defesa dos interesses e de análise em prol da classe trabalhadora. O intuito deste trabalho é relacionar a totalidade do capitalismo e sua organização por essência com as informações levantadas a nível particular, singular, que são as políticas de trabalho e renda do município de Vitória. Não para dizer se essas políticas são eficazes e eficientes ao que elas se propõem realizar dentro do capitalismo, mas para dizer se elas estão voltadas para atender aos trabalhadores, para fortalecer esta classe mediante a expansão de direitos e a regulação social do trabalho, ou se tem por intuito fortalecer a economia, o capitalismo e a lógica de mercado, servindo, portanto, a interesses opostos aos dos trabalhadores.

De acordo com Lowy (2007), sobre a relevância de uma análise científica em defesa da classe trabalhadora, afirma que,

É porque Marx se situa do ponto de vista do proletariado revolucionário que ele pode chegar a ‘um observatório mais elevado’ de onde ele pode ‘perceber os limites das formas econômicas burguesas’. Esta metáfora ‘topológica’ [...] sugere uma ligação entre o ponto de vista de classe e o horizonte de visibilidade da ‘paisagem social’ [...] a emergência de um ‘observatório mais elevado’ [...] que cria a possibilidade objetiva de um conhecimento mais vasto da realidade social (LOWY, 2007, p.124).

Tendo à luz os pressupostos teóricos, esse caminho será percorrido mediante a interligação entre as informações levantadas através dos documentos da Secretaria de Geração de Trabalho e Renda, da Prefeitura e até mesmo do Estado do Espírito Santo como relatórios, registros, cartilhas, a transcrição das entrevistas realizadas, vinculadas ao aparato teórico desenvolvido. Esta pesquisa será exploratória, caracterizada pela intenção de relacionar o problema da pesquisa, a particularidade pesquisada com o todo social, com a atual conjuntura do capitalismo mediante uso do aparato teórico aqui entendido enquanto o que mais fielmente explica essa realidade.



No capítulo primeiro e segundo deste trabalho são desenvolvidos os conceitos teóricos e as reflexões que subsidiaram a análise dos dados, no intuito de responder aos objetivos propostos. Estes dois capítulos foram realizados primordialmente a partir de estudo bibliográfico de diversos autores na perspectiva teórica deste trabalho. O início da análise, no terceiro capítulo, aponta dados referentes ao mercado de trabalho. Ainda no capítulo segundo tratamos destes dados no Brasil, e no capítulo terceiro especificamos os mesmos no Espírito Santo e no Município de Vitória. A intenção é possibilitar ao leitor apuração da dimensão da realidade brasileira no que se refere as *expressões da questão social*<sup>9</sup>, principalmente aquelas relacionadas ao mundo do trabalho. Apontamos para isso, os índices referentes ao desemprego, a informalidade, as desigualdades regionais, a renda média dos trabalhadores, dentre outros, importantes para se refletir sobre o campo social em contraponto ao econômico. Para isso, utilizamos dados secundários levantados pelos atuais institutos do Brasil e do Estado, que realizam pesquisa. Todos eles são discriminados no decorrer da análise, bem como é esclarecido a nossa opção pelo uso de um ou outro. Cabe dizer que uma dificuldade encontrada se refere à extensão dos dados nacionais que, quando não englobam todas as cidades brasileiras, são desatualizados ou direcionados para mascarar a realidade. Outro aspecto se refere aos dados Estaduais e Municipais, que também carecem de atualização e de levantamentos mais abrangentes e criteriosos quanto ao retrato da realidade.

Quanto à pesquisa das políticas em si, uma das formas de acesso às informações para a apreciação proposta ocorreu mediante a análise de documentos que tratem dos programas municipais de emprego e renda, o que possibilitou entender a constituição atual dessas políticas, especialmente suas configurações junto ao nosso município.

Esses documentos são formatados em forma de relatórios, cartilhas, os quais costumam apresentar objetivos, finalidades, resultados e evidenciar nas entrelinhas a direção das políticas voltadas para geração de trabalho e renda do município. Há vários documentos produzidos pelos próprios trabalhadores da Secretaria, o que permitirá uma análise da perspectiva adotada para o desenvolvimento dos programas no município, no intuito de analisar as contradições entre os pólos capital/ trabalho, e se essas políticas tendem a favorecer a economia, os capitalistas ou os trabalhadores.

---

<sup>9</sup> Demarcaremos essa categoria no primeiro capítulo.

Os documentos utilizados para fins desta análise foram: Instrução Normativa nº004/2008, que regula sobre o funcionamento das Comissões Municipais e Estaduais do Trabalho; Regimento Interno do Conselho Municipal do Trabalho (2008); As atas das reuniões do Conselho Municipal do Trabalho referentes ao ano de 2008 e 2009; Projeto Político Pedagógico do Centro de Referência do Trabalho da Prefeitura Municipal de Vitória (2006); Relatório Anual do Público Atendido na Agência Municipal do Trabalhador do Município de Vitória (2009); Situação de Produção de Posto de Atendimento de Vitória entre abril de 2008 e abril de 2009; Serviços Oferecidos pela Gerência de Encaminhamento ao Mercado (2009); Cartilha Informativa do Governo do Estado sobre o SINE; Cartilha da Agência Municipal do Trabalhador “Cause boa impressão e agarre sua chance!”; e Relatório Quantitativo e Qualitativo dos Créditos Concedidos, período: maio a outubro de 2009. Ao longo da análise foram utilizados trechos destes documentos que contribuem para responder os objetivos propostos.

A organização da análise se deu a partir da leitura sistemática destes documentos com fichamento das partes relacionadas aos objetivos deste trabalho. A avaliação de documentos na pesquisa social possui considerável relevância, de acordo com May (2004, p.204), os “[...] documentos, lidos como a sedimentação das práticas sociais, têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo [...]”.

Os documentos se referem, portanto, a fontes secundárias, não produzidas por nós enquanto pesquisadores, mas pelo poder público que implementa a política. Quanto a isso, tivemos o cuidado no sentido de que são fontes de dados produzidos por outrem, as fontes secundárias “[...] são escritas depois de um evento que o autor não testemunhou pessoalmente, e o pesquisador tem que estar ciente dos problemas potenciais na produção desses dados”, May (2004, p.210). Outro ponto colocado por esse mesmo autor, é que a análise do documento não deve se limitar a uma visão do senso-comum, mas deve estar inserida em um contexto político e social mais amplo, deve-se ter clareza do contexto em que o produtor/ escritor e o leitor estão inseridos (MAY, 2004). Nessa mesma perspectiva alerta Sâmara; Tupy (2007, p.120) “[...] a escrita possibilita não apenas a elaboração de um texto, mas também a transmissão de mensagens entre quem o escreve e quem o lê e/ou interpreta”.

Outra forma de coleta de dados foi a realização de entrevistas semi-estruturadas. A opção por esta entrevista ocorreu devido a esta indicar para o entrevistado quais os pontos fundamentais a serem abordados, mas não limitando a abordagem do entrevistado quanto ao assunto em questão, deixando o mesmo à vontade para apontar outras informações relevantes à pesquisa. Ao determinarmos um objeto de estudo, temos de selecionar as variáveis capazes de influenciá-lo, apontamos categorias teóricas que serão consideradas no processo de análise. A entrevista semi-estruturada tem por objetivo contribuir com esse processo mediante o relato de informações à respeito do que deverá ser analisado. Contudo, a entrevista semi-estruturada, ao passo que aponta quais as informações pleiteadas, permite ao leitor abordagem ampla do objeto da pesquisa ao ser formulada por perguntas direcionadas, mas expansivas quanto as possibilidades de resposta (MAY, 2004).

Foram entrevistadas pessoas chaves, aquelas que possuíam condições de informar sobre as questões propostas e contribuir com a coleta de informações para esta pesquisa. Foram entrevistados 4 gestores da Secretaria de geração de trabalho e renda do município, aqueles que acompanham e atuam na gestão da implantação desses programas no município de Vitória; 2 servidores da Secretaria que possuem uma dimensão ampla das ações da Secretaria e da interligação entre as gerências; 1 Secretário que também possui olhar amplo sobre as ações da Secretaria; 2 representantes da Bancada dos Trabalhadores na Comissão Municipal do Trabalho; e 1 representante da Bancada dos Empregadores na Comissão Municipal do Trabalho. Ao todo, foram realizadas 10 entrevistas, sendo que a previsão era a realização de 11, no intuito de entrevistar um representante da Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES), para termos uma dimensão mais concisa de todo o Espírito Santo e das desigualdades entre os municípios. Esta entrevista foi inviabilizada devido a nossa desistência após diversas tentativas de agendamento, não sendo recebidos em nenhuma delas para realizar a entrevista.

Foram construídos roteiros de entrevista específicos para estes grupos, devido a cada um estar envolvido com especificidades da política de trabalho e geração de renda conduzida pela Secretaria. Para que pudéssemos dispor de informações qualificadas, precisas e abrangentes, os roteiros foram organizados no sentido de explorar aquilo que determinados atores sociais mais pudessem nos informar. Para os gestores foi elaborado um roteiro de entrevista, para os representantes do Conselho Municipal do Trabalho foi

elaborado outro, para o Secretário e os servidores na gerência foi aplicado outro roteiro. Os roteiros que subsidiaram as entrevistas estão no final deste trabalho (APÊNDICE).

No intuito de garantir o princípio ético e político, o entrevistador realizou contanto anterior com o entrevistado para construir certa aproximação antes do momento da entrevista, tanto pessoalmente quanto com a instituição. Também foi solicitado ao entrevistado permissão para que a entrevista fosse gravada, bem como foi aplicado o termo de consentimento livre e esclarecido no intuito de zelar pelo anonimato do entrevistado (APÊNDICE).

Tim May (2004), afirma que há três condições necessárias para realização de entrevistas bem sucedidas, sendo elas a *acessibilidade* do entrevistado as informações requeridas, a *cognição* entendimento do que está sendo solicitado a pessoa entrevistada e a *motivação*, garantindo a valorização da participação do entrevistado, destacando sua contribuição. Das 10 entrevistas realizadas, 8 delas foram viabilizadas cumprindo essas três condições. Os entrevistados nos receberam com total acessibilidade, nos concedendo o tempo necessário, nos permitiram esclarecer sobre as questões em caso de dúvidas, se empenharam em discorrer sobre o máximo de elementos possíveis e possibilitaram ser estabelecido um diálogo franco e extenso. Essas entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, no intuito de garantir maior fidedignidade das informações colocadas. Todas foram realizadas e transcritas por nós, no intuito de esclarecer o entrevistado sobre possíveis questões e de se familiarizar com os dados. Conforme afirma May (p.166, 2004), “[...] transcrever fitas e simplesmente escutar as conversas colabora com o importante estágio analítico da familiarização com os dados [...]”.

Contudo, 2 dos entrevistados não se dispuseram para participar da entrevista oral, justificando não haver tempo para tal e alegando que responder por e-mail concederia a eles melhor condição de elaboração da resposta e não influenciaria na qualidade das informações, mesmo sendo esclarecido a eles, por nós, quanto a relevância da entrevista e quanto as possíveis dúvidas no processo de resposta – ao que se comprometeram entrar em contato, caso acontecesse. De fato, o que ocorreu foi que estas duas entrevistas ficaram prejudicadas quanto ao conteúdo, extremamente sucintas, pontuais e desarticuladas quanto às demais informações, o que dificultou o acesso a informações

referentes a Gerência de Apoio ao Micro e Pequeno Empreendedor e a participação da Bancada dos Empregadores no Conselho Municipal do Trabalho.

No entanto, mesmo não tendo todas as entrevistas conforme planejado pelo projeto de pesquisa, as entrevistas realizadas, bem como os documentos relacionados para análise, nos possibilitaram responder aos objetivos propostos, conforme veremos no decorrer destes trabalhos.

A análise dos dados estará respaldada na teoria crítica marxista, entendendo-se que esta se apresenta enquanto a mais adequada para compreender a sociedade capitalista ao considerar suas contradições e a relação indissociável entre fenômenos particulares e a totalidade dessa ordem social. É à luz dessa perspectiva crítica, portanto, que será efetuada toda a análise dos dados. Para isso, é imprescindível perceber e discorrer sobre as peculiaridades do modo de produção capitalista, bem como sobre as mudanças particularidades que sofreu culminando nas características recentes, no chamado *capitalismo tardio*; posteriormente cabe relacionar essas características maiores, do âmbito da conjuntura com a formulação, formatação e aplicação do objeto estudado, as políticas de geração de trabalho e renda.

A técnica utilizada para tratamento dos dados foi a Análise de Conteúdo. Esta forma de tratamento dos dados implica na manipulação de mensagens, considerando seu conteúdo e expressão desse conteúdo, relacionando-os com as categorias teóricas que permitam responder aos objetivos propostos. Esta forma de tratamento nos permite inferir sobre outra realidade que não está evidenciada na mensagem em si, mas que vai além do que está meramente colocado (BARDIN, 1977). Dessa forma, foram elencadas algumas categorias no intuito de distribuir as informações, especialmente das entrevistas, relacionando-as com os pressupostos teóricos que subsidiaram a análise das informações. Algumas das categorias relacionadas foram: emprego/ desemprego; processo decisório/ luta de classes; descentralização político-administrativa; limites do programa; dentre outras. Essas categorias foram elencadas no intuito de organizar as informações das entrevistas, e ao longo da análise foram relacionadas com as colocações dos entrevistados, com os documentos da Prefeitura consultados, à luz de todo o aparato teórico, vislumbrando responder aos objetivos propostos.

Após a coleta dos dados é mister organizar e ter clareza da forma como serão analisadas as informações recolhidas e registradas. De acordo com Luna (2002, p. 19), as “[...] respostas a um questionário, transcrições de entrevistas, documentos, registros de observação representam apenas informações à espera de um tratamento que lhes dê um sentido e que permita que a partir delas se produza um conhecimento até então não disponível”.

Nessa linha, é importante considerar que a realidade em sua totalidade está em constante movimento, em profunda contradição que a move incessantemente, e esse movimento histórico irá balizar a análise desses dados enquanto resultado de um momento histórico, de um processo de luta de classes entre forças políticas, as quais possivelmente irão alterá-los no curso da história humana. Quanto a isso afirma Paula após a pergunta (2001, p.31), como “[...] é afinal o mundo capitalista sobre o qual a teoria marxista se debruça? Em primeiro lugar, diga-se logo que ele é uma totalidade em movimento. Isto é, que a realidade é permanentemente um vir-a-ser”.

Produzir conhecimento à luz da perspectiva crítica possibilita ainda ir além do que é apresentado no âmbito da aparência, implica em desvendar o que está encoberto.

## Capítulo I - Questão Social, Luta de Classes e Política Social

### 1.1) Questão Social: a exploração enquanto cerne do capitalismo

Inicialmente, cabe delimitar o que será entendido neste trabalho por *questão social*, já que em torno desta há diversas interpretações e compreensões diferenciadas. É importante demarcá-la dentro da perspectiva teórica e política proposta neste trabalho, qual seja, a tradição *marxista*. É fundamental a compreensão da *questão social* nesses moldes, enquanto passo importante para posteriormente tratar da relevância da luta de classes no processo de implantação das políticas sociais ao longo da história do capitalismo.

Destaca-se inicialmente que, a interpretação na perspectiva supracitada difere das antigas e recentes compreensões da *questão social* realizada por teóricos franceses como Pierre Rosanvallon<sup>10</sup> e Robert Castel<sup>11</sup>.

Recorda-se ainda que a denominação de *questão social* emergiu no seio do capitalismo utilizada primeiramente por críticos do incipiente modo de produção, surgiu inicialmente para expressar o fenômeno do pauperismo que se alastrava proporcionalmente ao processo de industrialização, ainda nos países centrais. A polarização entre riqueza e pobreza se evidenciava concomitantemente ao avanço das forças produtivas e a ampliação da produção material. Diferente das sociedades precedentes à capitalista, nas quais a pobreza era justificada pela completa escassez da própria capacidade produtiva. Na sociedade moderna, via-se proliferar na mesma proporção a capacidade produtiva e o não acesso aos bens coletivamente produzidos. Aquele contingente de trabalhadores e todos os que se encontravam em condição de pobreza, não se renderam a tal situação de forma pacífica, ao contrário, iniciaram um processo de enfrentamento junto aos detentores do capital mediante a constituição das *trade unions* – as quais evoluiriam para os sindicatos. Devido a esse enfrentamento iniciado especialmente pela parcela pauperizada, é que foi atribuído ao pauperismo o termo *questão social* (NETTO, 2005).

---

<sup>10</sup> Para conhecimento da análise deste autor e seus respectivos argumentos, vide a obra: A nova questão social, repensando o Estado Providência (1998).

<sup>11</sup> Para conhecimento da análise deste autor e seus respectivos argumentos, vide a obra: As metamorfoses da questão social (1998).

Posteriormente, o termo *questão social* vai sendo adotado pelo vocabulário popular, naturalizando-se essa questão no âmbito do próprio pensamento conservador e mantenedor da ordem social. Para este, a *questão social* deve ser combatida através de reformas, que terão por finalidade interferir nas suas manifestações, quais sejam, dentre outras: a desigualdade, o desemprego, a fome e as doenças. Essas mazelas sociais deveriam ser amenizadas e reduzidas mediante ações políticas delimitadas. Nessa mesma linha de pensamento, entende-se que a presença desses problemas sociais é comum a toda forma de sociedade e por isso devem ser tratados em uma perspectiva reformista, sem alterar a ordem social vigente (NETTO, 2005).

Na passagem da consciência histórica de classe, especialmente em 1848 quando a classe trabalhadora se corrobora enquanto grupo na perspectiva revolucionária socialista e deixam de ser uma *classe em si* para tornarem-se *classe para si*<sup>12</sup>, passam a ter a compreensão da dimensão da *questão social* enquanto questão diretamente vinculada e submetida ao modo de produção capitalista. Dessa forma, a sua superação implica na necessária ultrapassagem desse modo de produção para uma sociedade sem exploração de classes (NETTO, 2005).

É, portanto, nas obras de Marx que se denuncia a origem e se justifica a permanência, passados mais de 150 anos de sociedade capitalista, da *questão social*.

Ainda no livro I de O Capital Marx irá desmistificar a relação capital/ trabalho, desenvolvendo os conceitos de *valor* e de *mais-valia*, no intuito de elucidar o “eixo condutor” da sociedade capitalista, o qual permite a apropriação da maior parte da riqueza pela menor parcela da sociedade concomitante a desapropriação da riqueza do grupo majoritário que a produz, a relação de exploração que se dá e se acentua<sup>13</sup> no decorrer desse modo de produção.

Ao discorrer sobre a lei geral da acumulação capitalista, no capítulo XXIII, Livro III de O Capital, Marx irá prever sobre a permanência da desigualdade presente nesse modo de produção, o enriquecimento dos capitalistas de um lado e o empobrecimento dos trabalhadores do outro. Os salários tendem a baixar gradativamente e a distanciar-se

---

<sup>12</sup> Classe que se percebe enquanto potencia revolucionária, que passa a se organizar na perspectiva de transformação social rumo ao fim do capitalismo e a construção do socialismo.

<sup>13</sup> Sobre o processo de acentuação/ exacerbação da exploração no capitalismo contemporâneo, falaremos adiante.



cada vez mais de seus respectivos valores, submetendo os trabalhadores a condições de vida cada vez piores. De acordo com Marx (1986, p.172), “[...] determinada a soma de riqueza que se deve distribuir entre os assalariados, a parte que toca cada um é demasiadamente pequena, e ocorre que a miséria passa a ser um fato, não da ordem social, mas da ordem natural do sistema capitalista”. Naturalizar as questões imersas ao capitalismo ocorre com todas as manifestas *expressões da questão social*<sup>14</sup>, com o aumento da violência, da pobreza, do desemprego, problemas banalizados, naturalizados ao longo dos anos como parte integrante de qualquer sociedade, independente de sua organização econômica e social. Segundo com Yamamoto (2008, p.28), essas expressões “[...] aparecem sob a forma de ‘fragmentos’, e ‘diferenciações’, independentes entre si, traduzidas em autônomas ‘questões sociais’ e respectivas políticas sociais”.

Ainda sobre o salário, Marx reforça o equívoco no cálculo de distribuição da renda e sua relação com os salários – o que recentemente é denominado de renda per capita, sobre a qual falaremos adiante – devido a não considerar todas as questões em torno da relação de exploração inerente ao capitalismo.

Assim,

É falso, portanto, afirmar-se que o fundo de salário ou o fundo de trabalho esteja determinado de antemão pela soma da riqueza social ou do capital social, ou seja, que o capital circulante de um país é seu fundo de salários, bastando, para se calcular o salário médio que cada trabalhador recebe, dividir esse capital pelo número de membros da população trabalhadora. Seria uma artimanha, sabendo-se que parte da riqueza social é desviada para a fruição pessoal dos capitalistas e gastos improdutivos do Estado (MARX, 1986, p.172).

Apesar de a *questão social* sofrer alterações no que tange as suas manifestações na sociedade (quando, por exemplo, se acentua o desemprego em determinados períodos e em outros a pobreza ou a violência é que ficam mais aparentes) cabe reforçar e demarcar, incisivamente, que essas são expressões de uma causa que está no cerne do desenvolvimento da sociedade capitalista – a exploração. Diferente dos modos de produção anteriores, sobre os quais não se nega haver registros históricos de exploração de uma classe sobre outra, o que distingue esse período dos demais é que o capitalismo registra exacerbado desenvolvimento das forças produtivas e ampliação significativa da produção de riqueza, mas que nesses moldes de produção está findada a ser apropriada e

---

<sup>14</sup> Expressão de Marilda Vilela Yamamoto.

usufruída por uma parcela minoritária, bem como a conviver com o aumento sem precedentes da pobreza absoluta e relativa<sup>15</sup>.

Ao tratar da reprodução do capitalismo em escala ampliada comparada a reprodução simples, esta significa a relação social entre capitalistas de um lado e assalariados do outro, Marx (1986, p.175) irá arguir que “[...] a reprodução ampliada, pela acumulação do capital, reproduz a mesma relação em escala ampliada: mais capitalistas ou capitalistas mais poderosos de um lado, mais assalariados do outro”. O aumento do número de assalariados torna mais extenso o número de servidores que fazem crescer o capital. Ao crescer o capital, a riqueza social total, esses assalariados ao longo dos anos tendem a receber uma parcela um pouco mais elevada da riqueza social, tendo o salário aumentado, o que possibilitará um aumento dos seus gastos pessoais, mediante melhor alimentação, vestimenta, móveis, tendo condições inclusive de manter uma reserva de dinheiro. Ocorre que razoável melhora das condições de vida<sup>16</sup> de parte da classe trabalhadora não elimina a questão que é o “eixo condutor” do modo de produção capitalista, a exploração através do trabalho, a apropriação de trabalho não pago, a apropriação da *mais-valia*. De acordo com Marx (1986, p. 176), o “[...] preço do trabalho não pode jamais se elevar além dos limites que mantém intactas as bases do sistema capitalista, assegurando a reprodução do capital numa maior escala [...]”.

Outro aspecto que tende a ocorrer no capitalismo é a ampliação das forças produtivas, a capacidade de produzir mais, concomitante a proporcional redução do número de trabalhadores no interior das fábricas, das empresas. O número de instituições e de empregos cresce, mas em proporção muito menor ao número de trabalhadores, de pleiteantes a venda da força de trabalho. De acordo com Marx (1986, p.181), o “[...] capital adicional formado no processo da acumulação, quanto maior se torna, cada vez menos trabalhadores empregam”. É nesse contexto que Marx desenvolve o conceito de *superpopulação relativa*, relativa porque não depende apenas do aumento real do número de trabalhadores, mas também “[...] das condições do capital social, que passa a prescindir de uma parte mais ou menos considerável de seus operários, ou seja, um contingente de reserva”, MARX (1986, p.182).

---

<sup>15</sup> Pobreza absoluta diz respeito ao número absoluto de pessoas vivendo em condição de pobreza. Já a pobreza relativa significa o distanciamento entre ricos e pobres, a desigualdade entre esses grupos.

<sup>16</sup> A expressão “melhores condições de vida”, está sendo entendida aqui enquanto razoável acesso a serviços e a bens materiais, de qualidade.

Conforme Marx,

Se o processo de acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista cria necessariamente uma população trabalhadora excedente, esta, por sua vez, se torna a alavanca da acumulação e a própria condição de existência do sistema de produção capitalista, porque constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele, e proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital, e sempre pronto para ser explorada, independentemente do aumento natural da população (MARX, 1986, p. 182;183).

A superpopulação relativa assume três formas dependendo do contexto em que se encontra o trabalhador. A denominada *superpopulação relativa flutuante* refere-se ao grupo de trabalhadores que ora estão empregados, ora estão desempregados, que oscilam, que flutuam<sup>17</sup> entre ter trabalho e não ter trabalho. Este grupo está à mercê da necessidade de contratação das indústrias e instituições, conforme o ramo de atividade para a qual estão habilitados.

A *superpopulação relativa latente* refere-se ao grupo de trabalhadores do campo que ao longo do capitalismo permanecem na eminência de migrar para as cidades e se inserir no mercado de trabalho industrial, deslumbrados pela possibilidade de acesso a melhores condições de vida. A história registra larga escala do denominado êxodo rural, especialmente nos períodos de início e expansão da indústria nos diversos países. Segundo Marx (1986, p.186), “[...] por isso, o trabalhador rural é reduzido ao nível mínimo de salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo”, ou seja, sendo recrutado se apresentará com presteza.

A *superpopulação relativa estagnada* significa a “[...] parte do exército de trabalhadores ativos, mas em ocupações totalmente irregulares, deslocados de suas profissões e qualificações profissionais, sobrevivendo à custa de expedientes para não morrer de fome, o que faz dele um depósito inesgotável de forças disponíveis”, MARX (1986, p.186). Essa parcela da população sobrevive em condição de pobreza recorrente, distanciados do acesso aos serviços e aos bens de consumo mais indispensáveis. De acordo com Marx (1986, p.186), essa parcela da população “[...] converte-se em instrumentos de exploração, nos quais o tempo de trabalho atinge o máximo humanamente possível e o tipo de salário chega ao seu mínimo suportável”. Esse grupo compõe ainda a parcela social que registra o maior número de mortes, bem como de

---

<sup>17</sup> “Flutuar” significa: “Ir um corpo boiando ao sabor das ondas ou das correntes; andar entre uma e outra quantidade” (Dicionário Priberam).

nascimentos, devido à própria condição de sobrevivência à revelia a qual estão expostos.

“Na realidade, a mais profunda camada sedimentar da superpopulação relativa vegeta no inferno da indigência, do pauperismo [...]”, Marx (1986, p.187). Existem aqueles mais miseráveis, incapazes para o trabalho “[...] são principalmente os indivíduos que sucumbem pela incapacidade de adaptação, consequência da divisão de trabalho, os que ultrapassaram a idade normal de um trabalhador e, por último, as vítimas diretas de mutilações [...]”, Marx (1986, p.187). É, portanto, o pauperismo o destino dos trabalhadores inválidos, são eles o *peso morto* do *exército industrial de reserva* devendo também serem custeados pelas vias econômicas desse modo de produção. No entanto, esse custo será transferido, prioritariamente, para os trabalhadores, sendo fiel a lógica capitalista, são os tantos impostos pagos para garantir os fundos na área da assistência, aposentaria e pensões.

De acordo com Marx (1986, p.187), a “[...] dimensão relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potencialidades da riqueza, mas quanto mais aumenta essa reserva em comparação ao exército ativo, mais aumenta também o pauperismo. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista”. Daqui pode-se então elucidar a contradição principal, central do sistema capitalista de produção e “eixo condutor” de sua funcionalidade, a exploração. A partir dela, todas as demais mazelas sociais são anunciadas e naturalizadas<sup>18</sup>, como se não fossem produto dessa forma de produzir. De um lado produzem-se conforto, conhecimento, tecnologia, luxo, e, concomitantemente, do outro lado e em escala ainda maior, se produz e reproduz miséria, violência bruta, fome, analfabetismo, mercadorias supérfluas e o nível jamais visto na história humana de desigualdade. De acordo com Marx (1875, p.4), na medida em que “[...] o trabalho se desenvolve socialmente e se torna, assim, fonte da riqueza e cultura, desenvolvem-se a pobreza e a degradação, do lado do trabalhador, a riqueza e a cultura, do lado do não-trabalhador”.

Contudo, devido exatamente a essa contradição e demais antagonismos que registra a sociedade do capital, pela primeira vez torna-se possível suprimir um modo de produção “[...] sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social

---

<sup>18</sup> Entende-se aqui que a naturalização das *expressões da questão social* evidentes no capitalismo é um equívoco. Deve-se considerar seu percurso histórico, a forma como a sociedade está organizada, seus valores e princípios, sua forma de produzir e distribuir a riqueza.

[...], ou seja: a supressão da exploração do trabalho pelo capital [...], não implica – bem ao contrário! – redução da produção de riquezas”, NETTO (2005, p.158). O desenvolvimento abrupto das forças produtivas que ocorre no modo de produção capitalista possibilitaria hoje o acesso a bens e serviços por toda a população mundial, não se trata, conforme já dito, da falta, da escassez, trata-se da relação de exploração de classes.

Assim, compreende-se aqui por *questão social* o conflito, a contradição capital/trabalho, a exploração do capital sobre o trabalho, da classe que detém os meios de produção sobre aqueles que produzem a riqueza social. Sendo que, o que se manifesta são as suas expressões, podendo estar mais aguçadas umas ou outras de acordo com o período histórico do capitalismo (NETTO, 2005; PASTORINI, 2007).

Recentemente, a *questão social* está ainda relacionada ao período de máximo fetiche do capital, em que os lucros pela via da esfera fictícia<sup>19</sup>, do capital financeiro em domínio, “[...] conduz [a máxima] banalização da vida humana, à descartabilidade e indiferença perante o outro, [...] a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam [...]” Iamamoto (2008, p.29; 2008, p.125). Além de não haver o reconhecimento de classe, há um mascaramento da origem do *valor*, da *mais-valia*, da relevância do trabalho, da sua centralidade na produção na riqueza social e para constituição da essência humana. Aprofunda-se então a contradição capital/trabalho, em que o capital acredita ter ultrapassado a necessidade da exploração direta pela via do trabalho, o que não passa de mera aparência, conforme veremos no capítulo seguinte.

Portanto, a forma de perceber as manifestações da *questão social* ao longo dos diferentes períodos históricos do capitalismo, conduz a optar por determinado formato de políticas sociais, ou até mesmo pela reduzida adoção destas. Cabe aqui então demarcar que a *questão social* perpassa todo o contexto da sociedade capitalista – enquanto esse for o modo de produção social – e o âmbito de intervenção das políticas sociais nesse contexto se dá nas *múltiplas expressões da questão social*, que também sofrerão avanços ou retrocessos conforme a correlação de forças nesses diferentes períodos, de acordo com o processo de luta de classes. Este processo é fundamental para

---

<sup>19</sup> No capítulo seguinte desse trabalho falaremos do período atual do capitalismo em que predomina essa forma de obtenção de lucros.

melhoria das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, sendo o caminho para as possibilidades de superação dessa forma de produzir.

## **1.2) Reafirmando a Luta de Classes**

A luta de classes presente na sociedade capitalista influi diretamente nas conquistas e perdas de uma classe em relação à outra. Considerando que a sociedade está dividida em classes antagônicas, que possuem interesses divergentes, a conquista no campo dos direitos e conseqüentemente das políticas sociais depende do momento conjuntural de correlação de forças entre essas classes. De acordo com Polanyi (2000), é importante destacar o papel central dos movimentos sociais nesse processo, os quais mediante pressão social organizada em massa, num âmbito coletivo, conseguiram garantir ao longo da história do capitalismo, através da legitimação legal (direitos), condições de vida e de trabalho melhores.

No Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels (1872, p.4) expõe inicialmente sobre a luta de classes ao longo da história, em sociedades anteriores, para posteriormente configurá-la no modo de produção capitalista. Retoma as relações entre classes em diferentes contextos sociais, na “[...] Roma antiga, patrícios, plebeus, cavaleiros, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres, companheiros, servos [...]”, e pretende demonstrar que na sociedade burguesa, emergente da antiga sociedade feudal, se mantém as relações entre classes, agora duas bem distintas, a burguesia e o proletariado.

Cabe destacar que, no contexto da sociedade burguesa, há preponderantemente dominação de uma classe sobre outra, como em outras conjunturas sociais, uma classe é desfavorecida em relação à outra. No caso da sociedade capitalista, os detentores dos meios de produção são possuidores do aparato necessário à produção social, já os trabalhadores nada possuem para se inserirem nesse meio social, a não ser sua força de trabalho, de acordo com Faleiros (p.158, 1995), o “[...] processo de industrialização e de proletarianização [...] destruiu as formas de auto-subsistência, tornando os indivíduos dependentes do salário e do consumo de massa para sobreviverem”. Dessa forma, a força de trabalho se coloca enquanto mercadoria a ser negociada no mercado, e a sua venda é a forma de inserção desse indivíduo na sociedade e a única forma de garantir sua sobrevivência. Segundo Marx e Engels (1872, p.8), “Esses operários, constrangidos

a vender-se diariamente, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado”. Essa mercadoria possui, portanto, um preço como qualquer outra no mercado, este preço é o salário, nesse sentido, “[...] sua fixação e limites dependem da correlação de forças entre os proprietários da força de trabalho e os proprietários dos meios de produção”, FALEIROS (p.158, 1995).

De acordo com Marx,

Esse despotismo do capital leva os trabalhadores a descobrir que se constituem em meros instrumentos do seu jogo de interesses, pois quanto mais trabalham, mais produzem riquezas para os outros; quanto mais cresce sua força produtiva, mais precária se torna sua função de força motriz na expansão do capital; ao compreenderem que a feroz concorrência entre eles mesmos é provocada pela pressão da superpopulação relativa do operariado. Quando, conscientes de tudo isso, tentam diminuir os funestos efeitos dessas leis supostamente naturais da acumulação capitalista, procurando organizar-se como força autônoma para ação conjunta de empregados e desempregados, através dos sindicatos, para destruir ou enfraquecer a prepotência e o domínio capitalista [...], (MARX, 1986, p.185).

Evidencia-se aqui o papel fundamental da luta de classes, bem como a centralidade essencial do trabalho na vida do homem, na sua constituição enquanto ser social, ficar oculta nessa sociedade. No capitalismo, especialmente, as relações de trabalho significam o mecanismo de inserção social fundamental, os sujeitos que estão à margem do processo produtivo, desempregados, na miséria, não são reconhecidos enquanto sujeitos dessa sociedade.

Dessa forma, nessa sociedade o trabalho tem dissimulado sua importância fundamental, a qual lhe é devida, instrumento único de transformação da natureza no intuito de satisfazer necessidades humanas, que concomitantemente possibilita a transformação do homem, que transforma e é transformado pela mediação do trabalho. De acordo com Lukács (1979, p.99), sobre a constituição do ser social respaldado pela teoria marxista, os sujeitos são parte de um processo histórico, de mudanças e transformações das quais participam ativamente. No que se refere ao trabalho, o “[...] elo central de mediação, que desse modo se coloca cada vez mais energicamente além da mera naturalidade, mas conservando-se ineliminavelmente radicado nela, é o trabalho [...]”. Ainda, segundo Marx<sup>20</sup>, (2008, p. 64 e 65) o “[...] trabalho, como criador de valor-de-uso, como trabalho

---

<sup>20</sup> Para uma melhor compreensão da concepção de trabalho em Marx, vide CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo, 1999.

útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade -, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercambio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana”.

É, portanto, na revelação da teoria do *valor*, da lei do *valor*, que Marx vai demonstrar a centralidade, a perpetuação do trabalho em toda forma de forma sociedade, enquanto constituidor do ser social. Pois, enquanto garantidor das necessidades humanas, mediante a transformação de matérias primas em bens úteis, o denominado *trabalho concreto*, é central. E reafirma a contradição que se apresenta na sociedade capitalista, de ser utilizado como mecanismo de exploração de classes, enquanto mercadoria a ser vendida, enquanto fonte de *mais-valia*, de produção de riqueza que será apropriada em sua maior parte, pelo grupo que não a produziu. O trabalho na sociedade capitalista ganha novo caráter, de ser antes de tudo dispêndio de força humana que possibilita as relações de troca, as relações de compra e venda, de ser produtor de mercadorias, é este o denominado *trabalho abstrato* (MARX, 2008).

Deve-se reconhecer que o processo de luta de classes possibilitou avanços à classe trabalhadora na perspectiva da garantia de direitos e implantação de políticas sociais ao longo da história – em seu conceito amplo, *classe-que-vive-do-trabalho*<sup>21</sup>, de acordo com Faleiros (p.158, 1995) as “[...] lutas geradas pela organização e mobilização dos trabalhadores buscam a melhora dos salários, das condições de trabalho, e da legislação social [...]”. Mesmo assim, é fundamental ponderar que seguindo esse mesmo percurso histórico essa classe é constantemente fragilizada, desmobilizada, atacada e coagida pela classe que exerce papel dominante nessa sociedade, a burguesia, detentora do capital. Esse movimento repressivo se apresenta por diversas vias, como através do Estado em seu papel coercitivo, ou na própria formulação de leis que favorecem a um grupo social, mediante a manipulação dos meios de comunicação em massa, que não analisam os fatos a partir de uma concepção crítica de sociedade, bem como não apresentam fatos fidedignos.

Tais aspectos referentes à dominação de classe estão embasados nas considerações realizadas por Antonio Gramsci nos *Cadernos do cárcere*<sup>22</sup>. Para este teórico, a

---

<sup>21</sup> Antunes (2007).

<sup>22</sup> Conjunto de 29 cadernos escritos por Antonio Gramsci no período em que esteve preso na Itália, entre 1926 e 1937, durante o período czarista. Utiliza-se aqui a interpretação de Hugues Portelli sobre a obra de Gramsci, em *Gramsci e o bloco histórico* de 1977, por considerarmos a interpretação mais adequada.



sociedade civil são todos que se encontram inseridos no *bloco histórico*, fazendo parte de uma hegemonia cultural e política de um referido grupo social que exerce a função de dominante. Gramsci diferencia sociedade civil de sociedade política, aponta que esta representa o poder do Estado, é o Estado em si, sendo a sociedade civil, base do que Gramsci denomina de *conteúdo ético*. Partindo desse pressuposto, indica que a sociedade civil pode ser entendida sob três aspectos: como ideologia da classe dominante, dirigente; como concepção de mundo; e como direção ideológica da sociedade. A ideologia aparece então, em todos os espaços sociais, está presente na arte, na cultura, na atividade econômica, no direito, e em tudo o que envolve a vida individual e social. Toda ideologia está impregnada por valores de uma classe específica, é a denominada *ideologia orgânica de classe*, sendo predominante na sociedade atual a ideologia da classe burguesa, capitalista, atualmente sob os ditames neoliberais. Portelli (1977, p.22) reforça que, a “[...] consequência dessa concepção tão ampla de ideologia é que nela são incluídas todas as atividades do grupo social dirigente, mesmo aquelas que parecem menos ideológicas, particularmente as ciências [...]”. Aponta, portanto, que os instrumentos utilizados e a orientação dada nos diversos âmbitos, por exemplo, na educação e na ciência, são desenvolvidos e atrelados a dinâmica histórica da sociedade, servindo majoritariamente a interesses dominantes.

No entanto, Portelli de acordo com Gramsci lembra que cada camada social possui um senso comum diferenciado, de acordo com a posição econômica e social que ocupa no *bloco histórico*. Assim, conforme afirma Portelli (1977, p.27), como “[...] a ideologia abrange todas as atividades da classe dominante, a sociedade civil precisa dispor, a partir daí, de uma articulação interna muito complexa”, o que endossa o fato de os desafios para a classe trabalhadora serem árduos diante do domínio burguês. Especialmente tratando-se dos instrumentos utilizados pela classe dirigente, dentre os quais Portelli (1977) destaca como principais a imprensa e a edição, reforçando ainda que a comunicação escrita, apesar de não ser tão rápida quanto os meios audiovisuais, alcança maior profundidade na transmissão da informação, o que os recursos audiovisuais fazem de forma aparente.

O Estado, entendido aqui enquanto sociedade política, que garante a difusão massiva da ideologia dominante, pode apresentar três formatos principais: a dominação direta, através do poder jurídico; a ditadura, representada pelo poder coercitivo; o governo político, assegurado através da aplicação da lei. Outro exemplo fundamental é o da

educação, a qual Gramsci se refere para mostrar como também é utilizada pelo controle do Estado para apresentar “nível técnico-cultural” correspondente ao “desenvolvimento das forças produtivas”. De acordo com Portelli (1977, p.36), “[...] a unidade do Estado decorre de sua gestão por um grupo social que assegura a homogeneidade do bloco histórico: os intelectuais [...]”. Dessa forma, através desses *intelectuais orgânicos de classe* que são pensadas estratégias que garantam a manutenção do *status quo*. Também há intelectuais junto à classe opositora desse modo de produção. São aqueles que representam os interesses dos trabalhadores e que pensam uma nova ordem social e como se organizam movimentos sociais que configuram a luta de classes, proporcionando avanço em alguns momentos para os trabalhadores. E nesse sentido, é fundamental entender que há relação direta entre sociedade política e civil, marcada por numerosas organizações que estão vinculadas a esses dois grandes grupos constantemente na sociedade.

É importante diferenciar ainda Estado de Governo. O Estado, portanto, está ligado organicamente ao funcionamento e a manutenção do capitalismo, ao funcionamento e a manutenção da sociedade de mercado. O Governo é a representação de um regime político. A forma e manutenção de uma perspectiva de Estado são garantidas pelos caminhos trilhados por quem está no governo, que pode legitimar em maior ou menor grau a direção do Estado vigente.

Os Governos tendem, no decorrer da história do capitalismo, a legitimar o papel do Estado. Diante disso, esperar que políticas e programas oriundos dele venham em uma perspectiva de significativa mudança do status quo é mera ilusão. Eles cumprem a função social de manter o funcionamento do capitalismo. De acordo com Marx (1875, p. 19), pensar que “[...] em vez de surgir do processo de transformação revolucionário da sociedade, a organização socialista do trabalho total surge da ajuda do Estado, que o Estado dá às cooperativas produtivas, que ele, e não os operários, chama à vida”, é inimaginável.

Gramsci apud Portelli quer anunciar a ascensão da sociedade civil para uma sociedade sem classes e conseqüentemente, após seu desenvolvimento embasado em outros valores e princípios a partir de uma perspectiva coletiva, a extinção de propriedades privadas e a construção de relações sociais tão desenvolvidas que sequer precisaríamos de Estado, uma sociedade organizada para o bem comum. Essa passagem deve ser

marcada pela tomada do Estado pela sociedade civil, unida à sociedade política, quando deverá se instaurar o que Gramsci chama de *Estado-ético*, até que o fim deste caracterize a completa vitória da sociedade civil, que necessariamente se dará pela força. Nesse momento de transição devem ser eliminados os interesses de classe, os interesses individuais, no intuito de ser garantida a predominância dos interesses coletivos da sociedade, extinguindo-se o papel coercitivo do Estado (PORTELLI, 1977).

Esse processo só será possível de ser alcançado com a consciência de classe, com a efetiva luta de classes, consciente e organizada. No entanto, além do domínio ideológico da classe dominante sobre as massas, sobre toda a sociedade civil, o *exército industrial de reserva* aglutina um contingente cada vez maior de trabalhadores que não estão inseridos diretamente no mundo do trabalho. Tal aspecto dificulta consideravelmente a mobilização e organização desta parcela populacional devido ao próprio distanciamento dos setores formais de trabalho, sobrevivendo às custas de benefícios assistenciais, através da mendicância, ou se desdobrando nas alternativas da informalidade, sujeitos às mais precárias condições e relações de trabalho, sem qualquer garantia de direitos ou até mesmo de continuidade da renda, o que compromete significativamente a capacidade de organização, sendo a luta cotidiana pela sobrevivência ou por uma exploração menos indigna o atual enfoque da maioria dos trabalhadores. Tais aspectos reforçam a desvantagem entre trabalhadores e capitalistas, no processo de luta de classes.

Mesmo com todos os empecilhos colocados, consideráveis períodos do capitalismo demarcaram avanço dos trabalhadores durante o movimento de luta de classes, esses momentos são mais presentes nos períodos de crises do capitalismo, já que as contradições desse modo de produção são acentuadas nessa ocasião. Por exemplo, durante a crise de 1929, houve movimento da classe trabalhadora devido à insegurança do operariado que nesse momento apresentava problemas como: alto índice de desemprego, de invalidez, de doença e velhice. A pressão das massas garantiu a inserção dos seguros sociais, superando o princípio da caridade e do benefício para uma perspectiva de direito instituído, se estabelecendo aqui o princípio da segurança social que futuramente envolveria além desses direitos, outros que seriam conquistados (BEHRING, 2002).

Nesse período, fatores como a Segunda Guerra Mundial e a posterior Guerra Fria, influíram significativamente na organização da classe trabalhadora. Após a Segunda Guerra Mundial os países que se encontravam devastados precisavam se recuperar, retomar a produção e o crescimento econômico, as massas logo iriam reivindicar suas condições de sobrevivência diante da devastação da Guerra. A partir daí, constituiu-se o Estado de bem-estar social, o qual através da implantação das políticas sociais será estratégico para apaziguar o movimento operário, concomitante ao destino da experiência soviética sobre o socialismo real, “[...] que fragilizou o movimento operário quanto às suas projeções utópicas e direções históricas”, Behring (2002, p. 169). Sobre o Estado de bem-estar social e suas características principais, falaremos adiante.

A crise seguinte, que ocorreu especialmente no fim da década de 1960 e no adentrar a década de 1970, também registra forte movimento operário devido às consequências que essa crise causou, como: a alta inflação e exacerbadas dívidas externas e internas. Enquanto opção política, os estados priorizaram gastar em torno da recuperação e regulação do mercado, do sistema econômico primordialmente, em detrimento dos gastos na área social, que se efetiva através da política social. Cabe reforçar que, no momento de uma crise econômica, quando se prioriza investir neste setor para recuperar o modo de produção, reduzindo os gastos no social e conseqüentemente o alcance das políticas sociais, tem-se uma crise de legitimidade para com a perspectiva política em questão. Da mesma forma que a política social serve a legitimação de determinada perspectiva, tem o poder de deslegitimá-la diante das perdas concretas da classe trabalhadora. De acordo com Behring (2002, p.169), “[...] a política social não é um estratégia exclusivamente econômica, mas também política no sentido da legitimação e controle dos trabalhadores, fato do qual decorre uma crise de legitimação política [...]”.

O período mais recente, que será esmiuçado no capítulo seguinte, delimitado pelas características neoliberais, demarca, talvez, a fase mais fragilizada do capitalismo no que se refere à organização social e política das massas, da *classe-que-vive-do-trabalho*<sup>23</sup>. Às perdas para os trabalhadores a partir da década de 1970, registra, para além do número de desempregados, da *superpopulação relativa estagnada*, grupo

---

<sup>23</sup> Conceito de Antunes (2007). Entende-se aqui ser mais amplo por englobar todos os trabalhadores que vendem de alguma forma sua força de trabalho, através do salário regular, da informalidade, da prestação de serviço, e, até mesmo, os pequenos empresários, que trabalham diariamente e não são detentores da riqueza social. Diferente dos grandes detentores do grande capital de monopólios.

ineliminável do capitalismo, o inchaço da *superpopulação relativa flutuante*<sup>24</sup>. O que se verifica é a *desestabilização dos estáveis*, um processo de *desfiliação*<sup>25</sup>, que atinge aqueles antes formalmente empregados, os quais se mantêm enquanto grupo cada vez mais reduzido. Essa *heterogeneização, fragmentação e complexificação*<sup>26</sup> da *classe-que-vive-do-trabalho*, tem dificultado ainda mais seu processo de organização, pois há dificuldade desses diversos grupos, de desempregados temporários ou permanentes, de trabalhadores formais ou informais, de prestadores de serviços, de pequenos empreendedores, de contratados temporariamente, de servidores públicos, de gerentes, de administradores, se identificarem enquanto classe trabalhadora, de perceberem que as consequências da desestruturação, desregulamentação do mundo do trabalho afeta a vida humana, e que todos são tão quão explorados por alguns poucos grupos, quanto àqueles trabalhadores de chão de fábrica.

O processo de precarização, de desregulamentação do mundo do trabalho tem aprofundado as dificuldades de organização social e política da classe trabalhadora, bem como esse período de acumulação pela via da especulação financeira tem permitido faturamentos e superlucros às avessas do processo de produção e da execução do trabalho humano, conforme será tratado no próximo capítulo. Tais aspectos têm propiciado o entendimento de que o trabalho não é central<sup>27</sup> à vida humana, e seu fim é anunciado diante desses novos formatos de inserção no mercado de trabalho bem como da possibilidade de ganhos sem a realização do trabalho.

### **1.2.1) A perspectiva pós-moderna**

Além dessa perspectiva do fim do trabalho, cabe reforçar que alguns autores contemporâneos têm defendido e argumentado sobre a atual inexistência desse movimento de luta de classes aqui defendido – tanto a sua continuidade, enquanto perdurar o modo de produção capitalista, como a sua força e fundamental relevância para ultrapassar essa forma de sociedade. A chamada perspectiva pós-moderna, mesmo que questionada sua validade teórica, tem se colocado como um conjunto de proposições,

---

<sup>24</sup> Marx (2008).

<sup>25</sup> Castel (1998).

<sup>26</sup> Antunes (2007).

<sup>27</sup> Para uma melhor compreensão desse debate seguem algumas dicas para consultar, autores que defendem o fim do trabalho: André Gorz em *Adeus ao Proletariado* (1982); Claus Offe em *Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?*(1989); e autores que defendem sua centralidade para a vida humana como: Ricardo Antunes em *Adeus ao Trabalho?* (2007); David Harvey em *A Condição Pós-Moderna* (1996).

de valores, de atitudes, existe e tem funcionado como aparato ideológico, aparecendo na cultura, nas artes, na literatura, conforme Vázquez (1992, p.80), “[...] na situação espiritual de nosso tempo”. De acordo com este autor, a perspectiva pós-moderna nasce das entranhas, das ruínas da modernidade, cabe então saber que ruínas são essas que essa nova perspectiva pretende suplantar.

É importante destacar inicialmente que Marx também critica a sociedade moderna, no entanto, tem por intuito revelar seus aspectos negativos, especialmente a exploração de classe, para que se rompa com a lógica dominante burguesa. Sua crítica a modernidade é indissociável da crítica à hegemonia burguesa. A intenção de Marx, portanto, é fazer essa crítica para “[...] fundar racionalmente o projeto de emancipação comunista que supere o caráter limitado de classe que havia postulado o iluminismo burguês”, VÁZQUEZ (1992, p.82).

Depois das críticas de Marx, principalmente os autores Nietzsche (século XIX), Max Weber (século XX) e os da Escola de Frankfurt elaboraram outras críticas sobre o mundo moderno. Nietzsche, por exemplo, desqualifica os conceitos de superação e progresso, colocando em descrédito o processo histórico de transformação social. Mesmo falando de um *homem novo*, questiona a ciência e a racionalidade, e partir de suas interpretações não há qualquer perspectiva de organização coletiva em prol de mudanças radicais. Outros autores também se destacam enquanto importantes disseminadores dessa tendência, sendo eles: Michel Foucault, André Gorz, Claus Offe, Gilles Deleuze, Félix Gattari, Maurizio Lazzarato e Toni Negri. Estes autores têm sido usualmente utilizados pelas Universidades brasileiras, estão em voga e tem influenciado de forma substancial o acúmulo teórico, ideológico e a perspectiva política dos que os estudam. Estes autores possuem em comum a manifestação da descrença na luta por projetos societários e na possibilidade de transformação social a partir da tomada do poder político. De acordo com Vázquez (1992, p.86), a “[...] negação do projeto emancipatório é, definitivamente, uma questão central não só teórica e sim prática, política, já que desqualifica a ação [...] ao fundar [...] a inutilidade de toda tentativa de transformar radicalmente a sociedade presente”. O pensamento pós-moderno tende então a exaltar o presente e negar o futuro, o que caracteriza certa aproximação ao conservadorismo (KOHAN, 2002; VÁZQUEZ, 1992).

O argumento principal da crítica pós-moderna ao marxismo é que “[...] ele seria de tal forma um produto da modernidade que a crise desta, sua virtual desaparecimento, teria o efeito de cancelar sua capacidade heurística, sua pertinência política”, Paula (2001, p.40). Essa perspectiva aponta as dificuldades e sugere a impossibilidade de organização coletiva, ampla, com projeto e proposta de transformação social radical diante das mudanças do capitalismo contemporâneo mais importante, quais sejam: a predominância da manipulação pela mídia, a exarcebação da alienação, da coisificação das relações, da burocracia, do potencial destrutivo devido ao armamento nuclear. No entanto, essas características, próprias do *capitalismo tardio*<sup>28</sup>, mantêm intacta e mais acentuada sua contradição fundante: a relação de exploração entre classes e entre países que favorecem pequenos grupos diante da população mundial. Por isso, devemos considerar todas as particularidades do período atual e considerando que reafirmam as antigas análises sobre o funcionamento do cerne do capitalismo, bem como explicitam o aprofundamento de suas consequências mais maléficas, devemos manter e organizar o projeto de emancipação humana rumo à transformação social, vislumbrando o socialismo. Ainda de acordo com Paula (2001, p. 33) o “[...] marxismo é um método de compreensão e superação de um mundo alienado, o mundo capitalista, em que os instrumentos dessa operação crítica são, ao mesmo tempo, teóricos e práticos, e se realizam tanto na ciência quanto na política”. Diferente da perspectiva pós-moderna, que entende que as ações em prol das mudanças devem se voltar para o âmbito da localidade, de um município, um bairro, uma escola, uma cooperativa, tornando distante a possibilidade de lutar, de disputar o poder político. De acordo com Kohan (2002, p.8), “[...] o poder local é bem visto, não a luta contra o poder global. Se eleva a norma geral – transformada em metafísica – a impotência política, a incapacidade de generalizar a luta para além do âmbito local”.

O que se afirma aqui, é que mesmo com as mudanças atuais do capitalismo<sup>29</sup>, se mantém e se aguça a *questão social*, a exploração junto aos trabalhadores enquanto “eixo condutor” do capitalismo, que só será ultrapassado mediante o acirramento da luta de classes, da organização política em prol da construção de outra forma de sociedade, segundo com Marx (1875, p.18), “[...] com a abolição das diferenças de classes, se desvanece por si toda a desigualdade social e política que delas surge”. Ainda de acordo

---

<sup>28</sup> Capitalismo contemporâneo.

<sup>29</sup> Serão esmiuçadas no próximo capítulo.

com Netto (2005, p. 161), a “[...] história é uma matrona cheia de ardis, não nos enganemos: o que parece sólido se desmancha no ar. É verdade, porém, que não há garantias prévias da derrota da barbárie – e, por isso mesmo, o futuro permanece aberto”.

A extinção da relação de exploração de classes está atrelada ao fim do modo de produção capitalista, já que este depende daquela. Desenvolver outra forma de sociedade é necessário se o intuito é a sobrevivência íntegra da maior parte da humanidade. Desse modo, é preciso desenvolver outra forma de produção que vislumbre o trabalho social, o trabalho total, que não perpassa pelas relações de troca, que vise o bem comum. Construir essa sociedade é deixar para traz junto com o modo de produção de mercadorias, os costumes e valores dele proveniente, é construir cooperativamente, é construir coletivamente para a coletividade (MARX, 1875).

Ultrapassar o modo produtor de mercadorias e se libertar das relações de troca implica negar a igualdade que é estabelecida entre os trabalhos dos trabalhadores na ocasião da troca de mercadorias. No momento das trocas, não se consideram as diferenças entre os trabalhadores, suas reais necessidades, ou o que são para além do trabalho, é apenas a quantidade de um determinado trabalho trocado por determinada quantidade de outro, *trabalho abstrato*. Mesmo que esses trabalhadores tivessem acesso à mesma quantidade de mercadorias para consumo, o fato de serem pessoas diferentes, de possuírem necessidades diferentes, faz com que um seja mais rico do que o outro, trabalhadores diferentes não consomem e nem produzem da mesma forma. De acordo com Marx (1975, p.10) para “[...] evitar esses inconvenientes, o direito, em vez de ser igual, teria antes de ser desigual”. Esse olhar limitado do direito burguês está ele também subordinado a lógica da produção econômica. Apenas em uma “[...] fase superior da sociedade comunista, [após ter superado os resquícios da sociedade capitalista] o horizonte estreito do direito burguês poderá ser totalmente ultrapassado e a sociedade poderá inscrever na sua bandeira: De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades [...]”. Aí sim estaríamos construindo justiça.

Após a supracitada demarcação teórica, a qual corrobora a possibilidade aqui defendida de organização social; considerando à centralidade do trabalho enquanto constituidor do ser social, a peculiaridade deste em garantir a inserção social no capitalismo enquanto opção única de sobrevivência da classe trabalhadora, significando nessa sociedade



exploração; considerando a importância das argumentações em torno da luta de classes nesse modo de produção; cabe aludir historicamente como se deu o processo de definição, elaboração e objetivo das políticas sociais ao longo do capitalismo, especialmente no que se refere ao trabalho, que tem por estratégia garantir a sobrevivência dos indivíduos pela via do mercado, conforme determina o funcionamento do capitalismo.

### **1.3) Percurso histórico da Política social**

No intuito de apresentar o surgimento e desenvolvimento das políticas sociais para regulamentação ou desregulamentação do trabalho no capitalismo atual, é fundamental apontar inicialmente, o que se compreende por Política Social, bem como o desenrolar de suas configurações na trajetória do modo de produção capitalista.

É fundamental delinear primeiramente que, essa sociedade desde a sua gênese enfrenta crises, as quais a abalam economicamente, socialmente e também político-ideologicamente. As crises são, portanto, inerentes ao funcionamento desse modo de produção.

No intuito de garantir explicação cabal quanto a esse ineliminável fenômeno, nos reportarmos, novamente, à obra de Marx, O Capital, distinguindo os conceitos de *mais-valia absoluta*, *mais-valia extra* e *mais-valia relativa*. A *mais-valia absoluta* significa o aumento da exploração do trabalho através do prolongamento da jornada e/ ou da intensificação da jornada de trabalho, aumentando o ritmo de trabalho e conseqüentemente o esforço humano, garantindo o aumento do excedente-valor, da mais-valia.

A *mais-valia extra* está relacionada à disputa entre os próprios capitalistas, expressa na concorrência do mercado. Quando um capitalista inova determinado processo produtivo, mediante incremento tecnológico e/ ou mudanças na organização do trabalho, garante mais lucro que seus concorrentes. No entanto, esta *mais-valia extra* permanece até a concorrência adotar as mesmas mudanças e os lucros serem redistribuídos, é a tendência a taxa média de lucro.

A *mais-valia relativa* provém da generalização das mudanças nos diversos processos produtivos, as quais possibilitam aumentar a produtividade, especialmente quando essas

mudanças ocorrem nas empresas/ fábricas responsáveis pela produção da cesta de consumo dos trabalhadores, o que gera um barateamento dessa cesta e conseqüentemente dos salários pagos aos trabalhadores de uma forma geral, propiciando ao capitalista apropriação de uma parcela ainda maior da jornada de trabalho (CARCANHOLO, 2000). É nesse contexto que se explica também a *lei da queda tendencial da taxa de lucro*, enquanto fundamental para explicar, junto com o fenômeno da *superprodução*, a ocorrência das crises capitalistas. A superprodução indica a tendência a produzir mais do que o mercado pode absorver, e, a tendência a queda da taxa de lucro significa a incessante busca pela já tratada *mais-valia extra*. Os detentores dos meios de produção tendem a investir em novas tecnologias, em *capital constante*<sup>30</sup>, concomitante a intensificação do processo de exploração da força trabalho, e, enquanto um capitalista inovador concretiza tais mudanças/ investimentos garante lucros maiores que a concorrência, pois com o aumento da produtividade consegue reduzir o preço individual das mercadorias produzidas. Essa é a incessante busca dos capitalistas individuais, que na totalidade, após nivelamento das mudanças entre os concorrentes, se manifesta, ao longo do tempo, a tendência a queda da taxa de lucro dos capitalistas em geral (BRAZ; NETTO, 2006)<sup>31</sup>.

Segundo Behring (2002, p.164), o “[...] que move o capital, já sabemos, é a busca de superlucros, ou seja, extrair o máximo de *mais-valia* a partir de simultâneos processos de trabalho, [que levam a] *ondas longas com tonalidade de crescimento* e [...] com *tonalidade depressiva*”. É na incessante ocorrência dessas crises que se pode perceber a contradição desse modo de produção que na caça por mais e mais lucros tende ao longo dos anos a reduzi-los. Os períodos de crise são estratégicos para o capitalismo devido a eliminar capitais frágeis, menores, e garantir o fortalecimento de alguns grupos, compostos por um número cada vez menor de beneficiados nesse processo e que no seu fim objetiva sustentar o modelo capitalista de produção. É, portanto, nos períodos de crise que o modo de produção capitalista revela suas mais obscuras fragilidades devido ao aprofundamento das desigualdades sociais, ao aumento do número de pertencentes a *superpopulação relativa*, ao aumento da pobreza, da violência e de todas as *expressões da questão social*, tendo que se reorganizar para manter essa mesma ordem social. É

---

<sup>30</sup> A parte referente ao investimento do capitalista em meios de produção (matéria-prima, maquinário); diferente de *capital variável* que é a parte de investimento do capitalista na compra da força de trabalho humano (MARX, 2008; BRAZ; NETTO, 2006).

<sup>31</sup> A lei da tendência a queda da taxa de lucro pode ser melhor compreendida se consultado O’ Capital, livro III, Marx (2008); Braz; Netto (2006).

nesse contexto que surgem as políticas sociais para preservar o *status quo* e amenizar as mazelas sociais inerentes ao sistema capitalista de produção, e aguçadas em momentos de crise.

De acordo com Romero (1997) existem diversos conceitos de Política Social, e estes estão diretamente atrelados a perspectiva ideológica do autor que discorre sobre o tema. Segundo Romero (1997, p.34), o “[...] termo Política Social poderá dizer coisas bem distintas segundo a concepção de mundo que se tenha”.

Apesar das divergências, em termos genéricos, pode-se entender por Política Social a preocupação da esfera pública em suprir minimamente as necessidades da população – sendo estas, dentre outras, o acesso a saúde, ao trabalho e a educação – no intuito de amenizar possíveis conflitos de classe. Deve-se considerar também que essas necessidades não se equivalem ao longo dos anos, no percorrer da sociedade capitalista, alterando-se as características, a amplitude, a prioridade estabelecida em cada período histórico (ROMERO, 1997).

Já na fase inicial do capitalismo, os primeiros protótipos de políticas sociais surgem enquanto mecanismo para amenizar as mazelas sociais deixadas pelo novo modo de produção. Assim, nessas sociedades pré-capitalistas são registradas ações mínimas, ações assistencialistas, de cunho filantrópico ou de origem privada, que buscavam suavizar as conseqüências provocadas pelo incipiente modo de produção (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

As Políticas Sociais enquanto atribuição do Estado, regulamentadas, ocorrem pela primeira vez na Inglaterra – a mesma que irá preceder a Revolução Industrial do século XVIII –, onde foram consubstanciadas ainda em períodos anteriores algumas legislações garantindo direitos no intuito de subsidiar a população que estava fora do novo modo de produção, bem como garantir condições de vida aquele grupo já inserido enquanto trabalhador. São exemplos dessas legislações: Estatuto dos Trabalhadores, de 1349; o Statute of Artificers (Estatuto dos Artífices – 1563); a Lei dos pobres de 1601; Nova Lei dos Pobres de 1834 (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Essas legislações tinham por fundamento manter no exercício do trabalho toda a população que tivesse condição para tal. Os chamados “mendigos válidos” deveriam contribuir socialmente através do trabalho e não sobreviver a partir da mendicância.

Aqueles que não pudessem trabalhar receberiam doação a partir de contribuição obrigatória paga pelos demais integrantes da população. Esta garantiria a sobrevivência daqueles considerados inválidos (CASTEL, 1998; POLANYI, 2000).

Essa fase inicial do capitalismo é caracterizada pelo período concorrencial que vigorou durante aproximadamente todo século XIX. Período em que havia um número maior de fábricas, de empresas, produzindo as mesmas mercadorias, havia um número maior de concorrentes. Os donos dessas fábricas, empresas, eram normalmente pequenos grupos familiares ou de sócios (BRAVERMAN, 1987). Esse período do capitalismo de *livre-concorrência* é marcado pela abundância do *exército industrial de reserva* nos países centrais – os primeiros a desenvolver a indústria – pela repartição desigual da *mais-valia* entre a indústria e a agricultura, pela não organização das lutas do proletariado, pela abundância de possibilidades de investimentos na Europa Ocidental e na América do Norte, esses aspectos foram superados a partir dos anos 1970, juntamente com o esgotamento da primeira revolução industrial e tecnológica, que culminou na queda da taxa de lucro do capital (MANDEL apud BEHRING, 2002).

Mesmo que, a implementação de forma generalizada da política social tenha se corroborado na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, no período mais adequadamente expresso por *capitalismo tardio*, após Segunda Guerra Mundial, evidencia-se a presença de algumas iniciativas no campo do que hoje se constitui política social, prioritariamente, no que se refere à garantia do trabalho ou da remuneração mediante assistência, na ausência de trabalho.

As bases fundamentais para formação do que atualmente se denomina Política Social ocorre a partir da formação do chamado *Estado Social de Direito*<sup>32</sup>, uma redefinição do que inicialmente se constituía em Estado de Direito, atrelado a uma visão liberal (ROMERO, 1997). Locke foi o primeiro a destacar a idéia de constituição do Estado a partir do conceito de cidadão. Para ele, o surgimento do Estado seria fundamental para garantir o direito à propriedade, e, os homens se submeteriam a um governo com essa finalidade. A concepção de Locke é vinculada à idéia da sociedade naturalmente e

---

<sup>32</sup> De acordo com Romero (1997, p. 35), “As origens históricas do moderno Estado de Bem- Estar se remontam à fórmula política denominada como *Estado Social de Direito*, inventada durante a República de Weimar por Herman Heller (1974), um dos primeiros autores socialistas que começaram a desenhar o que posteriormente seria a social-democracia européia [...]”.

permanentemente burguesa, na qual a liberdade econômica fosse primordial (GRUPPI, 1980; LOCKE, 1979).

Sobre as Políticas Sociais na perspectiva do Estado Liberal<sup>33</sup>, cabe destacar que elas não devem ocorrer, políticas sociais e qualquer outra intervenção no âmbito social por parte do Estado constituem uma ameaça a iniciativa individual e pessoal, quebra do livre jogo do mercado. Seria mediante o desenvolvimento desta economia de mercado, capaz de exigir dos indivíduos o melhor de si, que naturalmente ocorreria o aumento da riqueza e do bem-estar para todos. A concepção liberal, prima pelo bem-estar individual, no sentido de garantir a igualdade de oportunidades, sendo que a Política Social nesse contexto deve ter por objetivo a melhora dessas oportunidades individuais (ROMERO, 1997). Ainda de acordo com Castel (1998, p.234), “Toda ideologia ‘liberal’ está nessas poucas linhas: a liberdade de trabalho deve libertar também a iniciativa privada, o gosto pelo risco e pelo esforço, o sentido da competição [...]”.

Seria, portanto, através da institucionalização de um livre mercado de trabalho, após a queda do Antigo Regime<sup>34</sup>, que os indivíduos teriam livre condições de almejar, trabalhar e usufruir das riquezas que essa nova forma de organização social iria gerar (CASTEL, 1998).

No entanto, esta forma de organização do Estado no contexto do capitalismo ultra-liberal, foi interrompido pela ocorrência de profunda depressão e desemprego maciço nos anos 1930. Nesse período, também entrou em crise a perspectiva liberal, devido à ameaça crescente do comunismo, o que teve por reação a ascensão de governos autoritários em todo mundo, normalmente através de golpes militares (MISHRA, 1995)<sup>35</sup>.

Voltando ao *Estado Social de Direito*, este se apresentaria enquanto mantenedor de direitos para além da sociedade privada, enquanto o início do que viria a ser construído a partir da implantação das políticas sociais, o Estado de Bem-Estar Social. O *Estado*

---

<sup>33</sup> Outros renomados percussores da perspectiva liberal, além de Locke foram David Ricardo, Adam Smith e John Stuart Mill, quanto à influência desses teóricos, vide Behring; Boschetti (2007); Braz; Netto (2006); Romero (1997); Castel (1998).

<sup>34</sup> Sobre a transição do Antigo Regime para uma sociedade salarial, vide: Castel (1998).

<sup>35</sup> Apesar de defender a ordem social capitalista a partir do que ele considera ser uma adequada formatação do Estado-Providência, idéia com a qual não se compactua aqui, o autor traz importantes considerações sobre o Estado-Providência e distingue a forma como se constituiu nos países que buscaram efetivá-lo, em: *O Estado- Providência na sociedade capitalista*, Ramesh Mishra (1995).

*Social de Direito* transcorre do Estado liberal burguês para um Estado que possa amenizar os complexos e novos problemas da civilização industrial que se consolida, e que teve suas mazelas aprofundadas principalmente após a Segunda Guerra Mundial. É, portanto, com o desenvolvimento das políticas sociais que se solidifica o Estado de Bem-Estar Social, que para além da garantia de direitos formais (civis e políticos) como definido pelo Estado democrático liberal, vislumbrava garantir direitos que se concretizavam no acesso material, como direito ao trabalho, a educação, a saúde (ROMERO, 1997; MISHRA, 1995).

Introduzido pelos economistas do século XIX, esse modelo de Estado visa relacionar capitalismo e bem-estar social, relacionar mercado (propriedade) e Estado (democracia), tendo enquanto pensador principal John Maynard Keynes (1883-1946), economista britânico, que defendeu o papel interventor do Estado na economia, no mercado, conflitando com a perspectiva liberal que vigorava até então (BEHRING; BOSCHETTI, 2007; ESPING-ANDERSEN, 1991; PEREIRA, 2007).

Essa forma de Estado está atrelada a opção social-democrata de partidos e grupos políticos – integrantes da esquerda e inicialmente defensores do socialismo alcançável pelas vias revolucionárias –, que aderiram a defesa de reformas sociais enquanto estratégia para alcançar o socialismo. Contudo, através de um regime parlamentar-democrático, onde prepondera a disputa dos vários partidos políticos, ao alcançarem o poder entre os anos 40 e 50 os social-democratas se tornaram grupos estritamente defensores de reformas sociais que cumpririam o papel de amenizar os problemas oriundos do capitalismo (ESPING-ANDERSEN, 1991; ROMERO, 1997). Ainda de acordo com Romero (1997, p.41), sem “[...] dúvida nenhuma, o Estado de Bem-estar europeu, tal como o conhecemos, é claro devedor desta perspectiva política social-democrata [...]”.

Esse período do capitalismo, diferente do período imperialista clássico, é marcado por um forte movimento do capital mediante exportações dos países centrais, desenvolvidos, para os países subdesenvolvidos, que passaram a manter na divisão internacional do trabalho o papel de exportadores de matérias-primas, de bens primários, bem como de importadores de bens de alto custo, como a produção tecnológica, por exemplo, e que devido ao vasto *exército industrial de reserva* apresentou também a queda no preço dessa força de trabalho garantindo super-lucros

aos países centrais. De acordo com Netto (2005, p.24), o “[...] o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos e monopólios controlam-na por cima de povos e Estados”.

O período conhecido por monopolista<sup>36</sup> do capitalismo é marcado pela *concentração*<sup>37</sup> e *centralização*<sup>38</sup> do capital, em que se efetivam os primeiros trustes e cartéis, a colonização do mundo se consolida e se mantém enquanto era imperialista, ocorre à organização e predominância de monopólios em todos os países capitalistas, se intensificam as rivalidades internacionais, bem como se distingue a divisão do trabalho mundial, sendo a Inglaterra país principal na configuração econômica mundial (BRAVERMAN, 1987). Esse período de capitalismo monopolista e imperialista se fortalece especialmente nas duas últimas décadas do século XIX, e se mantém com aprofundamento dessas características principais (BRAVERMAN, 1987).

É, portanto, após a Segunda Guerra Mundial, na constituição do chamado *capitalismo tardio*<sup>39</sup>, monopolista e imperialista que se concretizam as Políticas Sociais, enquanto instrumentos para reestruturação da classe trabalhadora, mediante a institucionalização do chamado Estado de Bem-estar Social (Welfare State), Estado Keynesiano ou segundo Mishra (1995), *Estado-Providência*. Assim, nesses períodos pós crise e ainda pós Guerra que se generalizam as contradições inerentes ao capitalismo, que se intensificam as expressões da questão social, bem como surgem novas, justificando assim a instauração de políticas “efetivas” que amenizem a contradição capital/ trabalho e mantenha a legitimidade do Estado burguês (NETTO, 2005). Ainda segundo Behring (2002, p.164), “[...] a política social é um fenômeno que se generaliza, no trânsito do imperialismo clássico para o capitalismo tardio [...]”.

No pós-guerra, em 1944, ocorre o acordo de Bretton Woods, marcado pela consolidação dos Estados Unidos da América (EUA) enquanto país mais importante na configuração

---

<sup>36</sup> “As bases para a teoria da empresa monopolista foram lançadas por Marx, quando ele analisou a tendência do capital a aglomerar-se em imensas unidades [...]”, Braverman (1987, p. 220).

<sup>37</sup> De acordo com Braverman (1987, p. 220), “[...] Marx [a explica] como resultado natural do processo acumulativo: cada capital aumenta, e com ele aumenta a escala de produção que ele realiza”.

<sup>38</sup> Segundo Braverman (1987, p. 220), a “[...] *centralização* do capital [...] altera a distribuição dos capitais existentes [...]”. Ainda, de acordo com Marx (1986, p.179), significa a “[...] expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes”.

<sup>39</sup> Termo utilizado por Mandel apud Behring (2002), referindo-se especialmente ao período pós Segunda Guerra.

do imperialismo mundial devido ao poder econômico e bélico que conquistara frente aos demais países do mundo. O acordo significou a queda do padrão-ouro e a mudança do padrão monetário internacional, tendo a partir daí como equivalente universal a moeda americana, o dólar. Consolidava-se o domínio dos Estados Unidos e dos principais organismos multilaterais<sup>40</sup>.

Com o fim da Segunda Guerra, o *Estado-Providência* teria o papel de garantir o acesso às políticas sociais enquanto direito, uma relação entre cidadãos e o Estado. Esses direitos abarcariam o acesso ao trabalho, a proteção social na ocasião de desemprego, e todos os demais serviços essenciais, como educação, saúde, e igualdade de oportunidades para ingresso do indivíduo no mercado. Como seriam essas algumas das características do *Estado-Providência*, cabe lembrar que não foi essa a configuração que assumiu em todos os países, sendo que alguns se aproximaram mais que outros<sup>41</sup> (MISHRA, 1995).

Sobre o formato do *Estado-Providência*, cabe distinguir o modelo bismarckiano<sup>42</sup> do modelo de beveridgiano<sup>43</sup>. Este se caracterizaria principalmente pela relação cidadão-Estado, em que o Estado organizaria os benefícios ao qual teriam direito toda a população, sendo obrigatório o pagamento de impostos como fonte de recursos para a geração de benefícios. Já o modelo bismarckiano se caracterizaria principalmente por contribuições prévias ao pagamento, sendo que os benefícios não seriam um direito de todos, mas uma prerrogativa apenas de quem contribuísse.

O modelo de Bismarck foi implantado na Alemanha, enquanto experiência pioneira na promulgação dos primeiros seguros sociais obrigatórios, semelhantes aos seguros privados. Os seguros deveriam cobrir principalmente aqueles que contribuíssem, tendo de retorno enquanto benefício, valor proporcional a contribuição anterior. As contribuições provinham tanto dos trabalhadores, quanto dos empregadores com base na folha de salários (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). Ainda, segundo Rosanvallon (1998, p.51), “[...] o Estado Providência de Bismarck tinha por base o mecanismo dos

---

<sup>40</sup> São esses os principais: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento).

<sup>41</sup> Quanto aos principais países que se organizaram sob prerrogativas do Estado-Providência suas semelhanças, distinções, equívocos e avanços, Mishra (1995) compara os casos da Inglaterra e EUA, da Suécia e Austria, da Austrália e Canadá.

<sup>42</sup> Assim denominado por ter sido implantado primeiramente por Otto Bismarck, de perfil ultraconservador, príncipe da Prússia (1815-1898).

<sup>43</sup> O nome refere-se a seu mentor, William Henry Beveridge, economista britânico.



seguros sociais, em que as prestações são a contrapartida dos pagamentos (modelo instalado na Alemanha nos anos 1880)”, sendo que os primeiros seguros cobririam doença (1883), acidentes de trabalho (1884), a invalidez e velhice (1889).

O modelo Beveridge de 1942, no que consiste a sua idealização, aponta que toda a pessoa com idade para trabalhar tivesse de prestar uma contribuição semanal, que seria destinada àqueles que não estivessem em condições, temporária ou permanente, para o trabalho, como: desempregados, viúvas e enfermos – este sistema deveria garantir um nível mínimo de vida, abaixo do qual nenhum indivíduo deveria estar. No entanto, enquanto modelo de Estado Social praticado na Inglaterra, assegurou benefícios uniformes a toda a população, a partir de contribuições via impostos, mas, benefícios mínimos. De acordo com Rosanvallon (1998, p.48), adaptado “[...] ao contexto histórico do pós-guerra, este último instituiu sem dúvida, um sistema universalista, baseado na cidadania, mas só garante serviços ultramínimos [...]”.

Principalmente nos países desenvolvidos, especialmente nos anos 1940 até a década de 1970, imperou a perspectiva do Estado de Bem-estar social, com a constituição da maior parte das Políticas Sociais em todos os setores. No que se refere ao trabalho, especificamente, esse período ficou conhecido pelo predomínio do modelo fordista de produção, responsável por mudanças substanciais no processo produtivo destinadas a elaborar o modelo T, idealizado por Henry Ford fundador da Ford Motor Company nos EUA, garantiu uma produção de automóveis a preços bem mais baixos que a antiga produção artesanal que prevalecia. A partir das mudanças estabelecidas foi possível reduzir o tempo de produção de um automóvel de 12h 30m para 1h 30, “[...] ou seja, pouco mais de oito vezes mais rápido que no esquema artesanal usado pelos concorrentes”, Gounet (1999, p.20). As principais características inovadas por esse processo produtivo são: a garantia ao emprego formal com o dobro do salário oferecido pela produção artesanal, enquanto o preço da força de trabalho oferecido por esta era de 2,5 dólares, a Ford oferecia 5 dólares para a mesma jornada de trabalho; produção em massa e em série, de produtos mais homogêneos para responder a ampla demanda; combate ao desperdício de tempo durante o processo produtivo; separação entre elaboração e execução das tarefas; unidades fabris concentradas e verticalizadas; relações de trabalho rígidas e regularizadas, cria-se para isso a linha de produção, através da esteira rolante com os trabalhadores lado a lado, facilitando o controle pela empresa; constituição do *operário-massa*, do trabalhador fabril (ANTUNES, 2007;

GOUNET, 1999; HARVEY, 2007). Essas mudanças iniciadas pela Ford garantiram lucros extremados passando de 2 milhões ao ano para 250 milhões após a instauração das mudanças, até a concorrência, sem outra opção, se adaptar às inovações para manterem-se no mercado, concluindo mais um ciclo de superlucros em direção ao cumprimento da lei da queda da taxa de lucro (GOUNET, 1999). Ainda, segundo Behring; Boschetti (2007, p. 86), o “[...] fordismo, então, foi bem mais que uma mudança técnica, com a introdução da linha de montagem e da eletricidade: foi também uma forma de regulação das relações sociais, em condições políticas determinadas”.

Esse período do capitalismo, sob a forma de organização supracitada, garantiu ampla arrecadação aos setores detentores do capital. No entanto, devido às contradições do capitalismo, entrou novamente em crise, já no fim da década de 1960 e início da década de 1970. Esse período do capitalismo foi conhecido por “anos de ouro”, e seu esgotamento culminou em conseqüências avassaladoras especialmente para a classe trabalhadora. Alguns dos fatores que somados originaram essa profunda crise no capitalismo na década de 1970 foram: crises de superprodução, não sendo contidas mediante a concessão de créditos; estagflação (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços); crise mundial nos mercados imobiliários; crise fiscal e de legitimação do Estado; instabilidade dos mercados financeiros mundiais; aumento dos preços da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) em 1973 e 1979; limitação da rentabilidade tecnológica; crise nos países imperialistas, com ascensão do movimento dos trabalhadores (BEHRING; BOSCHETTI, 2007; HARVEY, 2007; MISHRA, 1995).

Surge então como alternativa vislumbrada enquanto única a essa crise, o modelo de Estado neoliberal, o qual implica em consideráveis mudanças na organização do mercado, as quais remetem aquela perspectiva conhecida de Estado, o Liberal, no entanto, em um novo contexto, e com novas configurações. De acordo com Vizontini (1998, p. 43) “O esgotamento do Estado de Bem-Estar Social, a recessão e o desemprego dos anos 70 tiveram como resultados importantes a desmoralização da socialdemocracia [...]. Criavam-se assim as condições para a implantação do neoliberalismo [...]”.

A crise do Estado de Bem-estar Social provou que no capitalismo, não é possível conciliar o bem-estar humano com o processo de acumulação do capital, há

contradições profundas que não permitem essa conciliação, a não ser por um período de tempo que cumpre um ciclo o qual se encerra na ocorrência de uma nova crise. De acordo com Netto (2005, p.159), apenas “[...] os marxistas insistiam em assinalar que as melhorias no conjunto das condições de vida das massas trabalhadoras [promovidas pelo Welfare State, nos países centrais] não alteravam a essência exploradora do capitalismo [...]”. Sobre a crise do Welfare State, do fim do crescimento econômico e do socialismo real, longe “[...] de serem conjunturais, são tendências que promovem inflexões estruturais na produção/ acumulação, com fortes repercussões na esfera da regulamentação/ reprodução”, BEHRING (2002, p.177).

A seguir, veremos como ocorreu no Brasil – país periférico, indígena por longo período e colônia abusivamente explorada –, o processo de imersão no capitalismo e a partir daí a construção de suas políticas sociais.

#### **1.3.4) Construindo a política social brasileira**

Ao ser inserido na conjuntura capitalista mundial, o Brasil, similar aos demais países da América Latina, foi, em um primeiro momento, diretamente explorado pela relação colônia/ metrópole. Após anos de exploração direta, relação que subordinou o país as prerrogativas postas pelos países centrais, o Brasil se mantém subordinado, agora também por opção<sup>44</sup> política, aos ditames do grande capital, dos países dominantes – principalmente os Estados Unidos da América (EUA) – e dos organismos multilaterais. É importante demarcar que historicamente a nível internacional o Brasil e outros países latino-americanos, de origem agropecuária, cumpriram a função de subsidiar com meios de subsistência os trabalhadores dos primeiros países industrializados, o que concedeu a eles a posição de grandes produtores de manufaturas (MARINI, 2000).

Os países da América - latina cumprem ainda o papel de aumentar a *mais-valia relativa* dos países centrais. Devido a sua própria função na divisão internacional do trabalho de produtor de bens primários que irão reproduzir a força de trabalho dos países centrais. Como os bens primários são produtos de menores custos, e ainda, mais barateados devido a oferta no mercado mundial, tende-se a reduzir os preços da força de trabalho dos países centrais, já que a cesta de consumo de seus trabalhadores será de baixo custo (MARINI, 2000).

---

<sup>44</sup> Sobre a opção das elites brasileiras, vide a obra “Padrões de Dominação Externa” de Florestan Fernandes (1981).

Essa transferência de *mais-valia* da periferia para o centro culmina no uso de outras estratégias do capital para garantir sua exploração nos países periféricos. Nessa perspectiva, os países latino-americanos executam a chamada *superexploração do trabalho*. As relações de trabalho nesses países são comumente mais precárias, remetem a execução de trabalho mais intenso, de maior quantidade de horas, mais penoso, de menores salários e reduzida proteção social. Assim, garante-se a exploração pela via da *mais-valia absoluta e relativa* concomitantemente.

Diante desse contexto, considerando especialmente a submissão do país no contexto internacional, é importante registrar o processo de construção das políticas sociais brasileiras, que se deram na tentativa de espelhar as experiências dos países centrais.

No Brasil a política social manifesta, de forma interligada, as seguintes características: intervenções públicas seletivas, adoção de medidas autoritárias e desmobilizadora da organização popular, e ainda a oferta de benefícios e serviços não contributivos de feição universal. Essas características vinculam aspectos de modelos liberais, conservadores e ainda social-democratas, estreitamente articulados com as práticas clientelistas, populistas, paternalistas e de patronagem política, tradicionalíssimas no país (PEREIRA, 2007). Cabe reforçar de acordo com Netto (2009, p.18) que, no “[...] Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o ‘atraso’, mas mediante a sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados”, historicamente marcado pela extinção de organizações coletivas que vislumbrasse projetos societários diversos da ordem imperialista do capital.

No intuito de entender a organização contemporânea do Estado e o perfil da política social adotada no Brasil, é fundamental compreender o percurso histórico seguido em torno dessa construção, entender a que esteve atrelado seus avanços e retrocessos, para posterior análise do momento atual.

Com o objetivo de seguir os ditames internacionais o Brasil adotou o regime *laissez-faire*<sup>45</sup>, que primava pelo favorecimento aos setores exportadores de produtos agrícolas e minerais do país, de acordo com Faleiros (1995, p.160), sobre o período da República Velha, “[...] a política social do Estado Oligárquico consistia no paternalismo assistencialista e no favorecimento da imigração de braços para a lavoura do café [...]”.

---

<sup>45</sup> Frase francesa que significa: "deixai fazer, deixai ir, deixai passar". A expressão foi utilizada na disseminação da ideologia liberal pelo mundo, para defesa do livre mercado.

A ideologia liberal manteve-se por longo período e foi ratificada na Constituição Federal da época (FALEIROS, 1995).

A política nesse período, que perdurou até a década de 1930, foi conduzida pelas oligarquias regionais de Minas Gerais e São Paulo que se alternavam na condução do poder. As classes operárias foram mantidas afastadas mediante mecanismos de repressão direta, o encerramento desse período ficou marcado pela conhecida frase do presidente Washington Luis, o qual proferiu: “a questão social no Brasil é uma questão de polícia”, e assim foi tratada nesse período, com forte repressão policial e aniquilamento da participação proletária em qualquer instância. Os pobres até esse período eram cuidados por associações civis, como asilos, hospitais e santas-casas. Já os indivíduos incapazes para o trabalho ficavam sob responsabilidade da família. Apesar dessa condição e devido a essa exacerbada repressão, o movimento operário manteve consideráveis mobilizações e greves, sendo registradas muitas entre os anos de 1915 e 1930. O Partido Comunista, por exemplo, foi criado em 1922, em 1924 foram registradas revoltas em diversos estados e em 1925, Miguel Costa e Luíz Carlos Prestes foram os mentores da organização de uma coluna, conhecida por “Coluna Prestes”, que percorreu todo o país, travando 53 combates contra as forças governamentais (CARVALHO, 2008; FALEIROS, 1995).

Até aqui, todas as tentativas de implantar a legislação social, de forma considerável, foram deixadas de lado, a “[...] oligarquia era contra toda legislação social [...]”, FALEIROS, (1995, p.127). O mínimo nessa direção se deu mediante alguma regulação na área do trabalho e da previdência, sendo criados nesse período os Departamentos Nacionais do Trabalho e da Saúde, o Código Sanitário e a lei Eloy Chaves de 1923. Esta previa uma Caixa para os trabalhadores das estradas de ferro, se restringia aos ferroviários e mantinha por traz interesses ferrenhos das oligarquias exportadoras de café – o café era responsável por 70% das exportações no período – as estradas de ferro eram fundamentais para efetivar o transporte. Eloy Chaves também mantinha interesses eleitoreiros, era deputado e os funcionários da maior indústria do café residiam na sua região eleitoral (CARVALHO, 2008; FALEIROS, 1995; PEREIRA, 2007).

Evidencia-se, portanto, que a política social no contexto brasileiro – não obstante ao papel que cumpre na sociedade capitalista em sua totalidade – possui a função estratégica de subsidiar o desenvolvimento econômico. Essas políticas desenvolvidas

pelo Estado brasileiro estão sempre atreladas ao funcionamento da economia, influem diretamente na correlação de forças entre os atores sociais com a intenção de favorecer o crescimento econômico nos moldes do capital (VIEIRA, 1985).

Nas eleições de 1929 a disputa entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais se acirravam. As oligarquias de Minas Gerais, junto com a Paraíba e o Rio Grande do Sul, lançaram Getúlio Vargas como candidato, o qual não foi aceito pelo poder central, que de forma ilegítima elegeu o candidato de São Paulo, Julio Prestes. Getúlio Vargas organizou a chamada “revolução pelo alto” tomou o poder em novembro de 1930 permanecendo até 1937, quando cria o chamado Estado Novo, de cunho ditatorial que perdurou até 1945 sem eleições presidenciais (CARVALHO, 2008; FALEIROS, 1995; PEREIRA, 2007). As primeiras formulações de políticas sociais se deram a partir desse governo, quando foram consolidados direitos em torno do trabalho a partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em fevereiro de 1931, que de acordo com o próprio presidente da época, tinha por regra “[...] substituir a luta de classes, negativa e estéril, pela noção orgânica e justa de colaboração de classes, levando rigorosamente em conta, as condições econômicas do país e os reclamos da justiça social”, de acordo com KLINGHOFFER (1942) apud FALEIROS (1995, p.129). Para isso, é importante destacar o início da utilização de instrumentos legais, amparo financeiro e procedimentos burocráticos, criados para possibilitar a organizada reivindicação das massas, com o intuito de permitir a manipulação dos objetivos, dos métodos e dos resultados (VIEIRA, 1985).

Esse era então o marco do chamado período populista e corporativista do Brasil, que primava pelo ininterrupto favorecimento à grupos tradicionais da economia agro-exportadora, bem como, inovadoramente, mantinha um discurso preocupado e ações mínimas em torno do social, no intuito de, principalmente, apaziguar os conflitos de classes. Mesmo assim, cabe recordar que o processo de luta de classes implica em fortes possibilidades de melhores condições de vida e de trabalho para a classe trabalhadora, sendo esse um processo contraditório que registra avanços e retrocessos, ainda de acordo com Faleiros (1995, p.120), “[...] pode-se afirmar que na América Latina a principal força propulsora da implantação dos seguros sociais foi a classe operária, através de seus movimentos reivindicatórios [...]”. O mesmo autor reforça que, apenas com o processo de industrialização, com a inserção de fábricas e indústrias e com a aglomeração significativa da classe operária é que essa organização e mobilização são

possibilitadas, devido, principalmente, à condição comum de “[...] insegurança no trabalho, [os operários se] articularam e promoveram lutas na defesa do salário, das condições de trabalho e das condições de sua reprodução enquanto força de trabalho”. Esse período significa ainda a passagem da economia agro-exportadora sob domínio das oligarquias para a ordem industrial burguesa, especialmente através do coronelismo<sup>46</sup>. A partir daí, várias foram as políticas voltadas para a classe operária, não com caráter classista, mas fragmentadas e sectorizadas, visando atender a grupos específicos de trabalhadores e fragmentar a mobilização operária, por exemplo, os Institutos de Aposentadorias e Pensões discriminados por fábricas e depois por setores. Outras inserções importantes na legislação do trabalho foram: a consagração na Nova Constituição Federal de 1934 do direito a Previdência Social; em 1940 a fixação do salário mínimo; a instauração da Carteira de Trabalho e da Legislação Trabalhista mediante a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); a criação do Ministério da Educação e Saúde (CARVALHO, 2008; FALEIROS, 1995; PEREIRA, 2007). É de extrema relevância destacar o isolamento dos trabalhadores do campo nesse processo, que na contramão dos interesses oligárquicos, deveriam ter instituídos os mesmos direitos que passavam a abarcar os trabalhadores industriais, mas que culminaria em prejuízos aos exorbitantes lucros dos donos do café. Nesse processo de transição em que ainda predominava a oligarquia e os trabalhadores do campo, afirma Faleiros (1995, p.135), “[...] é preciso assinalar que os industriais não estavam separados da oligarquia. Ela se constituía a partir da cumulação transferida do campo [...]” (CARVALHO, 2008; FALEIROS, 1995).

Em 1935 ocorreu significativa mobilização operária, dirigida pelos comunistas, em torno de um programa para as liberdades democráticas, a qual culminou em ação armada fortemente reprimida pelo governo (CARVALHO, 2008, FALEIROS, 1995). Este, no intuito de inviabilizar a organização dos movimentos sociais, aproveitou o ensejo para proibir através da Constituição de 1937 as greves, permitindo apenas o funcionamento dos sindicatos oficiais. Estes sindicatos só poderiam funcionar se reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, bem como a escolha dos representantes, tendo por finalidade “[...] a assistência, a recreação, a cultura, num paternalismo aberto e legalizado”, (FALEIROS, 1995, p. 134).

---

<sup>46</sup> De acordo com Carvalho (2007, p.56), “[...] nas fazendas, imperava a lei do coronel, criada por ele, executada por ele. Seus trabalhadores e dependentes não eram cidadãos do Estado brasileiro, eram súditos dele [...]”. Para maiores detalhes vide a obra.

Enquanto estratégia para manter harmonia na relação com a classe operária, a burguesia industrial e comercial decidiu criar o SESI (Serviço Social da Indústria), SESC (Serviço Social do Comércio), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), em 1945. Estes institutos tinham por objetivo zelar pelas questões trabalhistas, por melhores condições de vida, de trabalho, de qualificação profissional e de consumo dos trabalhadores. Nesse mesmo período foi criada a LBA (Legião Brasileira de Assistência), voltada para prestação de favores direcionados, especialmente, à infância e à maternidade. Tinha por objetivo fortalecer a legitimidade do governo (FALEIROS, 1995; PEREIRA, 2007).

A função de garantir suporte aos interesses econômicos, de manter a harmônica relação externa, de apaziguar os conflitos de classe e de manter o *status quo*, fez das políticas sociais brasileiras essencialmente amenizadoras das principais *expressões da questão social*, mantendo crescente regulamentação formal que cumpria papel importante para garantir seus objetivos (PEREIRA, 2007).

Portanto, a Era Vargas de 1930-1945, apesar de não permitir eleições diretas para presidente, ineditamente, permitiu que a população brasileira, tratando-se de suas camadas mais carentes, visse surgir, de acordo com Vieira (1985, p.19), “[...] a possibilidade de reclamar perante o Estado o cumprimento de seus direitos. A chamada “questão social” tornara-se questão legal, sobretudo em virtude do aparecimento da legislação trabalhista [...]”. Tal ocorrido possibilitou, de forma estratégica, a legitimidade deste Governo, o período ficou também conhecido pelo fenômeno do populismo que simboliza nas palavras de Carvalho (2008, p.126) “[...] uma relação ambígua entre os cidadãos e o governo [...] fazia com que os direitos não fossem vistos como tais, como independentes da ação do governo, mas como um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade [...]”.

O governo subsequente manteve estagnados os salários, e concretizou tardiamente direitos já previstos na constituição promulgada em 1946 – de caráter essencialmente liberal – como a remuneração pelo domingo que só foi regulamentado em 1949. Na área social criou o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), o qual não vigorou por um período considerável. Governado por Eurico Gaspar Dutra, 1946, manteve forte repressão contra a organização popular em geral, especialmente as manifestações em torno das greves. Os comunistas foram intensamente perseguidos,



bem como a Confederação dos Trabalhadores, sendo que em maio de 1947 o Partido Comunista foi declarado ilegal. Ficou marcado por um governo ultra liberal que já havia rompido relações diplomáticas com a União Soviética desde 1948 e que fortaleceu incisivamente as relações de dependência do Brasil com os EUA (FALEIROS, 1995; PEREIRA, 2007).

Getúlio Vargas ao assumir em 1951 reivindicou abertamente o apoio das massas populares, afirmando assumir o posto de presidente do país em nome dessa parcela da população e em prol dela, se intitulava o governo do povo e promovia forte campanha nessa perspectiva. No entanto, as alterações na correlação de forças entre esses atores sociais, promovida pelo primeiro governo Vargas, possibilitou maior envolvimento e organização das massas frente à requisição de seus direitos, gerando forte pressão sobre o poder. Em contrapartida, por parte do Estado e das forças do capital, o fato “[...] determinou maior aprimoramento no mecanismo de conservação do poder [...]” (VIEIRA, 1985, p.20).

Em discurso ao povo, Vargas afirmava que o salário mínimo permanecia intacto desde o fim do seu primeiro governo, instaurando aumento ainda no primeiro ano do mandato em 1951, e mantendo ajustes periódicos, sem, contudo, recuperar as perdas salariais ao longo dos anos de estagnação. Afirmava que o governo deveria estar ciente dos problemas sociais, da realidade da população, devendo prioritariamente saber que a miséria é fonte de insatisfações que culmina em inquietações populares. Dizia estar o governo a disposição do povo, e que era ele representante e porta-voz das massas populares. Tudo isso para clamar pelo apoio do proletariado, enquanto colaboradores, alegando que a cada minuto que a produção parasse, ficaria prejudicada a economia de todo país, ratificando ainda que com seu governo não haveria necessidade de greves, clamando para que os trabalhadores não se deixassem levar por agitadores e perturbadores da ordem que os enganavam com ideologias, atrasando os objetivos em torno do crescimento econômico do país (PEREIRA, 2007; VIEIRA, 1985).

Apesar do esforço de Vargas mediante apelos públicos, o progressivo aumento da classe trabalhadora/ operária do Brasil, após a intensificação do processo de industrialização, fortaleceu as mobilizações e greves em prol de direitos, chegando a atingir repercussão nacional. A título de exemplo, sobre o aumento alarmante da classe trabalhadora, esta

passou de 484.844 em 1950 para 969.112 em 1960, o que fortaleceu o processo de luta de classes (VIEIRA, 1985).

O aumento abrupto da classe trabalhadora converge com a prioridade estabelecida pelo Governo de Getúlio em prol do desenvolvimento industrial do país e da diversificação das atividades econômicas. Uma das dificuldades no fomento à industrialização nacional refere-se ao desequilíbrio no balanço de pagamentos que acaba por restringir as importações de equipamentos e matérias-primas do exterior necessárias às indústrias nacionais. A prioridade destinada a esta área objetivava superar as dificuldades econômicas do país mediante o aumento da produção interna, elevação do consumo, o que, conseqüentemente, apaziguaria as inquietações e insatisfações sociais, ameaças à ordem pública. Para tal, Vargas empenhou-se em adotar uma série de medidas que possibilitariam o alcance do ostentado desenvolvimento industrial – entrelaçado ao alcance da harmônica relação com a classe trabalhadora –, como a melhoria do ensino técnico-profissional e a absorção pela indústria dos emigrantes especializados (VIEIRA, 1985).

Para fomentar o desenvolvimento industrial interno e a diversificação industrial do país, criou empresas estatais como: Petrobrás, a Eletrobrás e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE<sup>47</sup> (PEREIRA, 2007).

Sobre a Educação, Vargas defendia a formação de técnicos de nível médio e de nível superior, bem como o treinamento/ qualificação constante dos operários, fortalecendo o papel do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) que deveria se dedicar a expansão do ensino industrial. É importante destacar que este governo reconheceu ser dever do Estado a educação, ao menos até o ensino médio (VIEIRA, 1985).

Sobre a legislação trabalhista, após ter sido precursor ainda na década de 1930, Vargas em 1952 cumpriu a promessa de expandir essa legislação abarcando, ineditamente, os trabalhadores do campo. Também investiu consideravelmente na Previdência Social instaurando projetos para essa área, como: elaboração da Lei Orgânica da Previdência Social, restauração do Departamento Nacional da Previdência Social, aprimoramento dos técnicos da área e integração das Carteiras de Acidentes do Trabalho nas instituições da Previdência Social (VIEIRA, 1985).

---

<sup>47</sup> Hoje Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Vargas suicidou-se, e, deixou de herança a renovada legislação trabalhista que naquele momento se constituía uma das mais protecionistas do mundo. As principais introduções dos dois governos de Vargas: a CLT com o salário-mínimo, a limitação da jornada de trabalho, férias remuneradas, a proibição de demissão sem justa causa do empregado após 10 anos no emprego – que posteriormente foi substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Tais mudanças estiveram sempre evidenciadas em seus discursos na perspectiva de apaziguar os conflitos de classe, o que evidencia o peso da mobilização dos trabalhadores em torno da elaboração e implementação de legislações que viabilizem a melhoria de suas próprias condições de vida e de trabalho.

O Governo seguinte, tendo por presidente Juscelino Kubitschek, 1955, primou pelo desenvolvimento econômico-industrial do Brasil de forma exacerbada, na perspectiva de conservar a ordem já posta, manter no poder as classes já favorecidas, buscar a ascensão nacional frente a economia mundial, constituir o Brasil em país desenvolvido, tudo valia em prol do desenvolvimentismo. As massas populares teriam suas demandas atendidas a medida que o país avançasse como um todo, apesar de suas demandas serem imediatas, deveriam compreender que a melhor solução para alterar a precariedade das condições de vida seria através do desenvolvimento do país, de acordo com Vieira (1985, p.70), “[...] Juscelino lançava mão do vago recurso do desenvolvimentismo [...] como se estivesse utilizando um instrumento rápido, eficaz e sobretudo definido”.

O referido presidente recorria frequentemente aos países desenvolvidos e às representações bancárias do mundo para solicitar empréstimos, investimentos financeiros, reduções nos preços para importações, proteção para os preços nas exportações. Dedicou-se, portanto, a alinhar o Brasil na idéia do “mundo livre”, e na busca incessante pelo desenvolvimento nacional. Tal objetivo foi ao encontro dos interesses externos, novamente, devido a já reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial, que nesse momento estavam na competição pela conquista de novos mercados. A interferência das agências internacionais, especialmente norte-americanas, reafirmaram e fortaleceram a relação de dependência externa do Brasil (PEREIRA, 2007; VIEIRA, 1985).

O então presidente se comprometia em proteger os trabalhadores garantindo a eles emprego através do processo de desenvolvimento econômico-industrial. Argumentava

que os trabalhadores deveriam ter a compreensão de que o contexto mundial exigia desenvolvimento, que não haveria possibilidade de justiça social e de destino para eles e suas famílias em um país atrasado (VIEIRA, 1985).

No entanto, neste governo não se registrou ampliação da legislação trabalhista, nem da legislação social como um todo. As políticas sociais nesse período mantiveram caráter fortemente assistencialista, sendo que no conhecido Plano de Metas desse governo, a única das metas que aludia ao povo, e que não destoava em nada do caráter desenvolvimentista de seu programa, se referia à formação do pessoal técnico profissional para potencializar o desenvolvimento industrial – os recursos destinados a Educação nesse governo estavam prioritariamente destinados a qualificar trabalhadores para o mercado de trabalho. Registrou-se também preocupação com as desigualdades regionais, tendo sido criada a SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e o Conselho Nacional de Desenvolvimento, que deveriam estudar os problemas nacionais e implantar medidas para solucioná-los em 5 anos. Portanto, em relação à política social, de forma geral, conservou o que havia sido instaurado nos governos anteriores, reduzindo os recursos destinados diretamente para essa área, no intuito de direcioná-los para desenvolvimento econômico nacional que conseqüentemente melhoraria as condições de vida da população brasileira, rumo ao futuro promissor de país desenvolvido – o que bem sabe que, não irá ocorrer (PEREIRA, 2007, VIEIRA, 1985).

As prioridades estabelecidas por esse governo culminaram no abrupto aumento do endividamento externo, em pressão inflacionária e estagnação econômica. Os governos subsequentes tiveram que prosseguir com essa herança deixada por Juscelino Kubitschek: de 1960 a 1964 os governos de Jânio Quadros e João Goulart. Quadros ficou apenas sete meses na Presidência, renunciando devido à pressão da oposição sobre seu governo, que inclusive mobilizou as massas nesse sentido. Goulart que teve, portanto, condições de implantar algumas ações.

Sem comprometer o fio condutor ao desenvolvimento, o governo de Goulart elaborou o Plano Trienal com reformas institucionais de Base, administrativa, bancária, fiscal e agrária – diante da pressão das massas por reformas socioeconômicas. Também encampou medidas importantes na área do trabalho como a criação do Estatuto do Trabalhador e da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), a

instauração do 13º salário e do salário-família, promulgou a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) em substituição aos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's). No campo da educação investiu-se na alfabetização<sup>48</sup> de adultos considerando o método de Paulo Freire, na saúde foram implantadas mudanças a partir de uma visão mais orgânica de saúde. Cabe destacar que a política social nesse período recebeu tratamento um pouco mais progressista, na busca de atender as reivindicações dos trabalhadores. Contudo, na essência, manteve seu caráter imediatista, para atender as urgências, conforme afirma Vieira, seus “[...] efeitos figuravam apenas como tímidos e parciais, em termos de conquista [reais] para as massas trabalhadoras [...]”.

Houve nesse período o redirecionamento das relações externas, sendo considerada a necessidade de alargar as relações com os países afro-descendentes e também com os países comunistas, ainda no governo de Jânio Quadros se inicia esse processo que foi corroborado por João Goulart (PEREIRA, 2007; VIEIRA, 1985). Esse momento marcado por iniciativas que fortaleciam a participação popular, a tentativa de funcionamento efetivo da democracia, não significou, contudo, disputa de projetos societários entre capitalismo e socialismo, de acordo Netto (2009, p.23) “[...] a consequência, a médio prazo, do que estava em jogo [...] [era a] reprodução do desenvolvimento associado, dependente e excludente ou um processo profundo de reformas democráticas e nacionais, antiimperialistas e antilatfundistas [...]”. Essas medidas e demais tendências desses dois governos – juntamente com a ameaça mundial do socialismo, que avançava nesse período<sup>49</sup> – inquietaram os grupos conservadores, a burguesia industrial do país e a classe média, atores que se articularam com o objetivo de destituir este governo e retomar com solidez o caminho que o país já vinha seguindo desde os governos anteriores. Assim, qualquer “curva para outra direção” não se daria sem drástica oposição na intenção de coibi-la. De acordo com Vieira (1985, p.153), “[...] de Jânio Quadros a João Goulart, o povo do Brasil ansiou por ver posta em prática a justiça social, a começar pela diminuição dos privilégios. Ambos os mandatos se interromperam, retirando de cena as promessas da moralização janista e as esperanças do reformismo janguista [...]”.

---

<sup>48</sup> Sobre a prioridade direcionada à política de Educação nesse governo, especialmente a luta contra o analfabetismo, há extenso relato na obra de Evaldo Vieira (1985).

<sup>49</sup> O mundo vivenciava experiências do socialismo real nesse período, tanto a União Soviética (URSS) de já alguns anos, quanto Cuba, que havia iniciado esse regime em 1959 e que se instaurava enquanto precursora do socialismo na América Latina.

É, portanto, a partir de 1964 que o Brasil inicia uma jornada que persistirá por vinte anos, a Ditadura Militar, marcada por exacerbado autoritarismo, por dura coerção e alteração grotesca na dinâmica administrativa e política do país. Ainda de acordo com Faleiros (p.140, 1995), o “[...] golpe de 1964 foi realizado graças a uma aliança das multinacionais e da burguesia nacional associada a uma forte mobilização das massas contra o comunismo”. Sobre a importância do movimento anti comunismo que ocorreu nesse período, afirma Netto (2009, p.16) “[...] os centros imperialistas, sob o hegemonismo norte americano, patrocinaram, especialmente no curso dos anos sessenta, uma contra-revolução preventiva em escala planetária [...]”, com a intenção primordial de conter os movimentos de libertação nacional que ocorriam, principalmente, nos países periféricos.

Inúmeras foram às mudanças implantadas nesses longos e árduos vinte anos, o próprio formato do Estado que passa a ser centralizador e altamente autoritário repressor em primeira linha dos direitos civis e políticos, o modelo econômico concentrador e excludente e a política social enquanto consequência do desenvolvimento econômico. De acordo com Netto (2009, p.27), o “[...] Estado erguido no pós-64 tem por funcionalidade assegurar a reprodução do desenvolvimento dependente e associado, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios [...]”. Estava bem definido o papel que deveria exercer o Brasil junto à economia internacional de país dependente e transferidor de mais-valia, e, todas as ações no sentido de manter a economia em conformidade com a direção política e econômica internacional foram, para isso, efetivadas.

Internamente, várias foram as ações do Estado para garantir sua “missão”. Muitas foram as benesses ao capital estrangeiro favorecendo a concentração e a centralização dos grandes capitais em total detrimento da economia nacional (NETTO, 2009). Outras e drásticas medidas marcaram esse momento histórico no campo do trabalho, como a proibição da ocorrência de greves, reajustes salariais definidos pelo Executivo Federal e não pela Justiça do Trabalho (CARVALHO, 2008; PEREIRA, 2005). Após 1967, a política social deixou de ser tratada como mero apêndice da política econômica e passou a significar um meio importante de acumulação de lucros para o capital. Os programas relacionados às políticas sociais, embora estivessem sob a gestão pública, tinham sua execução privatizada e voltada para atender os interesses das empresas. De acordo com Pereira (2007, p.137), até “[...] 1974 os governos militares foram fundo na persecução

da eficiência econômica e na defesa do sistema capitalista, optando por usar a repressão cruenta aos direitos civis e políticos para alcançar essa meta [...]”.

Em 1968 o governo cria os mais eficazes instrumentos de coerção e de exercício do autoritarismo corroborado no Ato Institucional nº 5(AI5)<sup>50</sup>, que de acordo com Carvalho (2008, p.161) “[...] foi o mais radical de todos, o que mais fundo atingiu direitos políticos<sup>51</sup> e civis<sup>52</sup>”. Tais medidas culminaram em forte oposição ao regime militar, expressivas manifestações e envolvimento de grande parcela da sociedade no enfretamento a esse governo, que passa a ter ameaçada, de forma significativa, a sua legitimidade. Estrategicamente, a partir de 1974, o governo investe na expansão dos direitos sociais<sup>53</sup> à medida que suprime os direitos civis e políticos, vislumbrando garantir a manutenção da ordem ditatorial. Nessa linha, mantinha-se a proposta de elevar o Brasil à condição de potência emergente concomitante a tentativa de garantir a legitimidade do governo internamente, mediante o tratamento da pobreza através da expansão das políticas sociais. Ainda segundo Pereira (2007, p.138), “[...] até 1985, as políticas sociais funcionaram como uma espécie de ‘cortina de fumaça’ para encobrir as verdadeiras intenções de um regime que relutava em sair de cena [...]”.

Ainda no governo de Castelo Branco, de 1964 a 1966 cria-se o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a partir da inserção deste direito foi revogado o direito a estabilidade de emprego após 10 anos de serviço, que estava previsto para trabalhadores de luz, de telefonia, telegrafia, de força e de radiotelegrafia, previsto na lei 5.109 de 1926 (FALEIROS, 1995; PEREIRA, 2007).

No governo de Costa e Silva, de 1967 a 1969, se inicia o denominado “milagre econômico” reflexo dos altos investimentos no desenvolvimento econômico do país e da fase de ascensão do círculo de rotação do capital garantindo lucros exorbitantes. Ocorre também à intensificação da coerção com a criação nesse período do AI5. Já no campo da política social é importante destacar o investimento em política educacional

---

<sup>50</sup> Ainda em 1965 foi instituído o AI-2 que teve por função principal centralizar o poder nas mãos do presidente, conforme bem retoma Carvalho (2008, p.161), “[...] concedendo-lhe autoridade para dissolver o parlamento, intervir nos estados, decretar estado de sítio, demitir funcionários civis e militares [...]”.

<sup>51</sup> Previstos atualmente no Capítulo IV, do art.14 ao 16 da Constituição da República de 1988.

<sup>52</sup> Previstos atualmente na lei 10.406/2002, que regulamenta o Código Civil.

<sup>53</sup> Previstos atualmente no Capítulo II, do art. 6 ao 11 da Constituição da República de 1988.

destinada a preparar recursos humanos para o desenvolvimento econômico (PEREIRA, 2007).

No governo Médici, de 1970 a 1973, registra-se o fortalecimento do “milagre econômico” e da autoconfiança no regime militar, mediante a abertura aos monopólios internacionais. Amplia-se também a repressão política, sendo este período considerado um dos mais autoritários da história brasileira, de acordo com Carvalho (2008, p.162), “[...] as medidas repressivas atingiram seu ponto culminante. Nova lei de segurança nacional foi introduzida, incluindo a pena de morte por fuzilamento”. Nesse período, o sistema de repressão e de tortura aos opositores desenvolveu-se ao ponto de edificar considerável autonomia aos membros do governo na tomada de decisões e na execução de ações coercitivas. Ainda de acordo com Carvalho (2008, 168), “[...] a coincidência do período de maior repressão com o de maior crescimento econômico era perturbadora”.

Este governo desmedidamente repressor tinha suas ações orientadas pelo Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo, o qual nesse momento não previa intervenções junto à pobreza que registrava progressivo crescimento. No intuito de mistificar essas mazelas sociais, que aqui entendemos por *expressões da questão social*, o governo desenvolveu obras faraônicas, por exemplo, a hidrelétrica de Itaipu e a rodovia Transamazônica. No campo do trabalho, foi criado nesse período o Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), sobre essas inserções afirma Pereira (2007, p. 140) “[...] representaram mais um mecanismo de poupança a serviço da reprodução do capital e da harmonia entre capital e trabalho do que uma tentativa de integração do trabalhador ao desenvolvimento econômico”. Nos dois últimos anos desse governo, através da criação do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), é que se registrou maior preocupação com a população de baixa renda, devido ao seu aumento ter ficado numericamente comprovado pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nessa linha, foram incluídos no sistema previdenciário de proteção os trabalhadores autônomos e os empregados domésticos, bem como se investiu em educação, habitação e nutrição através da inauguração de programas destinados a esse fim. No entanto, cabe reforçar que essas medidas tinham por objetivo principal a manutenção da elite militar no poder, bem como a garantia das altas taxas de crescimento econômico e de lucros (PEREIRA, 2007).



No governo Geisel, entre 1974 e 1979, instaurou-se o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que tinha por objetivo, segundo Pereira (2007, p.142), “[...] substituir o capitalismo selvagem dos anos anteriores por um ‘capitalismo social’, ou modelo ‘neocapitalista’, fortemente conduzido pelo Estado e (embora não fosse explicitado) transformar o Brasil em potência emergente na entrada dos anos 80”. O desenvolvimento científico e tecnológico, nos moldes adotados pelo Japão<sup>54</sup> nesse período, também foram uma frente de investimento do II PND. Cabe salientar que este governo, assim como os demais pós 1964, afirmava categoricamente que o objetivo de todas as mudanças era “o bem-estar do povo brasileiro, do homem brasileiro” (VIEIRA, 1985).

A partir de 1976 este governo enfrenta as repercussões da crise mundial no Brasil e vê-se incapaz de transformar o país em potência emergente, instituiu, portanto, reformas políticas ainda mais autoritárias como a prorrogação de seu mandato e outras medidas que reafirmaram o cerceamento da democracia nesse período. Tais mudanças não ocorreram sem que se registrasse forte oposição. Os partidos e sindicatos estavam ininterruptamente proibidos, outros canais de participação foram, por isso, criados, dentre outros, são importantes exemplos: a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). O movimento dos trabalhadores do ABC paulista também teve intensa representatividade nesse período, e, todos esses grupos estavam conjuntamente direcionados rumo à construção da sonhada democracia (PEREIRA, 2007).

Para conter a avalanche dos movimentos sociais o governo precisou ceder em relação a suas medidas altamente autoritárias. Para isso, permitiu a negociação dos salários entre empregados e empregadores, restabeleceu o *habeas corpus* para crimes políticos, concedeu autonomia aos poderes Legislativo e Judiciário, decretou o fim das cassações por meio do AI5 e abrandou as exigências para criação dos partidos. A política social foi intensificada, novamente na tentativa de manter o regime militar. Nesse sentido, estruturaram-se os organismos que seriam responsáveis por planejar, gerir e executar a política social, no intuito de organizar esses serviços e de apostar na implantação deles, cumprindo, concomitantemente, seu objetivo ideológico de aproximar as massas do

---

<sup>54</sup> O fenômeno conhecido por toyotismo, já relatado no capítulo anterior.

Estado. Criou-se, portanto: Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) e o Sistema de Indicadores Sociais. Para gerir as específicas áreas, criou-se: Conselho Nacional de Política de Emprego, Conselho Federal de Mão-de-Obra, Ministério da Previdência e Assistência Social, dentre outros. Outras importantes mudanças efetivadas nesse período foram: a unificação do PIS com o PASEP, forte investimento na área do trabalho e a criação do Sistema Nacional de Empregos (SINE) (PEREIRA, 2007). Mesmo com essas investidas, cabe destacar que foram instituídas políticas, mas com aspecto de serviços, sem qualquer participação popular organizada no sentido de serem consideradas as reais necessidades das massas populares (VIEIRA, 1985).

Da década de 1960 à década de 1980 é que o país se consolida enquanto predominantemente industrial e urbano. No início dos anos 60 a população atuante no setor primário da economia (agricultura, pecuária e mineração) representava 54% da população trabalhadora do país, em 1980 esse contingente populacional havia sido reduzido para 30%. O número de pessoas inseridas em atividades remuneradas no setor secundário (industrial) subiu de 13% para 24% no mesmo período. O maior índice se encontra no setor terciário (transporte e prestação de serviços), o que ratifica para aonde foi à maior parte dos trabalhadores rurais no processo de saída do campo em busca de ‘melhores condições de vida e de trabalho na cidade grande’, esse setor que já mantinha 33% da população trabalhadora em 1960, teve seu índice aumentado para 46% na década de 1980 (CARVALHO, 2008).

O aumento dos gastos na área social promovido pelo governo Geisel, o consequente endividamento externo e déficit público, levaram o Brasil a um longo período de crise. Para enfrentamento, uma das alternativas viáveis na esfera econômica foi a substituição das importações<sup>55</sup>, que gerou debilidades para área social (GIRALDO, 2007).

Também registra-se crescente pressão dos movimentos sociais em prol da democracia e ampliação da cidadania. Devido a esses fatores, o governo de Figueiredo, de 1980 a 1985, priorizou reduzir os gastos sociais, o que gerou aumento do desemprego e da pobreza, queda real dos salários e abstenção das responsabilidades em torno da sobrevivência da população brasileira. Em resposta às crescentes e representativas manifestações populares registra-se, ainda em 1979, a restituição dos direitos civis e

---

<sup>55</sup> Significa aumentar a produção interna de um país e reduzir suas importações.

políticos, eleição para governadores em 1982 e ampla campanha popular pelas “Diretas Já”, para que retorne as eleições diretas para Presidência da República (PEREIRA, 2007).

Com a restituição dos direitos civis e políticos, vários partidos são criados nesse período, dentre eles o PT (Partido dos Trabalhadores) em 1980. A diferença deste para os demais se refere à forma como foi construído, não sendo dominado por membros da elite social e econômica, o PT surgiu de amplo movimento popular em reunião aberta, da qual participaram centenas de militantes. Nesse período também foi fundada a CUT (Central Única dos Trabalhadores), e essa, junto com o PT, fortaleceram o movimento sindical e as reivindicações dos trabalhadores no período (CARVALHO, 2008).

O período subsequente a esse governo foi o denominado de “Transição Democrática” ou “Nova República”, conduzido inicialmente por José Sarney, que convocou a Assembléia Nacional Constituinte em 1986 para iniciar um processo de alteração profunda da organização político administrativa do Estado, registrando na nova Constituição da República o novo formato de participação popular, de exercício da cidadania, bem como a proteção social enquanto direito universal. Descentralizou-se a administração do Estado, iniciando o processo de transferência para os estados e municípios da gestão e também da distribuição financeira das políticas sociais. Para viabilizar o controle democrático e a participação popular, foram instaurados nesse período os conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos, de caráter deliberativo e com representação paritária entre trabalhadores, Estado e empregadores (CARVALHO, 2008; PEREIRA, 2007).

Vários foram os programas de cunho social executados nesse período para combater a fome, a pobreza e o desemprego. Na esfera trabalhista, reduz-se a jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais, direito a férias anuais remuneradas, ao seguro-desemprego, a estabilidade de emprego para os funcionários públicos, o reconhecimento do direito a greve e autonomia sindical, dentre outros. A Previdência Social é restaurada rumo a um perfil mais Beveridgiano, o que significa que todos os cidadãos brasileiros terão direitos sociais mínimos, independente de poderem ou não contribuir com a Previdência Social, instaura-se assim o caráter universal e não necessariamente contributivo (PEREIRA, 2007). É importante reforçar aqui, que a previdência social ou seguro social enquanto política social no Brasil, não obstante ao seu caráter e papel em outros países, estando

imersa na ordem social capitalista, tem por características a reprodução da força de trabalho, o controle da organização dos trabalhadores e de suas requisições no processo de luta de classes, garantindo ainda salário aos trabalhadores impossibilitados de trabalhar temporariamente ou definitivamente, o que possibilita relativa estabilidade e manutenção do consumo dos trabalhadores. É importante destacar que, “[...] todo o processo de seguros sociais consiste na atenuação de certos efeitos da exploração da força de trabalho no processo de sua reprodução e de sua subordinação ao capital”, Faleiros (p.158, 1995).

No entanto, sobre a proteção social no Brasil, e nos demais países da América Latina, é importante dizer que, não existiu nesses países o desenho de Estado de Bem-estar Social. Isso porque, não se generalizou a relação salarial para a maior parcela populacional. Apesar de o Brasil prever na Constituição direitos universais, amplos, a regulação social principal se dá a partir da relação salarial, do trabalho. A Política de Assistência Social, por exemplo, tem o papel de atender parcelas específicas da sociedade, bem como de ser um “degrau” para inserção dos indivíduos nas relações de trabalho. Em países como o Brasil, essa política será sempre necessária, pois a generalização das relações salariais é algo inalcançável<sup>56</sup> (BOSCHETTI, 2006; GIRALDO, 2007).

Na saúde instaura-se o Sistema único de Saúde (SUS) e a Assistência Social, ineditamente, passa a ser reconhecida como direito em detrimento do seu caráter beneficente. Essas e as demais mudanças foram contempladas e garantidas na Constituição da República de 1988, a qual está em vigor.

A grande barreira para a instauração concreta dessa Constituição, foi o fato de ser elaborada e garantida na contra mão da tendência mundial, que vinha executando e direcionando internacionalmente a perspectiva de Estado neoliberal, recessivo, distanciado das políticas sociais, incentivador do mercado e da livre concorrência, financiador do setor privado, irresponsável no campo social e responsabilizando a sociedade civil. Desde 1970 é essa a tendência mundial. No Brasil, esse processo se inicia a partir de 1990, após o fim do regime militar e seguido da promulgação da Constituição de 1988 que traça um perfil de Estado garantidor dos mínimos sociais,

---

<sup>56</sup> É importante registrar que essas relações foram quase que generalizadas nos países centrais em períodos de grande ascensão do capitalismo, mas nem nesses países se sustentaram. Precisa abordagem sobre o tema nos países centrais é a de Robert Castel, em *A metamorfose da questão social* (1998).

próximo ao Estado de bem-estar social, o que minará esse país de conflitos no sentido de seguir a Constituição e/ou os ditames internacionais rumo às prerrogativas neoliberais.

## Capítulo II – A avalanche Neoliberal e o Mundo do Trabalho

### 2.3) Do keynesianismo ao Neoliberalismo

#### 2.1.1) Concepções teórico-ideológicas:

A proposta deste capítulo é elucidar como foi enfrentada a crise do Estado de bem-estar social e as estratégias adotadas pelo capitalismo, de modo a manter e aprofundar o controle sobre a produção e a manutenção da hegemonia mundial pelos países centrais. Pretende-se, principalmente, frisar os aspectos importantes para a compreensão dos reflexos sobre os países latino americanos, em especial o Brasil, e suas conseqüências para o mundo do trabalho, para a vida dos trabalhadores, para as políticas voltadas a atendê-los e para o processo de luta de classes.

Enquanto estratégia para superar a crise e garantir a acumulação capitalista, há nesse período, década de 1970, a retomada da concepção da não intervenção do Estado na Política Social, da permissão ao livre funcionamento, organização e equilíbrio da sociedade de mercado, pelo próprio mercado. Nessa nova formatação da perspectiva liberal, agora neoliberal, é construído o conceito de “capital humano”, idealizado por Theodoro Shultz e sistematizado especialmente em sua obra intitulada *Capital Humano* de 1973. Esse conceito é fundamental, já que a partir dele se busca explicar/ justificar o agravamento das desigualdades do capitalismo, tanto entre grupos sociais, entre indivíduos, como entre os estados nacionais.

Para tanto, explicou Shultz (1973) que, para além dos diferentes níveis de tecnologia, de insumos de capital e dos insumos relativos à mão-de-obra de cada país, este último se diferenciaria também por conta dos diferentes investimentos no capital humano, que seria o potenciador da mão-de-obra, criando habilidades, novos conhecimentos, promovendo novas atitudes e valores individuais. Este autor relacionou a partir dessa hipótese, o PIB dos países por ele pesquisado com os anos de escolaridade da respectiva população. Shultz apud Frigotto (1989, p.40), afirma, “[...] percebi claramente que, nos Estados Unidos, muitas pessoas estão investindo fortemente em si mesmas [e] que estes investimentos humanos estão constituindo uma penetrante influência sobre o crescimento econômico [...]”, o que Frigotto (1989, p.40) irá contrapor afirmando que, certamente “[...] Shultz teria grande dificuldade para justificar hoje o desemprego em

massa nos EUA (perto de 10 milhões de pessoas), embora estes indivíduos tenham ‘investido fortemente neles mesmos’”.

Significa, portanto, que a teoria do capital humano tem uma dimensão macroeconômica e microeconômica. Esta segunda dimensão serve para explicar as diferenças individuais de produtividade e de renda, bem como a mobilidade social, pois estes fatores seriam proporcionais ao índice educacional e de qualificação profissional/ técnica do indivíduo. Quanto ao aspecto macroeconômico, o investimento “[...] no ‘fator humano’ passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico [...]”, Frigotto (1989, p.41). Infere-se dessa teoria que a educação é o instrumento para o alcance da equalização social. Esta teoria será demasiadamente importante para posterior análise dos programas voltados para qualificação profissional.

Segundo Netto (2005, p.31) e na perspectiva desse trabalho, as “[...] políticas educacionais (muito especialmente as dirigidas para o trabalho, de cunho ‘profissionalizante’) e os programas de qualificação técnico-científica [...] oferecem ao capital monopolista recursos humanos [...]”, ao mesmo tempo em que efetua efetivo controle do movimento de massa e de reivindicação dos trabalhadores, bem como reforça o caráter “social” do Estado, mistificando seu caráter classista de defensor dos interesses burgueses.

Ainda na linha neoliberal de interpretação das relações econômicas e sociais, outros autores que buscaram fundamentar essa ideologia são Milton Friedman e Friedrich Hayek. Friedman reforça principalmente que o papel do Estado e do Governo é “fazer valer” as “regras do jogo” que, acima de tudo, fortaleça e legitime as relações de mercado e o desenvolvimento econômico, pois o bom funcionamento do sistema econômico solucionará os problemas advindos do âmbito social (FRIEDMAN, 1985). No que se refere à Política Social, compreendidas como aquelas implementadas pelo Estado, os neoliberais prevêem a participação do Estado, desde que de forma bem delimitada. A tendência neoliberal prima pelo acesso a Política Social por meio do mérito, da produtividade, da qualificação profissional, mantendo a idéia de igualdade de oportunidades e não de resultados (ROMERO, 1997).

Desse modo, esse período será marcado pela presença predominante do mercado. Através das privatizações, a concessão de serviços antes prestados em uma perspectiva de direito, enquanto Política Social, passa a ser denominada também de políticas públicas, já que são disponibilizadas pela iniciativa privada em parceria com o Estado. Ainda de acordo com Netto (2005, p.39), sobre a captura dos espaços privados pela lógica específica do capitalismo monopolista “[...] as modalidades de investimento e de valorização [...] invadem e metamorfoseiam o ‘privado’”, são bem específicas desse período as parcerias público/privado, a compra desses serviços pela esfera pública e uma miscelânea de serviços prestados por diversas vias, descaracterizando a perspectiva de direito e de serviço público, bem como cumprindo a função de amenizar os conflitos de classe.

É importante destacar nessa perspectiva liberal que os indivíduos possuem alguns valores considerados naturais, intrínsecos ao ser humano, como o próprio individualismo e a busca pelo benefício próprio. Dessa forma, prioritariamente o mercado, mas também o Estado deve promover a igualdade de oportunidades, bem como investir em *capital humano* para que o melhor dos indivíduos seja potenciado, promovendo o melhor para a coletividade (FRIGOTTO, 2003). Nessa linha, se converte as *expressões da questão social* em questão individual, que deve ser transcendida pelo indivíduo, único real responsável pela sua condição. No intuito de embasar tais argumentos, são difundidos exemplos de ascensão social individual como se pudesse contemplar a todos, sendo ignoradas as contradições centrais do capitalismo, que jamais funcionará sem *exército industrial de reserva*, sem exploração, sem pobreza (NETTO, 2005).

### **2.1.2) Atuação do Estado:**

Para tratar do início da instauração do neoliberalismo, cabe demarcar que sua primeira experiência – apesar de se constituir e se aprofundar na Inglaterra e nos EUA – ocorre no Chile, no Governo Ditatorial de Pinochet, ainda em 1970. Sendo que nos países centrais, só foram se efetivar em 1980, no Governo de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan, na Inglaterra e EUA respectivamente. As mudanças promovidas pelo novo formato de Estado, neoliberal, buscavam retomar os lucros do capital, que estavam comprometidos pela crise. Esse período tem as seguintes características: a retração de gastos na área social, de investimento na política social; a privatização de empresas



estatais; aumento do desemprego e a desregulamentação das relações de trabalho, agora mais flexíveis; o enfraquecimento dos sindicatos; reduções fiscais para os detentores do capital e empresas; aumento da carga fiscal dos trabalhadores; ancoradas em um amplo e intenso processo de globalização (MISHRA, 1995). O processo de globalização conjuntamente às novas investidas do neoliberalismo, de acordo com Netto (2005, p.159) “[...] veio para demonstrar aos ingênuos que o capital não tem nenhum ‘compromisso social’ [...]”.

Surge nesse momento a estratégia de garantir lucros por outra via que não através da produção, já que esta esfera se mostrava insuficiente para manter o processo de acumulação. A *mundialização do capital*, conforme denominada por Chesnais (1998, p.46), é o “[...] quadro político e institucional que permitiu a emersão sob égide dos EUA, de um modo de financiamento específico do capitalismo, predominantemente financeiro e rentista”. Esse período de globalização é diferenciado pelo predomínio do capital fictício em relação ao capital produtivo, pela prioridade da obtenção de lucros pela via da especulação, cuidadosamente definido por Carcanholo e Nakatani (1999) de “*capital especulativo parasitário*<sup>57</sup> (forma particular mais concreta derivada do *capital portador de juros*)” (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p.2 - 3). Nesse período, o capital produtivo recebe menos investimentos, sendo esses destinados ao capital fictício, ao *capital especulativo parasitário*. Essa forma de obter lucros dissimula a real origem do valor e da mais-valia, que se constitui mediante o consumo da força de trabalho humano na esfera da produção, sendo esta a esfera única de geração de mais-valor. O investimento na especulação de bolsas de valores e através da compra e venda de títulos da dívida pública, sob ótica particular de cada investidor, gera ganhos exorbitantes. No entanto, pensando na totalidade da produção e reprodução das relações sociais capitalistas a esfera fictícia de apropriação da riqueza gerada na produção, o que culmina em um nível de *superexploração* da força de trabalho sem precedentes, e que nem assim sustentará os números gerados no âmbito da especulação.

Dessa forma, o gradativo distanciamento entre os números anunciados na esfera fictícia e o capital produtivo, entre a riqueza especulativa e a riqueza real, não se sustentará

---

<sup>57</sup> De acordo com essa análise, o termo *capital especulativo parasitário* retrata de forma mais adequada o domínio do rendimento especulativo, dos lucros fictícios sobre os lucros provenientes da produção. O tradicional capital a juros e o capital comercial cumprem funções fundamentais junto à produção para garantir o excedente-valor, a mais-valia proveniente do capital produtivo. Já o *capital especulativo parasitário*, é totalmente parasitário, não cumpre qualquer função junto à produção, por isso é real e não é, pois não corresponde a riqueza real produzida socialmente (CARCANHOLO; NAKATANI 1999).

infinitamente, terá seu círculo concluído como outras estratégias da economia capitalista e, veremos que, seu esgotamento culminará em uma nova crise (FOSTER; MAGDOFF, 2008).

É importante demarcar aqui a distinta interpretação dos autores neoliberais, como Milton Friedman e Friedrich Hayek, para a perspectiva deste trabalho que se respalda na teoria crítica de Marx. Os autores neoliberais, ao defenderem a idéia do mercado ser auto-regulador e, por conseqüência, regulador também das relações sociais, se equivocam. O próprio funcionamento do capitalismo demonstra sua incapacidade de manter constantemente altas taxas de lucros. Conforme analisou Marx, a *lei da queda da taxa de lucro* se mantém ilesa, o capitalismo mantém seus ciclos e suas respectivas crises: ocorrem *ondas longas com tonalidade de crescimento* até o esgotamento de um ciclo que irá gerar *ondas longas com tonalidade depressiva*. Como o mercado capitalista jamais seguirá seu fluxo sem essa trajetória na esfera econômica, as *expressões da questão social* também permanecem, tendendo ainda a se aprofundar à medida que se complexifica o modo de produção e se exacerba o conflito capital/trabalho.

A prioridade de investimentos no *capital especulativo parasitário* em detrimento do capital produtivo converge com as mudanças implantadas no modelo de produção, que nesse momento, deixam de se enquadrar nas características inerentes ao modelo denominado fordista. Na tentativa de se adaptar as mudanças promovidas pelo próprio fordismo, que garantiram aumento das vendas e conseqüentemente dos lucros especialmente para os EUA, o Japão precisava se adaptar às mudanças e garantir sua parcela no mercado. No entanto, devido à demanda ser significativamente menor que a dos EUA nesse país, não sendo possível estabelecer um consumo de massa, bem como em decorrência de problemas em termos de espaço para armazenamento dessa produção em massa, outras alternativas precisaram ser construídas para que o Japão mantivesse sua “fatia” do mercado (GOUNET, 1999). É neste país que Taiichi Onho, na ocasião engenheiro da fábrica Toyota, contribui para mudanças no mundo do trabalho, posteriormente adotadas pelos demais países nos mais diferentes processos produtivos, no intuito de acompanharem o “progresso” Japonês e se manterem em condições de competitividade.

### 2.1.3) Alterações na Organização do Trabalho:

O que se evidencia nesse período é um processo denominado por Harvey (2007) de *Acumulação Flexível*, o qual irá culminar em alterações significativas para a *classe-que-vive-do-trabalho*. Esse processo se configura na passagem do período denominado fordista, para o conhecido por toyotista<sup>58</sup>, o qual tem por características: a *flexibilização da produção*, marcada pela adequação da produção a demanda do mercado; o controle da qualidade, através da implantação do sistema *Kanban*, uma placa que informa sobre o processo produtivo contribuindo para sua organização; as novas formas de gestão da força de trabalho, com o perfil do trabalhador polivalente, com domínio de várias tarefas do processo produtivo, estabelecendo uma proporcionalidade de aproximadamente um homem/cinco máquinas, rompendo com a relação um homem/uma máquina, o que evidencia o cume da intensificação do trabalho nesse período; a inclusão do trabalhador enquanto parte da gestão, para além da execução das tarefas, mediante um *envolvimento manipulatório*; a *flexibilização do trabalho*, das relações de trabalho, com a constante presença de rodízios de funcionários mediante contratos temporários e o registro da perda de direitos; o aumento de empregos no setor de serviços e abrupta redução dos empregos formais/ regulamentados; o retrocesso do poder sindical; a terceirização de parte das funções das empresas, estendendo parte das atividades para empresas subcontratadas, o que implicou em um processo de *horizontalização* da cadeia produtiva, o que também implica em condições de trabalho mais precarizadas para os trabalhadores que não compõem a empresa centro (ANTUNES, 2007; GOUNET, 1999; HARVEY, 2007).

A flexibilização da produção e das relações de trabalho permite aos empregadores reduzir a produção e aumentá-la de acordo com a demanda. Se houver uma procura considerável por determinado produto, ele pode aumentar a produção, contratando trabalhadores de forma temporária, por exemplo, ou uma empresa terceirizada para contribuir com a produção naquele momento. Na mesma lógica, se houver a redução da demanda, em um período de crise por exemplo, o empregador pode encerrar os contratos que possui com instituições terceirizadas, o que para este empregador implicará menor custo do que se tivesse que demitir trabalhadores vinculados diretamente a sua instituição. De acordo com Gounet (1999, p. 33-34) o “[...] toyotismo

---

<sup>58</sup> Devido ao nome das respectivas fábricas que os originaram.

pode enfrentar melhor a crise econômica e a saturação do mercado [...] adapta-se melhor às mudanças tecnológicas, que permitem maior flexibilidade e integração dos sistemas de produção”. O toyotismo, sendo uma resposta à crise do fordismo, elimina aparentemente o trabalho repetitivo mediante instauração da polivalência. Ele conquista a subjetividade do trabalhador ao promover a sensação de que seja o responsável pelo processo produtivo. Desse modo o trabalho em equipe configura-se como fundamental para ascensão institucional e melhoria da qualidade de vida e de trabalho dos trabalhadores.

No entanto, o que se identifica nessa fase é a abrupta intensificação do trabalho, é a cooptação do trabalhador pela fábrica, que passa a denominá-lo como colaborador, como “parte da família”, ocasionando a fragilização da consciência de classe. Além disso, este trabalhador é mais facilmente substituível dada a flexibilização das relações de trabalho. Assim, essa nova forma de organização produtiva converge com os interesses primordiais do sistema capitalista sob domínio renovado da classe burguesa. Ela que tem por objetivo somente garantir o faturamento, os lucros dos grandes detentores do capital, conforme Gounet (1999, p.42), o “[...] objetivo das empresas é acumular, e inclusive acumular cada vez mais depressa”.

Cabe reafirmar que essas alterações no processo de produção, através de novas formas de organização do trabalho, atendem apenas à perspectiva de aumentar a exploração da força de trabalho, tanto pelo aumento da intensidade do trabalho, quanto pelo desemprego crescente e sua pressão sobre os salários e as condições de emprego. O que se observou a partir da década de 1970, diante das mudanças implantadas, é o aumento abrupto do índice de desemprego que em 1976 chega a um milhão de pessoas a procura de emprego, sendo que ainda em 1970 esse mesmo número era de 300.000 pessoas, dessa forma, provoca Castel<sup>59</sup> (1998, p.513-514), os “[...] números são por demais conhecidos e ocupam hoje o primeiro plano da atualidade: perto de 3,5 milhões de desempregados, ou seja, mais de 12% da população ativa”. Este autor trata dos *supranumerários* – o mesmo que Marx já denominava de *exército industrial de reserva* – e afirma que demarca o atual período o crescente índice de desemprego, a *desfiliação* daqueles antes amparados por empregos estáveis, regulares, formais, a *desestabilização dos estáveis*. Diferente de períodos anteriores, que mantinha considerável grupo de

---

<sup>59</sup> A análise deste autor se centra nos países da Europa.

empregados sob regimes de trabalho que lhes asseguravam direitos, o período atual reduz de forma significativa este grupo, tornando-o exceção social (CASTEL, 1998). Segundo Castel (1998, p.516), “[...] tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego [...] são as consequências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais [...]”.

O processo de *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da trabalhadora, consiste exatamente em considerar as mudanças que essa classe sofreu ao longo do capitalismo, sua forma de inserção no mundo do trabalho vem se transformando ao longo da história do capital. A classe trabalhadora, antes configurada por um grupo bem definido de operários do chão de fábrica, assim como classe capitalista, configurada como os donos individuais das fábricas, diferem muito dos grupos erguidos pela sociedade capitalista sob a égide do capital financeiro na contemporaneidade. Conforme dito no capítulo anterior, o aumento do número de trabalhadores em alternativas informais de trabalho, desempregados, na prestação de serviços, bem como os novos cargos criados de confiança e de gestão das instituições, levam os trabalhadores de uma forma geral, e por isso Antunes (2007) vai proferir: a *classe-que-vive-do-trabalho*, a não se reconhecerem enquanto um mesmo grupo, enquanto classe trabalhadora, explorada, desapropriada da riqueza que produz. Os capitalistas contemporâneos hoje são detentores de grandes monopólios, são grupos de capitalistas compostos por quantidades cada vez menores de indivíduos, os quais mantêm a maior porcentagem da riqueza socialmente produzida. Além disso, a dificuldade dos trabalhadores de se reconhecerem enquanto classe inibe enormemente a possibilidade de organização política dessa classe, de exercer conscientemente a luta de classes.

As características desse período se inserem de forma consideravelmente homogêneas em nível mundial, diante dos aspectos contemporâneos de *concentração e centralização* de capitais. De acordo com Castel (1998, p. 431) a “[...] homogeneização das condições de trabalho é acompanhada de uma homogeneização dos meios e dos modos de vida”, o que retrata o caráter de subordinação dos países periféricos aos países centrais. Para efetivar essa homogeneização são muito utilizados como instrumentos os meios de comunicação em massa. A informação e a formação de opiniões de forma massiva têm sido facilitadas nesse período devido ao desenvolvimento tecnológico dos canais de comunicação que são cada vez mais velozes e de maior abrangência. A globalização das informações tem permitido verdadeiro adestramento social, os mesmos costumes, os

mesmos gostos, disseminados principalmente pela cultura Norte Americana<sup>60</sup>. O neoliberalismo é marcado pela fragilidade da luta de classes, pela conquista da mente e dos corações dos trabalhadores.

Não obstante ter ficado provado não ser possível a constituição de um capitalismo social, humanista, diante da lógica que lhe é própria de acumular cada vez mais, de perseguir apaixonadamente e incessantemente lucros e não bem-estar social, o período que sucede ao Estado Keynesiano culminou em perdas maiores para a classe trabalhadora. É importante demarcar que pela própria regulação social do trabalho presente no período Keynesiano-fordista a organização e força política dos trabalhadores era maior nesse período, o que permitiu ganhos para essa classe. O período neoliberal sob o argumento da crise, flexibiliza as relações de trabalho, mascara as relações de classe própria do modo de produção capitalista e desorganiza politicamente a classe trabalhadora. Nesse momento, a prioridade de investimentos na esfera financeira, da especulação, registra nível sem precedentes de exploração da força de trabalho na esfera da produção, a *superexploração* daqueles que ainda se encontram sob regime regulamentado chega a seu cume, enquanto uma das estratégias por maior arrecadação de lucros dos capitalistas.

No entanto, conforme previsão de autores da linha marxista de análise<sup>61</sup>, o ciclo de geração de superlucros na linha neoliberal sob a égide financeira, cedo ou tarde, se esgotará. Com os abruptos investimentos destinados prioritariamente ao mercado dos lucros fictícios, o processo de distanciamento da riqueza real culminou no início de uma nova crise, a qual eclodiu em 2008. De acordo com Sampaio (2009, p.42), a “[...] valorização do capital fictício descolou-se completamente da valorização produtiva e a acumulação produtiva desgarrou-se por completo da capacidade de consumo da sociedade”. Por isso, essa etapa foi designada de *especulativa parasitária*, de acordo com Carcanholo (2009, p.51), é “[...] insuficiente [a] capacidade do capital produtivo de gerar o necessário excedente econômico real para atender às exigências de remuneração do chamado capital financeiro e do capital em seu conjunto”.

Ainda de acordo com Pochmann (2009, p.26), essa crise “[...] é uma crise do modo de produção capitalista, uma crise estrutural, sistêmica, uma crise que não é

---

<sup>60</sup> Leia-se EUA.

<sup>61</sup> Como John Belmay Foster e Fred Magdoff.

exclusivamente financeira, embora tenha sido nessa esfera que ela se originou [...]”. Vale salientar que a atual crise impôs perdas a grupos de ricos, impôs a queda da taxa de lucros das empresas, especialmente as relativas a alguns grupos produtivos.

Conforme crises anteriores do capitalismo, já trabalhadas no primeiro capítulo, essa tem origem nas contradições internas do sistema capitalista. De acordo com Carcanholo (2009, p.51), a “[...] perspectiva de Marx [...] sustenta não só a existência de contradições internas e inerentes à sociedade capitalista, como ao mesmo tempo, que essas contradições se agravam ao longo do tempo; que seu antagonismo torna-se cada vez mais agudo”. É no “eixo condutor” do capitalismo – a relação de exploração, a apropriação da mais-valia, a busca insaciável por super-lucros – que se encontra o pilar de suas contradições. Assim, enquanto a configuração social for capitalista as contradições estarão presentes e se agravarão progressivamente, como a ocorrência das crises cíclicas devido ao encerramento de um período de *ondas longas com tonalidade de crescimento* e a chegada de um período de *ondas longas com tonalidade depressiva*, explicada pela tendência à queda da taxa de lucro (BEHRING, 2002; CARCANHOLO, 2009).

Esta crise, que se iniciou na esfera imobiliária dos EUA, explodiu intensamente em meados de 2008 e atingiu praticamente todos os países do mundo em decorrência do processo de mundialização. A quebra de bancos, que até aquele momento eram considerados pelos neoliberais enquanto inabaláveis, gerou um clima de incertezas e inseguranças a nível mundial. Instaurou-se uma crise do crédito e dos investimentos no mercado da especulação. A supremacia do mercado financeiro nesse período, que inclusive garante os lucros da maioria das empresas produtivas, logo atingiu essa esfera que, imediatamente, se viu impossibilitada de manter “tantos” postos de trabalho (SAMPAIO, 2009).

Essa mesma crise também demanda queima de capital, de capital produtivo, comercial e financeiro, mediante a destruição das forças produtivas, a quebra de empresas e a formação de novos grupos monopólicos. Contudo, esta crise difere das anteriores devido a necessitar ainda de tentar restabelecer certa proporcionalidade entre o capital fictício e o capital produtivo. As medidas para superar esta, como outras crises, costumam vir acompanhadas do aumento do desemprego, da pobreza e da perda de legitimidade política (CARCANHOLO, 2009; SAMPAIO, 2009).

No intuito de apaziguar essas consequências o Estado dos diversos países, enquanto ilustres representantes da burguesia, injetaram até outubro de 2009, de acordo com Sampaio (2009, p.44), “[...] um montante de recursos equivalente a quase US\$ 7 trilhões – valor igual a quase duas vezes o PIB<sup>62</sup> anual da América Latina [...]”. A intervenção dos países mais representativos economicamente apaziguou temporariamente a profundidade da crise atual (CARCANHOLO, 2009).

O sistema capitalista de produção deverá reerguer novas estratégias no intuito de prosseguir com o *status quo* e superar mais uma de suas crises cíclicas. Para possibilitar essa continuidade podemos prever níveis mais elevados de *superexploração do trabalho*. De acordo com Carcanholo (2009, p.55) acreditar “[...] no retorno de um capitalismo capaz de crescimento sustentável e até de concessões aos trabalhadores é crer em ilusões; divulgar idéias nesse sentido é disseminar falsas esperanças. [...] O capitalismo de amanhã só poderá ser pior do que o de hoje”. A lógica de funcionamento da sociedade produtora e reprodutora de mercadorias tende a se tornar mais predatória, mais desumana, mais solapadora da vida, da dignidade, das conquistas democráticas e das condições de sobrevivência.

A seguir discorreremos sobre o neoliberalismo no Brasil, pós 1990, quando as prerrogativas neoliberais passam a orientar os países latino-americanos, especialmente o Brasil. Descreveremos ainda o desmonte do mercado de trabalho brasileiro e as alternativas pela via das políticas sociais, especialmente no que se refere às políticas de geração de trabalho e renda, para enfrentar esse contexto.

## **2.4) Neoliberalismo e o Mundo do Trabalho no Brasil**

### **2.2.1) A adesão ao Consenso pelos latino-americanos:**

As políticas de caráter neoliberal foram formalmente deliberadas pelo FMI, Banco Mundial em 1989, baseados em um texto do economista norte-americano John Williamson, o qual relacionou um conjunto de medidas que deveriam ser adotadas pelos países periféricos no intuito de superar dificuldades macroeconômicas. O postulado de 10 medidas foi intitulado de Consenso de Washington – as medidas referem-se à disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma fiscal, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro com eliminação de restrições,

---

<sup>62</sup> Produto Interno Bruto.



privatização de estatais, desregulamentação das leis econômicas e trabalhistas, direito à propriedade intelectual. Veremos a seguir, como foram adotadas essas medidas e seus impactos na América Latina, especificamente o Brasil.

O chamado *ajuste neoliberal*<sup>63</sup> se expandiu para a América Latina a partir da década de 1970, tendo o Chile como país precursor. De acordo com Marques; Rego (2003, p.202), “[...] na década de 1970, vários países da América Latina promoveram a liberalização econômica: o Chile em 1973, a Argentina em 1976, o México em 1977 e a Venezuela em 1979 [...]”. No entanto, é a partir do final dos anos 80 e início de 90 que a maioria dos países latino-americanos adere efetivamente a essas mudanças.

Os países da América Latina passavam por um período<sup>64</sup> de queda dos lucros, de profundo endividamento externo, após altos investimentos mediante empréstimos para possibilitar a expansão da indústria e a entrada efetiva no mundo do capital, conforme exposto no capítulo anterior. Nesse período o Brasil já se consolidava enquanto detentor do maior parque industrial da América Latina. A partir do *Consenso de Washington* o neoliberalismo se fixou nos países do terceiro mundo, interligando-os e mantendo a hegemonia do modo de produção capitalista sob a égide financeira e imperialista. As medidas se tornaram a “receita” do FMI (Fundo Monetário Internacional) para que os países emergentes pudessem promover seu ajustamento econômico (SOARES, 2003).

É importante avaliar também, segundo Soares (2002, p. 31), que “[...] a entrada tardia do Brasil em comparação à maioria dos países latino-americanos tem também significado um aprendizado tardio com relação a algumas lições que nós brasileiros já deveríamos ter aprendido quando observamos nossos países vizinhos”. No entanto, seguimos os mesmos passos e caímos nas mesmas armadilhas. As medidas desse período não se limitam ao caráter exclusivamente econômico, mas remetem ao cumprimento de um projeto global para a sociedade – com políticas articuladas em todos os âmbitos, dentre eles o social.

As diferenças entre os países latino-americanos no que tange à implantação de políticas neoliberais, de acordo com Soares (2002, p.26) “[...] derivam essencialmente do tipo de trajetória – econômica, social e política – percorrida por esses países antes da crise dos anos 80”. Entretanto, conforme já apontado, o Brasil, assim como os demais países

---

<sup>63</sup> Termo de Laura Tavares Socares.

<sup>64</sup> No Brasil, esse momento significa o esgotamento da chamada década de ouro, “Milagre Econômico”, que perdurou até 1980, para a entrada do período que iríamos denominar de década perdida.

latino-americanos estão integrados à economia mundial mediante uma relação de dependência.

De acordo Behring (2003), o que foi assumido pelo governo enquanto reforma, se configura enquanto *contra-reforma*<sup>65</sup> neoliberal, exatamente pela forma e perspectiva a que serve, bem como pelas consequências dela oriunda. As consequências das mudanças no Brasil a partir desse período têm incidido diretamente na vida dos trabalhadores, que passam a estar submetidos a novas relações com o trabalho, cada vez mais precarizadas e cada vez mais sujeitos ao desemprego. Um agravante no caso do Brasil refere-se a sua inserção no contexto neoliberal pouco após a promulgação da Constituição de 1988, a qual prevê um Estado nas linhas do Estado de Bem-estar Social, já falido nos países centrais<sup>66</sup>. Há, portanto, uma incoerência importante de princípios entre ao conteúdo da nova Constituição e as prerrogativas neoliberais, as quais serão evidenciadas no decorrer deste capítulo.

### **2.2.2) O marco dos governos neoliberais no Brasil:**

As mudanças provenientes do ajuste neoliberal no Brasil tiveram início no governo de Fernando Collor de Mello em 1989. A eleição de 1989 significou eleger um candidato representante da direita política, que durante a campanha se comprometeu em mudar o quadro de crise econômica do Brasil, conseguindo assim articular a seu favor, distintos e amplos setores da população (SOARES, 2002).

Em 1990, durante o Governo de Collor, foram implantadas políticas de cunho recessivo através do Plano Collor I, que, de acordo com Marques; Rego (2003, p.205) “[...] combinava confisco dos depósitos à vista e aplicações financeiras com prefixação da correção dos preços e salários, câmbio flutuante, tributação ampliada sobre as aplicações financeiras e a chamada “reforma administrativa””. Tais medidas geraram o aumento do desemprego e mudanças significativas no mundo do trabalho, bem como, pouco depois, o país entrava em uma profunda recessão (BEHRING, 2003).

O Plano Collor II ocorreu em janeiro de 1991, no intuito de retardar a reaceleração da inflação, com medidas similares as do plano anterior, principalmente o congelamento de

---

<sup>65</sup> Concordamos com a autora ao defender a origem do termo reforma, atrelada a perspectiva revolucionária socialista, enquanto um caminho, um processo de mudanças, de reformas políticas, econômicas e sociais que desencadeariam a possibilidade da revolução.

<sup>66</sup> Cabe lembrar que mesmo nestes países o Estado de Bem-estar social ideal nunca foi alcançado, pela incompatibilidade genuína de se construir um capitalismo humanizado.

preços e salários e a prefixação de datas-base para os reajustes salariais. Esse período foi marcado por forte recessão, com queda de quase 10% do PIB, pelo aumento do desemprego e queda real dos salários. Ainda de acordo com Behring (2003, p.150), o Plano Collor II conduzia “[...] a política econômica numa direção claramente recessiva, com restrição do crédito e da política salarial”. Tais aspectos concomitantes ao desgaste do governo com os efeitos do confisco, assim como às crescentes denúncias de corrupção, conduziram ao impeachment de Collor em outubro de 1992 (MARQUES; REGO, 2003).

Ainda de acordo com Behring (2003, p.154), sobre as respostas de Collor à expectativa democrática logo após a Constituição de 1988, afirma, “[...] pautou-se no clássico clientelismo [...] vetou a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social, demonstrando pouca disposição de implementar o conceito de Seguridade Social preconizado na Constituição”.

Assume então, o vice, presidente Itamar Franco, que elege Fernando Henrique Cardoso como Ministro das Relações Exteriores inicialmente, e posteriormente como Ministro da Fazenda, o qual será o mentor do Plano Real. Após a instauração do Plano Real e o posterior governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) de 1995 a 2003, foi que, de acordo com Soares (2002, p.39), “[...] os contornos neoliberais do processo do ajuste brasileiro tornam-se mais nítidos, bem como as suas conseqüências econômicas e, sobretudo, sociais”.

Para melhor implementação do projeto neoliberal e melhor inclusão do Brasil na economia globalizada, o Governo FHC inicia a denominada Reforma do Estado<sup>67</sup>. Em meados de 1990, um documento esmiuçou as estratégias, os passos da política econômica do Brasil a partir do ajuste neoliberal. Os quais contemplam, dentre outros: redução dos níveis de proteção tarifária; reestruturação competitiva da indústria focada no fortalecimento tecnológico; capacitação tecnológica das empresas nacionais; exposição da indústria a competição internacional, visando melhoria da qualidade e inserção no mercado externo. Tais estratégias estavam previstas no documento:

---

<sup>67</sup> As reformas do aparelho estatal são inerentes ao modo capitalista de produção. Essas ocorrem sempre no intuito de recuperar as crises econômicas, conforme já apontado no capítulo anterior, na perspectiva de manter o modelo produtor e reprodutor de mercadorias. A origem do termo Reforma, conforme dito, está aqui mascarada.

Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior (Pice) (MARQUES; REGO, 2003).

O controle inflacionário conseguido com o Plano Real – já distante aos brasileiros – e o mediano equilíbrio da moeda nacional, concedeu a FHC respaldo para promover no Brasil as ações que abrangem todo processo de globalização, com maior credibilidade. Não se pode negar que, apesar de todas as consequências que serão relatadas a diante, as quais atingiram violentamente a *classe-que-vive-do-trabalho*, o Plano Real cumpriu seu objetivo de regular o alarmante processo inflacionário daquele período (SINGER, 1999).

Sobre o processo de importação e exportação expansiva de produtos industriais, cabe considerar que foi possibilitada pela nova taxa cambial fixada. É com a fixação da taxa cambial de US\$ 1,00 = R\$ 1,00, que ocorre a abertura intensiva do mercado interno às exportações e importações. Portanto, produtos que eram apenas de origem nacional começaram a chegar ao Brasil pelo viés da importação. Com a concorrência desleal – pois os produtos, produzidos em países asiáticos com custo de produção inferior ao nosso, chegavam ao Brasil com preços reduzidos e desfavoreciam a economia local – a quebra das empresas nacionais seria inevitável. De acordo com Singer (1999, p.32), “a sobrevalorização do real sem dúvida acentuou a deflação dos preços industriais ao baratear ainda mais os produtos importados. O que fez a alegria dos consumidores, mas agravou as dificuldades dos produtores nacionais [...]”. Ainda de acordo com Soares (2002, p. 32), “[...] no caso do Brasil, país com o mais alto grau de industrialização da América Latina, as consequências do ajuste – com a destruição do parque industrial nacional – têm características particulares totalmente distintas das de outros países [...]”. É importante dizer que a quebra das empresas nacionais reconfigura o mercado de trabalho nos seguintes aspectos: tende a engrossar o *exército industrial de reserva* àqueles que antes compunham o pequeno empresariado nacional e àqueles antes empregados dessas empresas; tende a ocorrer relações de trabalho mais precarizadas junto às novas multinacionais, que procuram os países periféricos no intuito de baratear os custos da produção; tende a acentuar a exploração da força de trabalho nacional.

Todo processo de globalização, que já ocorria intensamente a nível mundial, bem como certo equilíbrio da taxa cambial nacional, favorecia o aumento das importações e da entrada de capitais externos no país. De acordo com Singer (1999, p.32) este “[...]”

afluxo de capital externo se devia a uma conjuntura internacional muito especial. Após severa recessão, no início da década dos [anos] 90, a movimentação dos capitais em direção aos mercados chamados ‘emergentes’ começou a se expandir vigorosamente [...]”. Este processo culminou na redução de preços dos produtos nacionais, ao mesmo tempo em que foi registrado o gradativo aumento dos preços de serviços como: aluguéis e encargos, serviços hospitalares e de laboratórios.

Esse período é também marcado pela redução do investimento em políticas sociais, pelo chamado Estado Mínimo. Segundo os princípios neoliberais, o Estado deve intervir estritamente quando houver necessidade, entendendo o mercado enquanto autorregulador. Para efetivar a idéia do Estado Mínimo, privatizar as empresas antes Estatais seria o caminho mais apropriado. Registra-se então a privatização de várias empresas estatais, mediante a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND)<sup>68</sup>, que teve o intuito de intensificar o processo de privatizações, conforme definido na agenda neoliberal. Inicialmente foram inclusas no Programa sessenta e oito empresas. Desta forma, em 1993 e 1994, concluiu-se a privatização do setor siderúrgico, tendo sido vendidas 15 empresas, que geraram para o Estado uma renda de mais de US\$ 4 bilhões. Em 1995 e 1996, foram desestatizadas, privatizadas, 19 empresas, sendo arrecadado pelo estado mais de US\$ 5 bilhões. A partir de 1996 inicia-se a privatização das empresas estaduais, a primeira foi a Companhia Vale do Rio Doce e, em seguida, diversas outras foram e continuam sendo privatizadas (MARQUES; REGO, 2003). É importante salientar que o processo de privatização de empresas sempre gerou demissões em massa, bem como novas relações de trabalho mais flexíveis, mais vulneráveis para os trabalhadores, que já não possuem a relação de emprego público com a devida estabilidade e benefícios provenientes dessa relação.

Para sustentar ideologicamente as privatizações de empresas estatais, a ideologia neoliberal dissemina a concepção de impotência, fragilidade, ineficiência do setor público quando comparado ao privado<sup>69</sup>. Este se caracteriza pela qualidade, eficiência e operância, aquele com o qual podemos contar. Soares (2002, p. 40) reforça ainda que, “[...] essa ideologia espalhou-se para além dos limites do setor produtivo, estendendo-se

---

<sup>68</sup> O PND foi criado em 1990 pela Lei 8.031/90. BNDES. Programa Nacional de Desestatização. Rio de Janeiro, maio de 1992 (MARQUES, 2003, p.212).

<sup>69</sup> A partir da década de 1990 fica notório o aumento de escolas privadas em todos os níveis educacionais e de planos de saúde privados, tidos como de melhor qualidade.

para área social, como a Saúde e a Educação [...]”. O neoliberalismo, portanto, não apenas prioriza o livre andamento do mercado, como busca levar a lógica mercadológica, do privado, para o que originalmente tende a ser público. Os aspectos do mercado sob a lógica produtivista e quantitativa disseminam-se para as áreas onde deve primar a concepção qualitativa, como os serviços básicos de atendimento a população, as próprias políticas públicas.

O Estado Mínimo para o social ao reduzir sua intervenção direta, fortalece a iniciativa privada, ao mesmo tempo em que fortalece a perspectiva de solidariedade da sociedade civil, transferindo sua responsabilidade. Esse período registra a organização da sociedade civil em prol de apaziguar as mazelas sociais mediante as denominadas ONGs (Organizações não Governamentais) e/ou OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). Essa perspectiva de intervenção tende a se distanciar do caráter de cidadania, de direito, estando mais atrelada à idéia de solidariedade coletiva, de dever de todos, de benevolência. Os aparatos utilizados pelo governo, como por exemplo a mídia, ao divulgar a importância do Trabalho Voluntário, fortalece a atuação das ONGs, substitui a responsabilidade do Estado e corrobora a forma mais precarizada e exploradora de relação de trabalho, na qual o trabalhador sequer recebe alguma remuneração pela atividade realizada, menos ainda tem acesso a qualquer dos demais direitos trabalhistas.

Ainda sobre essas organizações, cabe reforçar que,

Na prática, essas ONG's agem como mediadoras entre as instituições financiadoras internacionais e o mercado no âmbito local, veiculando práticas e ideologias políticas compatíveis e complementares à agenda neoliberal. Forneceram, portanto, argumentos para a defesa ideológica do mercado e do antiestatismo, por meio dos quais se promoveu a desarticulação do sistema de proteção social, bem como a privatização dos serviços públicos (SILVA, 2003, p.24).

No intuito de facilitar a distribuição das políticas sociais na direção neoliberal, inclusive através das ONGs, elas assumem nesse período um novo caráter, de serem focalizadas. As políticas focalizadas estão voltadas para parcelas populacionais específicas, normalmente aquelas mais fragilizadas no contexto social, a população mais pauperizada. Essas políticas são concretizadas mediante programas específicos, pontuais, que normalmente não se articulam de forma integral. A pobreza, foco desses programas, é justificada a partir do individualismo e as respostas a ela também estão

neste âmbito. Os programas por essa via não alteram as causas estruturantes da pobreza e estigmatizam os pobres (GIRALDO, 2007; PASTORINI, 2006). As políticas sociais nesse contexto estão voltadas para os mais pobres dos pobres, para aqueles extremamente desprovidos de todos os direitos sociais que possuem todos os cidadãos diante da Constituição da República de 1988<sup>70</sup>. Assim, a focalização nega a perspectiva de universalidade de acesso aos serviços sociais, públicos e de qualidade, ao qual tem direito todo cidadão brasileiro.

A focalização as políticas sociais corrobora a idéia de dissociação entre política econômica e política social, subordinando a política social aos ditames do grande capital, por isso para o social faz-se o que é possível sem ameaçar a arrecadação do mercado. Os programas focalizados reforçam ainda a fragmentação entre a classe trabalhadora, entre aqueles que recebem tais benefícios e os que não recebem, entre os mais pauperizados e os trabalhadores regularmente protegidos com salários melhores, estes grupos também mantêm relações diferenciadas com o Estado (GIRALDO, 2007; PASTORINI, 2006).

Conforme apontado no capítulo anterior, assim como os demais países da América Latina, o Brasil, através do árduo processo de luta classes, historicamente construiu todo um aparato de regulação social do trabalho, de proteção aos trabalhadores. Sendo negado a partir da avalanche neoliberal que direciona para as políticas focalizadas e a desconstrução das conquistas anteriores.

De acordo com Pastorini,

[...] as políticas sociais, que historicamente predominaram nos nossos países e que tinham o objetivo prioritário a proteção social dos trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho, são, cada vez mais, substituídas por um conjunto de políticas e programas paliativos, emergenciais, solidaristas e, em muitos casos, assistencialistas direcionados para compensar a falta de renda das populações mais pauperizadas (PASTORINI, 2006, P.255).

É importante dizer que, no projeto neoliberal, a focalização das políticas e programas sociais, amparadas pelo Estado, passa a ser o principal caminho traçado para intervenção no social. De acordo com Pastorini (2006, p.283), “[...] o marco jurídico-legal (Lei do Serviço Voluntário, Lei do Terceiro Setor etc.) são exemplos claros das

---

<sup>70</sup> Especialmente aqueles direitos sociais fundamentais previstos no art. 6º da Constituição da República de 1988.

novas funções que passa a assumir o Estado. [...] No contexto neoliberal só existe espaço para as políticas sociais seletivas e focalizadas”.

As políticas sociais também sofrem nesse período o processo de descentralização político administrativa. O que Soares (2002) vai denominar de *descentralização destrutiva* devido à forma como vem sendo implementada. A municipalização das políticas sociais tem concedido relativa autonomia aos municípios, no entanto, quanto ao encaminhamento de recursos, não são respeitadas as reais necessidades dos municípios em termos quantitativos e qualitativos, bem como são transferidas responsabilidades aos municípios sem se averiguar a capacidade dos mesmos cumprirem essas responsabilidades. A configuração neoliberal do processo de descentralização tem ratificado as desigualdades sócio-regionais do país, tendo alguns municípios, quase sempre capitais, arrecadações maiores, o que possibilita investimentos também razoavelmente maiores em determinadas políticas.

Sobre esse aspecto, afirma-se ainda que,

O governo FHC, desde o primeiro dia de seu mandato, reduziu as receitas de estados e municípios e os obrigou a destinar uma parcela importante do que sobrou à amortização de suas dívidas. Não resta dúvida que o resultado foi não só um aumento do déficit de estados e municípios, [...] mas uma deterioração dos serviços sociais – de saúde, educação, assistência social e outros - prestados por estados e municípios (SINGER, 1999,p.39).

A *questão social* no Brasil contemporâneo tem sido “tratada” a partir da perspectiva neoliberal de política social, prioritariamente. No entanto, o histórico percorrido por este país, com suas peculiaridades, registra a interlocução do “moderno” com o “arcaico”, articula as novas com aquelas velhas práticas de outrora, marcadas pelo clientelismo paternalismo e autoritarismo. Nas palavras de Yamamoto (2008, p.128) o “[...] novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente”.

A suposta instauração da democracia pós 1988 tem cumprido de forma mais eficiente o papel de mascarar a direção política e as consequências oriundas do ajuste neoliberal – misturada às antigas práticas do país, o clientelismo, o autoritarismo e o paternalismo –, do que efetivamente tem possibilitado a participação social no processo de construção e implementação das políticas sociais (GIRALDO, 2007). A constituição dos Conselhos de gestão das políticas públicas e de direitos, através da participação popular, deve sim



ser considerada enquanto “primeiros passos” no que se refere ao exercício da democracia. No entanto, efetivamente, em suas práticas cotidianas, não há democracia plena, não há níveis equiparados de capacidade de intervenção e reflexão sobre as específicas políticas entre os membros dos conselhos. Ocorre frequentemente manipulação do processo decisório, articulações político-partidárias, e a consequente manutenção da lógica capitalista. De acordo com Behring; Boschetti (2007, p.178) “[...] os Conselhos têm grandes potencialidades como arenas de negociação de propostas e ações que podem beneficiar milhares, milhões de pessoas, e de aprofundamento da democracia, há também dificuldades para a realização dos sentidos da participação [...]”. É um desafio construir a participação democrática com transparência, visibilidade, respeito mútuo e compromisso com a classe trabalhadora e suas demandas.

Outra estratégia importante desse período, já instaurada a nível mundial e fielmente seguida pelo Brasil, assim como pelos diversos países periféricos, é o investimento prioritário na esfera financeira de geração de lucros. Esses países embarcam na onda mundial e identificam nessa via uma estratégia de arrecadação de lucros mais rápida e com menores custos. Sobre os investimentos externos no Brasil, investir em lucro sem necessitar da força-de-trabalho humano é ainda mais vantajoso devido às altas taxas de juros do país junto à esfera produtiva, de acordo com Silva (2003 p.72), o Brasil “[...] não figura como uma das melhores opções de investimento para o capital produtivo. As altas taxas de juros têm atraído apenas capitais especulativos, provocando um dano irreversível para a economia brasileira”.

Em países periféricos como o Brasil, os investimentos na esfera produtiva são fundamentais para geração de emprego, de trabalho, para regulação social e garantia da proteção social. Com os mandamentos neoliberais, reforça-se a transferência de mais-valia da periferia para o centro, o crescimento dos grandes capitais, das grandes multinacionais e oligopólios. Reforça-se ainda a desestruturação das empresas nacionais, especialmente as micro e pequenas iniciativas; a alavanca de crescimento do *exército industrial de reserva*; a precarização do trabalho e as alternativas de sobrevivência via informalidade; a pobreza estrutural e a miséria humana em todos os níveis<sup>71</sup>. Tal configuração econômico-social reafirma as palavras de Yamamoto (2008, p.125), “[...] à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro,

---

<sup>71</sup> Sobre estes níveis, para além da materialidade, quer-se colocar aqui a consciência política, a cidadania, a participação e organização popular e o próprio reconhecimento de sujeito protagonista.

[é] o que se encontra na raiz das novas configurações da *questão social* na era das finanças”.

Portanto, as conseqüências da ideologia neoliberal no Brasil, juntamente com todo pacote do processo de globalização, que incidiram, de forma negativa, especialmente na *classe-que-vive-do-trabalho*, continuam se manifestando e se agravando ininterruptamente.

### **2.2.3) Neoliberalismo contemporâneo: Governo Lula**

Após os dois mandatos do Governo FHC, foi eleito Lula (Luiz Ignácio Lula da Silva). Nesse momento, a população brasileira acreditou que presenciaria mudanças em prol da diminuição das desigualdades devido à trajetória histórica de lutas deste candidato integrante e fundador do Partido dos Trabalhadores (PT). Mesmo assim, não verificamos qualquer divergência significativa com o pacote da globalização instaurado pelos organismos internacionais, mas uma ratificação da lógica econômica, social e política que tem vigorado no Brasil desde o início da década 1990.

Diferentemente do que esperavam amplos segmentos do PT, os movimentos sociais e a população brasileira em geral, o governo Lula manteve a direção do governo anterior. Aprovou, ainda no primeiro mandato (2003-2006), duas reformas que FHC não havia concluído – a Reforma da Previdência e a Reforma Tributária, bem como continuou traçando os caminhos e estudos para viabilizar a Reforma Sindical e Trabalhista<sup>72</sup>, que culminaria no aprofundamento da flexibilização, já em curso – e o projeto das Parcerias Público-Privado. Realizou o pagamento da dívida externa com muito mais eficiência do que FHC, em detrimento dos investimentos em políticas sociais e dos investimentos na produção nacional, bem como não cogitou realizar uma auditoria dessa dívida. O governo Lula com os aumentos significativos de juros aumentou ainda mais a dívida interna, o lucro dos banqueiros, dos rentistas e das empresas privatizadas. Optou ainda pelo agronegócio em detrimento da tão prometida reforma agrária (DRUCK; FILGUEIRAS, 2006; FREITAS, 2006).

No campo político, a continuidade dada pelo governo Lula aos ditames neoliberais enquanto única via possível contribuiu significativamente para que o PT, apesar de partido de esquerda, se aproximasse da via neoliberal ou ainda se caracterizasse como o

---

<sup>72</sup> Esta Reforma ainda se encontra no âmbito de estudos.

“partido do Lula”. O PT, especialmente no primeiro mandato, enfrentou o descrédito e a descrença de muitos de seus militantes e da população em geral, bem como cooptou grande parte desses militantes, de movimentos sociais e sindicatos rumo à perspectiva do fazer o que é possível dentro da lógica do capital, do fazer o mínimo, através da diplomacia e do acordo, fragilizando significativamente a antiga esquerda brasileira, e o papel da luta de classes. Ocorre nas palavras de Gramsci, o denominado *transformismo político*, tanto de Lula, quanto do PT (DRUCK; FILGUEIRAS, 2006; FREITAS, 2006).

O “tratamento” das expressões da *questão social* pela via das políticas sociais neste governo estão embasadas nas prerrogativas do Banco Mundial, elas não estão direcionadas para alavancar o desenvolvimento nacional em busca de independência e de auto-suficiência do povo brasileiro, seguem a lógica de manter o mínimo, de retirar a população da condição de extrema miséria para uma pobreza mediana, contendo as possibilidades de organização, mobilização e até mesmo revolta da população. Políticas sociais dessa tendência são de bem menor custo, mantêm a aparência de que o governo se preocupa com o povo e age em prol dele, e, principalmente segue a cartilha internacional para os países de terceiro mundo (FREITAS, 2006; LESBAUPIN, 2006).

Cabe reforçar que não se pretende aqui meramente igualar, de forma simplista, o governo anterior de FHC ao governo Lula. Existem diferenças que devem ser sim consideradas, como: conseguiu enfrentar as tentativas em torno da instauração da ALCA; articula-se a países emergentes (China, Índia e África do Sul); articula-se com os países da América Latina em favor de um Mercosul ampliado; tem sido barreira para uma intervenção mais incisiva dos EUA na Venezuela; promove maiores incentivos a agricultura familiar, mas pela via do agronegócio; aumentou o salário mínimo de forma significativa, comparado a FHC; a realização de concursos públicos, praticamente estagnados nos oito anos do governo FHC; a criação de empregos, mesmo que o país ainda mantenha uma taxa média de desemprego muito alta (FREITAS, 2006; LESBAUPIN, 2006).

No entanto, nos cabe reforçar que a importante similaridade e congruência entre o governo atual e o anterior é o “pano de fundo” que direciona e ilumina todas as ações do governo, que lhe impõem limites e lhe diz o que é possível e o que é impossível. Há a intenção em manter, enquanto única opção, as relações mercantis capitalistas, a configuração internacional de país dependente, seguindo a cartilha internacional:

prioridade à esfera financeira em detrimento de investimentos na esfera produtiva e privilégio para as empresas multinacionais em detrimento do parque industrial nacional. Isso provoca efeitos deletérios no mundo do trabalho, os quais têm sido respondidos através de políticas e programas focalizados, parcerias público-privado, redução massiva do Estado e abertura desgovernada da atuação do mercado. Dessa forma, reforça-se aqui que, por esse caminho o Brasil não deixará de ser pobre, de ter muitos pobres e ser o 10º país na lista dos mais desiguais em termos de distribuição de renda.

Apesar dessa configuração, o Brasil contemporâneo é ainda bem quisto e não registra divergências políticas significativas com os demais países do mundo. A diplomacia e o carisma particulares do atual presidente são por ele aproveitados no intuito de agradar sempre, a “gregos e troianos”. Portanto, o que há de semelhante entre esses dois governos é a opção pela via neoliberal enquanto única possível. De acordo com Lebauspain (2006, p.8) é “[...] aqui onde fica mais evidente que, no governo Lula, o medo venceu a esperança. Lula, neste ponto, não tem nada de original: FHC, antes dele, sempre afirmou isto e todos os ideólogos e políticos neoliberais dizem o mesmo”.

É importante dizer que não há opção única, sempre é possível outra via, cabe aos governantes de esquerda, ou que afirmam estar nesse campo, utilizar estratégias políticas, realizar articulações que compactuem da mesma direção política, enfrentar aqueles que estão em campos opostos e, especialmente, acreditar e lutar pela construção do que se almeja. Parafraseando Soares (200), mais uma vez, nos cabe observar e aprender com nossos vizinhos latino-americanos<sup>73</sup>. Ainda, de acordo com Netto, (1999, p.75) “[...] um governo se avalia pela *direção social* que imprime às suas macropolíticas, pelos contingentes populacionais que ela privilegia ou onera, pelas alternativas que instaura para ulteriores soluções às problemáticas dadas e/ou emergentes [...]”.

De acordo com Druck; Filgueiras (2006, p.26) sobre a política social no governo Lula, afirma ser “[...] uma política social de natureza mercantil, que concebe a redução da pobreza como um ‘bom negócio’ e que transforma o cidadão portador de direitos e deveres sociais em consumidor tutelado, através da transferência direta de renda [...]”. O bolsa família, por exemplo, não reforça uma perspectiva cidadã, de direitos, trata-se de

---

<sup>73</sup> Referimo-nos aqui aos Governos latino-americanos que se declaram opositores aos ditames capitalistas neoliberais, e têm buscado desenvolver Reformas, alternativas e estratégias que efetivamente se encontram no campo da esquerda. São exemplos: Venezuela, Bolívia e a resistente Cuba (NAKATANI; HERERRA, 2008).

um programa de governo que poderá sucumbir com ele e que poderá deixar a mercê todos os seus beneficiários. A pobreza é hierarquizada entre miseráveis, mais pobres, menos pobres, pobres, não pobres e privilegiados. Aqueles que têm acesso ao benefício são os que se encontram no “primeiro degrau da pirâmide”, ou seja, não o benefício não é universal, na verdade ele é ultra focalizado. Essa fragmentação gera rivalidades, divergências entre esses grupos, bem como direciona a política social, especialmente a Assistência Social, para aqueles considerados miseráveis, sendo que aqueles que dela necessitam certamente também estão em outros desses grupos.

É importante situar que – apesar de priorizar políticas focalizadas e não atrelada a perspectiva de direito – a política de Assistência Social como direito também tem sido ampliada no Governo Lula. Este governo publicou em 2005 a Norma Operacional Básica, base para implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este sistema terá por função regular, organizar todas as atividades na área da Assistência Social, de caráter permanente ou eventual. A partir dele tem sido expandidos os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) para diversos municípios do país, o qual tem o papel de alcançar as famílias do respectivo território e atendê-las em relação a demandas específicas, bem como desenvolver com elas atividades a longo prazo (FREITAS, 2006).

A arrecadação da União em 2008 somou R\$924 bilhões. Desse montante, a saúde recebeu 4,81%, a Assistência 3,08%, a política destinada à área do Trabalho recebeu 2,38% e a Educação 2,57%. Em contrapartida, os recursos da União destinados às despesas com a dívida, como juros, amortizações e seu re-financiamento, somaram 30,57% do mesmo montante. Ou seja, pelos números fica evidente a análise aqui deflagrada da atual conjuntura brasileira, cumpri-se a cartilha internacional de forma exemplar, a custo das políticas sociais e do desenvolvimento humano dos brasileiros (GOMES, 2009, p.47).

Proporcionalmente, o Brasil investe na área da Saúde, por exemplo, menos que outros países da América Latina, que inclusive são mais pobres – mesmo tendo 70% da população dependente absolutamente do SUS (Sistema único de Saúde). Despesas no campo da saúde são ainda direcionadas para o programa Bolsa Família, no intuito de abastecer o programa “chave” deste governo. Não obstante, mesmo sendo uma referência tratando-se de sua formulação e legalidade, o SUS registra ainda precário

funcionamento, número considerável de pessoas que não tem suas demandas respondidas, especialmente quanto a média e alta complexidade, número insuficiente de postos de saúde, hospitais e recursos humanos. Maiores investimentos nessa área possibilitariam implantar essa política de forma mais efetiva.

A Previdência Social mantém-se para aqueles que com ela contribuem, sendo restrita a um grupo de menos de 50% dos trabalhadores formais, que obrigatoriamente contribuem, e aproximadamente 20% de autônomos, do setor informal, que também contribuem. Essa política, no próprio Governo Lula, sofreu reformas que levaram a ampliar o tempo de contribuição dos trabalhadores (IPEA, 2006).

No Brasil, existe ainda um importante mecanismo que passou a vigorar em 1994, o qual interfere no financiamento para área social, desvinculando receitas e despesas. O hoje conhecido e muito utilizado pelos governantes DRU (Desvinculação de Receitas da União), autoriza que o governo utilize 20% do total de impostos e contribuições federais aleatoriamente, de acordo com sua conveniência política. Ou seja, estes 20% que deveriam ser destinados às suas áreas específicas enquanto um retorno para sociedade, serão legalmente direcionados para outro fim. Esse mecanismo tem sua validade renovada a cada gestão governamental (DRUCK; FILGUEIRAS, 2006).

Assim,

Esse casamento, entre políticas econômicas ortodoxas e políticas focalizadas de combate à pobreza, veio acompanhado da redução relativa das já limitadas políticas universais. E a DRU, que garante a obtenção dos elevados superávits fiscais primários, é o instrumento fundamental que vem assegurando essa redução (DRUCK; FILGUEIRAS, 2006, p.29).

É importante destacar aqui quem paga a conta, quem financia o Estado brasileiro. Nos últimos anos há registro de aumento significativo da carga tributária brasileira, que saltou de 29% para 37%, no período de 1994 a 2005. Todo esse percentual é pago principalmente pela *classe-que-vive-do-trabalho*, pois no Brasil a maior parcela da receita é oriunda de tributos indiretos e cumulativos, com alta carga tributária sobre o consumo. Ainda em relação a essa arrecadação os gastos do Estado estão destinados ao pagamento dos encargos da dívida, que segundo Salvador (2006, p.4), “[...] acaba beneficiando os rentistas, também privilegiados pela menor tributação”.

As respostas dadas às formas como a *questão social* se expressa mantém o Brasil com um Coeficiente de Gini<sup>74</sup> de 0,544 em 2008, ou seja, registra alta concentração de renda. A população brasileira de aproximadamente 170 milhões de pessoas, em 2003, 58,4 milhões delas se encontravam em condição de pobreza e, em 2004 esse número decresce para 52,5 milhões. A parcela populacional considerada indigente em 2003 é de 19,8 milhões de pessoas, sendo que esse número decresce para 11,3 milhões em 2004. A razoável melhora dessas estatísticas revela a razoável distinção do governo atual para o governo anterior. Esses dados estão relacionados ao crescimento do PIB nacional em 2004 que foi de 4,9%, aos investimentos no aumento do salário mínimo que consequentemente aumenta a massa de arrecadação estatal e, especialmente, aos investimentos no programa bolsa família que em 2004 beneficiou 6,7 milhões de famílias indigentes e pobres (IPEA, 2006).

A pobreza se torna ainda mais complexa no Brasil se considerarmos as desigualdades regionais. Na região do Nordeste a condição de pobreza afeta 53,7% da população, e na região do Norte 36,9%. Nas regiões Sul e Sudeste esta taxa é mais reduzida. No Sul registra-se 16,5% da população em condição de pobreza, 4,5 milhões de pessoas. Na região Sudeste a pobreza atinge 19,3% da população, 14 milhões de pessoas (IPEA, 2006). Ainda de acordo com reportagem divulgada na revista eletrônica “Gazeta online” do dia 19 de março de 2010, as cidades de Goiânia, Fortaleza, Belo Horizonte e Brasília são as cidades mais desiguais do Brasil, segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), que foi divulgado no Rio de Janeiro. Em comparação às cidades no mundo, as cidades brasileiras só perdem para três cidades sul-africanas, que lideram a lista de desigualdade.

Cabe salientar que mesmo diante de algumas medidas adotadas pelo Governo Lula a realidade brasileira se configura pela pobreza, pelo baixo poder de compra e de consumo dos trabalhadores – que sequer possuem condições de repor a força de trabalho – pela precarização das relações de trabalho e pela má condição de vida. Por exemplo, podemos apontar o aumento do salário mínimo real que em dezembro de 2009 registra estar em R\$465,00, sendo que, de acordo com os dados do DIEESE (2010), o salário mínimo necessário no mesmo mês seria de R\$1.995,91, para manter as

---

<sup>74</sup> O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade, utilizada comumente para calcular a desigualdade de distribuição de renda. Ele corresponde a um número de 0 a 1. Sendo que, 0 significa a completa igualdade e 1 significa a completa desigualdade.

necessidades vitais básicas<sup>75</sup> de dois adultos e duas crianças, ou seja, ainda estamos muito distantes de garantir o básico, que é direito, às famílias brasileiras. Outro exemplo é o benefício bolsa família, que, conforme já apontado, trata-se de programa de governo, e, por isso, aqueles que se encontram acima e concomitantemente à beira da linha da pobreza e da indigência podem, “graças” ao bolsa família, voltar a compor as estatísticas referente a parcela mais pauperizada da sociedade a qualquer momento.

O princípio da última crise internacional chegou ao Brasil na mesma velocidade que chegou aos demais países do mundo, como previsto, diante da adesão e aceitação do país frente as políticas neoliberais, de modo a legitimar a interação e dependência ao capital financeiro e aos ditames internacionais. Em meados de 2008 as bolsas de valores do Brasil, assim como as de todo o mundo, sofreram queda abrupta nos índices de especulação financeira, a redução da entrada de capitais culminou ainda na valorização da moeda americana, o dólar. Nesse sentido, as empresas brasileiras exportadoras encontraram o mercado externo em recessão, dado que se reduz a exportação. Esse período registrou redução da necessidade da força de trabalho, culminando em desemprego, férias coletivas por tempo indeterminado, redução da jornada de trabalho e dos salários. Assim, sempre de acordo com a lógica do capital, quem “paga a conta” são os trabalhadores.

O Governo Lula, no intuito de manter o mercado em vigor, utilizou de estratégias como a redução dos juros para manter os empréstimos, e também dos impostos para manter o consumo. Outra medida interna foi a disponibilização de R\$ 91 bilhões para que os bancos oficiais (BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica) pudessem emprestar para as empresas em risco. Nesse período ocorreu a fusão de empresas, por exemplo, a fusão da Perdigão com a Sadia, e a venda de ações de outras, como a Aracruz Celulose que teve a maior parte de suas ações vendidas para o Grupo Votorantim. O Governo retirou ainda de suas reservas US\$ 10 bilhões para emprestar ao FMI no intuito de subsidiar na recuperação da economia, o que foi muito comemorado pelo atual presidente (GOMES, 2009).

---

<sup>75</sup> As necessidades vitais básicas referem-se à moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV).



Outra estratégia implantada por este Governo é a denominada “Política de Desenvolvimento Produtivo”, a qual prioriza investir em alguns segmentos industriais que o Brasil já possui reconhecida competitividade a nível internacional, como: aeronáutica, petróleo, gás natural, petroquímica, bioetanol, mineração, celulose e papel, siderurgia e carnes. Além dessa estratégia a nível mundial, o governo tem direcionado sua atenção para o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual visa investir na infra-estrutura interna do país. Dentre as áreas atendidas estão a de saneamento ambiental e habitação, mas são priorizadas aquelas áreas que subsidiam o desenvolvimento econômico como transporte internacional, produção de energia, telecomunicações, construção de grandes obras em estradas, portos e barragens. Os recursos para estas finalidades são oriundos de dotações orçamentárias, mas também do FAT (Fundo de Amparo as Trabalhador) e do FGTS (GOMES, 2009).

É importante frisar que as medidas frente à crise, como a diminuição do imposto de automóveis e o fortalecimento do consumo, não se refere ao consumo dos trabalhadores de baixa renda. A cesta de consumo dos trabalhadores mais pobres manteve-se com os preços de costume, mesmo diante da perda de seus postos de trabalho. As medidas destinadas a “tirar” o país da crise, ou na nossa análise, a amenizar seus impactos – que são contínuos e devem perdurar por algum tempo – beneficiou as grandes empresas, ao grande capital, prioritariamente, seguiu a lógica neoliberal de manter as empresas e a economia, o que por consequência mantém o social garantindo os empregos e o consumo. As medidas não foram destinadas a fortalecer o mercado interno, nem a fortalecer as políticas sociais que deveriam assegurar os trabalhadores mais pobres. As medida anti-crise, portanto, mais beneficiaram os setores exportadores do que impediram seus efeitos sobre o mundo do trabalho.

Devido a essas estratégias de governo e a manutenção de um volume de reservas internacionais próximo de US\$ 235 bilhões em outubro de 2009, o Brasil, diferente da maioria dos países ditos “emergentes” não apresentou a pior das condições frente à crise. No entanto, as consequências para a classe trabalhadora eram certas, e a atingiriam desde o princípio, conforme falaremos no subitem a seguir.

Portanto, cabe dizer que, com o Governo Lula sustentou-se a expectativa de mudança, a esperança de reduzir as desigualdades, de acabar com a pobreza, com a fome, de gerar 10 milhões de empregos, diante da precariedade do mercado de trabalho proveniente da

década de 1990. No entanto, a defesa da ‘via única’ enquanto prerrogativa principal de governo inviabilizou essas e outras promessas de campanha. Mesmo com algumas melhoras nos dados em relação ao mercado de trabalho, de acordo com Druck; Filgueiras (2006, p.32), esses dados ainda “[...] confirmam a continuidade de uma crise estrutural de emprego com a manutenção de altas taxas de desemprego [...]”. Para iniciar um processo de alteração desse quadro, de atuação efetiva junto às expressões da *questão social*, as políticas de geração de trabalho e renda teriam que ser priorizadas em termos de investimentos, e, reformuladas em sua própria natureza.

#### **2.2.4) O mundo do trabalho pós 1990**

A *classe-que-vive-do-trabalho* é a parcela dessa sociedade mais atingida pelas conseqüências da adesão ao ajuste neoliberal. O contexto pós 1990 no Brasil registra o agravamento da *questão social*, com novas configurações de suas expressões. Registra-se a redução abrupta dos empregos na esfera industrial, produtiva, concomitante a opção pela flexibilização da produção e das relações de trabalho (contrato temporário, parcial, terceirizado), bem como pelo investimento no mercado financeiro, sendo fiel aos ditames internacionais. As conseqüências são: parcelas consideráveis da população que não participam do mercado de trabalho e não são amparados pela proteção social; grupos que antes mantinham vínculos trabalhistas regulamentados hoje estão à mercê do jogo do mercado e em gradativo processo de empobrecimento; aumento da pobreza absoluta e relativa. Descreveremos a caótica situação do mundo do trabalho brasileiro e apontaremos as iniciativas, especialmente do Governo Lula, para enfrentar o caos (PASTORINI, 2006).

Assim, de acordo com Silva (2003, p.40), “[...] no contexto brasileiro, a crise econômica e os novos processos de produção colocaram muitos trabalhadores nas estatísticas do desemprego, jogando-os no mercado informal como opção de sobrevivência ou como parte da estratégia geral da reestruturação do capital [...]”. Os trabalhadores informais<sup>76</sup>, em sua maioria, se constituem nos grupos de mais baixas remunerações do mercado de trabalho, remunerações imprecisas e imprevisíveis. Frequentemente, essas

---

<sup>76</sup> É importante dizer que os trabalhadores informais são compostos por grupos diversos. Alguns desses grupos, inclusive, possuem altos rendimentos e de fato optam por essa via de inserção no mundo do trabalho. No entanto, cabe reforçar que estes são exceções minoritárias diante de um vasto grupo que compõem a esfera informal. Para melhor avaliação, vide obra “Trabalho informal: os fios (in) visíveis da produção capitalista” de Maria Augusta Tavares (2002).

remunerações se agregam a algum benefício assistencial mais ou menos significativo, e mais ou menos ligado a práticas clientelistas. Por exemplo, benefícios, nos moldes do já citado bolsa família, que objetivam gerir a pobreza na intenção de torná-la razoavelmente suportável, ao mesmo tempo em que cumpre estratégia eleitoral com tímidos gastos públicos reforçando antigas práticas clientelistas (GIRALDO, 2007).

Sobre os índices de desemprego, de acordo com Pochmann (2006, p.30), “[...] entre 1980 e 2003, o desemprego foi multiplicado por 3,5 vezes, atingindo praticamente os mais distintos segmentos sociais, inclusive aqueles com maiores graus de escolaridade”. Segundo Mattoso (1999, p.18), “[...] ao longo dos anos 90 foram queimados cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho formais da economia brasileira [...]”. Nessa mesma década o desemprego cresceu mais entre os homens de idade igual e superior a 40 anos, cônjuges e para os de maior escolaridade, atingindo um em cada cinco trabalhadores das grandes cidades brasileiras. O tempo médio de desemprego que era de 15 semanas ainda em 1989, chegou a 40 semanas em 1999 (MATTOSO, 1999).

Dessa forma, a informalidade e o setor de serviços de uma forma geral, é uma importante estratégia de sobrevivência, de geração de trabalho e de renda, para garantir a sobrevivência em um contexto em que a regulação social através do emprego formal para todos não é possível<sup>77</sup> (ALENCAR, 2008; BOSCHETTI, 2006). Segundo Mattoso (1992, p.117), “[...] observou-se que não apenas o desemprego alcançou um recorde histórico, como o emprego formal contraiu-se mesmo quando a economia cresceu [...]”.

A evasão advinda do mercado formal tem destinado os trabalhadores ao mercado informal. Nessa perspectiva, cada vez mais o trabalhador é tido como responsável por sua condição de vida e também pela própria inserção no mercado de trabalho. Ao seguir a lógica neoliberal, o Estado e a sociedade sob a hegemonia burguesa tende a culpabilizar o indivíduo pela sua condição social.

Afirma Mattoso,

A “empregabilidade” passou a ser expressão dessa responsabilização do indivíduo por seu emprego e desemprego. Trata-se de uma clara tentativa de transferir riscos e responsabilidades aos mais fracos, fazendo o trabalhador

---

<sup>77</sup> Para esmiuçar essa afirmativa, indica-se consultar a obra de Ivanete Boschetti “Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil” (2006). A obra traz um histórico da implantação dessas políticas e o distanciamento gradual de sua efetividade para maior parte da população.

assumir a sua empregabilidade, por meio de formação profissional, requalificação etc. Estado e empresa até podem destinar alguns recursos para tais cursos, importantes, mas absolutamente incapazes de gerar mais postos de trabalho. Uma contribuição, digamos, para o “salve-se quem puder” (MATTOSO, 1999, p.20).

Diante do exposto, o aumento abrupto do setor de serviços seria inevitável. Quanto à ampliação desse setor e sobre as relações mais precárias de trabalho, bem como a contradição entre desenvolvimento econômico, Pochmann aponta que,

[...] cada 10 ocupações abertas durante a década de 1990, três foram de ocupação doméstica, duas de trabalhadores ambulantes, uma outra de limpeza [...]. [Registrou-se ainda que] 70% das ocupações criadas no Brasil estiveram concentradas em atividades que não tem a ver com a modernização técnica e produtiva (POCHMANN, 2006, p. 31).

O aumento da produtividade da indústria ocorreu concomitantemente à perda significativa de postos de trabalho. Estes não foram compensados pela ampliação do setor de serviços, menos ainda o setor público incorporaria essa demanda. Milhões de pessoas ficaram à mercê das formas mais precarizadas de trabalho informal, inventando e reinventando estratégias de sobrevivência. A década de 1990 registrou ainda índices inéditos de violência urbana, bem como alternativas de sobrevivência muito próprias desse período, como o crime organizado, que avança de forma imensurável e incontrolável (BEHRING, 2003).

No âmbito da aparência, o aumento do desemprego, a ampliação das atuações no âmbito da informalidade, o aumento do setor de serviços, junto ao desenvolvimento jamais visto na história humana das forças produtivas e a possibilidade de aquisição de lucros fictícios, podem nos conduzir à análise de que o trabalho já não é central, conforme debatido no capítulo anterior. No entanto, ao contrário do que possa parecer, esse período também registra o mais alto nível de intensificação do trabalho, jornadas de trabalho ampliadas pela via da intensificação, pela realização de horas extras e também pelas alternativas de trabalhar em casa para complementar a renda. Soma-se nesse período a exploração intensificada pela via da *mais-valia relativa* e também *absoluta*, como nunca se registrou em momentos anteriores (IAMAMOTO, 2008).

No intuito de lançar aqui alguns dados que retratam o mundo do trabalho brasileiro, utilizaremos de fontes secundárias que consideramos mais fidedignas no que se refere a aproximação da realidade.

Antes de apontar esses dados, é importante dizer em relação à metodologia que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não considera a amplitude, a totalidade complexa das informações na área do trabalho e do emprego para refletir o mercado de trabalho brasileiro. Ao analisar o índice de desempregados o IBGE não considera o *desemprego oculto pelo desalento*<sup>78</sup>. Isto é, de pessoas que desistiram de procurar emprego por motivos diversos, seja pelo tempo que já procuravam, pelo estado emocional em que se encontram, ou por vários outros motivos. O que importa aqui é que a pergunta realizada se restringe ao indivíduo ter procurado emprego nos últimos 30 dias, caso não tenha procurado, não será considerado nas estatísticas. O IBGE também não trabalha com o *desemprego oculto por trabalho precário*, aqueles que exercem alguma atividade descontínua e irregular e que ainda procuraram emprego nos últimos 30 dias. Portanto, o IBGE trabalha com os termos *ocupados* e *desocupados*. Os que possuem uma renda e que não procuraram emprego nos últimos 30 dias, independente da precariedade do trabalho que realizam, se foi uma opção realizá-lo ou se foi imposição das condições concretas de sobrevivência no capitalismo periférico, são considerados ocupados (BEHRING, 2003; DEDECCA, 1998). Ainda de acordo com Mattoso (1999, p.12) “[...] menor significado tem ainda o desemprego aberto em um país onde um trabalhador desempregado, sem seguro-desemprego apropriado ou suficiente oferta de emprego, é obrigado, como estratégia de sobrevivência, a aceitar sucessivas tarefas precárias, descontínuas e de curta duração [...]”. A tentativa de dissimular os dados reais no campo do emprego e desemprego, apenas serve de obstáculo para se compreender a complexidade da realidade, tendo por intuito maquiá-la, nas palavras de Mattoso (1999, p.13) “[...] como se para combater a febre fosse preferível quebrar o termômetro”.

Por isso, utilizaremos de fontes como o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE)<sup>79</sup>, que considera a complexidade do mercado de trabalho e busca analisar Emprego e Desemprego, este aberto e oculto. De acordo com seus dados, em 2009 foram gerados 119 mil novas ocupações, ou seja, entre opções de trabalho regulamentadas e informais. A População Economicamente Ativa (PEA) também aumentou, chegando ao número de 164 mil pessoas. Significa então que, além

---

<sup>78</sup> Diferente o *desemprego aberto*, que se refere aqueles desempregados que procuraram emprego nos últimos 30 dias.

<sup>79</sup> A pesquisa deste Departamento contempla às cidades de: Salvador, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, São Paulo e Distrito Federal. A pesquisa é de Emprego e Desemprego no mercado de trabalho metropolitano.

dos desempregados que já ocupavam essa estatística, apenas no ano de 2009 não foram incluídas no mercado de trabalho, vindo a aumentar a estatística do desemprego, mais 45 mil pessoas – considerando-se as cidades pesquisadas. O total de desempregados nas regiões pesquisadas pelo DIEESE, considerando desemprego aberto e oculto, foi de 2.844.000 em 2009, sendo a PEA de 32.816.000. O ano de 2009 em relação ao ano de 2008 registra um número de desempregados superior em aproximadamente 100.000 pessoas. A taxa de desemprego também se mantém consideravelmente alta, em torno de 14,2% nessas regiões metropolitanas. Estes resultados possivelmente estão relacionados à crise do capital no período.

Cabe registrar que a renda média dos ocupados elevou-se em 1,4%, sendo hoje a média da renda R\$1.236,00. A média da renda dos assalariados cresceu 1,1%, sendo hoje equivalente a R\$1.309,00, nas regiões pesquisadas pelo DIEESE (2009).

Ainda de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a nível nacional, em 2008 foram gerados 1.452.204 empregos, o referente ao crescimento de 5,0% no grupo de assalariados celetistas.

É importante salientar que de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais<sup>80</sup> (RAIS, 2008), os setores que mais empregam são os de serviços e o de comércio, com diferença considerável em relação aos outros setores. O setor de serviços emprega em torno de 645.000 e o de comércio 483.000 pessoas. Em termos comparativos, os que menos empregam são os setores de agropecuária e extração mineral, empregando respectivamente, 39.000 e 19.000 pessoas. Empregos na área de comércio e serviços também são os de menores remunerações, entre R\$853,87 e R\$1.374,56, ou seja, entre 2 e 3 salários mínimos<sup>81</sup>. De acordo com Pochmann (2009, p.27), é “[...] é manicure, empregados domésticos, cortador de grama, faxineira, ou seja, um exército de prestadores de serviço. No Brasil, as famílias de classe média e rica têm, em média, 13 serviçais á sua disposição para prestar serviços [...] são mais de 20 milhões de pessoas [...]”.

---

<sup>80</sup> São contemplados todos os vínculos formais (celetistas, estatutários, temporários e outros). Engloba 5.625 municípios.

<sup>81</sup> Comparando-se aqui o salário mínimo vigente em dezembro de 2008, que era de R\$415,00 (DIEESE).

Sobre a informalidade, a porcentagem de trabalhadores sem carteira assinada e que trabalham por conta própria varia de 45% a 50% já há alguns anos. Desses, os trabalhadores por conta própria – que poderiam optar por contribuir enquanto autônomos para Previdência Social – em sua maioria não contribuem, um grupo de 82,5%. Significa dizer que metade da população brasileira não está protegida pela legislação do trabalho, estão à margem dos mecanismos de proteção ao trabalho em situação de insegurança e instabilidade permanentes (IPEA, 2006; MATTOSO, 1994).

No intuito de minimizar os impactos advindos das novas estratégias criadas pelo Estado para recuperar e reaquecer a economia, este inventa e reinventa programas e políticas no campo da geração de trabalho e renda para inserir por alguma via a *classe-que-vive-do-trabalho*, no intuito de apaziguar os conflitos de classes e revoltas, mesmo que desarticuladas politicamente, manter em funcionamento pleno a economia capitalista e distanciar os trabalhadores, gradativamente, da Política de Assistência Social.

### **2.2.5) As Políticas de Trabalho e Geração de Renda**

Em 1990, o Sistema Público de Emprego (SPE) foi criado, unificando recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), ambos garantiram a instituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)<sup>82</sup>. O Sistema Nacional de Emprego (SINE) e o seguro-desemprego também compõem o Sistema Público de Emprego.

Assim,

[...] Tem-se então um Sistema Público de Emprego, ainda insuficiente, constituído de políticas de transferência temporária de renda (seguro-desemprego e abono salarial), prestação de serviços (intermediação de mão de obra e qualificação profissional) e concessão de micro-crédito. Com isso, tem-se o que pode ser considerado um avanço no campo da proteção social ao trabalhador, registrando-se, porém, baixa eficácia das políticas desenvolvidas por motivos, sobretudo exógenos [...] (SILVA; YASBEK, 2006, p.12).

Quando a autora se refere aos motivos exógenos, trata-se exatamente do que temos a intenção de problematizar: a própria gênese do capitalismo, o contexto contemporâneo e suas especificidades, suas prerrogativas ideológicas, a inserção do país na conjuntura mundial, a história e a cultura política, econômica e social do país. São estes os diversos

---

<sup>82</sup> Além do PIS/ PASEP, outros recursos do FAT estão previsto no art.11 da lei 7.998, que o regulamenta.

fatores que interferem na elaboração, implementação e andamento das políticas de geração de trabalho e renda no Brasil.

Ainda de acordo com Pochmann (2006, p.34), a partir da década de 1990, as políticas públicas destinadas ao desemprego “[...] [aprofundaram] a fragmentação das ações em diversas instituições sem coordenação, com maior pulverização dos recursos e ainda com reduzida escala de cobertura. Enfim, passou a reinar a desarticulação e desintegração, com desperdícios, baixa eficácia e pequena eficiência”.

Um fator inquietante refere-se aos baixos investimentos nessas políticas por parte do governo em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do país, principalmente por considerar que, após o percurso da década de 1990, a partir do ano 2000 o Brasil entra em uma crise de emprego jamais vista em sua história. No ano mencionado, o país investe apenas 1% do PIB nas políticas voltadas para geração de trabalho e renda, sendo que países com a taxa de desemprego próxima a nossa, investem consideravelmente mais (POCHMANN, 2006).

Portanto, apesar de haver investimentos nessa área e programas que foram criados no intuito de reduzir o desemprego, ainda no Governo FHC – Programa Nacional de Formação Profissional (Planfor) Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), Programa de Emprego (Proemprego) e as iniciativas de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), esses voltados ao micro-empendedor –, o país mesmo assim investiu muito pouco, comparando-se a gama de desempregados (POCHMANN, 2006).

É importante apontar que os programas citados são considerados políticas ativas de emprego. Enquanto o seguro-desemprego e a intermediação de mão-de-obra são considerados políticas passivas.

Sobre os investimentos nessas políticas, cabe apontar, de acordo com Pochmann (2006, p.37) que, entre “[...] os anos de 1995 e 2000, o volume de recursos comprometidos com as políticas ativas cresceu quase 50%. Apesar deste esforço, de parte do governo federal, a expansão da ocupação foi de apenas 2,9%”. Quanto às políticas passivas de emprego, apenas 23% do total dos desempregados foram beneficiados por estas no ano 2000 (POCHMANN, 2006).



Atualmente, a nível nacional, é através dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) que o governo disponibiliza, para as políticas ativas e passivas vinculadas ao Sistema Público de Emprego e Renda, a maior parte do subsídio para a execução das ações. O referido fundo é gerido pelo CODEFAT (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador). Desde 1993 este conselho tem buscado financiar ações promotoras de renda e ocupação, para além daquelas ações vinculadas a condição de emprego formal ou de desemprego.

O CODEFAT possui representação dos empregadores – indicados pelas respectivas confederações – e, representação dos trabalhadores – indicados pelas centrais sindicais e confederações dos trabalhadores –, ambos em igual número. Também compõe este conselho um representante do Ministério do Trabalho, um representante do Ministério da Previdência e Assistência Social e um representante do BNDES. Sendo que esses representantes possuem períodos de mandato diferenciados, de acordo com a lei 7.998 de 1990, a qual regula o funcionamento desse CODEFAT. Este conselho é importante porque é ele quem controla, acompanha e delibera sobre os recursos do FAT, bem como é a partir dele que irá se constituir o Conselho Estadual e o Conselho Municipal que controlam e deliberam sobre as políticas de trabalho e renda das respectivas jurisdições.

De acordo com informações do MTE divulgadas em março de 2010, o FAT aplicou em 2009 R\$ 3 bilhões em geração de emprego e renda, sendo que os programas e linhas de crédito são priorizados no combate ao desemprego, segundo o Governo, atuando na perspectiva da inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. Estes recursos visam viabilizar a concessão de financiamento a empreendedores nos setores urbano e rural da atividade econômica, como agricultores familiares, e suas cooperativas e associações de produção. As linhas de financiamento também são destinadas para atender empreendedores populares de baixa renda, que buscam na informalidade o sustento próprio e da família, de acordo com o MTE, financia-se o auto-emprego como alternativa de minimizar os efeitos do desemprego prolongado (MTE, 2010).

Uma das frentes de atuação é o Programa para Geração de Emprego e Renda. Este se constitui de “[...] um conjunto de linhas especiais de crédito para financiar quem quer iniciar ou investir no crescimento de seu próprio negócio, tendo por objetivo gerar e manter emprego e renda” (MTE, PROGER, 2010).

Outro programa é o Programa Nacional do Microcrédito Orientado (PNMO), que visa incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares. Se referem a empréstimos disponibilizados pelas agências de financiamento do governo, destinados a micro-empresendedores, sendo que “[...] são considerados micro-empresendedores populares as pessoas físicas e jurídicas empresenedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 120 mil” (MTE, PNMPO, 2010).

É importante evidenciar que o Estado tem privilegiado declaradamente atuações no âmbito do próprio negócio, do empresenedorismo, do auto-emprego e da autonomia, o que coaduna com os princípios neoliberais de flexibilização das relações de trabalho e de redução do emprego formal regulamentado, com carteira assinada, privilegiando inicitivas no campo da informalidade.

No âmbito dos empregos formais, estão as ações interligadas ao Sistema Nacional de Emprego (SINE), que objetivam colocar ou recolocar o trabalhador no mercado de trabalho.

De acordo com o MTE,

o Sistema Nacional de Emprego dispõe de informações acerca das exigências dos empregadores ao disponibilizarem suas vagas junto aos postos de atendimento do SINE. Busca-se, dessa forma, a redução dos custos e do tempo de espera tanto para o trabalhador, quanto para o empregador. É o ato de realizar cruzamento da necessidade de preenchimento de um posto de trabalho com a de um trabalhador que procura por uma colocação no mercado de trabalho (MTE, IMO, 2010).

Segundo o MTE, o objetivo do SINE é reduzir os índices de desemprego, efetuando articulação entre as vagas ofertadas e a força de trabalho a procura de emprego. No intuito de evitar que as vagas ofertadas sejam extintas (MTE, 2010). Sem desmerecer essa tentativa do Estado, cabe reforçar que sua atuação está amarrada aos requisitos do mercado e a toda negociação que perpassa as relações de compra e venda da força de trabalho, considerando a amplitude do *exército industrial de reserva*, a desvantagem dos trabalhadores e o enfraquecimento de sua organização nesse período.

Enquanto frente importante de atuação, dentre as políticas de geração de emprego e renda, está o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) que destrincha a política voltada para qualificação profissional.

De acordo com o MTE,

a política pública de qualificação desenvolvida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE promove gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações (MTE, Qualificação Profissional, 2010).

Esta política está organizada mediante os Planos denominados de Territoriais, que se referem a convênios entre o MTE e os municípios, estados e entidades sem fins lucrativos; os Projetos Especiais, que são realizados mediante parcerias com os movimentos sociais e organizações não governamentais; e ainda os Planos Setoriais, os quais se consolidam mediante parcerias entre o MTE e os sindicatos, empresas, movimentos sociais e os governos estaduais e municipais (MTE, PNQ, 2010).



A política de qualificação, de acordo com os relatórios do governo, deve ser constituída de elementos que ultrapassem o caráter meramente técnico de sua função, cumpridor da formação de *capital humano*. A qualificação profissional deve estar atrelada a perspectiva de construção social do conhecimento, ser de caráter fundamentalmente pedagógico e deve instigar o exercício da cidadania no mundo do trabalho, deve fortalecer a democracia (MTE, PNQ, 2003).

Cabe destacar, contudo, que a política de qualificação possui, enquanto função precípua, o papel de qualificar e requalificar a força de trabalho no intuito de inseri-la no mercado de trabalho. Perpassa aqui a teoria do *capital humano*, devido ao entendimento de que a qualificação profissional é caminho não apenas para o crescimento individual, mas para o crescimento do país, conforme argui a mídia com repetida frequência. Cabe contrargumentar que os valores fundantes dessa política estão na base do capitalismo em estágio ultra liberal, está embasada no princípio da igualdade de oportunidades e não de acesso, de construir condições para que a competição individual no mercado de trabalho seja resguardada e o acesso aos espaços seja conquistado, na perspectiva do

mérito. Voltamos a repetir que, a qualificação profissional tem por fim o mercado de trabalho e este não tem por fim contemplar a todos, reproduzindo e ampliando o *ejército industrial de reserva*.

Dentre os Programas Especiais de Qualificação estão as formações voltadas para os trabalhadores que desenvolvem atividades em cooperativas, em grupos produtivos, “independentes” do funcionamento regular do mercado, tidos também como autogestionários. A denominada Economia Solidária é outra frente incentivada pelo governo atual enquanto alternativa ao desemprego.

De acordo com o MTE,

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (MTE, Economia Solidária, 2010).

Nessa perspectiva, a economia solidária de acordo com Barbosa (2008, p.101), “[...] é entendida como uma modalidade de economia popular – de práticas econômicas de sobrevivência – que reúne grupos em associações, cooperativas ou pequenas empresas baseados na cooperação e autogestão”. É importante destacar que essa economia popular se apresenta enquanto alternativa distanciada da lógica capitalista do lucro, do consumo exacerbado, enquanto iniciativa promissora, inclusive, no que tange a ultrapassagem da sociedade capitalista<sup>83</sup>. Essa frente de atuação foi elevada à categoria de política pública pelo Governo Lula no ano de 2003. Atualmente, estima-se a existência de aproximadamente 20.000 unidades de trabalho de economia solidária no Brasil.

Esses diversos grupos, que compõem o setor já denominado de informal, estavam atrelados a idéia de problema social a ser resolvido, isso especialmente na década de 1980. A partir da década de 1990, a linha neoliberal vincula esses grupos e outros que irão compor o setor de serviços a idéia de empreendedor, de autogestionário, de

---

<sup>83</sup> Muitos autores tem corroborado dessa idéia, com os quais discorda-se neste trabalho.

autônomo – livre para melhorar sua renda e sua condição de vida, o que dependeria majoritariamente de cada indivíduo (ALENCAR, 2008).

Conforme justifica o próprio Ministério do Trabalho e Emprego – diante das informações supracitadas – o incentivo aos pequenos e médios negócios, ao empreendedorismo, as cooperativas ou grupos produtivos, dentre outras alternativas que objetivam a geração de renda pela via do setor informal, tem sido priorizadas. De acordo com Alencar (2008, p.118), a “[...] inserção produtiva e social do excedente de força de trabalho e dos trabalhadores urbanos pobres passa a ser prerrogativa da proposição que vislumbra o apoio e o incentivo aos pequenos empreendimentos como o meio mais eficaz de garantir renda ou ocupação [...]”.

Conforme dito anteriormente, o setor informal não é para a maioria que o compõem uma opção de atuação no mundo do trabalho, uma escolha. Os trabalhadores desse ramo estão entre os mais precarizados, de relações de trabalho mais frágeis e flexíveis, os mais pobres do meio urbano e também rural, de menor renda e de poucos anos de escolaridade. Existem ainda os que oscilam, compõe estes grupos temporariamente, devido ao processo de reestruturação produtiva e rotatividade das relações de trabalho, a contemporânea *superpopulação relativa flutuante*; aqueles que estão de fato por opção, vislumbrando garantir melhor renda; aqueles que acumulam alguma atividade regulamentada de baixa renda com outra atividade informal complementar; aqueles ainda que só tem nessa a opção de garantir a sobrevivência, a contemporânea *superpopulação relativa estagnada*. Segundo Alencar (2008, p.120), “[...] para um contingente de trabalhadores [...] o desenvolvimento dos pequenos negócios, muitos em condições extremamente precárias, de base artesanal e com baixa produtividade, vêm se tornando o único recurso e meio de prover a sua própria vida e a de sua família”.

Em se tratando da economia solidária, os exemplos de organização nesse formato englobam, de acordo com Barbosa (2008, p.102) os “[...] catadores de lixo, processadores de material reciclado, artesãos de diversas áreas, trabalhadores de confecção de roupas, oficinas mecânicas, padarias, segmentos diversos de alimentação, pequenas produções agrícolas, leiteira e pecuária [...]”. São estes os grupos motivados pelo governo a garantirem a sobrevivência por essa via. Esta via, portanto, está distanciada da regulação social do trabalho, de incentivo a melhores condições de trabalho e de vida, distanciada, mais ainda, da tentativa de redistribuir a renda, a

caminho da igualdade. Estes grupos possuem precária tecnologia e precário desenvolvimento das forças produtivas, estão atrelados a atividade de comércio e de mercado, tendem a se tornar pequenos negócios regulamentados ou se manterem isolados dentro de uma dinâmica de mercado globalizada sob a égide financeira. Essas formas de atuação estão atreladas a manutenção do status quo, a manter a exploração de classes e a reproduzir a *questão social*, metamorfoseando suas expressões.

O fortalecimento do setor informal no campo ideológico tem sido sustentado por promessas de sucesso profissional e maiores ganhos, o que depende da “força de vontade”, e do “espírito empreendedor” de cada indivíduo, pois todos são empresários de si mesmo. Legitima-se a idéia de “empregabilidade”, na via da responsabilização individual. De acordo com Alencar (2008, p.119), o neoliberalismo mantém de forma hegemônica uma “[...] concepção limitada e restrita acerca dos problemas do emprego, que tende a minimizar o papel do crescimento econômico e da política macroeconômica nos níveis de emprego, remetendo-os a ausência de atributos individuais, à qualificação do trabalhador, à rigidez do mercado de trabalho [...]”.

Conforme argumentado no capítulo anterior, no modo de produção capitalista impera a busca por lucros por aqueles detentores dos meios de produção e também da riqueza. O Estado nesse contexto está desse lado, e defende os interesses dessa classe, da burguesia. As ações instauradas por ele, as políticas públicas, sociais, não se desvencilharão dessa linha ao ponto de por em xeque sua real defesa e sua articulação com os interesses dessa classe. Segundo Alencar (2008, p.120), as políticas de geração de emprego e renda “[...] articulam-se sob uma lógica em que, à medida que atendem algumas necessidades do trabalho, o fazem, no entanto, subordinadas às requisições e necessidades do capital [...]”.

É importante destacar ainda a parceria entre o governo e as entidades representativas da *classe-que-vive-do-trabalho*, em um processo contínuo de legitimação dessas políticas, especialmente a de qualificação. De acordo com Barbosa (2008, p.100), as “[...] próprias entidades sindicais passaram a consumir suas agendas para operaconalização de práticas de intermediação de mão-de-obra, qualificação e incentivo a cooperativas”.

As políticas no campo do trabalho cumprem ainda papel importante na legitimação do Estado. No âmbito da aparência, este aparece como aquele que investe nessa política,

que tenta solucionar os problemas advindos do desemprego, que se preocupa e que constrói estratégias. O Estado, portanto, cumpre ainda a função precípua de não apenas defender os interesses de uma classe, mas de apaziguar os conflitos entre as classes, de manter razoavelmente harmônicas as relações entre os expropriados e os superapropriados. Conforme já apontado no capítulo anterior, desde o início, tem a política social – mesmo que focalizada e meramente compensatória – o papel de garantir a manutenção do capitalismo, evitando a propagação de rebeliões e rebeldias, amenizando a luta de classes. No Brasil contemporâneo a crise do sindicalismo brasileiro e da própria esquerda brasileira corroboram essa tendência de enfraquecimento da luta de classes.

Pode-se perceber, conforme Soares (2003), que o *ajuste neoliberal* no Brasil, implicou em mudanças significativas no contexto do trabalho. Deve-se considerar também que a perspectiva ideológica neoliberal do capitalismo tende a desmobilizar a classe trabalhadora em torno de seus interesses, devido, conforme apontado por Antunes (2007), a sua *heterogeneização, fragmentação e complexificação*, que vai implicar no não reconhecimento de parte desse grupo enquanto *classe-que-vive-do-trabalho*. Outro fator agravante no caso brasileiro são as duas gestões de um governo oriundo de um partido que historicamente se constituiu enquanto referência no campo da esquerda brasileira, e que mantém enquanto “pano de fundo” as prerrogativas neoliberais. Dessa forma, as políticas sociais tendem a se afirmarem enquanto mantenedoras da ordem capitalista e, sob a configuração neoliberal, comprometem de forma mais incisiva o avanço dos trabalhadores na luta de classes, bem como, conseqüentemente, a construção de políticas que atendam a seus reais interesses e alterem o quadro de desemprego e renda apresentados.

A seguir veremos como está configurado atualmente o mercado de trabalho no Espírito Santo, especificamente no Município de Vitória. Como a conjuntura maior do capitalismo em sua gênese de funcionamento sob as prerrogativas neoliberais adentra nesse contexto particular.

## Capítulo III – Políticas de trabalho e renda no Município de Vitória

### 3.2) O Estado do Espírito Santo e o município de Vitória

#### 3.1.1) Governo Paulo Hartung e suas prioridades

É importante reforçar aqui que as duas primeiras partes deste trabalho buscaram elucidar as mudanças históricas na forma de conceber a política social. Explicou-se, também, como os trabalhadores encontram-se mais ou menos organizados e operantes politicamente e o quanto ainda são possíveis alterações ao longo do processo histórico da acumulação capitalista. O objetivo deste capítulo é analisar o caso concreto do município de Vitória, com base nas reflexões teóricas dos capítulos anteriores.

No decorrer deste trabalho vimos demarcando as categorias de Marx, fundamentais para análise neste capítulo, sendo as mais apropriadas para compreender a produção/reprodução do capitalismo e o mundo do trabalho. Demonstramos as particularidades das relações capitalistas no Brasil, um país originariamente agro-exportador, dependente e pobre, e, situamos ainda o contexto do neoliberalismo, as particularidades do Governo Lula e as políticas de trabalho neste governo, já antecipando alguns limites.

Cabe aqui, portanto, situar o Estado do Espírito Santo neste contexto, demonstrar as prioridades de investimentos do atual governo, que tem desfavorecido o campo das políticas sociais, acentuando as *expressões da questão social* neste Estado. Adiantamos ainda que a perspectiva do Governo Estadual está, totalmente, enquadrada na direção do neoliberalismo.

Os dados do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN, 2000) nos mostram que a PEA estadual em 2000 correspondia a 1.511.832 de pessoas e que deste total, estavam desocupados – ou seja, sem qualquer tipo de trabalho formal ou informal – 202.545 pessoas. Do total da população ocupada nesse mesmo ano, aproximadamente 50% recebia entre  $\frac{1}{2}$  e 2 salários mínimos (IJSN, 2000).

A população total estimada do Espírito Santo em 2009 é de 3.487.199, segundo dados do IBGE, IJSN, PMV (Prefeitura Municipal de Vitória). De acordo com essa mesma fonte, o crescimento econômico do Espírito Santo tem sido contínuo e acelerado desde 2005, tendo aproximadamente 80% da população estadual habitando a área urbana. É



importante frisar que a gestão atual do Governador Paulo Hartung – eleito em 2002 e reeleito em 2006 – mantém enquanto prioridade a expansão industrial do Estado, mas não no intuito prioritário de fortalecer os trabalhadores ou ampliar o índice de empregos, mas de fomentar a iniciativa privada, garantir os lucros dos empresários e do grande capital. De acordo com Ferreira (2007, p.15), sobre “[...] a tímida recuperação do emprego, ocorrida a partir de 2005 [...]”, afirma que, “[...] o seu impacto ainda é pequeno em face do quadro de desemprego gerado em consequência das transformações operadas pela era da acumulação flexível”.

Segundo dados da RAIS (2008), sobre o número de empregos formais, o estado até dezembro de 2008 mantinha 776,3 mil empregos formais. Destes, aproximadamente 313 mil corresponde aos setores de Comércio e Serviços juntos. É importante registrar que, se considerarmos a PEA de 2000, que era de 1.511.832 – e que certamente já teve este número ampliado –, com o número de empregos formais, regulares, protegidos, perceberemos que 49% da PEA, conforme demonstrado no gráfico I, se encontra em relações não formais de trabalho, em outras alternativas de sobrevivência. Vale salientar que a taxa de desocupação do Espírito Santo é em média de 13,4 (IJSN, 2000).

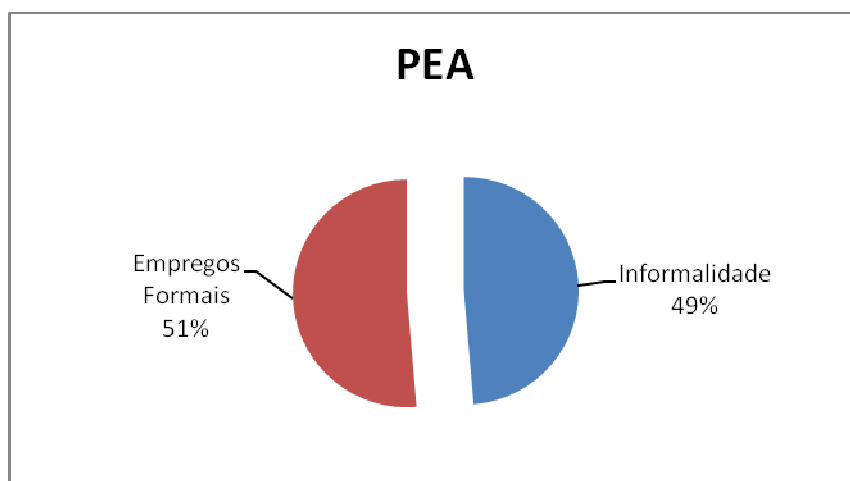


Gráfico I

É importante dizer que frequentemente os dados apresentados pelo governo referente ao aumento do número de postos de trabalho são, deliberadamente, tidos como positivos, sem se avaliar sequer o crescimento da PEA no mesmo período, ou seja, de pessoas que deveriam ser inseridas no mercado de trabalho. As formas de coletar os dados, bem como as interpretações destes dados é totalmente fundada, balizada pela perspectiva

ideo-política do ator que o faz. O Estado enquanto representante do grande capital e no intuito de legitimar-se, tende a conduzir os dados e suas interpretações para serem vistos enquanto melhorias sociais. Dessa forma, existe a intenção de dissimular os dados reais no campo do emprego e desemprego, sendo este um obstáculo para se compreender a realidade, tendo por intuito maquiá-la, nas palavras de Mattoso (1999, p.13) “[...] como se para combater a febre fosse preferível quebrar o termômetro”.

No ano de 2009, em todo o Brasil e também na região Sudeste houve queda no saldo das ocupações. No mesmo período do ano anterior – maio de 2008 – houve um saldo de +140.901 postos de trabalho, sendo que em maio de 2009 esse saldo caiu para +100.020, o que certamente possui relação com o período de crise econômica. De dezembro de 2008 até maio de 2009 os dados demonstraram redução nos números de empregos formais, queda de 0,2% dos empregos celetistas, o que corresponde ao fechamento de -1.090 postos de trabalho, as maiores perdas foram para os trabalhadores do ramo da Indústria de Transformação, que tiveram reduzidos 4,6% dos seus postos de trabalho, enquanto estratégia para “ajuste da crise” (DIEESE, 2009).

Segundo reportagem do jornal “A Tribuna” de 12 de dezembro de 2008 sobre o impacto da crise no Estado, o Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, solicitou ao Presidente Lula empenho no processo de flexibilização das leis trabalhistas. De acordo com ele, essas alterações seriam temporárias no intuito de “ganhar tempo até que a situação melhore”. Para isso, dentre as propostas de Agnelli estava a de suspensão de contratos de trabalho e a redução da jornada de trabalho com redução do salário. Agnelli informou ainda que desde junho do mesmo ano a Companhia já vinha tomando medidas que assegurasse o faturamento da mineradora, como a redução dos contratos com terceiros, férias coletivas para 5,5 mil trabalhadores e a demissão de 1,3 mil trabalhadores – as demissões, segundo ele, não estaria relacionadas apenas a crise, mas a mudanças na organização do trabalho mediante a inserção de novas tecnologias que culminaram na eliminação de algumas funções. Na mesma entrevista afirmou que novas demissões poderiam ocorrer, bem como a continuidade das férias coletivas para outros grupos de funcionários.

Cabe aqui reafirmar que a estratégia mais acertada para o capital diante da crise implica em perdas grotescas para os trabalhadores. Estas estratégias estão sempre vinculadas a reduzir os custos da produção, para isso, o caminho mais apropriado continua a ser o

barateamento da força de trabalho, reduzir seu número, seu preço e intensificar a exploração daqueles que se mantêm empregados, enquanto resposta a *lei da queda tendencial da taxa de lucro* (BRAZ; NETTO, 2006; BEHRING, 2002).

O Espírito Santo mantinha um processo de expansão industrial e modernização contínua fortalecida desde 2005. Essas mudanças significam inserir na organização do trabalho as características do momento atual, na linha da *acumulação flexível*, que visa expandir o *capital constante* em detrimento do *capital variável*; ampliar a terceirização dos serviços para baratear os custos e facilitar a eliminação dos contratos em momentos de crise; reduzir ao máximo o número de trabalhadores diretamente vinculados a instituição e intensificar o trabalho daqueles ainda empregados; dentre outras. Essas e outras mudanças estão nos moldes da reestruturação produtiva, e na ocorrência de novas crises são aprofundadas gerando consequências irreversíveis para parcela considerável da classe trabalhadora (ANTUNES, 2007; GOUNET, 1999; HARVEY, 2007).

Sobre o crescimento estadual, é relevante dizer que em 2007 o PIB do Estado cresceu 7,8%, superior inclusive, a média nacional. Isso significa que a arrecadação do Estado, que em 2002 era de 26,7 bilhões, em 2007 foi de 60,3 bilhões de reais. Esse aumento abrupto comparado aos anos anteriores refere-se especialmente à extração de petróleo e gás (IJSN, 2008). Tamanho crescimento em termos numéricos faz crer que a população tem suas condições de vida e de trabalho melhoradas, porém isso não ocorre. O estado do Espírito Santo, assim como qualquer gestão nos moldes capitalistas neoliberais, prima pela expansão do mercado, do comércio, do setor de serviços. Ele não direciona esse surpreendente faturamento para o campo social de modo a beneficiar diretamente a população da região. A atuação do Estado está amparada na ideologia burguesa, conforme apontado por Portelli (1977, p.22), “[...] todas as atividades do grupo social dirigente, mesmo aquelas que parecem menos ideológicas, particularmente as ciências [...]”, estão direcionadas por uma ideologia, rumo ao favorecimento de uma classe. Os instrumentos utilizados pelo Estado e suas ações estão atrelados a dinâmica histórica da sociedade capitalista, servindo majoritariamente a interesses dominantes.

Tal aspecto fica evidenciado ao analisarmos a renda per capita. O Espírito Santo, que estava na 8ª posição em relação à renda per capita<sup>84</sup> das Unidades Federativas, passou para a 4ª posição em 2008, apresentando uma renda per capita de R\$18.003,00. Ou seja,

---

<sup>84</sup> A renda per capita é a soma dos salários de toda a população dividida pelo número total de habitantes.

se estivéssemos em uma sociedade igualitária, cada habitante do Espírito Santo teria direito a R\$18.003,00 por mês (IJSN, 2008). Contraditoriamente, de acordo com dados da RAIS (2008), a renda média dos trabalhadores do Espírito Santo está em torno de R\$ 1.318,00. Portanto, é nítido que o aumento da arrecadação e o tão almejado crescimento estadual não concorrem para a distribuição e renda e redução das desigualdades.

Nesse sentido é importante lembrar Marx (1986, p.172), que, ao tratar da lei geral da acumulação capitalista, irá categoricamente afirmar: “[...] é falso, portanto, afirmar-se que o fundo de salário [...] esteja determinado de antemão pela soma da riqueza social [...] bastando, para se calcular o salário médio que cada trabalhador recebe, dividir esse capital pelo número de membros da população trabalhadora”. No modo de produção capitalista, assim como a produção da riqueza é originada de uma relação de exploração, de desigualdade entre classes, o fruto dessa produção é, da mesma forma, destinado de forma diferenciada aos membros da população. A desigualdade é inerente a essa forma de produzir e segue um ritmo de reprodução muito apropriado para esse sistema.

Quanto ao investimento nas políticas sociais – que é o mecanismo capitalista de repassar a renda para o social, para a *classe-que-vive-do-trabalho* – no âmbito da Educação, os dados de 2005 mostram que os investimentos nessa área somam 29% da arrecadação do Espírito Santo, os investimentos na Política de Saúde somam 18%, já para área da Assistência Social<sup>85</sup> somam-se apenas 5,1% de toda a arrecadação do Estado. Os investimentos realizados estão aquém da demanda para todas essas políticas sociais, é comum no Estado a situação caótica da saúde pública e o esvaziamento das escolas diante da precariedade do ensino público (IJSN, 2005).

Os investimentos impetrados no Espírito Santo não têm alterado o quadro de desigualdade, de curto tempo de escolaridade, sendo a média de 6 anos para população acima de 15 anos; de taxas de analfabetismo em torno de 10% considerando a população acima de 15 anos; de desemprego e de fomento a informalidade, segundo dados do IJSN do ano 2000. O índice de Gini da Região Sudeste não destoa do índice nacional, está em torno de 0,514, de acordo com dados do IBGE de 2005. No ano de 2008 mantém-se baixos os índices referentes à escolaridade, com quantidade considerável da população que frequenta por pouco tempo a escola, por exemplo,

---

<sup>85</sup> Em partilha com a área da Cultura, Lazer, Esporte, Cidadania e Segurança (IJSN, 2005).

apenas 24,3% dos jovens entre 18 e 24 anos continuam inseridos nos estudos. O que evidencia que a abrupta desigualdade social está presente em todas as regiões do país.

A Secretaria Estadual responsável por formular e implantar estratégias que enfrente esse quadro a nível estadual é a SETADES (Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social). É importante destacar que essa Secretaria atua basicamente com profissionais em contrato de trabalho temporário, cargo comissionados, de uma forma geral, com relações precárias e vulneráveis de trabalho. Essas relações de trabalho inviabilizam uma atuação contínua, com planejamento e atividades ininterruptas, bem como reafirma a perspectiva de flexibilização das relações de trabalho de adesão a nova forma de organização do trabalho inclusive pela esfera pública, que tende a atuar na perspectiva do mercado. Outro aspecto relevante que dificulta a efetivação das ações é que essa Secretaria pretende discutir e atuar no âmbito da Política de Assistência e de Trabalho, o que gera excessiva demanda para essa secretaria, visto que possuem dimensões de intervenção diferenciadas e programas diferenciados. É importante dizer que, de acordo com um dos entrevistados, “[...] os papéis dos entes são diferentes, são complementares, e quanto maior o nível do ente, Estadual, Federal, menos executivo ele tem que ser e mais fiscalizador ele tem que ser e mais formador conceitual dessa política ele tem que ser” (Entrevista VIII). É importante reforçar que a Secretaria Estadual não tem conseguido efetivar esse papel, especialmente pelas questões já ditas.

No intuito de relatar uma experiência na área das políticas de trabalho que tem se consolidado concretamente, tem conseguido um nível de organização, de planejamento e de ações efetivas, que possibilitem avaliação, iremos analisar o Município de Vitória, que ao tomar como exemplo outras prefeituras de nosso país – especialmente a de Osasco e a de Santo André, ambas do Estado de São Paulo e sob a gestão do PT –, tem caminhado na mesma perspectiva, implantando uma Secretaria específica para área do trabalho, atrelando a amplitude do mercado de trabalho ao crescimento econômico da região.

Fica evidenciado, portanto, que a nível estadual a lógica de priorizar as grandes empresas e seus lucros segue a mesma direção de toda a sociedade sob a lógica capitalista e financeira, mantém as desigualdades, aguça *as expressões da questão social*, reforça a *superexploração* do trabalho, amplia o *exército industrial de reserva*,

além de mascarar sua real condição e dimensão na sociedade atual. Veremos a seguir, a situação particular do Município de Vitória e as políticas adotadas para enfrentar esse quadro.

### **3.2) As políticas de trabalho e renda do Município de Vitória:**

Inicialmente, iremos situar a cidade e sua condição dentro do Estado do Espírito Santo, bem como demonstraremos alguns dados referentes ao mundo do trabalho e a vida dos trabalhadores. Posteriormente, trataremos do funcionamento das políticas de trabalho e geração de renda no município, com quais objetivos tem sido implementadas, como tem funcionado em termos de processo decisório, de ações e quais são os limites e potencialidades que apresentam em confronto com toda a reflexão teórica realizada nos capítulos anteriores.

A Prefeitura de Vitória tem sido conduzida pela administração do PT, pelo prefeito João Coser sendo a primeira gestão de 2005-2008 e estando na segunda gestão de 2009-2012. É importante destacar que essa prefeitura se refere à prefeitura da capital do Espírito Santo, está regionalmente situada no meio dos municípios da Grande Vitória – além de Vitória, os municípios de Serra, Viana, Cariacica, Vila Velha, Guarapari e Fundão – o que possibilita o acesso de forma facilitada à capital. Por ser capital, Vitória também possui uma arrecadação bem superior aos demais municípios do Estado, o que concede a esta cidade certa independência para direcionar os recursos que lhe são próprios.

A população total de Vitória está estimada em 320.156<sup>86</sup> habitantes. Significa que, um em cada dez habitantes do Espírito Santo reside em Vitória. A população da região metropolitana consiste ainda em 1.624.837 de habitantes. A capital registra o maior índice de taxa de empregos, de consumo, de postos de trabalho formais (50%) e é responsável por 31,5% do PIB de todo o Estado, tendo sido em 2007 R\$19.028.385 (IJSN, 2008). Com esse PIB, a renda per capita dessa capital é de R\$60.592,00 sendo esta a maior renda per capita entre todas as capitais brasileiras. Se compararmos essa alta renda per capita com o índice de Gini do município, veremos que a desigualdade tem imperado nesse município mais do que em outras regiões, superior inclusive a esse mesmo índice a nível nacional. A cidade de Vitória apresenta um índice de Gini de 0,61 (IJSN, 2000).

---

<sup>86</sup> Inclui os bairros de Fátima, Hélio Ferras, Carapina, pertencentes ao município de Serra (PMV).

Devemos lembrar que além da desigualdade de distribuição da renda interna, no próprio município, entre os municípios fica evidenciada a desigualdade, já que alguns possuem arrecadação bem inferior ao município de Vitória, como diversos municípios do interior o Estado. Na Grande Vitória, podemos ter como exemplo Viana e Cariacica que registram maior precariedade de condição de vida. Esse fator está estritamente relacionado ao processo de descentralização político-administrativa que, ao transferir autonomia para os municípios transfere para eles responsabilidades insustentáveis em termos financeiros e administrativos, o que irá se converter em uma *descentralização destrutiva*, tendendo a ratificar as desigualdades sócio-regionais do país (SOARES, 2002).

Sobre os ramos de atuação desses trabalhadores, cabe dizer que, de acordo com Arthmar (2007, p.90) “[...] o município de Vitória constitui-se [...] basicamente numa economia de serviços”. O setor de serviços abarca praticamente metade dos trabalhadores do município, no entanto, esse dado se refere especialmente à concentração dos aparatos institucionais dos três níveis de governo, devido a ser a capital. No município de Vitória estão localizadas 31,8% das atividades de serviços de todo o Estado. A tendência de amplitude do setor de serviços e comércio se evidencia, portanto, em todos os dados relativos ao aumento dos postos de trabalho no Brasil (POCHMANN, 2009).

A Região Metropolitana registrou queda no número de postos de trabalho entre junho de 2008 e maio de 2009, de -1.094 postos de trabalho. O gráfico II, abaixo, relaciona os níveis de instrução à quantidade de postos de trabalho criados e perdidos nos últimos 12 meses até maio de 2009. É importante registrar que a redução dos postos de trabalho afeta, especialmente, os trabalhadores de maior idade (DIEESE, 2009).

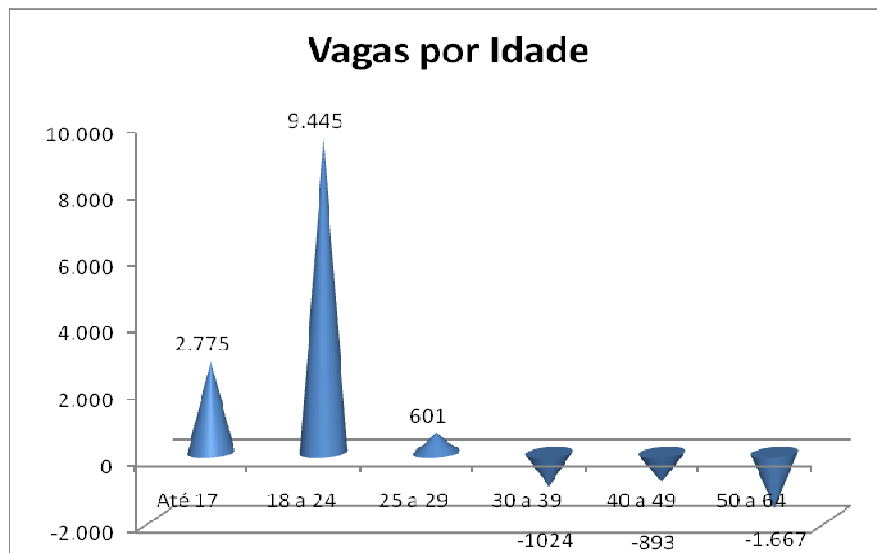


Gráfico II

Os trabalhadores de mais idade possuem maiores dificuldades para se manterem no mercado de trabalho e especialmente para ingressar em novos empregos. O próprio processo de reestruturação produtiva cumpre esse papel, ao demitir quantidade considerável da classe trabalhadora, no intuito de reorganizar o processo produtivo para reduzir custos, tende a retirar do mercado os trabalhadores de idade mais avançada com maiores salários e menor qualificação, para inserir aqueles mais novos, mais qualificados e com menores remunerações, na perspectiva já renovada de trabalhar em equipe, ser polivalente e colaborador (ANTUNES, 2007; GOUNET, 1999; HARVEY, 2007).

Conforme apontado no capítulo primeiro, na parte que trata do desenvolvimento histórico das políticas e direitos trabalhistas no Brasil, atualmente, diante do direito ao recebimento do FGTS, os trabalhadores celetistas já não possuem qualquer direito à estabilidade no trabalho, podendo ser demitidos a qualquer tempo. Vale lembrar que essa condição já foi outra, quando os trabalhadores de alguns ramos possuíam estabilidade de vínculo após 10 anos de trabalho, ainda na Era Vargas (FALEIROS, 1995; PEREIRA, 2007).

A participação no mercado de trabalho por tempo de escolarização também nos traz informações importantes. Os trabalhadores da Grande Vitória com menos tempo de escolarização tiveram seus postos de trabalho reduzidos no período de junho de 2008 a maio de 2009. Aqueles que possuem até o Ensino Fundamental tiveram uma queda de -18,6% de postos de trabalho. A elevação da participação no mercado de trabalho



ocorreu de forma mais significativa para os trabalhadores com Ensino Médio Completo, sendo de 90,7%, conforme gráfico III (DIEESE, 2009). A média de anos de estudo na cidade de Vitória é razoavelmente superior a média estadual, sendo de 9,1 anos, segundo dados do IJSN de 2005.

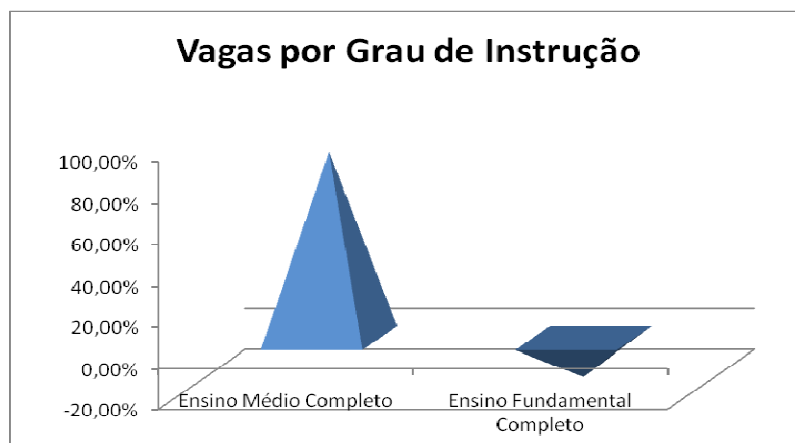


Gráfico III

Esta informação evidencia a exigência do mercado de trabalho quanto à escolarização, o que irá reafirmar a perspectiva neoliberal na construção da teoria do *capital humano*, quanto à relevância do nível de escolaridade e de qualificação profissional para o crescimento econômico de um país, do Estado e do município ao qual pertence essa população. É importante dizer que os postos de trabalho criados estão relacionados ao setor de comércio, serviços e da construção civil, em sua maioria. Todos os setores têm exigido o Ensino Médio enquanto nível mínimo para ingresso no mercado de trabalho, independente da atuação que o trabalhador irá desempenhar. Tal critério não está relacionado a incentivar o nível de consciência, de sabedoria do trabalhador, se coloca enquanto um critério que está mais direcionado a delimitar o contingente de trabalhadores que pleiteiam uma vaga no mercado de trabalho, enquanto um mecanismo para restringir o acesso, incluindo aqueles membros da *superpopulação relativa flutuante*, que provavelmente por algum tempo estarão inseridos em um posto de trabalho (FRIGOTTO, 2003; MARX, 2008).

A PEA do município de Vitória que em 2000, de acordo com o IJSN, era de aproximadamente 150.000 pessoas, mantinha em situação de desocupação aproximadamente 25.000 pessoas, o que significa que além daquelas ocupadas de alguma forma no mercado formal ou informal, 25.000 pessoas estavam sobrevivendo por alternativas outras, que não garantiam a elas qualquer perspectiva futura,

compunham a chamada *superpopulação relativa estagnada*, indivíduos que sobrevivem de expedientes para não morrer de fome, de acordo com Marx (1986, p.186), “[...] o que faz dele um depósito inesgotável de forças disponíveis”. Nessa estatística está incluído ainda *o peso morto do exército industrial de reserva*, já que são nestes grupos que se encontram aqueles indivíduos, que de acordo com Marx (1986, p.187), “[...] sucumbem pela incapacidade de adaptação, consequência da divisão de trabalho, os que ultrapassaram a idade normal de um trabalhador e, por último, as vítimas diretas de mutilações [...]”. É, portanto, o pauperismo o destino dos trabalhadores inválidos.

A concentração de renda também fica elucidada ao analisarmos que aproximadamente 7% dos trabalhadores recebem acima de 20 salários mínimos, enquanto 46,2% dos trabalhadores recebem de ½ a 3 salários mínimos. Outro exemplo são as desigualdades regionais do município, de acordo com dados do IJSN de 2000, no bairro em que a renda média é mais baixa, São Pedro, a renda média é de R\$341,45, sendo que na Praia do Canto, bairro com a maior renda média do município, esta é de R\$3.660,55. O Índice de Qualidade Urbana<sup>87</sup> (IQU) ratifica a mesma tendência, ao demonstrar que os bairros com melhor qualidade urbana, Santa Helena e Mata da Praia, tem esse índice em torno de 0,84, enquanto os bairros com pior qualidade de vida urbana apresentam esse índice em torno de 0,2, que são Conquista e o São Benedito. Essa desigualdade reafirma a perspectiva própria do capitalismo, que tende a concentrar a renda em alguns grupos deixando à mercê a maior parte da população, de acordo com Marx (1875, p.4), na medida em que “[...] o trabalho se desenvolve socialmente e se torna, assim, fonte da riqueza e cultura, desenvolvem-se a pobreza e a degradação, do lado do trabalhador, a riqueza e a cultura, do lado do não-trabalhador”.

Ainda de acordo com um dos servidores do município,

Vitória não é uma cidade sem problemas de desenvolvimento, é uma cidade que vem crescendo, é uma cidade que por uma série de fatores, ela se beneficia pelo fato de ser capital e centralizar uma série de impostos, tem o aeroporto aqui, tem os portos aqui e tal.. Isso tudo favorece muito a cidade, então a cidade cresce. Não obstante ao que ela cresce, tem setores e várias regiões que são desprivilegiadas, tem problemas de desenvolvimento social, e de pobreza e de miséria e tal [...] a questão mesmo é como que a população excluída da cidade, tem acesso a esse crescimento? Então dentro da política de desenvolvimento local e desenvolvimento social é oportunizar essas pessoas de se incluírem no mercado formal ou informal (Entrevista VIII).

---

<sup>87</sup> Este índice, quanto mais aproximado de 1 melhor é a qualidade urbana, e quanto mais distante, mais precária é a condição de vida.

O esforço, portanto, está em incluir a população municipal urbana no processo de desenvolvimento econômico. De acordo com um dos Projetos<sup>88</sup> dessa Secretaria (2006, p.14), sobre o qual falaremos mais a frente, “[...] alguns setores eles podem ser quase que totalmente preenchidos por pessoal externo não só à cidade de Vitória como também ao Espírito Santo, o que nos obriga a um olhar atento com fito de potencializar o crescimento econômico, na perspectiva da inclusão social do maior número de pessoas [...]”.

No intuito, então, de amenizar as mazelas oriundas das desigualdades, de apaziguar as *expressões da questão social* e mascarar a existência da própria *questão social*, do conflito capital/trabalho, o município de Vitória como os demais entes federados dentro da lógica de Estado capitalista, busca implantar as políticas sociais, conduzi-las no sentido de garantir acessos que não interfiram significativamente na lógica dos lucros do capital, conforme afirmou Alencar (2008, p.120) sobre as políticas de geração de emprego e renda, “[...] à medida que atendem algumas necessidades do trabalho, o fazem, no entanto, subordinadas às requisições e necessidades do capital [...]”. O que reforça o que analisava Marx (1986, p. 176), o “[...] preço do trabalho não pode jamais se elevar além dos limites que mantém intactas as bases do sistema capitalista, assegurando a reprodução do capital numa maior escala [...]”.

De acordo com o apontado no capítulo anterior, sobre como estão organizadas as políticas para geração de trabalho e renda em âmbito nacional, atualmente, estão ramificadas em dois grandes grupos. O primeiro contempla os programas voltados para fomento do micro e pequeno empreendedor, direcionando para o mercado autônomo, autogestionário. O segundo refere-se aos programas que objetivam a inserção dos trabalhadores no mercado formal de trabalho.

A configuração atual da Secretaria de Geração de Trabalho e Renda (SETGER) do Município de Vitória é recente, tendo sido fundada em 2006, quando deixa de fazer parte da Secretaria de Assistência Social enquanto uma Subsecretaria, a antiga SubGer.

Todos os entrevistados relataram que a Secretaria é muito recente, sendo as ações ainda iniciantes, mas bem encaminhadas. De acordo com um servidor:

---

<sup>88</sup> Projeto Político Pedagógico do Centro de Referência do Trabalho (2006).

Desde que o Governo Coser assumiu, ele passou a dar uma dimensão maior para o trabalho social da prefeitura. Ele criou uma série de Secretarias que em outras prefeituras, por limitação de recursos, ou por falta de foco, estão todas juntas. Então a Secretaria de Cidadania, Secretaria de Trabalho e Geração de Renda e a Secretaria de Ação Social/ Assistência Social, geralmente elas são uma só em outros lugares, como, por exemplo, em nível estadual que é a SETADES [...] (Entrevista VIII).

A organização da Secretaria de Trabalho e Geração de Renda do município consiste na subdivisão de seis gerências. Três destas referem-se ao incentivo ao próprio negócio, a autonomia, a cooperativa – A Gerência de apoio ao micro e pequeno empreendedor, a Gerência de acesso ao crédito e a Gerência de Economia Solidária. Outras duas referem-se à Gerência de Qualificação Profissional e de Encaminhamento ao Mercado de Trabalho, sendo esta o próprio SINE, que tem por intuito direcionar os trabalhadores para o mercado formal de trabalho. Além da Gerência de Inclusão Digital, que tem por objetivo ampliar o acesso a tecnologia digital, a comunicação via internet. É importante registrar que a municipalização do SINE ocorreu em abril de 2008, marco importante para as políticas municipais. O funcionamento das ações da Secretaria deve primar pela interlocução entre essas as gerências, no intuito de fomentar todas as alternativas presentes no mercado. Dessa forma, de acordo com um dos representantes dos trabalhadores no conselho municipal do trabalho:

[...] a idéia é casar uma coisa com a outra, eu perdi o emprego, cadastra no SINE em qualquer agência para poder receber o seguro desemprego. A partir daí, automaticamente o Estado tem que me fornecer curso de qualificação para eu fazer a minha reciclagem, com isso eu vou estar me formando e voltando ao mercado de trabalho, esse é o sonho da Política Pública é chegar a esse nível. Tem alguns países em que acontece isso. No Brasil, não funciona, por vezes o cara cai no desemprego, vai para o mercado informal [...] (Entrevista II).

A tendência é crer na possibilidade de o país construir uma política pública efetiva nessa área, que mediante a articulação entre as gerências possibilitará atender a demanda por trabalho e renda dos trabalhadores brasileiros, na direção de favorecer as condições para competitividade entre os trabalhadores no mercado da compra e venda da força de trabalho. Conforme prevê a ideologia neoliberal, prima pelo acesso às políticas por meio do mérito, da produtividade, da qualificação profissional, mantendo a idéia de igualdade de oportunidades e não de resultados, o que nega o princípio da universalidade no acesso aos direitos sociais fundamentais da Constituição da República de 1988 (ROMERO, 1997). É importante dizer que, praticamente todos os entrevistados apresentaram muita expectativa quanto ao futuro das ações da Secretaria, justificando o

fato dela ser recente e acreditando que o desenvolvimento, amadurecimento de suas ações conduzirão a efetividade dessa política.

Ainda de acordo com um dos servidores da secretaria:

[...] a Secretaria vai fazer formação profissional, não só formação profissional, mas também todo espectro que constitui a sua gerência, em questão digital, o microcrédito, o apoio ao pequeno empreendedor, a qualificação profissional e economia solidária, apoio também aos artesãos, coisas do gênero (Entrevista VIII).

Ainda de acordo com o Entrevistado IX:

[...] a principal demanda que a gente percebe aqui é a busca pelo emprego, não é só porque o brasileiro tem isso, mas porque historicamente o capitalismo tem feito.. como eu diria.. uma injustiça nesse processo e quem paga por isso é o trabalhador, e é com esse trabalhador que a gente busca.. parece redundante, mas .. fazer o nosso trabalho [...] (Entrevista IX).

De início, pode-se verificar que as ações da gerência estão voltadas para amenizar o conflito capital/ trabalho; tem por interesse não interferir na lógica de ascensão dos lucros, apenas reduzir os grotescos impactos do desemprego estrutural na vida dos trabalhadores. Os programas e políticas da gerência retratam intrínseca relação com os princípios que sustentam a lógica neoliberal, de fortalecimento das iniciativas distantes da regulação social do trabalho. Esses programas, estando submetidos a uma lógica mundial, do *capitalismo tardio*, sob domínio da esfera *especulativa parasitária*, e, enquanto entes federados de uma nação, que possui suas práticas históricas e opta pelo caminho da ordem mundial, a autonomia que possui o município de Vitória é, além de relativa, de fato restrita, limitada.

No intuito de possibilitar o planejamento, acompanhamento, formulação e repasse de recursos dessas políticas, foi constituído a nível municipal o Conselho Municipal do Trabalho, sobre o qual falaremos a seguir, bem como da organização e perspectiva de atuação de cada gerência.

### **3.2.1) Conselho Municipal do Trabalho**

O Conselho Municipal do Trabalho, regulamentado pelo decreto 13.172, de janeiro de 2007, é um órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo sobre as políticas públicas municipais de fomento à geração de trabalho e renda. Tem por objetivo apoiar, planejar e deliberar sobre o Sistema Público de Emprego e Renda a nível municipal. A

composição deste conselho é tripartite e de representação paritária de membros dos empregadores, trabalhadores e Poder Público. A finalidade deste conselho é corroborar com a perspectiva da democracia, da participação popular na formulação e deliberação sobre essas políticas públicas (Regimento Interno, 2008). Os Conselhos dos Estados, Distrito Federal e Municípios são criados a partir de critérios do CODEFAT, estabelecidos na Resolução nº80 de 1995. A perspectiva de participação democrática na gestão das políticas que compõem o Sistema Público de Emprego e Renda segue o disposto na Convenção nº88<sup>89</sup> da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Regimento Interno, 2008).

O Conselho Municipal do Trabalho é composto por representantes dos empregadores indicados pelas entidades que representam os interesses desses grupos, por representantes dos trabalhadores indicados pelos Sindicatos de categorias diversas e pelo poder público com membros de diversas Secretarias do Município, um membro da SETADES e um membro da Superintendência Regional do Trabalho, sendo no total 24 membros entre titulares e suplentes, 8 de cada bancada. Estes representantes se reúnem periodicamente, sendo as reuniões ordinárias ocorrem uma vez ao mês com um tempo de duração aproximado de 2h. Com base na nossa participação em algumas reuniões e diante da análise das Atas das reuniões de 2008 e 2009 fica evidente a limitação do tempo para debater questões tão desafiadoras e complexas.

São muitas as atribuições deste Conselho, sendo elas: fiscalizar, participar da formulação e proposição de políticas públicas de trabalho e geração de renda; ser a instância superior no que se refere ao acompanhamento e definição da aplicação dos recursos públicos, bem como aqueles oriundos do FAT; contribuir para o aprimoramento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda; acompanhar e participar das ações do observatório do trabalho<sup>90</sup>. Além dessas atribuições, o Conselho Municipal do Trabalho tem enquanto âmbito de ação: acompanhar o desempenho do mercado de trabalho e analisar o impacto sobre as políticas públicas de emprego e renda; sugerir medidas efetivas que minimizem os efeitos negativos dos ciclos econômicos e do desemprego estrutural; apoiar iniciativas que visem ao aperfeiçoamento da legislação e das relações de trabalho; opinar sobre a celebração de

---

<sup>89</sup> O objetivo aqui é citar essas referências para orientar o leitor quanto a origem da organização do Conselho Municipal. Não iremos discorrer neste trabalho sobre o conteúdo destes documentos.

<sup>90</sup> Sobre a atuação do Observatório do Trabalho falaremos adiante.

convênios, termos de parcerias e ou contratos que permitam aos órgãos públicos ou entidades privadas realizarem qualificação profissional; dentre outras (Regimento Interno, 2008).

O âmbito de atuação deste Conselho é, portanto, amplo. Não deve se restringir a mera execução de tarefas, distantes de uma análise política, econômica e social das mudanças e acontecimentos que impactam no mundo do trabalho. É fundamental ainda que se compreenda a dinâmica do capitalismo, o trabalho nessa sociedade nas suas duas dimensões, de *trabalho concreto* e *trabalho abstrato*, sendo este preponderante. Uma compreensão do “pano de fundo” dessa sociedade, daquilo que a aparência não nos deixa perceber, se torna fundamental para pensar as políticas de trabalho e geração de renda no intuito de formulá-las, de fato, para a classe trabalhadora (MARX, 2008).

Sobre a atuação dos membros do Conselho, os dois representantes dos trabalhadores entrevistados registram que o pouco tempo para realizar as ações que competem a comissão na sua amplitude dificulta o processo de participação efetivamente democrática. O Conselho acaba cumprindo uma função de aprovar o que é necessário para que a Secretaria encaminhe suas ações, não havendo discussão da intencionalidade dos programas, reflexão sobre a sua dimensão de atuação e suas limitações frente ao modo de produção capitalista. Um dos entrevistados, representante dos trabalhadores, relata que o Conselho tem atuado enquanto um “[...] espaço de lastreamento das políticas da Secretaria de Trabalho e Geração de Emprego e Renda, política do Prefeito e do Secretário, tem funcionado como um espaço para aprovar e lastrear aquilo que a Secretaria já traz [...]” (Entrevista I).

O outro entrevistado, também representante dos trabalhadores tece a mesma crítica:

[...] sempre o Estado está em uma situação mais fortalecida nesse processo, por causa das informações que ele detém todas, ele vai te entregar se ele achar importante ou se algum conselheiro cutucar em relação aquilo [...] aprova-se muita coisa no escuro, algumas informações elas não chegam na totalidade, vai para conselho só porque é necessário ser aprovado. Sendo conselho toda a renda daquela secretaria tem que passar pela aprovação do conselho [...] Eu acho que as informações que chegam para o conselho elas não são de muita qualidade, elas sempre são muito genéricas [...] a gente avalia o que vem e falam pra gente, não o que o olho da gente viu (Entrevistado II).

As reuniões, de fato, tendem a seguir um fluxo burocrático, não havendo espaço, nem tempo e nem a intenção de aprofundar a discussão. As atas analisadas não apresentam

debates que perpassam por uma análise de conjuntura e/ ou considerem as categorias fundamentais para pensar o mundo do trabalho. As reuniões ocorrem normalmente com a apresentação de um tema, por exemplo, uma proposta de convênio para cursos de qualificação que deve ser aprovada ou não naquela mesma reunião – devido a prazo e outras questões de cunho burocrático – não havendo condições, portanto, de se problematizar as idéias e a própria proposta em si. Cumpre-se um fluxo prático distanciado de reflexões teóricas, ideológicas que possibilitem avançar na construção de algo novo, mediante o uso da criatividade para servir aos interesses da classe trabalhadora.

As discussões e encaminhamentos ocorrem em âmbito superficial e corriqueiro, e não há amplitude nos debates sobre os impactos de mudanças sócio-econômicas no mundo do trabalho. Um exemplo importante, registrado na ata de junho de 2009, refere-se à venda do BANESTES (Banco do Estado do Espírito Santo). Um dos representantes dos trabalhadores apresentou a proposta de discussão desse tema na reunião do Conselho e encaminhamento de posição política sobre a questão. Diversos conselheiros, inclusive da Bancada dos trabalhadores, entenderam não ser essa discussão pertinente àquele espaço, bem como não concordaram em declarar posição política desfavorável à venda do Banco Estadual. Cabe frisar que de acordo com o próprio Regimento Interno, três das ações do Conselho são: acompanhar o desempenho do mercado de trabalho e analisar o impacto sobre as políticas públicas de emprego e renda; sugerir medidas efetivas que minimizem os efeitos negativos dos ciclos econômicos e do desemprego estrutural; apoiar iniciativas que visem ao aperfeiçoamento da legislação e das relações de trabalho – o Conselho deve, portanto, estar atento às questões de cunho macroeconômico, que poderão aumentar o desemprego, impactar diretamente sobre as políticas de trabalho e geração de renda e legalmente desfavorecer os trabalhadores. Conforme apontado no capítulo II, ao descrevermos sobre o Programa Nacional de Desestatização (PND) adotado em 1990 no Brasil, historicamente, o processo de privatização e venda de instituições implica perdas grotescas para a *classe-que-vive-do-trabalho*. Esse movimento reorganiza e reestrutura o processo de trabalho, reduz postos de trabalho, elimina funções, gera desemprego em massa, fragiliza as relações de trabalho e a organização dos trabalhadores (MARQUES; REGO, 2003). Dessa forma, o conselho, se tiver por intuito favorecer a classe trabalhadora, defender seus interesses,



deve primar por uma análise ampla e crítica das alterações macroeconômicas e seus impactos no mundo do trabalho.

Sobre o processo decisório em si, a Instrução Normativa 004/2008 que estabelece parâmetros para o funcionamento e organização dos Conselhos Municipais e o Conselho Estadual do Trabalho, evidencia, ainda na sua apresentação a tendência neoliberal quanto a participação democrática no processo decisório, que tende a desconstruir a defesa declarada de interesses de uma classe. Tende a conduzir para debates e soluções harmônicas de interesses que não são divergentes, são comuns, já que “todos queremos o melhor para sociedade em geral”. Segundo a Instrução Normativa (2008, p.11), as “[...] questões relacionadas à geração de emprego, trabalho e renda e as relações de trabalho, só podem ser enfrentadas por um conjunto de forças sociais que atuam no mercado de trabalho, aumentando o espaço político de decisão sobre essas questões [...]”.

Tem sido negada no cotidiano destes espaços a perspectiva de participação social ampla, prevista na Constituição de 1988. Os espaços de participação social, assim como o Conselho Municipal de Vitória, têm cumprido de forma mais eficiente o papel de mascarar a direção política e as consequências oriundas do ajuste neoliberal – ao mesmo tempo em que legitimam e reproduzem antigas práticas do país, o clientelismo, o autoritarismo e o paternalismo (GIRALDO, 2007). Segundo um o Entrevistado I, sobre essas práticas, afirma, “[...] pessoas também estão lá se colocando e se qualificando para poder ocupar aquele espaço depois, partidariamente, uma candidatura, ou nomeação, como vários que lá estão, essa pessoa está se qualificando para o trabalho dentro da prefeitura, mas eu entendo que não para a disputa política, ideológica e luta de classes”.

A constituição dos Conselhos de gestão das políticas públicas e de direitos, através da participação popular, tem muito a avançar no que tange à democracia plena, de garantir real participação, fundamento para intervenção, reflexão e elaboração de propostas sobre a política específica. Ocorre frequentemente manipulação do processo decisório, articulações político-partidárias, e a consequente manutenção da lógica capitalista. De acordo com Behring; Boschetti (2007, p.178) “[...] os Conselhos têm grandes potencialidades como arenas de negociação de propostas e ações que podem beneficiar milhares, milhões de pessoas, e de aprofundamento da democracia, há também dificuldades para a realização dos sentidos da participação [...]”. São espaços ricos em

potencial, mas que precisam ser fortalecidos no sentido de efetivar o processo de luta de classes. Ainda de acordo com a Entrevista II, "[...] avalio como bom o princípio de tudo que é o controle social, a participação social e a implementação das políticas, acho que tem que passar por isso. Falta muito a gente se aperfeiçoar [...]".

As mudanças recentes no mundo do trabalho que culminaram na *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora contribuíram significativamente para essa tendência ao não reconhecimento de classe, enquanto *classe-que-vive-do-trabalho*. A luta de classes em si se encontra enfraquecida no período neoliberal, é uma estratégia importante para que o capitalismo prossiga com o aprofundamento da *questão social* sem ameaças a sua ordem. No Brasil, o neoliberalismo atual sob direção do Governo Lula cumpriu papel especialmente relevante no enfraquecimento da luta de classes. Este governo enquanto representativo da esquerda brasileira por mais de 20 anos, ao assumir o “comando” e seguir a risca a cartilha neoliberal, desmobilizou grande parte daqueles que ainda lutavam por mudanças estruturais. Nessa medida, os espaços de participação em geral, como os sindicatos, conselhos e os movimentos sociais, em sua grande maioria, aderiram ao discurso do fazer o que é possível, os limites são muitos e as possibilidades de mudanças são poucas, pontuais e focalizadas, em estreita sintonia com o discurso neoliberal (ANTUNES, 2007; DRUCK; FILGUEIRAS, 2006; FREITAS, 2006). Ainda segundo a Entrevista I, “[...] os limites das ações está aí, é a visão de conformação, que já se generalizou, [...] de estamos juntos, a união faz a força, somos diferentes, mas somos iguais, vamos resolver o problema, e não é assim [...]”.

Das três entrevistas realizadas sobre a atuação do Conselho Municipal do Trabalho, apenas uma apresentou compreensão do processo de luta de classes, do papel da classe trabalhadora e da defesa de seus interesses naquele espaço, na expectativa de defender uma clara *ideologia orgânica de classe*, tecendo aguda crítica sobre a atuação dos demais representantes dos trabalhadores pela própria ausência de reconhecimento de seu papel naquele espaço. Dessa forma, relata o entrevistado,

[...] avalio que especialmente no Conselho de Vitória [...] tem acontecido que esses Fóruns tem se transformado não em um espaço de disputa da bancada dos trabalhadores [...] eu avalio como uma coisa muito burocrática e pouco politizada, no sentido assim de rumo para a classe trabalhadora [...] eu não vou julgar a bancada dos patronal porque é uma disputa, [...] A linguagem do Estado, da prefeitura, do poder público, vai ser a linguagem dela, enquanto gestor de um sistema que ele não quer mudar, [...] Agora a bancada dos

trabalhadores para mim deveria ser classista. Mas as pessoas que lá estão não tem, há algum tempo o movimento sindical Cutista partiu para conformação e não para contestação [...] sempre que eu posso, eu disputo. Eu vou para lá com a minha posição, com o máximo de intransigência e o mínimo de conformação, vou para contestar [...] o princípio que me norteia é o socialismo e a libertação da classe trabalhadora (Entrevista I).

Vale retomar aqui as concepções de Gramsci consideradas por Portelli (1977) no capítulo I. A defesa ideológica de uma classe, especialmente da classe trabalhadora, no Conselho Municipal do Trabalho, de fato, fica restrita a um dos representantes da Bancada dos Trabalhadores. Os demais representantes se mostram como parceiros, colaboradores das ações do conselho, tanto os da Bancada dos trabalhadores como os da Bancada dos empregadores, tendem a apoiar e a seguir as ações colocadas pela Secretaria. Neste Conselho fica evidenciada a atuação do Estado no capitalismo, que tende a defender prioritariamente os interesses de uma classe, a burguesa, destinando para a outra classe políticas sociais que amenizem o conflito capital/ trabalho.

Sobre a legitimação de alternativas informais de geração de trabalho e renda, a Instrução Normativa 004/2008 também demonstra que existe no âmbito do poder público o entendimento de que a organização social capitalista funciona na perspectiva de reduzir postos de trabalho e que o enfrentamento a essa tendência, intrínseca a esse modo de produção, deve ocorrer no âmbito da qualificação profissional e da criação de novas alternativas de geração de renda.

Segundo a Instrução Normativa,

A realidade econômica em que vivemos caracteriza-se por criar cada vez menos postos de trabalho, e exigir cada vez mais especializações e trabalhadores qualificados [...] o avanço tecnológico, os processos de reestruturação produtiva, motivados pela grande disputa de mercado, fazem dessa questão uma situação complexa e de difícil solução, mas não impossível [...] para se enfrentar o grande desafio do desemprego há muito que se fazer, uma das alternativas é a capacitação dos trabalhadores, a divulgação de informações sobre novas chances e oportunidades de se ocupar e gerar renda [...] medidas efetivas que minimizem os efeitos negativos dos ciclos econômicos e do desemprego estrutural sobre o mercado de trabalho (Instrução Normativa, 004/2008, p.10 e 25).

Quando o texto do documento traz que a situação do desemprego é possível de ser solucionada e direciona a solução para as atuais políticas públicas de trabalho e geração de renda, legitima as alternativas paliativas priorizadas por esses programas na contramão da perspectiva de direito de acesso, através da regulação social do trabalho. Esse caminho reforça formas de sobrevivência em uma lógica atroz de exploração da

força de trabalho humano, de expropriação da riqueza social dos trabalhadores; não questiona a desigualdade inerente a esse modo de produção que continuará a privilegiar parcelas populacionais cada vez mais reduzidas. Assim, o poder público tem desempenhado a função de pensar alternativas que minimizem essa cruel realidade, que possibilitem aos grupos mais desamparados a sobrevivência, mesmo que na sua forma mais precarizada (ALENCAR, 2008; BARBOSA, 2008).

Na mesma linha apresentam-se os relatos dos entrevistados, que assumem estar efetivando uma política pontual, focalizada e direcionada para a informalidade. Conforme afirma o Entrevistado IX, “[...] nem todos querem ser empregados, ou nem todos tem a oportunidade nesse modo de produção capitalista de se encaixar como empregado, então a gente busca outras alternativas [...] o objetivo da nossa Secretaria não é só o trabalhador clássico lá na sua definição, aquele que faz parte.. nos temos acadêmicos, a gente falava de exército industrial de reserva [...]” (Entrevista IX). Ainda segundo um dos entrevistados, membro do Conselho e representante dos trabalhadores,

[...] dentro do conselho, tenho que ver o que fazer pela política de emprego e renda, talvez não pelo mercado formal, mas pelo mercado informal [...] Teria emprego para todo mundo? Lógico que não [...] [mas] tem que continuar, algumas coisas tem que contornar, porque o desemprego sempre vai existir, a gente não tem essa pretensão toda (Entrevista II).

Confirma-se ainda com o Entrevistado VII, ao afirmar que “[...] ninguém aqui tem a ilusão de que nós estejamos reduzindo, mudando a situação de desigualdade da sociedade, a gente usa uma forma mitigadora, compensatória [...]”. É, portanto, na mesma direção que atuam praticamente todos os representantes, confirmam a ideologia neoliberal do fazer o que é possível dentro do capitalismo contemporâneo. As justificativas destes participantes de alguma esfera das políticas de trabalho e geração de renda – do planejamento, controle, da formulação e gestão – seguem a risca os princípios neoliberais, tendem a fortalecer a informalidade, os pequenos negócios, a transferência da responsabilidade para a dimensão individual e não macroeconômica. De acordo com Alencar (2008, p.119), o neoliberalismo mantém de forma hegemônica uma “[...] concepção limitada e restrita acerca dos problemas do emprego, que tende a minimizar o papel do crescimento econômico e da política macroeconômica nos níveis de emprego, remetendo-os a ausência de atributos individuais, à qualificação do trabalhador, à rigidez do mercado de trabalho [...]”.

Apenas um dos entrevistados apresentou uma concepção essencialmente crítica dos programas e políticas do município, na declarada defesa de uma classe, a *classe-que-vive-do-trabalho*, na perspectiva de implantar mudanças e políticas que de fato alterariam de forma estrutural as condições de trabalho e de vida dessas pessoas, com a compreensão de que os limites estruturais, colocados pelo próprio capitalismo, são essencialmente relevantes. Relata, assim, o Entrevistado I:

[...] ficar apresentando números, qualificamos tantas pessoas e tal, demos um curso de cabelo para ciclano, de costureira para beltrano, e isso eu acho que é residual, entendeu!? Você não está mexendo no cerne [...] eles estão lá, levantando bandeira e comemorando qualquer 100 pessoas a mais que forem qualificadas para costureira, curso de padeiro, para eles isso é uma bandeira, é legal? É legal dar curso de qualificação, mas isso não mexe em nada. Se todo mundo tivesse curso superior hoje não mudaria, teria desemprego, isso é inerente ao capitalismo [...] Ou seja, está discutindo, não é partir o bolo igual, é que o bolo tem migalha, o trabalhador está conseguindo pegar a migalha. A migalha está aí beleza [...] (Entrevista I).

Sobre a relação entre a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho, é importante afirmar que esta tem sido uma justificativa freqüente para os índices de desemprego, para o não ingresso de grupos consideráveis de trabalhadores no mercado de trabalho, uma via de argumento que tende a culpabilizar o indivíduo pela sua não inserção, e reduzir a importância da organização estrutural do capitalismo nesse processo. Falaremos a seguir dessa política no município de Vitória.

### **3.2.2) Gerência de Qualificação do Trabalhador**

A Gerência de Qualificação do Trabalhador está subordinada a Subsecretaria de Apoio ao Trabalhador, assim como a Gerência de Encaminhamento ao Mercado. Iremos discorrer e analisar a política de qualificação profissional no município de Vitória. Tratando-se das políticas de geração de trabalho e renda, cabe demarcar desde o início que, segundo Lima (2007, p.53), “[...] as políticas de geração de trabalho e renda têm nas estratégias de qualificação profissional sua prática mais efetiva<sup>91</sup>”. A política voltada para qualificação profissional possui prioridade dentre as políticas de geração de trabalho e renda, tal aspecto se constitui em uma estratégia, em uma forma de compreensão da contradição capital/ trabalho, que vê na qualificação profissional caminho fundamental para mediar esses pólos.

---

<sup>91</sup> Ao tratar da formação, da qualificação profissional, esse autor coloca sobre a importância da formação humana, da qual falaremos mais adiante.

De acordo com um dos servidores, sobre a demanda da população para a Secretaria, afirma que,

a maior demanda que eu vejo é para o mercado formal mesmo, ou seja, encaminhamento para emprego e qualificação. As pessoas buscam principalmente esses dois, emprego e qualificação [...] o foco maior, se você pegar até a dimensão mesmo das gerências dentro da secretaria, as que são maiores, as que têm maior demanda de atividades, são a de encaminhamento, e a de qualificação, tanto é a demanda externa como é também foco principal da secretaria (Entrevista VII).

Sobre a Educação no Brasil, ainda na Era Vargas era defendida a formação de técnicos de nível médio e de nível superior, bem como o treinamento/ qualificação constante dos operários, fortalecendo o papel do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) que deveriam cumprir o objetivo de expandir o ensino para atender a demanda industrial (VIEIRA, 1985).

A prioridade destinada a qualificação e a educação no capitalismo, está estritamente relacionada a teoria do *capital humano* desenvolvida por Shultz (1973), a qual prevê que o país deve investir na qualificação de sua mão-de-obra no intuito de promover o crescimento e desenvolvimento nacional. Os diferentes investimentos no *capital humano* seria o potenciador da mão-de-obra, criando habilidades, novos conhecimentos, promovendo novas atitudes e valores individuais. A relação entre os anos de escolaridade e os respectivos PIB's de cada país conduziu este autor a creditar nessa teoria o caminho para o desenvolvimento econômico com social (FRIGOTTO, 1989). Vale lembrar que não se compactua dessa análise, que esta é distanciada de uma análise que considere as contradições e limites do capitalismo, considerando a relação de exploração, a *questão social* necessária à sustentabilidade desse modo de produção, o conflito capital/ trabalho que implica em pólos com interesses essencialmente contraditórios.

Políticas dessa natureza tendem a legitimar o Estado ao mesmo tempo em que efetuam o importante controle da classe trabalhadora, mistifica o caráter de classista do Estado burguês no capitalismo, que serve prioritariamente aos interesses do capital, por isso, de acordo com Netto (2005, p.31) as “[...] políticas educacionais (muito especialmente as dirigidas para o trabalho, de cunho ‘profissionalizante’) e os programas de qualificação técnico-científica [...] oferecem ao capital monopolista recursos humanos [...]”. Esse é o objetivo primordial dessa política, oferecer ao grande capital força de trabalho

qualificada. E a qualificação, que tenderia a encarecer a força de trabalho, quanto mais disseminada for, e quanto mais volumosos forem os grupos e de maior nível de qualificação, mais barata será essa força de trabalho. O movimento de qualificar trabalhadores na ordem do capital serve especialmente aos interesses capitalistas, que terão ao seu dispor quantidade sempre superior ao necessário de força de trabalho (MARX, 2008).

A SETGER tem vislumbrado a construção de um espaço que possibilite facilitar a articulação entre as gerências que atuam no âmbito da política de trabalho. Este local contemplaria todas as gerências e seria um espaço fundamental para desenvolver os programas no âmbito da qualificação profissional, já que contaria com salas próprias e profissionais habilitados para ministrar cursos de qualificação profissional. Este será o Centro de Referência do Trabalho (CRT), também conhecido por Fábrica do Trabalho, que deverá se situar na antiga Fábrica de Tecelagem do bairro Jucutuquara, em Vitória, hoje um prédio desativado e em processo de reforma para construção deste CRT. De acordo com Lima (2007, p.17), o “[...] CRT vem primar por um serviço essencialmente público, gratuito, de qualidade e também de efetividade social, isto é, não prestará um serviço a sociedade capixaba mercantilizável, nem econômica nem politicamente [...]”. Os entrevistados, em sua maioria, apresentaram muita expectativa quanto a este futuro espaço, acreditando que quando toda Secretaria estiver localizada em um espaço comum, será facilitado o processo de interligação entre as ações das gerências.

De acordo com um dos servidores,

[...] a Secretaria hoje tem toda essa estrutura, e ela tende a melhorar essa estrutura na medida em que ela venha a criar um espaço onde todas as ações vão estar integradas, que será a futura Fábrica do trabalho [...]. Na Fábrica do Trabalho vai ter o SINE, vai ter a escola de formação profissional, a economia solidária, vai ter toda a infra-estrutura para o trabalhador que quer ser empreendedor, que quer se qualificar para se inserir no mercado formal, ou quer vender sua latinha para poder sobreviver, ele tem um espaço para poder se apoiar. Hoje isso tudo está disperso, está desorganizado, está sem controle [...] (Entrevista VIII).

O Projeto Político Pedagógico do Centro de Referência do Trabalho traz bastante informações quanto a perspectiva educacional da Secretaria e a defesa de sua relevância para o enfrentamento do desemprego estrutural. A proposta deste documento “[...] tem como perspectiva a emancipação humana, que possa se traduzir num sentimento coletivo, intersubjetivo e compartilhado de paz social [...]”, no intuito de promover “[...]”

uma vida melhor para todos, na justiça e no bem comum [...]” (2006, p.4). Neste documento reafirma-se a central importância direcionada à qualificação profissional, ao aponta que, “[...] a escolarização e a formação profissional jogam nesse processo um papel relevante no sentido de propiciar formas democráticas de acesso à mobilidade e à inclusão social” (2006, p.4). No entanto, este texto traz ainda uma perspectiva de formação humana, que teria por intuito ultrapassar a intenção primeira e fundamental de qualificar para o mercado de trabalho. Nessa dimensão, a qualificação está atrelada a dimensão humana, de cidadania, de emancipação, de acordo com o texto, “[...] a escolarização e a formação profissional não objetivam apenas socializar e informar o homem, como também pretendem mudar a própria sociedade como um todo [...] uma política pública de formação humana visa à emancipação humana e à transformação social” (2006, p.4). O texto do projeto reconhece ainda as mudanças do processo de reestruturação produtiva e seus impactos no mundo do trabalho, atrelando ainda à outras *expressões da questão social* como a violência urbana.

Neste projeto evidencia-se, portanto, a idéia de igualdade de oportunidades e não de resultados, de acesso, na linha neoliberal. Ao apresentar a escolarização e qualificação profissional enquanto caminho para possibilitar aos indivíduos condição de disputar no mercado de trabalho melhores posições, visando a mobilidade social, reafirma a responsabilidade do indivíduo nesse processo (ROMERO, 1997). A dimensão humana apresentada no projeto deve ser aqui reconhecida e tida como uma perspectiva importante, que direciona para a compreensão da cidadania e de seu exercício, bem como vislumbra a transformação social. No entanto, a proposta concreta, nos apresenta que a carga horária direcionada para a discussão da cidadania nos cursos, já no planejamento do CRT, é restrita e se articulam com os princípios neoliberais. Por exemplo, a discussão referente a Cidadania no curso de Pedreiro de Acabamento, engloba Cidadania e Direitos Humanos, Segurança do Trabalho, Relações no Trabalho e Empreendedorismo, para cada tema é dispensado 8 horas de abordagem, sendo no total do curso 32 horas. É evidente, portanto, que o tempo dispensado é demasiadamente curto para todos os temas, e que a Cidadania na perspectiva da Constituição da República e da emancipação humana exige dedicação, tempo e profundidade de discussão, e, ainda, não deve estar relacionada com temas como o de



Empreendedorismo<sup>92</sup>, que nada mais legitima do que a perspectiva de sobreviver pela via da informalidade, enquanto princípio e alternativa neoliberal.

São oito cursos os previstos no projeto do CRT, quais sejam: Cultura e Turismo; Comunicação; Artes em Metais; Artes em Madeira; Gastronomia; Imagem Pessoal; Construção Civil e Informática. Todos estes cursos teriam duração de 4 meses. Cursos complementares de Ajustes de Roupas, Arte visual computacional, Bar Man, Carpintaria, Pintura, Armador, dentre outros, ocorreriam nos meses de junho, julho, dezembro e janeiro, com duração de 80 horas. Outro curso complementar seria o de alfabetização<sup>93</sup>. É importante destacar que as áreas de abrangência destes cursos referem-se especialmente a inserção temporária no mercado de trabalho, a prestação de serviços, reforçando a tendência de ampliação do terceiro setor, especialmente de atuação pela via da informalidade (PASTORINI, 2006; SILVA, 2003; POCHMANN, 2006).

A emancipação humana é entendida por nós na linha marxista, deve primar pela compreensão da relação de exploração, de apropriação da *mais-valia*, de percepção do conflito capital/ trabalho e de atuação no mundo rumo à transformação social, que vislumbre romper com alienação do trabalhador e extinguir a sociedade de classe. No projeto da Fábrica do Trabalho não se evidencia qual é o referencial teórico utilizado para tratar de emancipação humana. No entanto, de acordo com o texto, a intenção de fortalecer a democracia, a consciência do trabalhador frente ao processo produtivo no intuito de que ele se perceba e se coloque enquanto sujeito, entende-se aqui que fortalece a perspectiva de luta de classes, a organização dos trabalhadores e a própria consciência de classe.

De acordo com o Projeto da Fábrica do Trabalho,

“[...] a formação humana deve ter como objetivo principal a formação de indivíduos, capacitando-os no sentido de resistirem aos processos de divisão, rotinização, hierarquização e intensificação do trabalho, e, principalmente, na superação do distanciamento entre concepção e execução, na perspectiva do resgate do sentido de práxis no fazer produtivo, que depende de um processo de democratização do acesso ao saber em uso na produção [...] essa formação, no entanto, deve superar e ir além da propalada empregabilidade [...] (Projeto CRT, 2006, p.9).

---

<sup>92</sup> Mais adiante falaremos dos setores da Secretaria responsáveis por essa área.

<sup>93</sup> Este curso não está detalhado no Projeto.

Cabe dizer, entretanto, que esta importante proposta poderia avançar no sentido de ser o fortalecimento da classe trabalhadora o objetivo fundamental e declarado, promovendo discussões que, pudessem tratar da cidadania em si, da participação democrática e popular nos espaços ainda possíveis dentro da sociedade. Que essa perspectiva contextualizada no projeto pudesse ter o compromisso de se efetivar, de se concretizar. Que para além da discussão em torno da cidadania, pudesse avançar e tratar da organização do capitalismo, da sua essência exploradora e opressora de classe, sua condição histórica e as possibilidades de mudança e ruptura desse modo de produção, mediante o fortalecimento do movimento dos trabalhadores no processo de luta de classes. Os trabalhadores ao descobrirem que se constituem em meros instrumentos do jogo de interesses do capital, de acordo com Marx,

[...] ao compreenderem que a feroz concorrência entre eles mesmos é provocada pela pressão da superpopulação relativa do operariado. Quando, conscientes de tudo isso, tentam diminuir os funestos efeitos dessas leis supostamente naturais da acumulação capitalista, procurando organizar-se como força autônoma para ação conjunta de empregados e desempregados, através dos sindicatos, para destruir ou enfraquecer a prepotência e o domínio capitalista [...], MARX, (1986, p.185).

Esperar, contudo, do Estado e de políticas formuladas por este essa perspectiva, enquanto premissa fundamental, enquanto “pano de fundo” de suas ações, seria possível apenas se estivessemos tratando de um Governo que objetivasse negar o Estado Burguês e seus princípios. De acordo com o Marx (1875, p.23) “[...] de fato, o Estado se entende a máquina do governo ou o Estado na medida em que ele forma um organismo separado da sociedade, por divisão do trabalho [...]”. No Brasil, por enquanto, nenhum governo assumiu enquanto premissa a recusa da sociedade burguesa, da sociedade de exploração de classe. Apesar de todos declararem ser o bem-estar da sociedade em geral sua direção, historicamente, estes Governos têm priorizado exacerbadamente a esfera econômica e a sua reprodução. Os avanços nas leis trabalhistas e nas políticas sociais em geral se deram a custo de muita luta dos trabalhadores, em períodos de maior organização política dessa classe, enquanto resposta para amenizar o conflito capital/trabalho, conforme apontado no capítulo primeiro deste trabalho. Na divisão internacional do trabalho mantém-se a submissão aos países centrais sem almejar possibilidades de enfrentamento e ruptura.

A característica da focalização das políticas sociais, sua destinação aos mais pobres dos pobres, àqueles grupos mais subalternizados fica ratificada nos programas

desenvolvidos pela Gerência de Qualificação do Trabalhador. As políticas sociais desenvolvidas na linha neoliberal da focalização e da pontualidade são concretizadas mediante programas específicos que normalmente não se articulam de forma integral, não se articulam dentro de uma própria Secretaria, e ainda menos entre as diversas Secretarias (GIRALDO, 2007; PASTORINI, 2006).

De acordo com um dos servidores da Gerência,

[...] o mundo da escola [...] não conversa com as outras políticas, no máximo conversa com o esporte, conversa com outras áreas, mas não conversa com o trabalho, não conversa com a Assistência, não conversa com essas possibilidades de inserção no mercado formal e informal, empreendedor, de ter perspectiva. Então, o que a gente fez até agora, é trabalhar com aquelas pessoas que tem condições de se inserir naquilo que a gente oferta [...] E o que a gente oferta tem pré-requisitos a pessoa tem que ter a 4ª série para fazer qualificação profissional, tem que ter leitura e escrita para saber o que é uma lei, para poder abrir uma empresa [...] para ele montar uma cooperativa [...] tem que ter capacidade técnica [...] (Entrevista VIII).

Segundo outro entrevistado, em relação ao foco dos programas, voltados para alguns grupos populacionais específicos, geralmente aqueles que se encontram na mais precária condição de vida,

[...] a gente trabalha com uma população em situação de vulnerabilidade social e econômica, então, um dos nossos princípios o principal é tentar dar melhor condição de vida a esses munícipes que vivem nessa situação, que está desempregado há muito tempo ou a jovem ali que engravidou com 15 anos, então é, melhorar mesmo, tentar oferecer um meio de melhora de vida pessoal para o munícipe em situação de vulnerabilidade social econômica (Entrevista IV).

Ainda de acordo com o Projeto da Fábrica do Trabalho, (2006, p.11) “[...] a política pública municipal de formação profissional será acessível a todos que tiverem a idade e os pré-requisitos de escolaridade exigidos [...] este grupo de altíssima prioridade, deverá obter do setor público não somente profissionalização, mas também apoio no transporte e alimentação [...]”, ou seja, o programa irá contemplar aqueles que se encontrarem dentro dos critérios estabelecidos pelo programa, que seleciona um grupo, não tendo acesso outras parcelas populacionais também necessitadas deste tipo de política. De acordo com Pastorini (2006, p.283), no “[...] contexto neoliberal só existe espaço para as políticas sociais seletivas e focalizadas”, o que nega, por essência, o princípio constitucional da universalidade.

No intuito de responder a essa focalização, que não permite que boa parte da população acesse a esses programas, a SETGER na própria Fábrica do Trabalho, “[...] propiciará

programas de alfabetização, certificação escolar e Educação de Jovens e Adultos para facilitar o acesso dessa população [...]”, de acordo com o Projeto Pedagógico do Centro de Referência do Trabalho, (2006, p.11).

Ainda de acordo com um dos entrevistados,

As principais dificuldades é a escolarização das pessoas, porque a gente tem uma orientação que é a de incentivo a elevação da escolaridade. Mas, as pessoas nem sempre querem, ao mesmo tempo em que elas querem o status, não se tem um interesse maior [...] porque o mercado exige, e não é só o mercado formal não, se eu faço um empreendimento para mim, eu tenho que ter uma determinada formação escolar para eu dar conta daquilo ali (Entrevista IV).

A escolarização é tida por nós como uma iniciativa importante, mas que será um reforço à focalização inerente as políticas sociais no contexto neoliberal, e ao Estado mínimo para as políticas sociais. A perspectiva educacional encampada também reforça o aparato burguês de “moldar para o mercado de trabalho”. De acordo com Marx (1875, p.25) “[...] uma educação popular pelo Estado é totalmente rejeitável. Determinar por uma lei geral os meios das escolas primárias, a qualificação do pessoal docente, os ramos do ensino, etc [...] é algo totalmente diferente de nomear o Estado educador do povo! [...]”. De acordo com Marx (1875, p.25), “[...] é o Estado que precisa de uma muito rude educação pelo povo”. Pretende Marx aqui demonstrar o caráter burguês do Estado, e demonstrar que se diz democrático, mas que delimita o como deve ser, para que e por quê. A educação e a qualificação prevista pelo Projeto supracitado, da forma como está organizado, não possibilita romper com a ordem burguesa, descaracterizar o Estado burguês, e conceder ao povo plenitude de autonomia, de participação e de consciência crítica.

Nessa medida, as propostas promovidas pelo Estado, bem como pelo município de Vitória no que tange a área do trabalho, estão atreladas a reforçar as alterações advindas do ideário neoliberal, a se configurar enquanto política social que reforça o movimento do mercado, do capitalismo, em período neoliberal.

Nesse mesmo caminho, o Ministério do Trabalho, após a efetivação da municipalização das políticas de trabalho e geração de renda em 2008, implantou mudanças na forma de articulação e na divisão de responsabilidades entre os entes federados. A intenção é conceder maior autonomia aos municípios, que através de convênios diretos com o MTE implanta a nível municipal os programas nacionais. De acordo com Lima (2007,

p.58), especificamente sobre a qualificação profissional, a “[...] municipalidade de Vitória como de resto, outros municípios e governo do Estado do Espírito Santo, sobretudo com o processo de municipalização das políticas de emprego e renda, vem contratando das instituições públicas e privadas cursos de qualificação profissional [...]”. A organização dos cursos de qualificação, a contratação da empresa local para ofertar o curso são atribuições municipais. No entanto, ao efetivar o convênio com o MTE e receber repasse de recurso para realizar o programa, o município deverá seguir os critérios estabelecidos a nível nacional, como o tipo de qualificação que será realizada e a área de formação a qual se destina. Esta forma de organização e controle instaurada pelo MTE culmina em consequências importantes na execução da política pelo município. De acordo com um dos entrevistados:

[...] acho a descentralização necessária, porque o fato do município está aqui na ponta, é que tem conhecimento do que está acontecendo, da realidade, das necessidades. Agora, há entraves! Esse ano, por exemplo, o projeto de qualificação que veio do Governo Federal, PLANTEC, [...] foi um pacote fechado que veio do MTE com cursos na área de Construção Civil para atender o público prioritariamente feminino. Não fechou curso, baixíssima adesão. Em nenhum estado, em nenhum município do Brasil conseguiu fechar curso [...]. Não adianta só delegar autonomia para fazer a coisa no município, e o município não ter autonomia para gerir o recurso (Entrevista VII).

Ao reconhecer, portanto, a importância da municipalização da política, os entrevistados não deixam de relatar as consequências desse processo diante da forma como tem sido encampado atualmente. O que Soares (2002) denominou de *descentralização destrutiva*, exatamente pela forma como ocorre, mediante o repasse dos recursos sem a concessão de autonomia aos municípios, necessária para execução das ações, não sendo, assim, respeitadas suas reais necessidades em termos quantitativos e qualitativos. O convênio acima apontado estava destinado a atender, especialmente, beneficiários do programa bolsa-família. Ainda sobre os convênios entre o município e o MTE, afirma um dos entrevistados que:

[...] é feito um convênio através do Plantec/ Plansec que são programas de qualificação do Governo Federal, e nesse convênio vem lá: Curso repassado mediante convênio para qualificação nos Arcos Ocupacionais tais, tais, tais. Aí dentro do Arco Ocupacional Construção Civil, vem lá pré orientado para gente: pintor, azulejista, armador, encanador, eletricista, vem elencado em uma planilha de aonde nós temos que aplicar esses recursos. [...] o Governo Federal e o Ministério do Trabalho que tratam disso, não necessariamente é a realidade de cada município, eu acho que isso é ruim, porque cada região cada município tem uma realidade local, uma demanda local que pode se aproximar de outras e pode não ser exatamente as mesmas, então nós avaliamos que sobre esse aspecto é ruim [...] (Entrevista IX).

Ainda de acordo com um dos servidores da Secretaria, “[...] os convênios, por exemplo, seguem o mesmo padrão para todos os municípios, então você imagina um município como São Paulo e um município de 1.000 habitantes, será que podemos seguir o mesmo padrão de convênio? A mesma regra? Eu acho que não” (Entrevista VIII). Dessa forma, conforme apontado no capítulo anterior, os municípios devem efetivar convênios com o MTE no intuito de possibilitar as ações na área das políticas de trabalho. De acordo com um dos representantes dos trabalhadores no Conselho Municipal do Trabalho,

[...] no site do Ministério do Trabalho tem muito projeto, acontece que os municípios não fazem convênio com o Governo Federal. Tem um problema, que a gente é super dependente de recursos do FAT, a PMV não tanto, porque a prefeitura de Vitória é uma Prefeitura rica, vamos colocar assim. Se você olhar a prefeitura da Serra, não tem recurso [...] (Entrevista II).

Estes convênios são, portanto, necessários para que os municípios tenham acesso ao recurso federal. No entanto, ao mesmo tempo em que concede recursos para os municípios, limita-os ao que eles podem e não podem fazer. De acordo com um dos servidores da Secretaria, “[...] os convênios são muito complicados, a burocracia é muito complicada, é um processo muito difícil. Seria necessário que o MTE desse mais autonomia para os municípios, [...] esses recursos são recursos públicos, recursos da população e recursos dos trabalhadores” (Entrevista VIII). É importante frisar que essa forma de repasse dos recursos não considera as desigualdades regionais entre os municípios e estados da Federação, nem a potencialidade produtiva local e a demanda do próprio mercado. A atual descentralização político-administrativa tende a reforçar as desigualdades e a manter em ascensão os municípios com melhores condições, normalmente aqueles que são capitais, e em declínio ou estagnados os municípios mais pobres (SOARES, 2002). A desigualdade se reforça ainda internamente, dentro de cada município, um dado que comprova essa afirmação é o fato de Vitória manter um índice de Gini de 0,61, registrando maior desigualdade que se for considerada toda a Região Sudeste, com índice de 0,514 (IJSN, 2000).

É importante dizer que os Arcos Ocupacionais são tidos atualmente como um formato relevante no que tange a qualificação profissional. São várias práticas, atividades, dentro de uma área específica, na qual o trabalhador poderá aprender diversas atividades que lhe possibilitará melhores condições de inserção no mercado de trabalho e garantia de renda, diante das incertezas do mercado de trabalho e da necessidade de ele se colocar enquanto polivalente (ANTUNES, 2007; GOUNET, 1999; HARVEY, 2007).

Dessa forma, de acordo com a Entrevista IV:

A gente trabalha com Arco Ocupacional que é um conjunto de ocupações que a gente tem. Por exemplo, o aluno ele tem a formação em várias ocupações, como depilação, o aluno faz também manicure, maquiagem e corte de cabelo, porque se ele vai para o salão procurar emprego ele tem mais chances. Então a gente confere vários conhecimentos, várias ocupações, para aí ele ter mais chance de entrar no mercado de trabalho, ele pode até montar um negócio para ele também, um profissional multi, vamos dizer assim (Entrevista IV).

De acordo com outro dos entrevistados, sobre o Arco Ocupacional:

Arco Ocupacional são cursos que ocupam uma área mais ampla de determinada profissão e que além de ocupar carga horária de cidadania, direito do trabalhador, também tem uma carga horária um pouco maior, a gente trabalha com no mínimo 1.200 horas com o Arco Ocupacional [...] (Entrevista VIII).

Essa forma de compreensão da política e de sua função no mercado de trabalho nos remete ao conceito de empregabilidade. O trabalhador, após a qualificação ofertada pelo governo, que possibilitará a ele um “leque” de opções no que tange suas habilidades profissionais, terá melhores condições de competir no mercado de trabalho, de disputar vagas de acordo com a sua capacidade, ou seja, transferindo para ele a responsabilidade de se inserir ou não no mercado de trabalho. Conforme afirma um dos entrevistados, representante dos trabalhadores no Conselho Municipal do Trabalho, “[...] não adianta me falar que a elevação da escolaridade da classe trabalhadora não dá certo, dá certo. É porque não faz qualificação direito, todo mundo sabe [...]” (Entrevista II), reforça que a qualificação profissional é uma caminho acertado para inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho.

De acordo com Mattoso:

A “empregabilidade” passou a ser expressão dessa responsabilização do indivíduo por seu emprego e desemprego. Trata-se de uma clara tentativa de transferir riscos e responsabilidades aos mais fracos, fazendo o trabalhador assumir a sua empregabilidade, por meio de formação profissional, requalificação etc. Estado e empresa até podem destinar alguns recursos para tais cursos, importantes, mas absolutamente incapazes de gerar mais postos de trabalho. Uma contribuição, digamos, para o “salve-se quem puder” (MATTOSO, 1999, p.20).

Outro aspecto importante, que fica também explicitado nas ações dessa gerência, é a articulação entre a prestação de serviços públicos com a iniciativa privada no que tange aos convênios para execução dos cursos de qualificação profissional. Este fato também ratifica o reforço a lógica de mercado atual, diante das características do contexto

neoliberal, que prima pela majoritária preferência ao setor privado em todos os ramos, o que influirá diretamente no formato dos serviços prestados, nos seus objetivos. De acordo com um dos servidores da Secretaria:

[...] Sem a Fábrica do Trabalho, sem um equipamento para fazer formação profissional, nós precisamos condicionar a contratação de empresas para fazer formação profissional, a gente transfere para o setor privado por ano cerca de R\$3.000.000,00 só para qualificação profissional, e o município está transferindo para o setor privado recurso público, que ele mesmo poderia fazer a formação profissional [...] (Entrevista VIII).

Essa lógica de legitimar o setor privado evidencia os interesses do capital especialmente no contexto neoliberal. Conforme apontado no capítulo anterior, o Estado Mínimo para o social ao reduzir sua intervenção direta, fortalece a iniciativa privada, ao mesmo tempo em que, fortalece a perspectiva de solidariedade da sociedade civil, transferindo sua responsabilidade. As parcerias entre o público e o privado na contratação de serviços são reforçadas também pelas denominadas ONGs (Organizações não Governamentais) e/ou OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), que recebem recursos públicos para realizar, prestar, no âmbito da sociedade civil ou do setor privado, serviços e ações que são originalmente direitos e devem ser prestados pela esfera pública (SILVA, 2003).

Após a SETGER ter tornado-se Secretaria em 2006, diversos dos entrevistados entendem que houve muitos avanços nos programas e políticas desenvolvidos pelas gerências da Secretaria. No que se refere aos cursos ofertados pela qualificação profissional, afirma um dos entrevistados que:

[...] os cursos de qualificação eram de curta duração, 20h/ 40h, hoje nós não temos nenhum curso no município que tem menos de 200h. Se a gente detecta que o trabalhador ele tem deficiência na qualificação profissional, e certamente isso não é por responsabilidade dele, é por uma ausência de uma política pública, nós entendemos que não é com 20h com 40h que ele vai conseguir, é com 200h, 300h [...] acho que ainda não é o suficiente. Mas, já deu assim, um ganho extraordinário [...] (Entrevista IX).

De acordo com uma das entrevistadas, também sobre a importância do aumento da carga horária dos cursos, levanta um questionamento em relação a dificuldade da população frequentar os cursos, devido a necessidade imediata de garantir uma renda para sobreviver. A firma que:



[...] os nossos cursos não são poucos, não são oficinas, o que acho que é uma coisa que a gente conseguiu vencer, a média é de 300 horas e isso também, apesar de ser um ponto positivo para a formação da pessoa, para formação de conhecimento, não é positivo para a situação imediata dela, ela quer, está com fome hoje, ter os instrumentos para ganhar o dinheiro dela hoje, não é daqui a quatro meses (Entrevista VII).

Vale salientar que esta parcela da população, atendida pelo programa, está dentre aquelas da sociedade que sobrevive a cada dia com todas as dificuldades possíveis, compõem especialmente a *superpopulação relativa estagnada*, a qual, de acordo com

Marx (1986, p.186), “[...] converte-se em instrumentos de exploração, nos quais o tempo de trabalho atinge o máximo humanamente possível e o tipo de salário chega ao seu mínimo suportável”. Essa população precisa sobreviver hoje, imediatamente, os programas e políticas direcionados a população deve considerar esse contexto de pobreza e de necessidades extremas em que se encontram.

Quanto à avaliação das atividades da Secretaria, a tendência é exaltar as ações da área da qualificação profissional. Enquanto política fundamental dentre os programas de geração de trabalho e renda. Afirma um dos entrevistados que:

[...] minha avaliação é extremamente positiva porque quando o governo decide administrativamente pegar o que era uma subsecretaria dentro de uma Secretaria de Assistência e transformar, dar status de Secretaria eu acho que o trabalhador no município ganha muito com isso. Não são muitos municípios que tem isso no Brasil [...] O Centro de Referência do Trabalho, que é a nossa Escola de Qualificação [...] vai virar um ícone, uma referência, [...] então o Centro de Referência ele é muito importante. Eu acho que ele é um ganho, é uma das coisas que eu avalio como extremamente positivo na Política da Secretaria (Entrevista IX).

Esta análise das ações da Secretaria e especialmente da política de qualificação – que é tida como uma ação de cunho efetivo pela Secretaria, que ao qualificar fortalece a autonomia do trabalhador e as possibilidades de inserção deste no mercado de trabalho, fortalece ainda a perspectiva da cidadania e da consciência de ser sujeito de sua própria história – tende a enaltecer ações que seriam o mínimo a se realizar pelo poder público. As ações relatadas não ultrapassam a perspectiva mercadológica, de reafirmação da ordem burguesa, que reforça privilégios, legitima a competição, a meritocracia<sup>94</sup> e a empregabilidade. As ações no âmbito da qualificação profissional estão no campo da ideologia neoliberal, do *capital humano*. No que se refere ao fortalecimento da democracia, da cidadania e da participação popular, da forma como está prevista nos

---

<sup>94</sup> Significa aqui a ascensão individual pelo mérito, pela competição, na qual vence quem é mais bem qualificado, quem está mais preparado.

cursos de qualificação não reforçam os princípios constitucionais, estão colocados em prática atrelados a dinâmica do capital legitimam a ideologia neoliberal e os vícios históricos do Brasil, as práticas clientelistas, paternalistas. Portanto, o que se efetiva na política de qualificação, conforme registrado por um dos servidores, “[...] tem sido positivas, dentro daquilo que ela propõe e dentro daquilo que tem sido possível” (Entrevista VII), as ações estão respaldadas a idéia do fazer o que é possível, idéia inerente as políticas sociais neoliberais (FREITAS, 2006; FRIGOTTO, 1989; LEBAUSPIN, 2006).

As gerências tentam atuar de forma articulada, conforme já apontado. Dessa forma, a qualificação profissional cumpre a função de direcionar o trabalhador tanto para o mercado formal como para o mercado informal o que reforça sua submissão ao contexto capitalista contemporâneo, que prima pela expansão de alternativas no campo da informalidade, recusando a expansão das leis trabalhistas e o fortalecimento da regulação social do trabalho.

De acordo com um dos entrevistados:

Durante o curso a gente desenvolve várias atividades que vão ao encontro com as outras gerências, por exemplo, lá no início do curso a gente explica que tem outros serviços na Secretaria que podem ser utilizados paralelos ao curso, por exemplo, o microcrédito [...] a equipe vai até o curso, faz a ficha e depois cadastra ele no balcão de emprego que encaminha ele depois para o mercado formal [...] se for identificado um grupo produtivo, há o acompanhamento da economia solidária [...] o termômetro, seria a geração de renda, o resultado, porque, o maior objetivo da qualificação é geração de renda, independente da maneira como ela se dá, pode ser informal, pode ser formal [...] (Entrevista IV).

Veremos a seguir, como são desenvolvidas as ações da Gerência de Encaminhamento ao Mercado, enquanto uma alternativa para tentar inserir os trabalhadores qualificados no mercado formal de trabalho. Posteriormente, veremos as alternativas no campo da informalidade, também executadas por gerências específicas da Secretaria.

### **3.2.3) Gerência de Encaminhamento ao Mercado.**

Essa Gerência é a de Encaminhamento ao mercado de trabalho, está situada na Agência Municipal do Trabalhador/ Sistema Nacional de Emprego (SINE) de Vitória, ela tem por objetivo efetuar a intermediação entre as vagas disponíveis no mercado de trabalho e os trabalhadores a procura de emprego. De acordo com texto informativo sobre os SINEs, estes possuem por missão “[...] contribuir de modo ativo e permanente com o

processo de desenvolvimento econômico e social do Estado, implementando ações [...] que assegurem a redução do desemprego, e possibilite a adequação da força de trabalho aos espaços ocupacionais ofertados pelos diferentes setores da economia”. Conforme abordado no capítulo anterior, de acordo com MTE, através do SINE:

“[...] busca-se, [...] a redução dos custos e do tempo de espera tanto para o trabalhador, quanto para o empregador. É o ato de realizar cruzamento da necessidade de preenchimento de um posto de trabalho com a de um trabalhador que procura por uma colocação no mercado de trabalho (MTE, IMO, 2010).

A atuação dessa Gerência está, portanto, submetida aos interesses do mercado no que tange a contratação da força de trabalho humana. Conforme dito acima, a ação de intermediar mão-de-obra visa adequar a força de trabalho, ou seja, adaptar os trabalhadores aos ditames do mercado. É notório que aqueles que necessitam vender sua força de trabalho estão em condições totalmente desfavoráveis nesse processo, estando submetidos as necessidades do capital, o que Estado, novamente, enquanto representante majoritário dos interesses burgueses, vem legitimar (MARX, 2008; PORTELLI, 1977).

Para efetivar a intermediação, existe um sistema aonde é realizado o cadastro dos trabalhadores de acordo com a formação profissional, qualificação, e, demais dados pessoais e profissionais. Qualquer pessoa pode se cadastra no SINE, independente de ser ou não morador de Vitória. De acordo com um dos entrevistados, "O SINE atende qualquer pessoa, então, muita gente prefere ser atendido no SINE de Vitória [...] você pode ser atendido em qualquer SINE para emprego, para carteira de trabalho, seguro desemprego também, porque é um convênio com o ministério, então eles mandam verba para esse atendimento" (Entrevista VI). O empregador estabelece os critérios, os pré-requisitos para determinada vaga de emprego, como tempo de experiência necessária, escolaridade, idade, local de moradia, dentre outros. A partir daqui, busca-se no sistema trabalhadores cadastrados que preencham aquele perfil requisitado por determinado empregador. Para cada vaga disponibilizada no SINE são encaminhados de 3 a 5 trabalhadores que tenham o perfil e estes serão submetidos a seleção realizada pelo empregador.

Cabe lembra que o perfil requisitado pelos empregadores atualmente, está atrelado àquelas características consolidadas pós 1970, no Brasil, desde 1990, pelo processo de reestruturação produtiva. Esse processo, denominado por Harvey (2007) de *Acumulação*

*Flexível*, estabelece enquanto perfil o trabalhador polivalente, com domínio de várias tarefas do processo produtivo, que efetua diversas atividades – antes distribuídas entre um número maior de funcionários e de forma especializada – o que evidencia o cume da intensificação do trabalho nesse período; a inclusão do trabalhador enquanto parte da gestão, para além da execução das tarefas, mediante um *envolvimento manipulatório*, que o coloca na condição de colaborador, de agente da empresa, que “deve vestir a camisa”. O trabalhador está agora submetido a *flexibilização do trabalho*, das relações de trabalho, com a constante presença de rodízios de funcionários mediante contratos temporários e a perda de direitos (ANTUNES, 2007; GOUNET, 1999; HARVEY, 2007).

Outra característica estabelecida pelos empregadores é a idade, de acordo com um dos entrevistados:

[...] o mercado normalmente estipula a idade, não querem com mais de 40 anos. Eu diria que é raro alguém que coloque diferente. Aí fica muita gente fora, muita gente. E Isso é grave! [...] A gente tem pessoas com deficiência e as empresas dizem que querem, colocam a vaga para deficiente, mas na verdade essas vagas não existem. Não querem, mas como eles tem que prestar conta para o ministério, eles colocam a vaga para dizer olha, a gente está buscando, só que não consegue [...] (Entrevista VI).

O próprio inchaço do *exército industrial de reserva* possibilita ao empregador estabelecer todos esses critérios e submete os trabalhadores a terem que cumpri-los. O processo de reestruturação produtiva, ao reconfigurar a organização do processo produtivo das diversas empresas, buscou e busca expulsar do mercado os trabalhadores mais antigos e a inserir cada vez mais trabalhadores jovens, desesperados por uma vaga, que não terão opção a não ser um baixo preço pela sua força de trabalho, mesmo tendo freqüentado a escola por mais tempo e apresentando mais qualificações. De acordo com Marx e Engels (1872, p.8) “Esses operários, constrangidos a vender-se diariamente, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado”. Os dados da Região Metropolitana que registraram queda no número de postos de trabalho entre junho de 2008 e maio de 2009 informam que a redução dos postos de trabalho ocorreu especialmente entre os trabalhadores acima de 30 anos, e aqueles com mais de 50 anos, tiveram perda de - 1.667 postos de trabalho (DIEESE, 2009). Segundo Mattoso (1999, p.18), “[...] ao longo dos anos 90 foram queimados cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho formais da economia brasileira [...]”, sendo que o desemprego cresceu mais

entre os homens de idade igual e superior a 40 anos. Existe, portanto, um perfil considerado enquanto bom funcionário pelo mercado de trabalho, esse que é colaborador, que trabalha em equipe, que pensa com a empresa e para a empresa, que é dinâmico, ágil, polivalente, que não adoece, que não incomoda, que não se coloca em uma perspectiva de classe. Para o capitalismo em período neoliberal esse perfil de trabalhador é o adequado e o SINE reforça essa tendência, esse perfil, mediante a intenção de suas ações que é adequar a força de trabalho para sua inserção no mercado (ANTUNES, 2007; HARVEY, 2007).

No SINE, o trabalhador, ao se candidatar a determinada vaga, só pode concorrer a outras após desistência ou reprovação diante daquela vaga a qual se candidatou. Este processo de intermediação, de acordo com texto informativo sobre os SINEs afirma que o objetivo é “[...] facilitar o processo e otimizar tempo, tanto para o trabalhador, quanto para o empregador [...] o empresário tem a seu alcance um cadastro de trabalhadores, otimizando tempo e custo no processo de contratação de seus funcionários”. É evidente a quem serve o objetivo maior do SINE, facilitar às instituições empregadoras o acesso a força de trabalho, reduzindo seus custos.

De acordo com um dos entrevistados, sobre essa intermediação entre o empregador e os trabalhadores, afirma que:

[...] então você cadastra a vaga com um perfil, cadastra o trabalhador com o currículo dele, e quando ele vem consultar uma vaga, o próprio sistema faz o cruzamento e é emitido uma carta. Então essa carta ele pega e vai lá fazer a entrevista, então a empresa ela tem por obrigação devolver, aí ela devolve dizendo que foi aprovado ou não, e se foi reprovado, porque foi reprovado (Entrevista VI).

A empresa deve, portanto, retornar com essa informação para o SINE, é a forma de possibilitar avaliação do trabalho. De acordo com este mesmo entrevistado:

[...] a empresa tem essa contrapartida, porque não tem custo, então a contrapartida dela é o retorno da carta, que é o que comprova o nosso trabalho perante o Ministério do Trabalho, e elas não devolvem, aí a gente tem que ficar ligando, a gente chama de cobrança de carta, porque você só entra no sistema quando a carta chega, aí dá baixa no sistema, tem todo esse trabalho burocrático. Eu consigo tirar um relatório assim, mês a mês, ano a ano, quantos encaminhados, quantos colocados, o sistema dá todos esses números (Entrevista VI).

As instituições, após realizar a devida seleção e escolher dentre aqueles disponíveis o trabalhador que mais se adequa ao perfil requisitado, não assumem qualquer

compromisso com aqueles demais trabalhadores que pleitearam a vaga. Tal aspecto reforça que o mercado não assume qualquer compromisso com o social, sua atuação está em outro âmbito, da aquisição e ampliação dos lucros, os trabalhadores são instrumentos necessários, mas ao máximo que for possível será reduzido o seu número, os seus salários e será intensificado o trabalho daqueles inseridos (BEHRING, 2002; MARX, 2008).

Sobre o número de encaminhados e colocados no mercado de trabalho, esse é o dado que mais evidencia os limites da ação dessa gerência. De acordo com informações da Gerência, apenas 19,6% daqueles trabalhadores encaminhados são colocados no mercado de trabalho. Este dado se refere ao período entre 22 de abril de 2008 e 22 de abril de 2009. Nesse período, o total de vagas captadas foi de 7.515, tendo sido encaminhados 14.043 candidatos às respectivas vagas – trabalhadores pleiteantes a venda de sua força de trabalho – destes, foram colocados no mercado de trabalho 1.478 trabalhadores. Cabe considerar ainda que, o total de trabalhadores cadastrados que concorrem à Intermediação de Mão-de-obra é de 87.093, de acordo com relatório do sistema que retrata a produtividade do setor (2009).

Segundo um dos entrevistados, sobre os limites dessa Gerência, afirma que:

Nosso maior limite, da Gerência de Encaminhamento ao Mercado é o próprio mercado, que a gente não tem muito o que fazer, o mercado é que absorve, a gente não tem vaga de emprego, a gente só faz intermediação. Então eu não posso obrigar alguém a contratar X ou Y, o máximo que a gente pode é ligar para uma empresa, fazer um trabalho de sensibilização, mas meu limite é o próprio mercado, [...] como é que eu posso dizer que eu vou inserir 30% ou 40%, a gente usa estratégias, faz reuniões, [...] mas é o mercado que dita [...] a gente aproveita hoje 20% das vagas, a gente encaminha e as pessoas não ficam [...]. Nossa maior dificuldade é essa, aumentar o número de colocações no mercado de trabalho (Entrevista VI).

O limite é, portanto, o próprio capitalismo, devido à lógica que lhe é inerente de exploração da força de trabalho, de apropriação da maior parte da riqueza por um pequeno grupo e expropriação da riqueza pela grande parcela populacional que a produz, os trabalhadores, a *classe-que-vive-do-trabalho*. O capitalismo elimina quantidade considerável de trabalhadores do processo produtivo regular, sendo a tendência ao longo da história inchar o *exército industrial de reserva* e conduzir esses trabalhadores para outras alternativas de sobrevivência. Segundo Marx (1986, p.181), o “[...] capital adicional formado no processo da acumulação, quanto maior se torna, cada vez menos trabalhadores empregam”. O aumento do desemprego na década de 1990 no

Brasil favoreceu muito a esse processo do capital, tendem a manter seus altos lucros, pelo menos temporariamente, ao mesmo tempo em que implica em consequências graves para a vida dos que vivem do trabalho. Por exemplo, o total de desempregados nas regiões pesquisadas pelo DIEESE, considerando desemprego aberto e oculto, foi de 2.844.000 em 2009, sendo a PEA de 32.816.000. O ano de 2009 em relação ao ano de 2008 registra um número de desempregados superior em aproximadamente 100.000 pessoas. No município de Vitória os últimos dados são do ano 2000, no qual a PEA, de acordo com o IJSN, era de aproximadamente 150.000 pessoas, sendo que estavam em situação de desocupação aproximadamente 25.000 pessoas. Isso significa que, além daquelas ocupadas de alguma forma, considerado o mercado formal ou informal, 25.000 pessoas estavam sobrevivendo de outras alternativas, que não garantiam a elas qualquer perspectiva futura e compunham a chamada *superpopulação relativa estagnada* ou ainda *o peso morto do exército industrial de reserva* (MARX, 2008). O limite fundante das ações dessa Gerência estão colocados, portanto, pelo próprio capital, que não possui empregos e vagas para contemplar todos que precisam vender sua força de trabalho.

O SINE do município de Vitória recebe o maior número de cadastros dentre os SINEs municipais. No ano de 2009 foi responsável por 40,48% das inscrições do Espírito Santo, sendo que 57% distribuem-se entre os municípios de Cariacica, Serra, Vila Velha e Viana, e apenas 1,17% se refere aos demais municípios, de acordo com dados do Relatório Anual do Público Atendido na Agência Municipal do Trabalho de 2009. Os meses de março a julho registram os maiores índices de atendimento, contemplando em Vitória cerca de 650 pessoas por mês, a maioria mulheres. Vitória, devido a sua condição de capital, e a estar situada em local geograficamente estratégico, efetua quantidade considerável de atendimentos pela Agência Municipal do Trabalhador.

Dos inscritos em 2009, declaram ser analfabetos 16 pessoas. A grande maioria dos inscritos, 41,52%, declarou ter o Ensino Médio Completo, seguido do Ensino Fundamental Incompleto, 19,07%, e do Ensino Médio Incompleto, 16,50%. Dentre os analfabetos, todos informaram não estar cursando aulas de alfabetização. Outra informação importante se refere ao tempo de escolarização, declararam não frequentar a escola 80% dos inscritos, sendo que apenas 20% se encontram estudando. Dos que estão estudando, a maior parte destes se encontram na faixa etária ente 18 e 24 anos, 60,35%. Reforçar-se aqui o que foi colocado anteriormente, sobre os jovens estarem se qualificando mais diante das novas e mais rigorosas exigências do mercado trabalho.

Tal fato, no entanto, serve especialmente ao capital devido a fomentar a competição entre a força de trabalho, concedendo aos empregadores força de trabalho mais qualificada pelo mesmo preço, ou ainda por um preço menor. O período neoliberal é demarcado pela *desfiliação* daqueles antes certamente amparados por empregos estáveis, regulares, formais. Isso significa, portanto, a *desestabilização dos estáveis*. São os trabalhadores que antes, por serem altamente qualificados, teriam sua participação garantida no mercado de trabalho, porém em tempos de neoliberalismo são alcançados pelo desemprego. Segundo Castel (1998, p.516), “[...] tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego [...] são as consequências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais [...]”.

Diante destes dados, este mesmo relatório apresenta enquanto proposta, no intuito de responder a defasagem com os índices de escolaridade, a criação de um projeto específico para os munícipes que se declararam analfabetos, através da Gerência de Qualificação Profissional em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. Outra indicação desta Gerência, neste mesmo relatório, é que se desenvolvam políticas públicas voltadas para o público inscrito no SINE à procura de emprego, “[...] de maneira articulada com o setor público e a iniciativa privada, a fim de elevar a inserção e a permanência dos jovens nos postos de trabalho e promovendo geração de renda, fator de fundamental importância para o exercício de uma cidadania plena e autônoma”.

Sobre a quantidade de analfabetos, vale dizer que é um índice considerável. A Educação é direito de todos os cidadãos desde a Constituição de 1988, deve ser garantida pela esfera pública e deve ser de qualidade. Sabe-se, contudo, que concretamente são muitos os que não possuem acesso a essas políticas sociais básicas, mantemos índices de analfabetismo, de pobreza e de desigualdades elevados. Reverter esse quadro requer compromisso com o social, mas não este dos princípios neoliberais, de fazer o que é possível, do Estado intervir minimamente, amenizando essas expressões *da questão social* para, principalmente, manter uma legitimidade política do capital. O compromisso com o social teria de vir enquanto prioridade, a esfera econômica deveria ser utilizada para abastecer a vida humana, para conceder benefícios à coletividade das pessoas, e não para privilegiar alguns em detrimento da maioria. Fortalecer as políticas sociais e os direitos dos cidadãos é um caminho importante para avançar na luta de classes. Deve-se, contudo, ter clareza desses direitos já conquistados na Carta Magna e



reivindicar a efetivação dos mesmos. A Educação está entre eles enquanto anos de escolaridade qualificada, o analfabetismo deveria, então, ser inadmissível.

Enquanto alternativa, foi apontado no relatório o desenvolvimento de políticas públicas, executadas pela esfera pública em conjunto com a esfera privada. Novamente, é indicado enquanto parceiro do setor público o setor privado, no intuito de fortalecer o mercado e ao mesmo tempo responder as demandas do social. Essa forma de atuação se distancia da perspectiva de direito, de política social integralmente concedida pelo Estado enquanto seu dever e destinada à população que a possui por direito (SILVA, 2003). O texto aponta ainda que a entrada dos trabalhadores no mercado de trabalho ou a garantia da renda, mesmo que por outra via, a informalidade, possibilita a eles o exercício de uma cidadania plena e autônoma. Outro fator aqui a ser questionado é o que tem sido entendido por cidadania plena e autônoma, nos remete a crer que está atrelada a idéia do consumo. Ao ter renda os trabalhadores podem ser cidadãos porque podem ter acesso aos bens ofertados no mercado. Novamente, esta idéia está totalmente distanciada da perspectiva cidadã de direitos, de que todo cidadão brasileiro deveria alimentar-se com dignidade, ir à escola, ter acesso a saúde, trabalhar e ter lazer. Ser cidadão ao compreender e ter dimensão de seus direitos, saber aonde requisitá-los, contribuir para a ampliação desses direitos e efetuar uma análise crítica da sociedade, essa sim deveria ser a perspectiva cidadã que toda política social deveria fortalecer. No entanto, ao servir aos ditames do mercado do atual capitalismo neoliberal, essas conquistas constitucionais – a Constituição consolidou interesses antagônicos, mas isso incluiu interesses dos trabalhadores – ficam deixadas à margem (CARVALHO, 2008; PEREIRA, 2007).

Outra atividade realizada pelo SINE é a emissão de carteira de trabalho e o acesso ao seguro-desemprego. Este é um benefício temporário que pode ser concedido entre 3 a 5 parcelas ao mês, sendo o valor mínimo a ser recebido um salário mínimo e no máximo R\$ 870,01, destinado ao trabalhador desempregado. Este benefício possui um prazo, de no máximo 5 meses, cabe dizer que o desemprego não possui prazo, não é o trabalhador quem poderá decidir se conseguirá ou não novo emprego, o mercado é que impõe essa condição e destina grande parte desses trabalhadores para o *exército industrial de reserva*. Sobre a quantia que é paga por este benefício cabe lembrar que o próprio salário mínimo real, que em dezembro de 2009 encontra-se em um valor de R\$465,00, não atende ao mínimo para a sobrevivência em condições básicas de dois adultos e duas

crianças. De acordo com os dados do DIEESE (2010), o salário mínimo necessário no mesmo mês seria de R\$1.995,91. Ou seja, a quantia maior paga por este benefício atinge menos da metade do salário mínimo necessário, significa que todo o desempregado, mesmo recebendo seguro-desemprego, se possui família para manter, passa por extremas dificuldades.

De acordo com um dos entrevistados, ao discorrer sobre a forma de avaliar o trabalho realizado pelo SINE municipal, “[...] a gente trabalha com meta. O ministério fecha o convênio anual e estabelece metas. A gente bate fácil. O seguro-desemprego, por exemplo, deu mais de 200%, o encaminhamento também, colocação que agente está sempre ali... batendo, é sempre mais difícil. A meta mais difícil é o foco no trabalho [...]” (Entrevista VI). É importante destacar que ao dizer que atinge com tranquilidade a meta do seguro-desemprego, praticamente o dobro do estipulado pelo MTE, significa que quantidade maior de indivíduos está perdendo seus postos de trabalho e buscando o benefício. Quanto à colocação dos desempregados no mercado de trabalho, é o grande desafio, que intermediação alguma poderá solucionar, conforme bem demarcado pelo próprio entrevistado, anteriormente.

Uma terceira e última atividade também realizada pelo SINE municipal é o Programa Adolescente Aprendiz, que é a intermediação dos adolescentes com as empresas, no intuito de inseri-los para o exercício da aprendizagem. Sobre o programa adolescente aprendiz, existe a Lei de Aprendizagem<sup>95</sup> que regula a faixa etária dos jovens, entre 14 e 24 anos, não se reporta, contudo, a situação econômica e social desses jovens, mas de acordo com um dos entrevistados, o SINE municipal estabeleceu que:

[...] aqui na prefeitura, aqui na gerência, a gente trabalha de 14 a 16 [anos] e com pessoas em vulnerabilidade, então a gente tem mais dificuldades, porque a gente faz cadastro, a gente faz visita domiciliar, a gente faz treinamento, faz o contato com a empresa [...], mas aí o jovem vai, faz a prova e fica reprovado porque não consegue resolver um probleminha básico de matemática. Então tem limitações do público mesmo em relação ao mercado, baixa escolaridade, baixa qualificação, são os principais problemas [...] (Entrevista VI).

Assim, registra-se aqui o processo histórico de precário acesso aos serviços públicos fundamentais como a Educação, por parte daquela população que a deveria obter por direito, e que não possui qualquer condição de comprar esses serviços pela via da esfera

---

<sup>95</sup> A Lei de Aprendizagem é a 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº5.598/2005. Estabelece que todas as empresas de médio e grande porte são obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos. Refere-se a um contrato temporário de trabalho específico, de no máximo 2 anos.

privada, como fazem aqueles com melhores condições. Esses adolescentes, filhos daqueles trabalhadores que se encontram na parcela da *superpopulação relativa estagnada* ou *superpopulação relativa flutuante*, são a força de trabalho futura já no seu grupo de sobreviventes da forma mais precária, distantes de condições de vida humanamente dignas, que possibilitem acesso aos serviços básicos, fundamentais (MARX, 1986).

Enquanto pré-requisitos para participar do Programa, estes adolescentes devem ainda estar inseridos no ensino regular, freqüentar os cursos de aprendizagem ofertados pelas instituições qualificadoras reconhecidas, ser moradores de Vitória, possuir família com renda familiar de até 2 salários mínimos e ter interesse de se inserir no mercado de trabalho de acordo com a Lei de Aprendizagem. Estes tantos critérios para participar do programa nos remete novamente a focalização das políticas sociais no contexto neoliberal, que direciona as políticas para os mais pobres dos pobres (GIRALDO, 2007; PASTORINI, 2006). Estes adolescentes, ao se cadastrarem para o programa, passam por treinamento no SINE municipal, o qual ocorre uma vez por semana, aborda a Lei da Aprendizagem, os direitos e deveres dos adolescentes, bem como tem por intuito “[...] transmitir-lhes noções de comportamento em entrevistas, higiene pessoal e relacionamento interpessoal” (Serviços Oferecidos pela Gerência, 2009). De acordo com uma cartilha distribuída pela Agência Municipal do Trabalhador – direcionada não apenas para os adolescentes, mas também para os desempregados em geral –, intitulada “Cause boa impressão e agarre sua chance!”, são colocadas diversas dicas sobre como se comportar em entrevistas, que roupa vestir, os cuidados com higiene, sobre não expor tatuagens e piercings, sobre as condições dos calçados que “[...] revela muito sobre a aparência da pessoa [...] o calçado deve estar bem cuidado, parecendo novo (cuidado com a aparência)”. O texto desta cartilha ao tratar do trabalho em equipe, reforça ainda que “[...] cooperar é fundamental, todos os membros do grupo estão sujeitos as mesmas consequências [...]”.

Novamente, evidencia-se o papel do SINE de adequar o trabalhador ao mercado de trabalho, executando com prontidão a defesa dos interesses burgueses e da lógica capitalista neoliberal em relação ao perfil da força de trabalho. É importante dizer que muitos dos candidatos ao mercado de trabalho não possuem qualquer condição de apresentarem-se com boas roupas, bons calçados, novos e até mesmo limpos, dependendo do trajeto que terão de percorrer até chegar ao local de destino. Remeter

essas exigências aos trabalhadores é responsabilizá-los quanto a sua aprovação ou não nas entrevistas, na direção da empregabilidade, é orientá-los na perspectiva do mercado sem construir propostas que respondam a realidade deles e a suas dificuldades, sem considerar sua condição de vida, de alimentação, de vestuário e de local de moradia (ANTUNES, 2007; HARVEY, 2007; MATTOSO, 1999).

Uma estratégia que tem sido adotada pelo SINE municipal para responder tentar ampliar o número de colocados no mercado de trabalho, é um setor denominado de Psico-social que tem por objetivo, de acordo com um dos entrevistados:

[...] a gente lutou para formar o setor que a gente chamou de Psico-social, esse setor tinha uma psicóloga, uma Assistente Social e uma T.O. (Terapeuta Ocupacional), e esse grupo começou a fazer um trabalho com os grupos mais difíceis, pessoas com deficiência, por exemplo, que as empresas abrem vagas, mas eles não são colocados. As empresas não são adaptadas, muitas vezes não sabem como fazer, então esse setor começou a visitar essas empresas, começou a fazer contato com os conselhos, com as APAES [...]. Comprar testes e fazer uma pré-seleção para as empresas [...] a gente acredita que fazendo uma pré-seleção o número de colocações vai ser maior, vão ser menos pessoas reprovadas, a gente não selecionaria, só que ele iria com o perfil traçado, ele teria um retorno olha, você precisa melhorar nisso, seria uma orientação profissional. Os testes seriam aqueles aplicados por psicólogo, teste de comportamento, teste de perfil. A gente faria uma pré-seleção [...] (Entrevista, VI).

Essa estratégia tende a amenizar a perspectiva avassaladora do capitalismo de direcionar cada vez mais trabalhadores para o desemprego e para alternativas de sobrevivência na informalidade. Da mesma forma, esta ação está também direcionada para moldar os candidatos ao que é ofertado pelo mercado de trabalho: seu perfil, sua forma de se colocar nas entrevistas devendo estar adequadas ao que é requisitado pelo mercado.

Existe também interlocução entre a Gerência de Qualificação e a de Encaminhamento ao Mercado, os trabalhadores que estão realizando cursos pela Gerência de Qualificação são cadastrados pelo SINE, para que possam já ser indicados no caso de determinadas vagas. De acordo com um dos entrevistados:

[...] a idéia é trabalhar em fluxo, por exemplo, a pessoa vem no balcão fazer o cadastro dela, aí faz o cadastro e percebe que ela tem a qualificação, mas ela não tem escolaridade, e aí a empresa não fica, muito difícil. Aí o atendente já conversa e encaminha para a outra gerência que é a de qualificação profissional que tem elevação de escolaridade [...] quando a Secretária pensou na Fábrica do Trabalho era exatamente para facilitar esse fluxo, essa referência, esse é o espaço do trabalho em Vitória. Porque a Secretária do Trabalho é dívida [...]. Dentro da Fábrica terá sala de aula, acho que lá a gente vai conseguir desenvolver um trabalho mais próximo (Entrevista VI).

É nessa relação que se identifica qual é a demanda do mercado de trabalho para os trabalhadores, a partir daí é definido os cursos a serem realizados pela qualificação, para direcionar esses trabalhadores para o mercado de trabalho. Segundo outro entrevistado:

[...] a gente trabalha com qualificação básica, aquela qualificação na pirâmide a primeira, o mais procurado no município de Vitória são aquelas ocupações “braçais”, vamos colocar assim, que é a Construção Civil, Confecção também, na área de serviços, jardinagem, camareira, o “boom do mercado” é isso e nem sempre é isso que a população quer [...] então a gente procura fazer o meio-termo identificar qual é o desejo do munícipe e qual é o desejo do mercado formal [...] o próprio munícipe relaciona muito a profissão ao status [...] (Entrevista IV).

A tendência é, portanto, atender aos requisitos do mercado, exatamente pelo fato dos trabalhadores estarem em condição desfavorável nesse processo. O trabalhador, ao estar destinado a vender sua força de trabalho para sobreviver, sendo mercadoria neste modo de produção, estará submetido aos ditames do mercado (MARX, 1872). O que é relevante é que, a maioria dos entrevistados da Secretaria ao reconhecerem estar entre as forças do capital, do mercado, e os trabalhadores que precisam trabalhar para sobreviver, acreditam estar mediando as relações entre essas duas classes sociais. Na verdade, a análise por nós realizada demonstra que estão prioritariamente submetidos à lógica econômica capitalista e reforçam os interesses do capital, e para os trabalhadores resta o que é possível de ser realizado. De acordo com outro entrevistado:

É complicado, na verdade a gente enquanto gerência de encaminhamento trabalha dentro da lógica de mercado mesmo capitalista, lucro. Mas a gente consegue, por exemplo, através da economia solidária, tentar incluir essas pessoas através de outras formas, do microcrédito, da economia solidária [...] tem as pessoas que tem uma idade muito maior, mas ela pode trabalhar como autônomo com alguma ferramenta, então a gente orienta a procurar o microcrédito [...] montar uma cooperativa através da gerência de Economia Solidária, fomentar uma cooperativa de autônomos (Entrevista, VI).

É, portanto, através da legitimação de outras estratégias, no campo da informalidade que a Secretaria busca responder as demandas dos trabalhadores. Ou seja, também na perspectiva do mercado neoliberal de fortalecer a informalidade, o setor de serviços, fragilizando a organização da classe trabalhadora frente ao conflito capital/ trabalho e na linha da perda de direitos, no caminho oposto a regulação social do trabalho. Falaremos a seguir das Gerências que atuam no campo dessas outras estratégias.

### 3.2.4) Gerência de Apoio ao Micro e pequeno empreendedor

Esta gerência, assim como a de Economia Solidária, de Acesso ao Crédito e a de Inclusão Digital, estão subordinadas a Subsecretaria de Apoio ao Empreendedor. Esta Gerência específica tem por função realizar e incentivar estudos sobre a economia com foco nas micro e pequenas empresas, associações, cooperativas e grupos produtivos informais, incentivar essas iniciativas e contribuir com seu funcionamento. Para isso, de acordo com um dos entrevistados, deverá esta gerência:

[...] fomentar parcerias entre organizações públicas e privadas para implementar os objetivos da gerência; apoiar estudos e propostas de regulação legal que dinamizem as pequenas e micros empresas; documentar e registrar as experiências desenvolvidas, como fontes de divulgação dos resultados obtidos [...] orientar os empreendedores no que se refere à legislação e regulamentação da atividade empresarial; orientar a elaboração de plano de negócios; orientar e encaminhar empreendedores para a área de acesso ao crédito [...] (Entrevista X).

As alternativas em torno do empreendedorismo são estratégias fundamentais para o neoliberalismo, enquanto resposta à impossibilidade do capital garantir uma sociedade regulada pela relação salarial para todos os trabalhadores. A própria crise do Estado de Bem-estar Social na Europa provou que no capitalismo, não é possível conciliar o bem-estar humano com o processo de acumulação do capital, há contradições profundas que não permitem essa conciliação, a não ser por um período de tempo que cumpre um ciclo o qual se encerra na ocorrência de uma nova crise. De acordo com Netto (2005, p.159), apenas “[...] os marxistas insistiam em assinalar que as melhorias no conjunto das condições de vida das massas trabalhadoras [promovidas pelo Welfare State, nos países centrais] não alteravam a essência exploradora do capitalismo [...]”.

No caso do Brasil, a proteção social não existiu conforme o desenho de Estado de Bem-estar Social. Isso porque, não se generalizou a relação salarial para a maior parcela populacional. Vale destacar que a Constituição da República estabelece direitos universais, amplos, mas a regulação social principal dos trabalhadores brasileiros se dá a partir da relação salarial, do emprego com vínculo formal. Direitos trabalhistas como o FGTS, a aposentadoria previdenciária, a contribuição previdenciária do empregador, o décimo terceiro salário, férias remuneradas, só contempla, em longo prazo, os trabalhadores que possuem um vínculo formal. Em países como o Brasil, a generalização das relações salariais é irrealizável (BOSCHETTI, 2006; GIRALDO, 2007). A condição dos países mais pobres, inclusive a submissão aos países centrais

diante da divisão internacional do trabalho, foram favoráveis a entrada avassaladora do neoliberalismo, que veio em perspectiva oposta a da Constituição de 1988. A partir do neoliberalismo, segundo Alencar (2008, p.118), a “[...] inserção produtiva e social do excedente de força de trabalho e dos trabalhadores urbanos pobres passa a ser prerrogativa da proposição que vislumbra o apoio e o incentivo aos pequenos empreendimentos como o meio mais eficaz de garantir renda ou ocupação [...]”.

Para organizar e concretizar as ações dessa Gerência, em 2006 foi criado o Programa Vitória Empreendedora. Tendo como objetivos: fornecer a infra-estrutura adequada para a transformação de plano de negócios em novos empreendimentos de sucesso; proporcionar capacitação e aprimoramento aos empreendedores, para um desenvolvimento empresarial adequado; estimular a utilização do Programa de Micro Crédito da Prefeitura de Vitória. A finalidade desse programa e das ações dessa gerência é aumentar o número de empresas de micro e pequeno porte que conseguem sobreviver à competição do mercado, reduzir a quantia de capital necessário para montar uma empresa, reduzir a quantidade de empresas na informalidade, apoiar o desenvolvimento local com a geração de emprego e renda. De acordo com Castel (1998, p.234), “Toda ideologia ‘liberal’ está nessas poucas linhas: a liberdade de trabalho deve libertar também a iniciativa privada, o gosto pelo risco e pelo esforço, o sentido da competição [...]”, é nessa perspectiva que está a atuação da Gerência de apoio ao Micro e Pequeno Empreendedor.

É importante aqui destacar que o período atual do capitalismo, após as duas últimas décadas do século XIX, é o monopolista, quando o capital tende a aglomerar-se em imensas quantidades. É marcado pela *concentração* – que implica no aumento do capital concomitante ao aumento da produção que ele realiza – e, pela *centralização* do capital, mediante a expropriação do capitalista pelo próprio capitalista. Esse período é caracterizado pela organização e predominância de monopólios em todos os países capitalistas (BRAVERMAN, 1987). Tal aspecto é fundamentalmente importante para compreender a fragilidade das pequenas empresas e dos pequenos empreendedores nesse contexto de capitalismo monopolista, globalizado, neoliberal, e ainda, voltado especialmente para os investimentos na esfera financeira. As empresas e grupos monopólicos que mais arrecadam investem em diferentes setores de produção e designam às empresas menores possibilidades mínimas de se manterem no mercado. Ainda de acordo com Marx (1986, p.175), “[...] a reprodução ampliada, pela

acumulação do capital, reproduz a mesma relação em escala ampliada: mais capitalistas ou capitalistas mais poderosos de um lado, mais assalariados do outro”. Portanto, quanto mais o capital tende a se monopolizar, a enriquecer mais grupos com menor número de pessoas, tende a aumentar a parcela de trabalhadores, de pobres, expandindo o *exército industrial de reserva*.

A população a ser atendida por essa gerência inclui, de acordo com um dos entrevistados “[...] empreendedores que estejam na informalidade; empreendedores que queiram ter seus próprios negócios; empresas em constituição; empresas já constituídas; setor tecnológico de empresas já existentes” (Entrevista, X). O entendimento que se têm das ações dessa Gerência é que sua atuação é de imprescindível importância, já que visa responder ao desemprego, assim como as demais no campo da geração de trabalho e renda. De acordo com o entrevistado, a ação desta gerência está voltada para público que passa por “[...] desemprego acentuado em fase da falta de capacitação, falta de expectativa, dentre outros, onde o poder público se obriga a executar a intervenção no social” (Entrevista X).

Os empreendedores de pequenos negócios e empresas compõem, também, a *classe-que-vive-do-trabalho*, são também explorados, pois não se apropriam do lucro do trabalho realizado, mas repassam para os grupos maiores, que exercem monopólio na área de atuação específica de determinado trabalhador-empendedor. Portanto, a idéia do empreendedorismo é colocada como um perfil, tratado quase que como dom de determinados indivíduos, como algo natural de algumas personalidades que possuem “espírito empreendedor”, e estrategicamente disseminado com essas características pela ideologia neoliberal. Ao passo que esta divulga ser “[...] o trabalho por conta própria, os micro-empresendimentos populares, a micro e pequena empresa [...] alternativa promissora de inserção no mercado de trabalho [...] garantindo maiores ganhos monetários e chances de sucesso profissional [...]”, ALENCAR (2008, p.122). No entanto, não passa de resposta ao aumento do *exército industrial de reserva*, da *superpopulação relativa estagnada e flutuante*, que tende a incluir cada vez mais trabalhadores mediante alternativas no campo da informalidade, lançados à guerra da sobrevivência (ANTUNES, 2007; MARX, 2008). Ainda de acordo com um dos entrevistados: “[...] teria emprego para todo mundo? Lógico que não. Mas, eu necessariamente não preciso qualificar aquela pessoa para gerar renda no mercado



formal. A formação que ela teve, a qualificação pode servir para o mercado informal, sei lá, para a Economia Solidária, até mesmo o empreendedorismo [...]” (Entrevista II).

No contexto do neoliberalismo a idéia de empreendedor, de autogestionário, de trabalhador autônomo – livre para melhorar sua renda e sua condição de vida, transfere para o indivíduo a responsabilidade de sua ascensão ou não no mercado de trabalho (ALENCAR, 2008; MATTOSO, 1999). Segundo um dos entrevistados:

[...] embora haja uma quantidade grande de empregos dentro da cidade, parte da cidade não consegue concorrer a esses empregos. Ou seja, não consegue participar do emprego formal porque tem uma série de precariedades que foram determinadas pelo social, que impede que eles possam elevar sua escolaridade, ter uma boa moradia, o processo de empobrecimento mesmo, toda cidade tem [...] (Entrevista VIII).

É nesse contexto que a Prefeitura oferta alguns mecanismos de suporte, diante do que o mercado oferece de alternativas e possibilidades de sobrevivência. Atua no âmbito da qualificação, do encaminhamento ao mercado, bem como estimula e orienta quanto às alternativas no campo da informalidade, já que a regulação social através do trabalho proposta pelo capitalismo não é possível, e se distancia gradativamente mais da maioria dos trabalhadores. Quando o entrevistado afirma que o processo de empobrecimento é comum a toda cidade, é importante reforçar que, dentro da ordem capitalista, o pauperismo de fato é inerente a essa sociedade. Mas, jamais deve ser banalizado como algo que historicamente devemos de manter, reforçar e legitimar. A pobreza é resultante da relação estabelecida por esse modo de produção, que tem na exploração de classe seu “eixo condutor”, a qual origina todas as *expressões da questão social*. A seguir veremos outras alternativas que estão relacionadas ao empreendedorismo, ao trabalhador autônomo, subordinadas a Subsecretaria de Apoio ao Empreendedor.

### **3.2.5) Gerência de Acesso ao Crédito**

O Programa do Estado do Espírito Santo que desempenha a função do microcrédito em âmbito nacional é o denominado Nossocrédito. Esse programa é conduzido pela Gerência de Acesso ao Crédito, no município de Vitória, e está vinculado aos mesmos critérios e pré-requisitos estabelecidos em âmbito nacional. Os programas de microcrédito em geral são dirigidos a determinados seguimentos, são focalizados em uma parcela populacional, aqueles que cumprirem alguns critérios para que o crédito possa ser concedido.

Segundo Relatório da Gerência de Acesso ao Crédito, que efetua análise quantitativa e qualitativa dos créditos concedidos no período de maio a outubro de 2009, a população que pode ser atendida pelo programa “Nosso crédito” refere-se a empreendedores de pequenos negócios da economia formal e informal; trabalhadores que concluíram cursos promovidos pelos Programas de Qualificação Profissional Municipal e ou Estadual; cooperativas e outras formas de associação produtiva; pessoas físicas e jurídicas, de baixa renda e que tenham um negócio que contribua para a renda familiar. Existe, portanto, uma interlocução próxima dessa Gerência com as demais gerências da Secretaria, dado que esta concede empréstimos financeiros para os públicos das demais gerências. De acordo com uma dos entrevistados:

[...] quando acontece os cursos de qualificação, o pessoal da qualificação chama a gente para poder ir lá fazer uma palestra, do quê que precisa para poder abrir o negócio, então a gente vai ao público e fala [...] nós estamos trabalhando muito com o pessoal da Economia Solidária, eles tem lá o Arte na Praça e é público nosso. [...] o pessoal da Gerência do Micro e Pequeno Empreendedor, quando a gente tem uma pessoa aqui que ela quer formalizar não sabe como, aí a gente encaminha para eles [...] E tem também as outras Secretarias, o pessoal da SEMAS, [...] eles encaminham gente para cá e chamam a gente para poder ir lá falar sobre o programa, [...] é um público que a gente atende (Entrevista V).

Segundo Alencar (2008, p.118) “[...] os pequenos empreendimentos econômicos vêm se configurando no cenário brasileiro como alternativa real para os trabalhadores em face da ausência de perspectiva de inserção produtiva [...]”. A atuação deste programa está totalmente atrelada ao fortalecimento do capitalismo neoliberal, de incentivar o próprio negócio, as iniciativas autônomas, estão também no campo do empreendedorismo. De acordo com Druck; Filgueiras (2006, p.32), os programas de microcrédito “[...] são extremamente limitados e não tem maior relevância; na verdade, são dirigidos para atividades tradicionais (precárias) que acabam não conseguindo se auto-sustentar na competição intercapitalista [...]”. Sobre a incapacidade do Programa Nossocrédito dessa Gerência, afirma um dos entrevistados “[...] nós temos pessoas aqui que estão no terceiro crédito, e outras.. tem uma, que a gente não está mais atendendo, que ela cresceu tanto que não é mais acompanhada pelo Nossocrédito. Nessa condição que a gente sabe só teve uma pessoa [...]” (Entrevista V). Portanto, fica evidenciado que a maior parte da população atendida por este programa passa a depender destes empréstimos enquanto uma solução, mesmo que temporária, para a manutenção de seus pequenos negócios. Ressalta-se ainda que, não é a população extremamente pobre que

possui acesso a esses empréstimos, seus critérios acabam por direcionar esse programa para aquele trabalhador-empendedor que possui uma renda razoável.

Devido aos critérios deste programa, poucos são os grupos contemplados pelos empréstimos, que tem por objetivo incentivar pequenos negócios, de fato, com pouquíssimas chances de se manter na disputa de mercado, frente ao capitalismo monopolista. Este período do capital, conforme já dito, tende a enriquecer parcelas cada vez menores e a empobrecer a massa de trabalhadores. O capitalismo monopolista em fase neoliberal emprega menos e de forma mais desregulamentada, mantém altas taxas de desemprego e ratifica a lógica capitalista de aprofundamento das desigualdades, conforme afirma Marx (1986, p.187), a “[...] dimensão relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potencialidades da riqueza, mas quanto mais aumenta essa reserva em comparação ao exército ativo, mais aumenta também o pauperismo. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista”.

Os profissionais que atuam na Gerência de Acesso ao Crédito, mesmo que tenham a intenção de atender a população de baixa renda, sendo estabelecido pelo programa que essa população é o público para quem as ações devem ser direcionadas, devido aos critérios do próprio programa, não conseguem possibilitar que a parcela mais pobre acesse ao crédito. Segundo um dos entrevistados:

Infelizmente, nós não estamos atendendo o público que nós gostaríamos de atender. [...] nós temos muitos problemas é da pessoa estar com esse nome limpo, sabe, e ter um avalista. [...] esse fator é um problema para inclusão, [...] a classe média alta a gente consegue atender, mas aquele cara que está lá na ponta, aquele cara que tem um carrinho de churrasco, por exemplo, a gente não consegue atender muito, só alguns. Por exemplo, de 1 à 10, a gente consegue atender 3. E esse seria o público alvo, que a gente gostaria de atender, o programa foi feito para esse público. [...] ficamos muito engessados dentro do critério do programa, por exemplo, por mais que eu queira fugir um pouco da regra atender um público diferenciado, eu não tenho como alterar muito, porque é um critério do programa que diz que eu tenho que fazer dessa forma [...]. Por mais que a gente tenha o interesse de fazer diferente, é muito determinado o que temos que fazer dentro da gerência. (Entrevista V).

Os critérios estabelecidos pelo programa para concessão de empréstimos, dentre outros, são: o trabalhador não possuir dívidas registradas publicamente, mesmo que sejam de pequena quantia; ter dois avalistas, e os dois avalistas tem que ter uma renda líquida de R\$ 2.160,00; o negócio próprio deve estar funcionando há mais de seis meses, não sendo atendidas pessoas que queiram iniciar um negócio próprio, dessa forma, “[...] este programa veio para ajudar a avançar o que já está pronto [...]” (Entrevista V). Para

aqueles que se incluem nestes critérios são concedidos empréstimos de R\$ 200,00 à R\$ 7.000,00. A forma de pagamento do empréstimo é parcelada e inclui a quantia do empréstimo acrescida de juros de 0,7% ao mês.

Novamente registra-se que o processo de *descentralização destrutiva*, apontado por Soares (2002), inviabiliza que no âmbito local, municipal, sejam efetivadas ações que considerem as particularidades, que concedam autonomia para execução das ações, no intuito de realizar ao menos aquilo que a própria política propõe. O estabelecimento de tantos critérios, e de critérios distantes da realidade da maior parte da classe trabalhadora, desempregada e em condições precárias de sobrevivência, inviabiliza que o programa minimamente atenda a seus próprios objetivos. De acordo com um dos entrevistados, “[...] os critérios do programa teriam que ser revistos, mas isso foge a nossa governabilidade, porque é um programa de Estado e não da Prefeitura” (Entrevista V).

Os critérios estabelecidos estão vinculados à focalização deste programa, que como outros em relação às políticas de trabalho e renda, delimita ao máximo qual será a população atendida pela gerência, devido os investimentos e recursos do poder público estarem prioritariamente destinados à esfera econômica em detrimento da expansão de políticas e programas no campo social (GIRALDO, 2007; PASTORINI, 2006).

De acordo com o relatório da gerência, no período de maio a outubro de 2009 foram concedidos 128 empréstimos, de um valor médio de R\$ 4.537,48, a maior parte desses empréstimos foram concedidos para negócios que estão no campo da informalidade, aproximadamente 72% dos empréstimos realizados. A maior quantidade desses empréstimos foi destinada para negócios na área do comércio, aproximadamente 68%. Sobre o destino destes empréstimos e a permanência desses pequenos negócios no mercado brasileiro, cabe reforçar, de acordo com Alencar (2008, p.121) “[...] a proporção de empreendimentos sem possibilidades de expansão é confirmada pela quase predominância de negócios de natureza comercial ou de serviços, com baixa intenção de crescimento [...]”.

Portanto, as ações desta gerência estão voltadas para o fortalecimento das iniciativas autônomas, relacionadas ao auto-emprego, e que estão majoritariamente no campo da informalidade. O Estado reforça sua intenção de favorecer os ganhos do capital quando

fomenta a competição e a disputa de mercado entre grandes capitalistas e aquele trabalhador-empresendedor, donos de pequenos negócios que sobrevivem à beira da falência, que são tão quão explorados quanto qualquer outro trabalhador, devido às extensas jornadas, a não apropriação de lucros frente ao trabalho socialmente produzido, a insegurança social e a ausência de direitos trabalhistas. Para além dessa penosa realidade, o Estado fomenta ideologicamente que todos esses trabalhadores podem “crescer” no mercado de trabalho, podem se tornar grandes capitalistas, no intuito de legitimar suas próprias políticas e de aparentar que se preocupa com o social. De acordo com Alencar (2008, p.123) “[...] as políticas de emprego e renda [...] esvaziam as possibilidades de conflito à medida que articulam ações compensatórias e focadas para os segmentos sociais mais atingidos, criando, ainda, a ilusão de uma intervenção do Estado sobre a questão do desemprego”. A seguir, veremos como o Estado tem atuado no incentivo aos grupos produtivos do município de Vitória, a chamada Economia Solidária.

### **3.2.6) Gerência de Promoção da Economia Solidária**

Esta gerência está voltada para o incentivo, a promoção de grupos produtivos locais, que não estão diretamente atrelados as alternativas comuns referentes a informalidade, ao setor de serviços. No entanto, os grupos produtivos são, do mesmo modo, alternativas de sobrevivência encampadas por aqueles trabalhadores expulsos do mercado de trabalho, inclusive das opções pela via dos serviços e da informalidade conforme conhecida.

Ao tratarmos do desmonte no mercado de trabalho a partir da década de 1990 no Brasil, é nítida a expansão de relações mais precárias, bem como a contradição que esta apresenta com o desenvolvimento econômico. A esse respeito Pochmann aponta que:

[...] cada 10 ocupações abertas durante a década de 1990, três foram de ocupação doméstica, duas de trabalhadores ambulantes, uma outra de limpeza [...]. [Registrou-se ainda que] 70% das ocupações criadas no Brasil estiveram concentradas em atividades que não tem a ver com a modernização técnica e produtiva (POCHMANN, 2006, p. 31).

É inerente a esse modo de produção o conflito capital/ trabalho. A medida que o capital se expande, que as indústrias ampliam seus lucros, não significa, bem ao contrário, que irá respingar nos trabalhadores melhorias no que tange ao trabalho, ao emprego e as formas de sobrevivência. O capital, ao buscar atender seus interesses, tem na força de

trabalho um “mal necessário”, pois esta é geradora do *valor*, mas para os capitalistas significa despesas que devem ser reduzidas ao máximo. Por isso, na década de 1990, o aumento da produtividade da indústria ocorreu concomitantemente à perda significativa de postos de trabalho. Estes também não foram compensados pela ampliação do setor de serviços, menos ainda o setor público incorporaria essa demanda. O resultado foi que milhões de pessoas ficaram à mercê das formas mais precarizadas de trabalho informal, inventando e reinventando estratégias de sobrevivência (BEHRING, 2003).

D acordo com um dos entrevistados, sobre a relação entre o desenvolvimento econômico atrelado ao desenvolvimento social. A firma que:

[...] dentro da política de desenvolvimento local e desenvolvimento social é oportunizar essas pessoas de se incluírem no mercado formal ou informal. Aquele grupo mais precário, [...] pessoas que tem uma condição menos adequada para disputar o mercado de trabalho formal, houve o projeto da gerência de economia solidária que começou a criar uma [...] série de ações no sentido de apoiar essa economia informal [...] Então existe todo um movimento por um lado de apoio ao trabalhador, e por outro lado de apoio ao empreendedor. O empreendedor *desde o catador de material reciclável, a gente entende que ele é um empreendedor*, até aquele cara que é um micro empreendedor [...] (Entrevista VIII, grifo nosso).

É nesse contexto que a Economia Solidária se coloca enquanto opção para a população mais pauperizada. Vistos como empreendedores, a *classe-que-vive-do-trabalho* tende a se identificar mais com o capitalismo do que com a população trabalhadora explorada. É evidente que essa forma de conduzir a política, de se reportar a população, mais do que possibilitar a essa parcela populacional condições de sobrevivência, ressalta-se, extremamente precárias, serve ao poder público ideologicamente enquanto ferramenta de legitimação política diante daqueles que precisam agarrar qualquer alternativa. Os trabalhadores que compõem estes grupos, assim como todos do campo da informalidade, se constituem majoritariamente de pessoas com baixas remunerações, com rendas imprecisas e imprevisíveis (TAVARES, 2002). É, portanto, a partir da década de 1990, com o neoliberalismo, que esses grupos e outros irão ser denominados de empreendedores, autogestionário, autônomos – livre para melhorar sua renda e sua condição de vida, o que dependeria majoritariamente de cada indivíduo (ALENCAR, 2008).

No entanto, sobre a Economia Solidária existe a particularidade de muitos autores e do próprio poder público, ver nessa forma de organização produtiva um processo de

produção e de trocas diverso das relações capitalistas regulares. Segundo um dos entrevistados:

[...] nós fazemos uma política de fomento e incentivo a localização de grupos de Economia Solidária [...] a gente busca trabalhar com eles a concepção da Economia Solidária, não necessariamente como uma Economia de Mercado como está aí, o que também cria uma alternativa de sobrevivência muito interessante para essas pessoas que as vezes pela idade, pela situação, pela opção [...] talvez não se encaixaria em curso de qualificação para entrar em um emprego regular (Entrevista IX).

Ainda de acordo com o MTE (Economia Solidária, 2010), conforme apontado no capítulo anterior, a Economia Solidária “[...] é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem [...]”. Segundo Barbosa (2008, p.101), a Economia Solidária “[...] é entendida como uma modalidade de economia popular – de práticas econômicas de sobrevivência – que reúne grupos em associações, cooperativas ou pequenas empresas baseados na cooperação e autogestão”.

Conforme apontado no capítulo anterior, o setor informal não é para a maioria que o compõem uma opção de atuação no mundo do trabalho, uma escolha, conforme afirma o entrevistado. Os trabalhadores do ramo da informalidade estão imersos às condições mais precárias, com relações de trabalho mais frágeis e flexíveis. Estes trabalhadores compõem a parcela mais pobre do meio urbano e também rural, de menor renda e de poucos anos de escolaridade. Compõe estes grupos: temporariamente, a contemporânea *superpopulação relativa flutuante*; aqueles que estão de fato por opção, vislumbrando garantir melhor renda, atraídos pelo discurso do empreendedorismo; aqueles que acumulam alguma atividade regulamentada de baixa renda com outra atividade informal complementar; aqueles ainda que só tem nessa a opção de garantir a sobrevivência, a contemporânea *superpopulação relativa estagnada*. Esta última é, portanto, a que mais se identifica com o público que compõem a Economia Solidária.

Os grupos da Economia Solidária, normalmente, iniciam sua organização aquém do poder público, estabelecem periodicamente uma feira aonde as trocas serão estabelecidas através de moedas próprias para aquele espaço mercantil. Contudo, a forma de se relacionar destes grupos espelha a organização social capitalista, reproduz a relação mercantil, de comércio, de troca, intermediada por moeda. Assim, ela cumpre,

aparentemente de forma distinta, a essência capitalista de trocar, igualar, quantias correspondentes de trabalhos diferenciados, o *trabalho abstrato*. Os trabalhadores deste grupo, como os trabalhadores do capitalismo, produzem mercadorias que possuem as duas dimensões, *valor-de-uso* e *valor-de-troca*, e o fazem mediante as duas dimensões do trabalho, *trabalho concreto*, que produz produtos necessários a vida humana e *trabalho abstrato* produtor do *valor* (MARX, 2008). Romper com essa forma de produzir significa romper com o capitalismo, e estar para além das relações mercantilistas, significa romper com as relações de troca que igualam no mercado trabalhos diferentes, e que tendem a se tornar mais complexas e favoráveis a predominância do *trabalho abstrato*, à produção de mercadorias, o que favorece a expansão do mercado em detrimento da vida humana, conforme a história do capitalismo tem nos mostrado.

Compõem ainda a Economia Solidária grupos mais atrelados ao próprio comércio de mercadorias, que atuam diretamente no mercado, como o grupo “Arte na Praça”, composto por produtores e vendedores de artesanatos e alimentos, que funciona na Praça dos Namorados no município de Vitória. Esse grupo, como outros no município, já possui apoio da prefeitura, é acompanhado pela Gerência de Economia Solidária. Sobre a organização na forma de Economia Solidária, Barbosa (2008, p.102) cita alguns grupos, como: os “[...] catadores de lixo, processadores de material reciclado, artesãos de diversas áreas, trabalhadores de confecção de roupas, oficinas mecânicas, padarias, segmentos diversos de alimentação, pequenas produções agrícolas, leiteira e pecuária [...]”.

De acordo com um dos entrevistados, servidor da prefeitura:

[...] Através da Economia Solidária tem um trabalho com os catadores, com os artesãos, tem a feira de artesanato também, que tem mais de 200 expositores que são apoiados pela Secretaria, também com suporte de destinação do próprio espaço público que é a própria praça e toda a infraestrutura que lá se utiliza de energia, água. Então hoje nós temos todo esse trabalho que é feito. Esse trabalho, fazendo uma avaliação dele, nesses anos, é um trabalho muito importante, indispensável [...] (Entrevista VIII).

Os trabalhadores que atuam no âmbito da Economia Solidária estão entre aqueles que podem ser atendidos pelo microcrédito, Programa Nosso crédito no Espírito Santo, são trabalhadores que comumente se identificam enquanto empreendedores, o que é motivado pelo poder público. A Economia Solidária é uma recente, e por vezes



mascarada, alternativa no campo do mercado informal. O poder público, ao motivá-la, distancia-se da perspectiva de regulação social do trabalho, de incentivo a melhores condições de trabalho e de vida, fortalecendo os direitos da classe trabalhadora e sua possibilidade de organização de classe. Os grupos da Economia Solidária possuem precária tecnologia e precário desenvolvimento das forças produtivas, o poder público contribui para que a eles sejam destinadas possibilidades de se tornar pequenos negócios regulamentados ou se manterem isolados dentro de uma dinâmica de mercado globalizada sob a égide financeira.

Contudo, de acordo com Marx (1875, p. 19), pensar que “[...] em vez de surgir do processo de transformação revolucionário da sociedade, a organização socialista do trabalho total surge da ajuda do Estado, que o Estado dá às cooperativas produtivas, que ele, e não os operários, chama à vida”, é inimaginável. Desenvolver outra forma de sociedade é necessário, se o intuito é a sobrevivência íntegra da maior parte da humanidade. Desenvolver outra forma de produção que vislumbre o trabalho social, o trabalho total, deve distanciar-se das relações de troca, no intuito de atender a todos de acordo com suas necessidades, no intuito de atingir o bem comum. Construir essa sociedade é deixar para traz, junto com o modo de produção de mercadorias, os costumes e valores dele provenientes, como o individualismo e a competição, é construir cooperativamente, é construir coletivamente para a coletividade, sem mensurar a quantidade destinada a cada indivíduo de acordo com a troca que ele pode estabelecer. O caminho para essa construção é árduo e seu percurso não pode ser traçado por outrem, se não pela ação consciente da própria *classe-que-vive-do-trabalho* (MARX, 1875).

No intuito de finalizar esta análise, teceremos breves considerações sobre uma última Gerência que atua indiretamente na perspectiva da geração de trabalho e renda. A Gerência de Inclusão Digital.

### **3.2.7) Gerência de Inclusão Digital**

Outra Gerência que atua no âmbito do empreendedorismo, do trabalhador autogestionário, autônomo, é a Gerência de Inclusão Digital. Esta Gerência tem por objetivo possibilitar o acesso a internet, a tecnologia digital pela população que não tem

acesso a esse tipo de serviço através da esfera privada. Nesse sentido são desenvolvidos espaços e ações no intuito de promover essa denominada “inclusão digital”.

Para isso, a Prefeitura de Vitória, através dessa Gerência, mantém atualmente 22 telecentros que se encontram em diversos bairros da cidade. A maior parte se situa nos bairros mais pobres. Os telecentros se configuram em uma espécie de lan house pública, que pode ser utilizada por qualquer pessoa. Caso não haja computadores disponíveis na ocasião o interessado poderá aguardar sua vez. Nos telecentros existem computadores da própria prefeitura, em espaços mantidos também pela Prefeitura, e nestes espaços também são ofertados cursos de pequena duração para área de informática, no intuito de orientar aqueles que não são habituados ao manuseio de computadores. De acordo com um dos entrevistados:

[...] os telecentros para apoiar a questão digital e aí as pessoas tem acesso a informação tecnológica e também para poderem fazer seus currículos, poderem montar seus negócios através da rede que o município cria. E agora também nós temos a Vitória digital que oferece um sinal gratuito Wireless, em dois lugares da cidade Jardim Camburi e Ilha das Caieiras. Então essa política de inclusão digital está dentro dessa perspectiva de desenvolvimento local e inclusão [...] (Entrevista VIII).

Dessa forma, além dos telecentros, outro programa da Secretaria é o denominado “Vitória Digital”, conforme abordado pelo entrevistado, disponibiliza sinal gratuito Wireless para esses dois bairros da cidade, tendo a intenção de ampliar para outros bairros. Cabe destacar que para acessar esse tipo de tecnologia a população precisa dispor de computadores que captem este sinal, sendo esta uma tecnologia recente acessada pelos últimos modelos de computadores. Vale dizer também, que muitos dos moradores desses bairros não devem dispor sequer de computadores em suas residências, o que nos leva a concluir que esse programa beneficiará uma parcela da população, as empresas localizadas nesses bairros e os trabalhadores que possuem condições de vida melhores.

Quanto a iniciativa em relação aos telecentros, entendemos aqui ser importante, ao passo que leva aqueles trabalhadores expropriados das condições de vida básica a ter uma opção de acesso a tecnologia pela via pública. No entanto, não podemos deixar de reforçar que esse, como todos os demais programas implementados por essa Secretaria, ao situar-se no limite entre o trabalho e o capital direciona a vida dos trabalhadores para a lógica do mercado, visando sempre atender, prioritariamente, as demandas do

mercado. Segundo Alencar (2008, p.120), as políticas de geração de trabalho e renda “[...] articulam-se sob uma lógica em que, à medida que atendem algumas necessidades do trabalho, o fazem, no entanto, subordinadas às requisições e necessidades do capital [...]”. Atender aos trabalhadores é uma consequência, diante de ser a inserção no mercado de trabalho formal ou informal a única forma de sobrevivência dessa classe.

## Considerações Finais

Ainda no início deste trabalho tivemos o cuidado de abordar sobre os fundamentos do capitalismo, sua essência exploradora de classe, que é na verdade, a condição fundamental para sua manutenção e continuidade. A *questão social* no capitalismo, portanto, significa o conflito essencial desse sistema, o conflito capital/trabalho e fica evidenciada diante das suas manifestações e aprofundamento das suas expressões. Consideramos, diante dessa relação de exploração, o que vem a ser o trabalho nessa sociedade, ponderando que em outras formas de organização social sua concepção já foi diferenciada, estando atrelada exclusivamente ao *trabalho concreto*, diferente do trabalho produtor de mercadorias, o *trabalho abstrato*, que subsidia as relações de troca. Diante da relação de exploração, que implica em interesses opostos de uma classe em relação a outra, evidenciamos que o percurso histórico do capitalismo registra o que lhe é inerente, o processo de luta de classes. Estas, no intuito de defenderem seus respectivos interesses, movimentam a história do capitalismo, que registra vitórias e derrotas para ambas.

É nesse processo de luta de classes que foi construída a política social, enquanto direito do cidadão e dever do Estado, que concede a classe trabalhadora serviços básicos no intuito de minimizar sua insatisfação e rebeldia frente a exploração do trabalho. A implantação das políticas sociais ao longo do capitalismo, ao mesmo tempo em que significou um avanço para os trabalhadores, concedendo a eles através dos direitos, melhores condições de vida e de trabalho, significou um alívio para o capital, garantindo sua manutenção. A história da política social nos países em que se originou nos retrata exatamente esse processo. A política social avança nos períodos em que há maior embate da classe trabalhadora para com o grande representante da burguesia, o Estado, comumente nos períodos de crise, quando a classe trabalhadora percebe suas condições de vida e de sobrevivência ainda mais ameaçadas.

A história da política social no Brasil também é movimentada pelo processo de luta de classes, durante todo seu percurso, e, é nos períodos de maiores embates que a classe trabalhadora obteve suas maiores conquistas, por exemplo, a própria Ditadura Militar que ao sucumbir após 20 anos de persistência deu origem a Constituição da República de 1988, a qual continua a ser um exemplo de amplitude de direitos, de cidadania e de democracia, pelo menos textual. Conforme afirmação de Faleiros (1995, p.120), “[...]”

pode-se afirmar que na América Latina a principal força propulsora da implantação dos seguros sociais foi a classe operária, através de seus movimentos reivindicatórios [...]”.

Contudo, o neoliberalismo foi o período seguinte ao Estado de Bem-estar social, que vigorou nos países centrais e que influenciou veementemente o texto da Constituição da República brasileira. Após os países latino-americanos acatarem o Consenso de Washington, o neoliberalismo adentrou ao Brasil como uma avalanche, trazendo muitas novidades. Trouxe para os brasileiros, a privatização de empresas estatais, o desemprego em massa, a flexibilização das relações de trabalho, perda de direitos e mudanças no processo produtivo; os convenceu a trabalhar em equipe, a “vestir a camisa da empresa”, a ser colaborador e polivalente; os possibilitou novas alternativas, de ser empreendedor, autônomo e autogestionário. Essa nova forma de Estado, mínimo para o social e máximo para o mercado, culminou em perdas profundas para a *classe-que-vive-do-trabalho*.

Esse período, que se mantém, registra retrocesso da força dos trabalhadores no processo de luta de classes, a cada um se identificar. A ideologia neoliberal tende a cooptar as massas trabalhadoras fortalecendo o individualismo em detrimento da perspectiva coletiva de classe, levando-as a pensar e agir para o capital, levando-os a crer que ao trabalhar para si atuam também em prol do bem comum, do bem de todos, o que culmina em todos atuarem para engrandecer o mercado. Os “frutos” desse trabalho coletivo, social, é, portanto, apropriado por uma minoria, conforme foi relatado neste trabalho, sobre o processo de exploração e apropriação da *mais-valia*.

Para elucidar as perdas dos trabalhadores no período pós 1990, foram considerados dados relativos ao desemprego, a informalidade, a renda dos trabalhadores e aos índices referentes as desigualdades sociais, no intuito de retratar, mesmo que aproximadamente, a realidade de trabalho e da vida dos trabalhadores contemporâneos, para posteriormente apontar as políticas de trabalho e renda frente a essa realidade. Sobre o levantamento desses dados, cabe considerar que a tentativa foi utilizar os mais atuais e mais aproximados da realidade. Os dados utilizados são produzidos pelos institutos nacionais, e cabe destacar que um fator que dificultou o desenvolvimento desse trabalho foi que esses dados, ou não abrangem a totalidade brasileira, ou não consideram os desempregados por desalento, e a maioria deles não está atualizado.

Um dos indicativos que deixamos neste trabalho com respeito à relevância de informações sobre a realidade que se quer abranger para embasar a elaboração e implementação de determinada política social. Se esta política tiver por intuito de fato atender com qualidade, universalidade, sendo respeitadas as particularidades dos sujeitos sociais, o poder público deve prioritariamente efetivar pesquisas considerando a população local, regional e também nacional que será atendida por determinada política social. Sem essas informações, qualquer tentativa de atender a população através das políticas sociais já possui todas as possibilidades de não cumprirem esse objetivo.

Outro aspecto que deve ser considerado e estudado pelo poder público é em relação ao processo de descentralização político-administrativa. Especialmente em relação às políticas de trabalho e renda, cabe apontar que sua implementação atualmente depende de convênios entre o Ministério do Trabalho e os municípios, sendo que os planos nacionais já determinam uma série de prerrogativas a serem cumpridas pelos diversos municípios. Dessa forma, não são respeitadas as particularidades municipais, as desigualdades entre os municípios e no próprio município, como se municípios com realidades tão diversas pudessem implantar as mesmas ações e da mesma maneira. A atual organização da descentralização político-administrativa precisaria ser reformulada, considerando a diversidade brasileira, a gritante desigualdade deste país, e respeitando as particularidades regionais, locais e culturais. Um processo de descentralização político-administrativa que “deixe cada município por si” reforça as desigualdades sociais, que jamais devem ser banalizadas, apesar de estarem encruadas na história do Brasil.

No município de Vitória, devido a sua realidade orçamentária particular, de ser capital de um Estado que cresce em termos financeiros, numéricos, e por ser administrada pelo PT, que mesmo mantendo “pano de fundo” idêntico às demais formas de administração, prioriza o mercado e não avança na distribuição de renda, possui uma condição razoável financeira e intencional frente aos demais municípios para investir em políticas sociais.

Nesse município a Secretaria de Trabalho e Geração de Renda, desde 2006, desenvolve ações voltadas para inserção dos trabalhadores no mercado formal ou informal, para garantir-lhes uma renda de forma independente. Com esse objetivo está organizada em gerências que tiveram a direção de suas ações aqui analisadas diante do referencial teórico adotado.

Em relação à coleta de dados no município, foram utilizados dados do Instituto Jones Santos Neves (IJSN), que efetua pesquisa em todo o Estado do Espírito Santo. Este instituto, como os demais também utilizados a nível nacional, apresenta muitos dados que tiveram sua última atualização no ano 2000. Tal fator dificulta em muito o processo de apreensão quanto ao mercado de trabalho do Estado e do município de Vitória. O desenvolvimento de pesquisa local é fundamental para a atuação da Secretaria na área do Trabalho e para as demais Secretarias do município, no intuito de planejar suas ações conforme a demanda local.

Em nível Estadual e também municipal, tem sido construída a proposta de setor, dentro das respectivas Secretarias, que realizem a observação do mercado de trabalho local, o denominado “Observatório do Trabalho”. Tivemos acesso a alguns relatórios do Observatório do Trabalho e identificamos que este setor atua com os mesmos dados utilizados nesta pesquisa, oriundos das fontes aqui utilizadas, como IBGE, DIEESE, MTE, IJSN, dentre outros. Este setor tem produzido, em nível local, relatórios relacionando estes dados. No entanto, não tem sido realizados trabalhos de campo para que sejam levantadas informações locais. Certamente, o levantamento de dados em âmbito Estadual e municipal através de pesquisa que vá aos trabalhadores, nos concederia uma amplitude de informações mais próximas da realidade. Para isso, é importante que se realize no âmbito do poder público, entre a Prefeitura e a Instituição local realizadora de pesquisas (IJSN), propostas dessa natureza, que tenham por objetivo levantar as reais condições de vida, de trabalho e as demandas da classe trabalhadora, para posterior vislumbre de políticas sociais.

Todos os relatórios e documentos consultados produzidos pelo Observatório do Trabalho, pela própria Secretaria e pelo IJSN, que compõem o poder público, tem a tendência de enaltecer os dados. Apontam o número de empregos gerados sem relacionar com o crescimento da População Economicamente Ativa, sem problematizar a qualidade dos empregos gerados. Os relatórios não apresentam análise destes dados, não os vinculam a nenhuma perspectiva teórica, e no nosso entendimento, a compreensão e uso das categorias de Marx para analisar o trabalho, as relações no âmbito da produção e as relações sociais, em se tratando de estarmos no capitalismo, são indispensáveis.

Conforme afirma Lowy:

A teoria de Marx corresponde a um período determinado de desenvolvimento econômico e político: “a passagem da etapa capitalista à etapa socialista da humanidade”. É apenas na medida em que esta etapa for superada, e as classes sociais desaparecerem, que se poderá ir além do horizonte intelectual representado pelo marxismo [...]” (LOWY, 2007, p.127).

Portanto, é fundamental inicialmente que sejam levantados dados mais fidedignos a realidade e que haja compromisso com a classe trabalhadora quanto ao levantamento e a análise desses dados.

Mesmo com os limites dessas instituições, que ao servirem ao poder público apresentam um viés em sua abordagem, a coleta de dados aqui realizada, quanto às taxas de desemprego, de informalidade e de desigualdades, nos permitiram evidenciar que essas *expressões da questão social* tendem a se aprofundar no decorrer do capitalismo, cumprindo a lei geral da acumulação que gera na mesma magnitude riqueza e pobreza. Dessa forma, os dados levantados pelo Estado e utilizados neste trabalho, no que tange as políticas para geração de trabalho e renda estão voltados para reforçar a ordem capitalista, que beneficia ao mercado, aos grupos representantes da burguesia, e não no intuito de perceber os reais limites do mercado de trabalho atual, sua configuração econômica atual e organização do trabalho considerando todas as consequências para a *classe-que-vive-do-trabalho*.

Em relação as entrevistas cabe dizer que os entrevistados demonstraram ter dimensão de que a atuação das respectivas gerências é limitada quanto ao grau de abrangência e impotência diante do desemprego, da pobreza e das desigualdades sociais, mesmo que os relatórios e documentos não tenham apresentado esses limites. Os relatórios, que apresentam apenas dados, não incluindo análises teóricas sobre o tema, tendem a enaltecer as ações da Secretaria. No que diz respeito às diferenças entre o que foi dito e o que é escrito, assumimos ser um aspecto que identificamos no decorrer do processo de pesquisa e que merecia aprofundamento no tratamento, mas que não estava dentre os objetivos deste trabalho.

O que de fato foi assumido pelos entrevistados, nas entre-linhas de suas colocações, e o que está documentado, é que as ações da gerência da forma como têm sido planejadas e encaminhadas, servem aos interesses do mercado, ao que o mercado requisita nesse momento histórico do capitalismo. As ações estão atreladas a total reprodução do capitalismo, a legitimar sua perspectiva atual de perda de direitos da classe trabalhadora, de *fragmentação, heterogeneização e complexificação* dessa classe. Reproduz a



ideologia neoliberal a media que não apenas legitima, mas fomenta e estimula ações no âmbito do empreendedorismo, da autonomia na ascensão profissional, da qualificação na perspectiva da empregabilidade, dentre outras. A atuação desta Secretaria se distancia da ampliação dos direitos dos trabalhadores enquanto classe, da regulação social do trabalho que possibilite a esses trabalhadores que se reconheçam enquanto uma mesma classe, na perspectiva de sua organização política. Da forma como a Secretaria tem encampado as ações na área do trabalho, ao fortalecer os princípios do capitalismo neoliberal e distanciar esses trabalhadores de se perceberem enquanto classe, fragilizam mais e mais sua atuação e força diante do conflito capital/ trabalho.

Apenas um dos entrevistados, representante dos trabalhadores no Conselho Municipal do Trabalho, apresentou ter total entendimento, compreensão e consciência de classe quanto aos limites das ações da gerência, bem como do funcionamento do Conselho Municipal do Trabalho frente à organização de produção capitalista. Os demais entrevistados demonstraram uma perspectiva do fazer o que é possível, apresentando certo conformismo diante dos limites do capital.

A Secretaria de Trabalho e Geração de Renda tem por intenção desenvolver um trabalho distanciado da perspectiva da Política de Assistência Social, no intuito de possibilitar aos trabalhadores que sobrevivam por si. Esta relação entre a Política de Trabalho e a Política de Assistência foi apontada nas entrevistas realizadas, quando alguns dos entrevistados que atuam com a política de trabalho afirmaram acreditar que estão em nível de atuação mais abrangente. Conforme afirmou um servidor sobre o que acredita ser a Política de Trabalho:

[...] está em um patamar muito maior que as ações da Assistência. Por que ela permite que a pessoa que vai se inserir no mercado, ela se insira no sentido de ser mais sujeito da sua própria história, do que receber assistência, receber bolsa-família, alimento, receber abrigo, acho que a gente está em um outro patamar de humanização (Entrevista VIII).

Este aspecto não foi desenvolvido neste trabalho, devido a entendermos que uma discussão que contraponha essas duas políticas carece de aprofundamentos que dependeriam de uma pesquisa exclusiva para tal.

À luz do referencial teórico adotado, entendemos que políticas e programas nessa área, se quisessem fortalecer a classe trabalhadora, deveriam caminhar para a ampliação e expansão dos direitos sociais, especialmente através da regulação social do trabalho,

mediante estudos e lutas em prol da redução da jornada de trabalho, da elevação dos salários, do incentivo a contratação regular, formal, que conceda todos os direitos, que fortaleça as contratações mediante concurso público e que reavalie, diante das leis trabalhistas, outras formas de proteção social, como a estabilidade no emprego (MATTOSO, 1999). Essas conquistas permitem que a classe trabalhadora avance na consciência quanto sua posição social, fortalecem sua organização política frente ao conflito capital/ trabalho e possibilita o avanço de transformações rumo a nova sociedade. No intuito de apontar perante as ações realizadas hoje a nível municipal, quais podem ser fortalecidas em prol da classe trabalhadora, tecemos aqui algumas ponderações e sugestões.

Sobre o Conselho Municipal do Trabalho, os membros deste conselho e os gestores e trabalhadores da Secretaria – como os membros de qualquer conselho de gestão de políticas públicas e direitos e trabalhadores de determinada política social – precisam participar de capacitações e formações constantes referentes a área gerida. É fundamental, neste caso, que compreendam teoricamente o trabalho nessa sociedade, que reflitam e discutam o que é oriundo dessa sociedade, entender seu funcionamento, sua organização e a divisão e luta de classes. Uma formação aprofundada nessa direção é fundamental.

No Conselho Municipal do Trabalho, é necessário que destinem mais tempo para as ações do conselho, que a durabilidade e frequência das reuniões sejam ampliadas, possibilitando discussões aprofundadas a respeito das questões levantadas e, especialmente, das decisões a serem tomadas. É ainda fundamental o envolvimento dos participantes, a dimensão da relevância daquele espaço, da representação que exercem ali e dos resultados das decisões tomadas. Especialmente os representantes dos trabalhadores não devem perder de vista a dimensão crítica para leitura da realidade, das propostas apresentadas pelo poder público e de seu papel de enfrentamento, atentos a luta de classes no movimento do capitalismo.

A política de qualificação profissional municipal está sim atrelada a perspectiva do *capital humano*, e, mesmo tendo sido afirmado em documentos e nas entrevistas que esta política está em um nível de emancipação humana, de autonomia, referem-se essas idéias ao próprio período do capitalismo neoliberal, quanto a autonomia frente ao mercado, no intuito de fortalecer a empregabilidade. Uma formação humana, que de

fato vislumbra a emancipação dos sujeitos sociais, precisaria considerar as categorias teóricas fundamentais para compreensão das relações sociais no capitalismo, ultrapassar a perspectiva atual de Educação para o mercado, e se direcionar para elevação da consciência crítica, cidadã, no intuito de fortalecer o sujeito social participativo, atuante na sociedade. Esta formação exigiria interlocução com a política de Educação, no intuito de legitimar essa perspectiva desde as formações primárias. Deveria, para isso ser disponibilizado maior quantidade de recursos, tanto para área da Educação, como para área do trabalho, utilizados com real compromisso social. Políticas nessa direção estariam encampando um processo, que é histórico, de mudança social.

Sobre o SINE, nos cabe dizer que atua em uma dimensão mais que pontual, no total limite do mercado, apenas facilitando que o empregador selecione sua força de trabalho, dentre aquele contingente amplo de possibilidades, o *exército industrial de reserva* que só tende a crescer. Atuar nesse setor implica em estar frente a frente com a demanda dos trabalhadores, que chegam ali desesperados, necessitados de vender sua força de trabalho, de até querer inseri-los, mas devido ao próprio mercado, a força do capital diante dos trabalhadores, a inserção de muitos deles fica impossibilitada. Uma pesquisa interessante seria avaliar o trabalho do SINE de forma mais concisa, no intuito de perceber como os próprios trabalhadores deste setor se angustiam e até mesmo sofrem diante dessa cruel realidade.

Afirma um dos entrevistados sobre essa situação que:

[...] ninguém entra feliz aqui na agência, ninguém vem com bom-humor, porque ou ela está desempregada há muito tempo, ou acabou de ser demitida [...] o quadro é reduzido, o trabalho, desgastante, e a equipe está sempre desgastada [...] eles são ofendidos todos os dias. [...]. A gente tem que tentar motivar de alguma forma, tentar melhorar pra que eles atendam a população bem e pra que os funcionários estejam bem e motivados para trabalhar. É um desafio assim, importante, e não é bom. A equipe fica sugada. É uma área desgastante, e conflituosa [...] (Entrevista, VI).

Portanto, a qualificação do trabalhador e o SINE como estão colocados, atuam de forma mitigadora, atuam entre a expressão própria do capital em conflito com o trabalho, e, tem por objetivo servir prioritariamente aos interesses do capital, ao invés da classe trabalhadora. As *expressões da questão social* referentes ao desemprego e à falta de qualificação têm sido respondidas de forma a atender o mercado, a ajustar os trabalhadores para o mercado.

As ações no âmbito do empreendedorismo, de apoio ao micro e pequeno empreendedor, de acesso ao crédito e da economia solidária, estão no campo de maior complexificação da exploração atual. Oferecem a *classe-que-vive-do-trabalho* mais pauperizada e sem condições de se inserir no mercado regular as alternativas de sobrevivência mais precárias. No intuito de possibilitar a essa parcela da população passividade diante da condição degradante que estão imersos, divulgam a idéia do empreendedorismo, do autogestionário, do autônomo. Essas políticas legitimam a perda de direitos dos trabalhadores pós 1990, reforçam o mercado informal, declaradamente, enquanto uma opção que está posta, e pronto. Tal perspectiva ideológica, respaldada pelo neoliberalismo, leva esses grupos a não se identificarem enquanto classe trabalhadora, mas enquanto um grupo social novo, que está mais atrelado ao perfil do próprio capitalista do que dos trabalhadores.

No que se refere aos grupos produtivos da economia solidária, vistos como grupos que atuam para além do mercado, reafirmamos que enquanto suas ações estiverem atreladas ao comércio, à troca de mercadorias baseadas no próprio *trabalho abstrato*, inseridos no capitalismo, tendo apoio do poder público, e ainda mais importante, identificando-se enquanto empreendedores do período neoliberal, não se colocando na posição social de trabalhadores, explorados do capitalismo, estão reproduzindo as relações sociais dessa sociedade, com todos os valores e princípios a ela inerentes.

As ações da Secretaria municipal quanto à informalidade estão imbuídas do fortalecimento de tudo que o capitalismo mais precisa nesse período neoliberal, resolver pontualmente a situação desses trabalhadores que compõem a *superpopulação relativa estagnada e flutuante*, no intuito principal de amenizar, mesmo que minimamente, as *expressões da questão social* sobre suas vidas, não havendo aqui qualquer ponto relevante, que podemos indicar para fortalecer a classe trabalhadora enquanto *classe para si*.

Dessa forma, entendemos que a atuação desta Secretaria e outras que atuem na área do trabalho, se o objetivo for possibilitar melhorias para a *classe-que-vive-do-trabalho*, deve primar pela expansão de seus direitos, no intuito de fortalecer a organização e força dessa classe frente ao conflito capital/ trabalho, rumo a organização política para a construção de uma nova sociedade, plena, no que tange a emancipação e expansão dos indivíduos sociais.

Cabe destacar que, nessa perspectiva, a consciência de classe e sua organização têm por intuito a transformação social rumo a ultrapassagem da sociedade de classe, um processo histórico e árduo, mas de acordo com as palavras de Netto (2005, p. 161), a “[...] história é uma matrona cheia de ardis, não nos enganemos: o que parece sólido se desmancha no ar. É verdade, porém, que não há garantias prévias da derrota da barbárie – e, por isso mesmo, o futuro permanece aberto”.

Dessa forma, aqui almejamos que, o trabalho em uma nova sociedade pós-capitalista seria exclusivamente o *trabalho concreto*, voltado para atender as necessidades humanas. Uma forma de trabalho onde todas as pessoas contribuiriam segundo as suas capacidades e, segundo suas necessidades, teriam acesso a tudo o que for coletivamente, socialmente produzido. O trabalho nessa nova forma seria consciente mediante o controle livre e coletivo. Os próprios produtores é que organizariam e identificariam o que deve ser produzido, em que quantidade, no intuito de atender as necessidades humanas. Seria, portanto, o valor de uso o que nortearia a produção e o acesso aos bens produzidos e não o valor de troca.

Dessa forma:

Isso configurará a base a partir da qual tornar-se-á historicamente possível o desaparecimento de toda e qualquer forma de exploração do homem pelo homem, o que significa que também desaparecerão a propriedade privada, o capital, a mais-valia, o trabalho assalariado, o dinheiro, o caráter de mercadoria dos produtos e todas aquelas outras relações de exploração e de dominação necessárias para o funcionamento do capitalismo, como o Estado, a política, o Direito [...] (LESSA; TOUNET, 2008, p.107).

Apenas com a ultrapassagem desse modo de produção as contradições entre o capital e o trabalho, oriundas da exploração capitalista poderiam sucumbir, a regulação social do trabalho e o fortalecimento dos trabalhadores é para isso o caminho. Ações que primem pela igualdade, pela cidadania e democracia, pela emancipação humana e para futura mudança social devem estar aproximadas dessas idéias, e devem ainda, de acordo com Marx (1975, p.10), considerar que, “[...] o direito, em vez de ser igual, teria antes de ser desigual”. Esse olhar limitado do direito burguês está subordinado e serve a lógica da produção econômica. Apenas em uma “[...] fase superior da sociedade comunista, [após ter superado os resquícios da sociedade capitalista] o horizonte estreito do direito burguês poderá ser totalmente ultrapassado e a sociedade poderá inscrever na sua bandeira: De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas

necessidades [...]”. Aí sim estaríamos construindo justiça, rumo a real emancipação humana dos indivíduos sociais.

## Referências

ALENCAR, Mônica Maria Torres. As políticas públicas de emprego e renda no Brasil: do “nacional-desenvolvimentismo” ao “nacional-empendedorismo”. In: \_\_\_\_\_ **Trabalho e Seguridade Social percursos e dilemas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2008. p. 117 – 139.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O Método nas Ciências Naturais e Sociais. São Paulo: Pioneira, 2004, pp. 129-146.

A TRIBUNA. Entrevista: Roger Agnelli. Vale discute lei trabalhista mais flexível. 14/dez./2008.

ARTHMAR, Rogério. Elementos Macroeconômicos da Estrutura Ocupacional em Vitória. In: \_\_\_\_\_. **Tendências do Mundo do Trabalho na Grande Vitória**. 1. ed. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória; Companhia de Desenvolvimento de Vitória; Secretaria do Trabalho e Geração de Renda, 2007. p. 87 – 97.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Um ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. Economia Solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: \_\_\_\_\_ **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 23 – 40.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1977

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília: UnB, 2006.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. **O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização**. Ensaio FEE, v. 20, n° 1. Porto Alegre, junho de 1999.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Sobre o conceito de mais-valia extra em Marx**. In \_\_\_\_\_. V Encontro Nacional de Economia Política. Fortaleza, 21 a 23 de junho de 2000.

\_\_\_\_\_. **A categoria marxista de trabalho produtivo**. In \_\_\_\_\_ XII Encontro Nacional da SEP SP, 2007.

\_\_\_\_\_. **A atual crise do capitalismo**. In: \_\_\_\_\_. Revista Crítica Marxista, n°29. São Paulo: UNESP, 2009, p. 49 – 57.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil o longo caminho**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHESNAIS, François. **A mundialização Financeira**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 1998.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudo Sócio-econômico.

*Pesquisa de Emprego e Desemprego*, janeiro de 2010. Disponível em: <

<http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana/pedmetropolitanaAnual2009.pdf> >

Acesso em: 18 de mar. de 2010.

DEDECCA, Cláudio. Conceitos e estatísticas básicas sobre o mercado de trabalho. In: OLIVEIRA, Marco A. (Org.). **Economia & trabalho, textos básicos**. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. **Política Social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula**. Rev. Katál. Florianópolis v.10 n. 1 p. 24-34 jan./jun, 2007.



ESPING-ANDERSEN, Costa. **As três economias políticas do Welfare State**. LUA NOVA. n° 24, setembro de 1991. São Paulo: Marco Zero e CEDEC, 1991. p.85-116.

Espírito Santo. IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. *Indicadores de Desenvolvimento do Espírito Santo*. Mercado de Trabalho e Renda, 2000. Disponível em:

<[http://www.ijsn.es.gov.br/perfil/pdf/estado/Mercado\\_de\\_Trabalho\\_e\\_Renda/tab11.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/perfil/pdf/estado/Mercado_de_Trabalho_e_Renda/tab11.pdf)>  
> Acesso em: 04 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. *Contas Regionais*. Produto Interno Bruto Estadual. 2007. Disponível em:

<[http://www.ijsn.es.gov.br/apresentacoes/apresentação\\_pib2007.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/apresentacoes/apresentação_pib2007.pdf)>

Acesso em: 04 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. *Resumo das Informações Regionais*. Produto Interno Bruto dos municípios. 2007. Disponível em:

<[http://www.ijsn.es.gov.br/contasregionais/municipal2006/Apresentação\\_PIB\\_Municipal\\_2007.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/contasregionais/municipal2006/Apresentação_PIB_Municipal_2007.pdf)>

Acesso em: 04 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. SETADES. Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social. *Relatório Mensal sobre o Mercado de Trabalho Formal dos Municípios da Região Metropolitana*. Disponível em:

<<http://www.setades.es.gov.br/download/RelatorioMaio2009.pdf>>

Acesso em: 06 abr. 2010

\_\_\_\_\_. SETADES. Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

**Instrução Normativa nº 004/2008, Funcionamento da Comissão Estadual e Municipal do Trabalho**. Vitória, 2008.

\_\_\_\_\_. SETADES. Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

**Cartilha Informativa Agência do Trabalhador**.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FERNANDES, Luis. As armadilhas da globalização. In:\_\_\_\_\_. **Globalização, neoliberalismo, privatizações. Quem decide este jogo?** 2. ed. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998. p. 13 – 20.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. A Questão Política no Mundo do Trabalho. In:\_\_\_\_\_. **Tendências do Mundo do Trabalho na Grande Vitória**. 1. ed. Vitória: Prefeitura

Municipal de Vitória; Companhia de Desenvolvimento de Vitória; Secretaria do Trabalho e Geração de Renda, 2007. p. 15 – 23.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. **O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas.** Rev. Katál. Florianópolis v.10 n. 1 p. 65-74 jan./jun, 2007.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade.** 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Col. Os Economistas.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. **Educação e crise do capitalismo real.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GIRALDO, César. **?Protección o desprotección social?.** Bogotá: Desde Abajo, 2007.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

GOMES, Helder. **A plataforma Brasil frente à crise do capital.** 1. ed. Vitória: Edição do Autor, 2009.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel.** Porto Alegre: L&PM, 1980.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T. (Org.). **Política Social no Capitalismo, tendências contemporâneas.** 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 13-41.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Índice de Gini.* Rendimento. Domicílio. 1995 a 2005. Disponível em:  
<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/sintese/tab1\\_5\\_4.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/sintese/tab1_5_4.pdf)>

Acesso em: 06 abr. 2010

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Radar Social*. 2006.

KOHAN, Néstor. **El humanismo guevarista y el posmodernismo – El sujeto y el poder**. In:\_\_\_\_\_. Catedra libre Ernesto Che Guevara. Classe Abierta. Out. 2002.

LESBAUPIN, Ivo. **Governo Lula: o governo neoliberal que seu certo?** Rio de Janeiro: Paper, 2006.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, Antonio Almerico Biondi. Avanços Conceituais, Institucionais e Metodológicos nas Políticas Públicas de Qualificação. In:\_\_\_\_\_. **Tendências do Mundo do Trabalho na Grande Vitória**. 1. ed. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória; Companhia de Desenvolvimento de Vitória; Secretaria do Trabalho e Geração de Renda, 2007. p. 23 – 40.

LIMA, Marcelo. Centro de Referência do Trabalho. In:\_\_\_\_\_. **Tendências do Mundo do Trabalho na Grande Vitória**. 1. ed. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória; Companhia de Desenvolvimento de Vitória; Secretaria do Trabalho e Geração de Renda, 2007. p. 51 – 62.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Muchhausen, marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LUNA, Sergio Vasconcelos. **Planejamento de Pesquisa: Uma Introdução, elementos para uma análise metodológica**. 1.ed. São Paulo: EDUC, 2002.

LUKÁCS, Gyorgy. **Os princípios Ontológicos Fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: \_\_\_\_\_ **Dialética da dependência, Uma ontologia da obra de Ruy Marini**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARQUES, R. M.; REGO, J. M. (Org.). **Economia Brasileira**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Londres, 1872.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 25 ed. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Capital ao alcance de todos**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1986.

\_\_\_\_\_. **Glossas Marginais ao Programa do Partido Operário Alemão**. Moscovo: Avante, 1982. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/gotha.htm#i4>. Acesso em: 18 de set. de 2009.

MATTOSO, Jorge Eduardo. **Crise, Transformações Produtivo-Tecnológicas e Trabalho**. Campinas: Panorama Visto no Brasil, 1992.

\_\_\_\_\_. **O Brasil Desempregado**. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Rio Grande do Sul: Artmed, 2004.

MISHRA, Ramesh. **O Estado-Providência na sociedade capitalista**. Oeira: Celta Editora, 1995.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. *Notícias*. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sgcnoticia.asp?IdConteudoNoticia=6861&PalavraChave=fat>

Acesso em: 22 de mar. 2010.

\_\_\_\_\_.PROGER. Programas de Geração de Emprego e Renda. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/proger/oquee.asp>

Acesso em: 22 de mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Intermediação de mão-de-obra - IMO. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/imo/default.asp>

Acesso em: 22 de mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado - PNMO. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/pnmpo/pnmpo\\_apresentacao.asp](http://www.mte.gov.br/pnmpo/pnmpo_apresentacao.asp)

Acesso em: 22 de mar. 2010.

\_\_\_\_\_. *Bases de uma nova Política Pública de Formação*. PNQ. Programa Nacional de Qualificação. 2003. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/pnq/conheca\\_base.pdf](http://www.mte.gov.br/pnq/conheca_base.pdf)

Acesso em: 22 de mar. 2010.

\_\_\_\_\_. *Economia Solidária*. Disponível em:  
<[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria\\_oque.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp)>

Acesso em: 22 de mar. 2010.

\_\_\_\_\_. CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. *Síntese do Comportamento do mercado de trabalho formal*. Brasil – balanço do ano de 2008. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/caged/2008\\_12/br.pdf](http://www.mte.gov.br/caged/2008_12/br.pdf)>

Acesso em: 23 de mar. 2010.

\_\_\_\_\_. RAIS. Relação Anual de Informações Sociais. Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais. 2008. Disponível em:  
<[http://www.mte.gov.br/rais/2008/arquivos/Resultados\\_Definitivos.pdf](http://www.mte.gov.br/rais/2008/arquivos/Resultados_Definitivos.pdf)>

Acesso em: 23 de mar. 2010.

NAKATANI, Paulo; HERRERA, Rémy. **Mudanças estruturais e planificação na Venezuela Revolucionária**, 2008.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: \_\_\_\_\_ **O desmonte da nação: Balanço do governo FHC**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 75 – 89.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Assistencialização da proteção social e os programas de combate a pobreza no Brasil. **Ser Social**, Brasília, n.18, p.253-284, jan. a jun. 2006.

PAULA, João Antônio. **O marxismo como pensamento crítico**. Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, nº 9, p. 24-52, dez. 2001.

PEREIRA, A. P. Potyara. **Necessidades humanas, subsídio à crítica dos mínimos sociais**. 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

POCHMANN, Marcio. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: \_\_\_\_\_ **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 23 – 40.

\_\_\_\_\_. Entrevista. In: \_\_\_\_\_. *Caros Amigos*. Ano XIII. nº149, 2009. p. 26-29.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: As origens da nossa época**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PMV. Prefeitura Municipal de Vitória. *Perfil Sócioeconômico*. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/geral/perfil.asp>

Acesso em: 08 de abr. de 2010.

\_\_\_\_\_. SETGER. Secretaria de Trabalho e Geração de Renda. **Projeto Pedagógico do Centro de Referência do Trabalho**. Vitória, 2006.

\_\_\_\_\_. SETGER. Secretaria de Trabalho e Geração de Renda. **Relatório Anual do Público Atendido na Agência Municipal do Trabalhador do Município de Vitória – ES**. Vitória, 2009.

\_\_\_\_\_. SETGER. Secretaria de Trabalho e Geração de Renda. **Regimento Interno do Conselho Municipal do Trabalho**. Vitória, 2007.

\_\_\_\_\_. SETGER. Secretaria de Trabalho e Geração de Renda. **Gerência de Acesso ao Crédito, Relatório Quantitativo e Qualitativo dos Créditos Concedidos**. Mai. – Out. de 2008.

ROMERO, Montoro Ricardo. 1997. **Fundamentos teóricos de la política social**. In: \_\_\_\_\_. **Política Social**. C. Alemán & J. Garcés (Coords.), Madrid: McGraw-Hill. 33-50.

SALVADOR, Evilásio. **A distribuição da carga tributária: quem paga a conta?** Disponível em:

<[http://www.direitosociais.org.br/arquivos/2009/223\\_distribuicao\\_da\\_carga\\_tributaria.pdf](http://www.direitosociais.org.br/arquivos/2009/223_distribuicao_da_carga_tributaria.pdf)>

Acesso em: 17 de mar. de 2010.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. **História & Documentos e metodologia de pesquisa**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SAMPAIO, Plínio de Arruda Jr. **Crise e Barbárie**. In:\_\_\_\_\_. Revista Crítica Marxista, nº29. São Paulo: UNESP, 2009, p. 41 – 49.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YASBEK, Maria Carmelita. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo: tema e conteúdo do livro. In: \_\_\_\_\_ **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 7 – 22.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e Participação na Reforma do Estado**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: \_\_\_\_\_ **O desmonte da nação: Balanço do governo FHC**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 25 – 44.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VÁZQUEZ, Adolfo. **Posmodernidad, posmodernismo y socialismo. Trabajo e Capital, Montevideo**, nº 3, p. 79-94, ago. 1992.

VIEIRA, Evaldo. **Estado e Miséria Social no Brasil de Getúlio a Geisel**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A “Globalização” e os impasses do neoliberalismo. In:\_\_\_\_\_. **Globalização, neoliberalismo, privatizações. Quem decide este jogo?** 2. ed. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998. p. 34 – 51.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 3. ed. Rio Grande do Sul: Artmed, 2003.